

MARLEY TEREZINHA PERTILE

**O *TALIAN* ENTRE O ITALIANO-PADRÃO E O PORTUGUÊS BRASILEIRO:
MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA NO ALTO URUGUAI GAÚCHO**

**PORTO ALEGRE
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: LINGUÍSTICA APLICADA
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGEM NO CONTEXTO SOCIAL**

**O *TALIAN* ENTRE O ITALIANO-PADRÃO E O PORTUGUÊS
BRASILEIRO: MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO
LINGUÍSTICA NO ALTO URUGUAI GAÚCHO**

MARLEY TEREZINHA PERTILE

ORIENTADOR: PROF. DR. CLÉO VILSON ALTENHOFEN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

PORTO ALEGRE
2009

“Che bel insònio che go buo l’altra sera. Me go insònia che in tuto el Sud del Brasile tuti parléino almanco due lèngue: fra de noantri, ogni uno el parleva *talian* e portoghese; i dissendenti dei tedeschi i se feva intender tanto in tedesco come in brasilian; i polachi i parleva tanto in polaco come in portoghese; i giaponesi i doperava co la medésima fassilità el brasilian e el giaponeso; vissin a le frontiere col Uruguay e la Argentina, tanto se sentiva che i parleva in brasilian come is spagnolo. E ghen’era de quei che i era franchi in tre o quatro lèngue! Quando me son desmissià ala matina, pensàndoghe sora, me go incorto che sto bel insònio el podaria esser stato vero: bastaria che gavéssimo buo Governi invesse de governi. Bastaria che invesse de político-buròcrati gavéssimo buo la fortuna de esser governadi par òmini de vision, atadisti, e nò gente de vista curta e storta. Ma, noantri, podemo cambiar la stòria. Me nono, el diseva che tuto l’è scominsiar! Allora, scominsiemo noantri *taliani*, che semo stati sempre vanguardieri. De drio de noantri, dopo verta la strada, i vegnarà i altri. Son sicuro!”

Darcy Loss Luzzatto

“Que belo sonho tive noutra noite. Sonhei que em todo o Sul do Brasil todos falávamos pelo menos duas línguas: entre nós, cada um falava *talian* e português; os descendentes de alemães se faziam entender tanto em alemão como em brasileiro; os poloneses falavam tanto em polonês quanto em português; os japoneses operavam com a mesmíssima facilidade o brasileiro e o japonês; perto da fronteira com o Uruguai e a Argentina, tanto se escutava quanto se falava em brasileiro como em espanhol. E havia quem fosse fluente em três ou quatro línguas! Quando me acordei pela manhã, pensando nisso, me dei conta que este belo sonho poderia ter sido verdadeiro: bastaria que tivéssemos tido Governos em vez de governos. Bastaria que em vez de políticos burocratas, tivéssemos tido a fortuna de ter sido governados por homens de visão, estadistas, e não gente de vista curta e torta. Mas, nós, podemos mudar a história. Meu avô me dizia que tudo é começar! Então comecemos nós *talianos*, que fomos sempre vanguardistas. Depois de nós, uma vez aberta a estrada, virão os outros. Tenho certeza!”

DEDICO

Ao professor Cléo Vilson Altenhofen, pela sua luta na defesa da manutenção da **diversidade linguística** brasileira.

Ao professor Honório Tonial, pela sua luta na **manutenção do *Talian***, nossa língua de origem, na Região do Alto Uruguai Gaúcho.

Ao Julio Ariel, pela manutenção do companheirismo, da alegria de viver e do **amor**.

AGRADEÇO

Ao professor Cléo, meu orientador, e aos informantes da pesquisa por terem me ajudado a construir esta Tese.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
LISTA DE TABELAS E QUADRO	9
LISTA DE MAPAS	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
RESUMO	13
ABSTRACT	15
RECAPITULASSION	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	25
1.1 CONTEXTO TEÓRICO.....	25
1.1.1 Contato linguístico e plurilinguismo.....	25

1.1.2	Língua materna, língua de imigração e língua minoritária: os diversos olhares sobre a língua.....	29
1.1.3	Preconceito <i>versus</i> direito linguístico.....	33
1.1.4	Manutenção e substituição linguística OU fomento da aquisição bi-ou plurilíngue?.....	36
1.1.5	Linguicídio e mortandade linguística.....	38
1.1.6	Consciência linguística (<i>language awareness</i>) e revitalização (<i>language revitalization</i>).....	40
1.2	CONTEXTO DA PESQUISA.....	43
1.2.1	A comunidade ítalo-brasileira na Região do Alto Uruguai Gaúcho.....	43
1.2.1.1	Dados demográficos e estatísticos.....	43
1.2.1.2	Área de estudo: Alto Uruguai Gaúcho.....	49
1.2.1.3	Dados históricos da área de estudo.....	51
1.3	ESTUDOS DO CONTATO LINGUÍSTICO ITALIANO-PORTUGUÊS.....	53
	CAPÍTULO 2 - FATORES DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA.....	57
2.1	QUESTÕES TERMINOLÓGICAS.....	57
2.2	PANORAMA DOS ESTUDOS DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA.....	62
2.3	FATORES DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA ENFOCADOS NESTE ESTUDO.....	73
2.3.1	A questão do <i>status</i> social e político de uma língua.....	73
2.3.2	Contexto histórico-político.....	78
2.3.3	Aspectos geográficos.....	83
2.3.4	Aspectos demográficos.....	86
2.3.5	Poder econômico.....	90
2.3.6	Influências no terreno midiático.....	93
2.3.7	Suporte institucional.....	98
2.3.8	Aspectos de ordem atitudinal.....	104

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DA PESQUISA.....	110
3.1	O <i>TALIAN</i> EM MEIO À DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA..... 110
3.2	ANÁLISE MACROLINGUÍSTICA NA PERSPECTIVA PLURIDIMENSIONAL E RELACIONAL..... 114
3.2.1	Dimensão Diatópica..... 116
3.2.1.1	Ponto 1 - Erechim..... 120
3.2.1.2	Ponto 2 - Getúlio Vargas..... 127
3.2.1.3	Ponto 3 - Jacutinga..... 128
3.2.1.4	Ponto 4 - Severiano de Almeida..... 131
3.2.2	Dimensões diageracional e dialingual..... 136
3.2.3	Dimensão diagenérica..... 137
3.2.4	Dimensão diastrática..... 138
3.2.5	Dimensão diafásica..... 139
3.2.6	Dimensão diarreferencial..... 140
3.3	ETAPAS DA COLETA DE DADOS..... 141
3.3.1	Pesquisa dos aspectos históricos..... 142
3.3.2	Pesquisa de dados estatísticos e demográficos..... 142
3.3.3	Entrevistas semidirigidas..... 144
3.4	DEFINIÇÃO DOS INFORMANTES PARA AS ENTREVISTAS SEMI-DIRIGIDAS..... 146
3.5	PROCEDIMENTOS NA ANÁLISE DOS DADOS..... 147
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS.....	152
4.1	PERCURSO HISTÓRICO-DIACRÔNICO DA LÍNGUA DE IMIGRAÇÃO EM CONTATO COM O PORTUGUÊS..... 153
4.1.1	Variedades dialetais em contato: perdas e ganhos..... 154
4.1.2	O contexto histórico-político..... 160
4.2	ESTADO ATUAL DA LÍNGUA DE IMIGRAÇÃO..... 166
4.2.1	Manutenção e perda linguística na perspectiva pluridimensional..... 165
4.2.2	Mudança em curso: transmissão intergeracional..... 175

4.3	AFINAL, O QUE MANTÉM OU SUBSTITUI O <i>TALIAN</i> E O BILINGUISMO?	178
4.3.1	<i>Status</i> e relações econômicas: o valor de mercado do <i>talian</i>	178
4.3.2	A comunidade de fala face às mudanças histórico-políticas.....	183
4.3.3	Contexto sócio-geográfico: isolamento <i>versus</i> urbanização.....	190
4.3.4	Força demográfica da língua: número de falantes e grau de homogeneidade étnica.....	193
4.3.4.1	Concentração, distribuição e crescimento demográficos.....	193
4.3.4.2	Contexto familiar e língua materna.....	197
4.3.4.3	O papel dos <i>nonos</i> – <i>i noni</i>	205
4.3.4.4	Bilinguismo passivo: a meio caminho da perda linguística ou potencial para a revitalização?	209
4.3.5	Canais de difusão: o midiático e o semiótico entre o <i>talian</i> e o italiano-padrão.	212
4.3.6	Suporte institucional ao <i>talian</i>	218
4.3.6.1	Presença visual da língua de imigração.....	219
4.3.6.2	A língua na administração.....	220
4.3.6.3	O papel do ensino.....	222
5.0	CONCLUSÃO	224
	BIBLIOGRAFIA	230
	ANEXOS	242

LISTA DE TABELAS E QUADRO

CAPITULO 1

Tabela 1 –	Quadro estatístico do número de imigrantes italianos entre 1870-1970.	44
Tabela 2 –	Dados estatísticos, por geração, do nº de descendentes de imigrantes no Brasil que estão acostumados a falar a língua de origem no lar, segundo Mortara (1950, p.41).	45
Tabela 3 –	Dados estatísticos: estrangeiros e naturalizados brasileiros que falam a língua-mãe por preferência - censo de 1940, segundo Mortara (1950, p. 41).	45
Tabela 4 –	Dados estatísticos sobre a sobrevivência da língua italiana entre imigrantes e descendentes nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul – censo de 1940, segundo Mortara (1950, p. 42).	46

CAPÍTULO 2

Tabela 5 -	Pesquisa realizada pelo Projeto BIRS (bilinguismo no RS) entre os anos de 1985/1987.	88
------------	--	----

CAPÍTULO 3

Quadro 1 -	Dimensões e parâmetros de pesquisa.	115
------------	-------------------------------------	-----

CAPÍTULO 4

Tabela 6 -	Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006, a partir da aplicação do questionário do BIRS.	168
Tabela 7 -	Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006: frequência de uso do <i>talian</i> – G1.	170
Tabela 8 -	Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006: frequência de uso do <i>talian</i> – falantes por ponto.	170
Tabela 9 -	Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006, a partir da aplicação do questionário do BIRS, por gênero.	173
Tabela 10 -	Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006 (questionário do BIRS); Dimensão Diagenérica.	174
Tabela 11 -	Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006 (questionário do BIRS); Comparação GII e GI.	175
Tabela 12 -	Pesquisa realizada nos 4 pontos da Região do Alto Uruguai Gaúcho-2006 (questionário do BIRS); Transmissão Intergeracional do <i>talian</i> .	176
Tabela 13 -	Crescimento demográfico – município de Erechim: estimativas, 1979.	195
Tabela 14 -	População rural e urbana com percentagem – três pontos da pesquisa/ano 2006.	196
Tabela 15 -	Manifestação do <i>talian</i> em material impresso na língua: ano-base 2009.	214
Tabela 16 -	Manifestação do <i>talian</i> em rádios e número de difusores: a partir do mapeamento da Associação de Difusores do Talian – ano-base 2009.	215
Tabela 17 -	Pesquisa realizada no ano de 2006, nos 3 pontos das entrevistas (gestão 2005-8).	221

LISTA DE MAPAS

CAPÍTULO 1

Mapa 1 –	Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS).	48
Mapa 2 –	Região do Alto Uruguai Gaúcho na sua localização no Rio Grande do Sul.	49
Mapa 3 –	Mapa dos Municípios da Região do Alto Uruguai Gaúcho.	50

CAPÍTULO 3

Mapa 4 –	Área de ocupação das diferentes etnias no Alto Uruguai Gaúcho, segundo Roche (1969, p. 138).	117
Mapa 5 –	Localização dos pontos de inquérito da pesquisa com a respectiva formação étnica.	118
Mapa 6 –	Traçado viário da cidade de Erechim.	124

CAPÍTULO 4

Mapa 7 –	Transmissão Intergeracional da Língua de Imigração.	184
----------	---	-----

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 2

- Fig. 1 – Esquema da relação entre fatores e variáveis na manutenção e substituição linguística. 58
- Fig. 2 – Esquema da complexidade de relações entre os fatores envolvidos na manutenção ou substituição linguística. Baseado em Kátia Cristina Stocco Smole (1996, p. 58). 60

CAPÍTULO 3

- Fig. 3 – Critérios de escolha dos informantes. 147
- Fig. 4 – Esquema de análise dos fatores determinantes dos processos de manutenção e substituição linguística e que incorpora a relação entre atitudes e práticas linguísticas. 148
- Fig. 5 – Representação sintética das dimensões nos espaços da pesquisa. 150

CAPÍTULO 4

- Fig. 6 – Presença das variedades dialetais do italiano e do italiano-padrão na mídia. 212

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO 4

Gráfico 1 – Índice de descendência italiana no Ponto 4.	171
Gráfico 2 – Índice de bilinguismo ítalo-bras. da GI no Ponto 4.	171
Gráfico 3 – Índice de descendência italiana no Ponto 3.	172
Gráfico 4 – Índice de bilinguismo ítalo-bras. da GI no Ponto 3.	172
Gráfico 5 – Índice de bilinguismo entre os ítalos-bras. da GI no Ponto 1.	172
Gráfico 6 – Índice de Bilinguismo dos 4 pontos. Descendência Italiana de Pai e Mãe.	177
Gráfico 7 – Índice de Bilinguismo dos 4 pontos. Descendência Italiana de Pai ou Mãe.	177

RESUMO

Esta Tese se desenvolve no âmbito de pesquisas sobre “*bilinguismo e línguas em contato*”, referente ao tema “manutenção e substituição do *talian* na região do Alto Uruguai Gaúcho”. Constitui-se em um estudo de caráter *etnogeossociolinguístico*, macroanalítico, envolvendo diferentes pontos de uma área geográfica significativa de confluência de duas variáveis – o português e as diferentes variedades dialetais provenientes da língua italiana. Como objetivos gerais, pretende: a) determinar os fatores mais relevantes e a proporção em que contribuíram para o fomento ou a substituição da língua originária de fora do país e que, no novo meio, compartilha traços de língua minoritária, seja pelo próprio contato das diferentes variantes da língua italiana entre si, seja pelo contato com a língua majoritária do novo país; b) contribuir para uma revisão do conceito de substituição e morte linguística como algo que se dá sincrônica e diacronicamente, na forma de um processo natural e irreversível, ampliando o conhecimento sobre o fenômeno da existência e permanência das línguas, bem como sobre o funcionamento e o entrelaçamento de sistemas linguísticos empregados por bilíngues; c) aportar, pelo resultado do estudo, possibilidades de implantação e implementação de uma política linguística voltada às necessidades da região. O enfoque volta-se para políticas de fomento linguístico dirigidas às minorias e não mais somente para a manutenção ou perda. O estudo segue a linha da metodologia dialetológica pluridimensional e relacional, que combina a dialetologia areal com a sociolinguística, através da qual se verifica em que pontos e em que dimensões e parâmetros o fenômeno em questão está ocorrendo, focalizando as suas interrelações no espaço. Mesmo nos estudos geolinguísticos, pouco se tem explorado temas dessa natureza. Neste sentido, o presente estudo distingue-se dos demais enfoques sobre *language shift*, geralmente monopontuais, centrados em uma comunidade bilíngue, ao comparar contextos diferentes e fatores condicionadores diversos em uma rede de pontos, mesmo que em

número de apenas quatro. A coleta de dados nessas localidades incluiu as etapas de pesquisa dos aspectos históricos, estatísticos e demográficos e as entrevistas semidirigidas com simultaneidade de informantes. A partir da análise qualitativa das entrevistas semidirigidas e da quantificação dos dados das amostras estatísticas, os resultados identificaram diferentes fatores de manutenção e perda da língua de imigração. Houve perda significativa do *talian* que está vinculada a fatores como a política de repressão do Estado; ao papel da escola como instituição pública vinculadora de um ensino monolingualizador e monovarietal realizado somente através do uso do português; ao desprezo ou ausência de suporte institucional e ao grau de urbanização aliado à falta de uma conscientização linguística sobre os benefícios do bilinguismo e o uso e manutenção da língua de origem. Por outro lado, também se verifica que os fatores que mantêm o *talian* estão ligados, em maior força, à transmissão intergeracional e à concentração demográfica do grupo de fala (homogeneidade étnica). Também estão em destaque as atitudes positivas dos falantes em relação à língua de origem e o estado de isolamento das comunidades.

Palavras-chave: língua de imigração, *talian*, manutenção e substituição linguística, *language shift*, contato linguístico.

ABSTRACT

This Thesis is part of a group of researches on “bilingualism and languages in contact”, related to the theme “maintenance and replacement of the *talian* in the Alto Uruguai Gaúcho region. It is a study with an *ethnogeossociolinguistic*, macro-analytic character, which includes different locations from a significant geographical area of the confluence of two variables – the Portuguese and the different dialects from the Italian language. Our general goals are: a) to determine the most important facts and their contribution to the promotion or replacement of the language from outside the country, which in the new environment shares traits of a minority language, either by the contact with different variants of the Italian language among themselves, or by the contact with the majority language of the new country; b) to contribute to the review of the replacement concept and linguistic death as something that occurs synchronic and diachronically as a natural and irreversible process, expanding the knowledge on the language existence and permanence phenomenon, as well as on the operation and intertwining of the linguistic systems employed by bilinguals; c) to point out, through the results of the study, possibilities of establishing and implementing a language policy geared to the needs of the region. The focus emphasizes the policies to encourage language targeted for minorities rather than for the maintenance and loss. The study follows the line of multidimensional and relational dialectology methodology, which combines the areal dialectology with the sociolinguistics, through which it can be checked in which points, dimensions and parameters the phenomenon in question is occurring, focusing on their interrelationships in space. Even in the geolinguistic studies, these themes have not been much exploited. Thus, this study differs from other approaches about language shift, which are generally monopontuals, and centered on a bilingual community, since it compares different contexts and diverse conditioning factors in a network of points, even though in the reduced number of four. The data collected in these communities included the stages of

research of historical, statistical and demographic and semi-directed interviews with simultaneity of informants. From the qualitative analysis of the semi-directed interviews and the quantification of the data of statistical samples, the results showed different factors of maintenance and loss of the language of immigration. There was a significant loss of the *talian* that is linked to factors such as the policy of repression of the State; to the role of the school as a public institution in charge of a monolingual and monovarietal teaching achieved exclusively through the use of the Portuguese; to disregard or lack of institutional support and the degree of urbanization combined with the lack of linguistic awareness about the benefits of bilingualism, and the use and maintenance of the language of origin. On the other hand, it is also observed that the factors that maintain the *talian* are more strongly linked to the intergenerational transmission and demographic concentration of the speech group (ethnic homogeneity). Moreover, the positive attitudes of speakers in relation to the language of origin and the state of isolation of communities are highlighted.

Keywords: language of immigration, *talian*, linguistic maintenance and replacement, language shift, linguistic contact.

RECAPITULASSION

Questa Tese la se fundamenta ntel àmbito dele risserche a rispetto del “bilinguismo e lingue in contato” riferente al tema “manutenssion e sustituission del *Talian* ntea region de Alto Uruguai Gaucho”. Versa sora el stùdio de caràter *etnogeossossialinguìstico*, macroanalitico abrangendo differenti posti de na àrea geogràfica significativa de due variante: el portoghese e i diversi dialeti resultanti dal so mescolamento con la lingua italiana. Come ogetivi genèrichi la tese la ogetiva: a) Stabilir le cause pi relevante e la proporcionalità del so contributo ntel fomento e scambiamento dea lingua originària fora dal paese dea lingua materna e che, ntel novo ambiente, la compartisse segnai de língua minoritària, sia par el pròpio contato dele diferense variante dea lingua intrà de si stesso, sia par el vero contato con la lingua magioritària del novo paese. b) Dar el so contributo par na revision del conceto sostitutivo e mortal linguìstico come um fato che succede, sincrònica e diacronicamene sora el fenòmeno dea esistenza e permanensa dele lingue, sicome sora el fonsionamento e la ligassion ntrà i sitema linguìstichi doperadi par i bilingüe. c) Come resultante del studio prevede svèrdere le possibilità de impianto de na política linguìstica par sodisfar le necessità dea region. El scopo el questiona politiche de fomento linguìstico indressade a le minorie parlante e nó solamente par la manutenssion o pèrdita. El stùdio el camina in diression a la metodologia dialetològica pluridimensional e relassional che la combina la dialetologia del posto a la sossiolinguìstica par meso dea qual se constata in che punto e in che dimension el fenòmeno in question el se succede, focalisando le sue interrelassion ntel so spassio. Pròprio anca ntei stùdi geolinguìstichi poco se gà verificà sora i temi de questa natura. In questo senso, el presente stùdio se difere de altri aspeti sora *language shift* in general monopontual sentralisada nte na comunità bilingue, quando se compara contesti differenti e fattori condissionanti deversi nte na scala de punti, seanca che de nùmero un a quatro. La raccolta de informassion in queste località se distende a la etapa de risserca dei aspeti istòrichi, statistichi

e demogràfichi e le interviste semidiretive con simultaneità de informanti. Scominciando con la anàlise qualitativa dele interviste semidirettate e dea quantificassion dei appuntamenti dele amostre statistiche se riva a la identificassion dei fattori de manutenssion e pèrdita dea lingua de imigrassion. Ga sucedesto na pèrdita significativa del *talian* che la se vincula a fattori come la politica de represssion del Stato; a la funsion dea scola come istituission pùblica vinculadora de un insegno monolinguisante e monovarietabile, fato solamente par meso dea utilisassion del portoghese; anca a la repulsa o mancansa del suporto istitussional e al grado de urbanisassion insiemà a la mancansa de consientisassion linguistica a rispetto del benefissio del bilingüismo e del doparamento, manutenssion e svolgimento dea lingua originària. De altra sorte, vedemo chei fattori che mantien el *talian* i diventa unidi, con la maniere pi forte a la transmission intergenerassional e a la consentrassion demogràfica del grupo de parlanti (omogeneità ètnica). Anca, convien distacar le atitudine positive dei parlanti, in relacìon a la lingua de origine e a la condission de isolamento dele comunità.

Tradussion: prof. Honório Tonial

Parole-ciave: lingua de imigrassion, *talian*, manutenssion e sostituission linguistica, language shift, contato linguistico.

INTRODUÇÃO

Os direitos linguísticos, sejam individuais, de aquisição e aprendizagem de uma ou mais línguas, sejam relativos a uma comunidade, de uso e manutenção do bi- ou multilinguismo são temas do tempo atual. Nunca, como agora, cada um dos diferentes povos que integram o universo das culturas reivindica para si o que é seu e, em primeiro lugar, a sua língua. Nunca, como agora, a palavra teve tanto poder e tanto alcance, embora ainda em tão poucas línguas.

A diversidade representa o caminho mais natural e mais adequado para uma democracia cultural, nos termos em que coloca Fishman (2006)¹ ou no sentido como é concebido na Comunidade Européia e em que foi vigorosamente defendido no Seminário Internacional da Diversidade Linguística ocorrido em Porto Alegre, em julho de 2007: a construção de um espaço onde possam conviver pacificamente e se enriquecer mutuamente, diferentes povos e diferentes línguas. “Porque ouvir é importante. Porque falar a sua língua materna é um direito linguístico inalienável de cada ser humano”².

No entanto, embora o Brasil não apenas apresente uma das áreas com a maior biodiversidade do planeta, como também uma das maiores diversidades linguísticas, o termo “política linguística” e o seu referido significado circulam há bem pouco tempo entre nós, mais precisamente a partir da década de 1970 ou até de 1980 (OLIVEIRA, prefácio in: CALVET, 2007, p.7). Segundo ele, precisamos escrever uma nova história linguística no Brasil e construir uma política historiográfica que possa eleger quais línguas devam merecer *status* de línguas brasileiras.

A própria separação estabelecida entre a Linguística como ciência e as comunidades linguísticas gerou linguistas sem interlocutores políticos na sociedade e comunidades

¹ Refiro-me às recentes reflexões de Fishman, editadas por Nancy H. Hornberger e Martin Pütz.

² Slogan divulgado e defendido durante a realização do I Seminário Internacional da Diversidade Linguística, ocorrido em Porto Alegre, de 17 a 20 de julho de 2007, pela UFRGS.

linguísticas sem linguistas que pudessem auxiliar em suas propostas de estudo sobre suas línguas. O que estamos vendo é o desenvolvimento de uma variável, mas não uma, política de defesa de algumas línguas em detrimento de outras, sem critérios muito claros de escolha e exclusão. O que aconteceu com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por exemplo, foi um desenvolvimento muito grande que não alcançou as demais línguas minoritárias e nem mesmo as outras línguas de sinais de comunidades menores. É um contraste com outras línguas, também faladas aqui, que não estão sendo contempladas em semelhante proporção. Há comunidades inteiras que estão sendo vítimas de um drástico e continuado processo de perda linguística e cultural, onde há pessoas que nem sequer tiveram o direito de conhecer e aprender a sua língua de origem, enquanto que há outras línguas, sem história local, mas com papel eminentemente econômico que se impõem. Só para lembrar um fato concreto, hoje há aproximadamente cerca de 31 milhões de ítalo-descendentes que vivem no Brasil e que não têm apoio institucional de uso de suas línguas de origem.

Assim, criou-se uma situação, senão incoerente, pelo menos estranha: é a condição de inúmeros descendentes de imigrantes europeus que aqui aportaram no fim do século XIX e no início do século XX, que não chegaram a falar a língua dos pais ou que, na denominação científica, são rotulados como “bilíngues passivos”, isto é, tiveram contato com a língua, mas não aprenderam a falar a língua de origem, e que, no entanto, muitos dominam, além do português, principalmente o inglês e o espanhol.

Isso nos leva a pensar que apresentar o conhecimento dos fatores que propiciam ao indivíduo a aquisição de uma ou mais línguas, a aprendizagem de determinadas línguas estrangeiras e a manutenção do bi ou do multilinguismo em uma comunidade, particularmente em comunidades minoritárias, constitui uma tarefa complexa, com muitas variáveis intervenientes e ainda pouco exploradas. As dificuldades transitam entre as questões: teórica, com princípios ainda a serem construídos, como a história linguística do Brasil; político-ideológica, perpassada por mitos, crenças e atitudes, que vê a língua apenas como algo natural, transmitido intergeracionalmente, sem visualizar a língua como objeto de gestão política, até a metodológica, que necessita de novas e funcionais formas de coleta de dados e registro cartográfico sob uma perspectiva pluridimensional.

Escrever sobre a cultura e língua dos imigrantes italianos e seus descendentes está dentro dessa complexidade. A par da questão técnica de registro que exige uma adequada metodologia, a eleição de referentes teóricos condizentes com a política linguística a ser seguida, o tempo transcorrido desde o início da imigração, a grande miscigenação étnica e

cultural sofrida pelos descendentes dos imigrantes e a escassez de registros referentes à história desses 130 anos de ítalo-brasilidade compõem esse quadro.

Semelhante ao que ocorreu com o Estado, a região norte do Rio Grande do Sul – área de abrangência desta pesquisa, sofreu uma peculiar forma de colonização e povoamento. Ao imigrante europeu coube a produção de alimentos para atender a demanda interna, a policultura, liberando os latifundiários monoprodutores a produzirem para o mercado externo, mais rentável. Vital para isso foi, então, o sistema da pequena propriedade, o qual forjou uma população constituída por diversas etnias, em maior número de italianos, poloneses, alemães e israelitas.

Assim é que os primeiros falantes de variedades dialetais do italiano chegaram às terras do Alto Uruguai por volta de 1900, e ainda hoje são faladas em certas regiões. No entanto, em uma leitura diacrônica, o que estamos vendo é uma substituição que vem num *continuum* e que se esboça em uma dupla substituição: uma tendência forte de substituição do *talian* (a variedade mais falada na região da pesquisa) pelo português desde o início da colonização, e outra tendência, mais atual e de certa forma surpreendente, de substituição do *talian* pelo próprio italiano-padrão.

Pretendendo obter um estudo científico dessas tendências e contribuir para o desenvolvimento de uma linha de pesquisa das línguas de imigração, nesta Tese objetivamos:

- a) Comparar atitude *versus* prática linguística, analisando suas concordâncias ou discrepâncias a fim de encontrar as possíveis causas do atual estágio de vitalidade ou perda do *talian*.
- b) Determinar os fatores mais relevantes e a proporção em que contribuíram para o fomento ou a substituição da língua originária de fora do país e que, no novo meio, compartilha traços de língua minoritária, seja pelo próprio contato das diferentes variantes da língua italiana entre si, seja pelo italiano-padrão ou pelo contato com a língua majoritária do novo país.
- c) Contribuir para uma revisão do conceito de substituição e morte linguística como algo que se dá sincrônica e diacronicamente, na forma de um processo natural e irreversível, ampliando o conhecimento sobre o fenômeno da existência e permanência das línguas, bem como sobre o funcionamento e o entrelaçamento de sistemas linguísticos empregados por bilíngues.
- d) Apontar possíveis alternativas de introdução de uma política da diversidade de línguas a partir de uma mudança de olhar: da perda para a aquisição e da manutenção à educação para o plurilinguismo.
- e) Divulgar os resultados do papel dos diferentes fatores de fomento da língua de imigração e de uma educação para o plurilinguismo com os órgãos responsáveis pela política linguística na região pesquisada.

Os objetivos propostos nortearam a estruturação do trabalho que dividimos em quatro capítulos.

No Capítulo 1, intitulado Contextualização, procuramos situar o leitor, física e intelectualmente, tanto no ambiente em que transcorre a pesquisa quanto no panorama mundial de temas discutidos hoje quando o assunto é línguas em contato, mais precisamente línguas de imigração, elemento chave neste trabalho. Já adiantamos aqui, que dos estudos realizados sobre manutenção e substituição linguística muitos apontam para uma descrença na possibilidade de reversão da perda de línguas minoritárias. Termos como *language loss*, *language attrition*, *language replacement*, *language displacement*, and *language endangerment* são constantemente mencionados nos estudos de comunidades de línguas minoritárias. A estimativa é que somente 10% das línguas hoje existentes estão livres da morte e extinção. Outros (KAUFMANN, 2006, p.2431) projetam alguma luz no fim do túnel quando falam em manutenção da língua e reversão na mudança da língua. Para Oliveira & Altenhofen (2009, no prelo) “configura-se a necessidade de uma reforma linguística do país que permita uma reação coletiva positiva frente às novas demandas da globalização e da inclusão cultural e linguística”. Nosso estudo tem a pretensão de trilhar este caminho, não somente do ponto de vista de continuidade de defesa das línguas supostamente em processo de extinção, com o propósito de contribuir para uma política de promoção e salvaguarda do multilinguismo na região pesquisada, mas também sob outro olhar, o de fomento à aquisição bi- ou plurilíngue.

De uma forma mais ou menos direta, estudos (KLOSS, 1966; FISHMAN, 2006; SKUTNABB-KANGAS, 1988; ROMAINE, 1995 e GIBBONS & RAMIREZ, 2004) afirmam ou sugerem a hipótese de que o processo de mudança de uma língua para outra e a contínua miscigenação e conseqüente aculturação estejam fazendo desaparecer a heterogeneidade sócio-linguístico-cultural, em maior grau no meio urbano e em menor grau no meio rural. Em uma busca de explicação, descrevem fatores favoráveis e desfavoráveis à manutenção ou à perda de uma língua em uma determinada comunidade. E este é o conteúdo do cap. 2 desta Tese. Nele expomos a complexidade existente no fato de estarmos lidando com fatores que, ao mesmo tempo, são pesos a favor e contra a existência de uma determinada língua. Conforme Fishman (2006), fatores como “geografia” (distância dos grandes centros), “motivação e tamanho” (número de falantes), intuitivamente relacionados à manutenção ou não de uma língua minoritária são conceitos folclóricos que devem ser sociologicamente reinterpretados. O que surge de mais concreto são, sim, os comportamentos sociolinguísticos

que os falantes possuem com relação à sua língua minoritária e as micro-decisões que tomam para mantê-la ou não. Dessa forma, a manutenção ou mudança da língua minoritária é fruto coletivo de padrões de escolha linguística dos sujeitos.

É no cap. 3 que descrevemos a metodologia a ser utilizada, tendo em vista as especificidades deste estudo. Elas apontam para uma metodologia dialetológica pluridimensional e relacional, que combine a dialetologia areal com a sociolinguística, através da qual seja possível verificar em que pontos e em que dimensões e parâmetros o fenômeno em questão está ocorrendo, focalizando as suas interrelações no espaço. Mesmo nos estudos geolinguísticos, pouco se tem explorado temas dessa natureza. Nesse sentido, o recém publicado Atlas Linguístico Guarani Românico (ALGR) publicado por Harald Thun, talvez seja o primeiro a cartografar aspectos sociológicos da linguagem. Tal estudo, relativamente novo em nosso meio, requer conhecimentos específicos que vão desde a elaboração de instrumentos para a coleta de dados, que nos propiciem obtê-los de forma precisa, até a cartografia de mapas linguísticos pluridimensionais, que forneçam visualizações adequadas das macroestruturas do espaço variacional, o que vem constituindo um caráter inovador das pesquisas nessa área.

É no cap. 4 que expomos o resultado da análise dos dados, a discussão atual referente ao tema dos fatores de manutenção e substituição linguística. Trazemos algumas contribuições para o campo de línguas em contato, em uma perspectiva macroanalítica de comparação de pontos, utilizando dimensões e parâmetros em uma perspectiva pluridimensional, destacando a análise das atitudes dos falantes em relação às línguas.

Por fim, trazemos nossa resposta a uma questão central e inovadora da Tese que gira em torno de um dos princípios básicos da teoria da árvore genealógica das línguas, amplamente difundido, o qual diz que uma língua nasce e, por diferentes motivos, é deixada gradativamente de ser falada e, simplesmente, é substituída por outra, vindo a desaparecer. Calvet (1974, p.3), em situação análoga, denomina a hierarquia canabalística de linguagens e suas correspondentes culturas como uma consequência da crença etnocêntrica na evolução cultural. Esta crença defende, por exemplo, o inglês como linguagem do progresso, da modernidade e da unidade internacional. Gal (1996, p.587) diz que na escolha de metáforas como “morte da linguagem” e “extinção da linguagem” compara-se esses processos a fenômenos naturais, como organismos que nascem, crescem, se desenvolvem e morrem. Da mesma forma, línguas de menor poder enquadram-se como línguas minoritárias, fadadas ao desaparecimento natural.

Pensamos que não é esse exatamente o processo. Propomos uma revisão desse princípio determinista da teoria da árvore genealógica das línguas e dos critérios de classificação das línguas pelo modelo gravitacional. A língua minoritária, que sofre um processo continuado de extinção, subsiste de alguma maneira, com outras características, em um contínuo redesenho, estando sempre em relação e sempre se tornando outra, em novos traços e, inclusive, no bilingue dito passivo. Uma língua de imigração, originária de fora do país hospedeiro e que esteja passando por um processo de mudança em seu *status* não deixa de ter, pelo *corpus*, uma ligação com a língua oficial do país de origem, encontrando diferentes formas e recursos de sobrevivência no próprio processo de extinção, do qual se nutre. Falamos cerca de 140.000 diferentes línguas desde que surgiu a população no mundo. Isso significa que nunca paramos de mudar e que esse movimento de mudança continua hoje também pelo processo de transformação das línguas. Edwards (1994) relata que antigas línguas têm recebido um incremento positivo em sua realização através da lealdade de seus falantes, o que tem ocasionado na predição de morte de línguas, pelo menos um negócio arriscado.

A proposta de uma mudança de olhar, da perda para a aquisição, do fator que mantém para o fator que fomenta, poderá dar início a outra maneira de lidar com as diferenças, não mais voltando forças para o resultado do contato linguístico e pela prática da medida ou *ranking* das línguas, mas sim para as formas de aquisição e (des)composição das línguas em contato em contextos bi- ou multilíngues. O próprio Relatório da Audiência Pública da Diversidade Lingüística do Brasil, realizada em 13 de dezembro de 2007, na Câmara dos Deputados em Brasília (relato de ALTENHOFEN), refere-se à discussão do multilinguismo brasileiro, visto sob a ótica da política de promoção e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do Brasil, como o ponto alto de um processo ímpar na história do país. Acreditamos que no contato linguístico podemos nos enriquecer mutuamente, aumentando nosso potencial de comunicação através do domínio de mais de uma língua e não estarmos submetidos ao triste jogo político da substituição.

CAPÍTULO 1

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

1.1 CONTEXTO TEÓRICO

1.1.1 Contato linguístico e plurilinguismo

O presente estudo trata da *vida das línguas* em situações de plurilinguismo e contatos linguísticos. Partindo do pressuposto de que uma “comunidade linguística nunca é homogênea e raramente ou jamais sem diversidade” (WEINREICH, 1964), nos associamos a Martinet, quando afirma no prefácio do mesmo livro de Weinreich sobre *languages in contact* (1964, p. vii), que ao linguista cabe enfatizar que “a diversidade linguística inicia na porta ao lado, ou, mais do que isso em casa, e dentro de um e mesmo ser humano”³, **tal é sua força e amplitude**⁴. Tal se estende, neste estudo, à minha “casa” particular, como pesquisadora e membro da comunidade de fala em estudo, que tem por base o uso do *talian* ou vêneto riograndense, e do português. Manda a regra, que impregna o método científico, que se defina claramente o papel do pesquisador no contexto de estudo e de sua relação com a comunidade de fala em questão. Vale, por isso, essa observação inicial como alguém que, sem fugir do monopólio instituído por parte daqueles que falam sobre a língua, isso como linguista e

³ *Languages in Contact* “[...] linguistic diversity begins next door, nay, at home and within one and the same man” (Weinreich, 1964. Prefácio de Martinet: p.vii). Tradução livre da autora, como também em todas as demais notas dos capítulos da Tese.

⁴ Complementação e grifo nosso.

professora, também fazer parte daqueles que falam a língua, como membro de uma comunidade falante do *talian*, ou seja, atuar com a questão acadêmica e com os movimentos sociais, que possuem uma lógica distinta daquela, mas que não se excluem, ao contrário, são essencialmente complementares. Enfim, interagindo com essa comunidade que supostamente encontra-se com sua língua-mãe em perigo de extinção, trabalhar em torno de sua manutenção, desenvolvimento, revitalização e perpetuação, assim como é apregoadado por todos os que lutam pela manutenção da diversidade linguística no Brasil e no mundo. O princípio da diversidade é defendido nas mais diferentes áreas e, tratando-se especificamente da preservação de línguas, encontramos orientações não só em autores mundialmente reconhecidos, mas também, mais recentemente, em orientações do grupo consultor externo, especialista em linguagens em perigo de extinção da UNESCO (*UNESCO ad hoc Expert Group on Endangered Languages*), no documento sobre *Language Vitality and Endangerment* (2003)⁵. Em nível local, os mesmos princípios foram defendidos, quiçá com mais amplitude, já que fazem referência específica também às línguas de imigração, no I Fórum Internacional da Diversidade Linguística (2007), conforme já nos referimos anteriormente, na Introdução desta Tese.

A linguística de contato foi e continua sendo um desafio para todo pesquisador. A dificuldade em descrever situações de contato entre diferentes línguas começa pela concepção de língua que vigora nas sociedades, ou como abstração, como “essência” (modelo de Platão), ou como modelo perfeito, homogêneo e com falantes “ideais” (modelo de Chomsky), associado à visão monolíngue das comunidades. O encontro de duas ou mais línguas é visto, em geral, como um confronto entre as mesmas e, com isso, um conflito de valores, conceitos, normas que, vistos em profundidade, nada têm a ver com fatores linguísticos. Na maioria das vezes, o confronto transforma-se em batalha que procura manter uma e extinguir outra. A batalha pode se dar com ou sem luta explícita, mas não há dúvida que vence a língua que tiver maior força, seja política, social ou econômica. Muitos, complexos e, às vezes não muito claros, são os fatores que influenciam tal fenômeno. Do que já sabemos como professora e como linguista, a língua como essência e o falante ideal existem para fins metodológicos de estudo; o que existe de fato são seres humanos que falam diferentes línguas e que, dessa forma, constituem também diferentes sociedades, sendo, uma delas, a comunidade de descendentes de imigrantes italianos da região do Alto Uruguai Gaúcho, da qual faço parte.

⁵ Document submitted to the International Expert Meeting on UNESCO-Programme Safeguarding of Endangered Languages. Paris, 10-12 March 2003.

Senão, vejamos um pouco de nossa sociedade multilíngue, ou, mitologicamente vista, monolíngue, o gigante continental onde prepondera em cada canto a mesma incólume língua portuguesa. Pelos Anais do I Fórum Internacional da Diversidade Linguística (2007), o Brasil, desde a sua origem, tem uma língua dividida em múltiplos falares. Mesmo antes de 1.500 e da chegada dos portugueses, este já era um país multilíngue. Estimativas apontam a presença de cerca de uma a duas mil línguas faladas pelos povos indígenas. A própria língua portuguesa já trazia marcas distintas, dependendo da região onde era falada em Portugal. Há de se considerar, ainda, que a chegada dos portugueses se dá em diferentes períodos, ocasionando distintos contatos, seja com os índios, com os negros da África, com os próprios portugueses e com os imigrantes. Assim, aqui coexistem o português, língua oficial e nacional e língua materna da grande maioria dos brasileiros; línguas indígenas, línguas de imigração⁶, línguas de fronteira, línguas afro-brasileiras e línguas de sinais.⁷ Nesse contato, se fortalecem ou enfraquecem, se modificam em virtude das relações que estabelecem seus falantes uns com os outros. Silva Neto (1950) já escrevia:

A evolução é complexa e melindrosa, relacionada com mil e um acidentes, cruzada e recruzada e entrecruzada – porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes e uma atividade em perpétuo movimento (SILVA NETO, 1950, p.52).

O que significa isso na prática? O que significa dizer que os processos de mudança e variação das línguas vivas são incessantes e ininterruptos? Significa ver a língua como uma atividade social, cujas regras evoluem de acordo com os mecanismos de auto-regulação de seus falantes e de comunidades em sua dinâmica histórica de interação entre si e com a realidade⁸.

As concepções de língua homogênea e de falante ideal não são condizentes com o contínuo compor, descompor e recompor de uma língua, mas condizem, e muito bem, com a prática da discriminação e da exclusão social, práticas essas decorrentes de mitos e preconceitos instalados no imaginário popular e transmitidos através das gerações. Bagno (2000, p. 50) refere-se a essa questão como o “círculo vicioso do preconceito lingüístico”, que vem sendo continuamente reproduzido e alimentado, de um lado, pela força da tradição e, por outro, pela prática escolar tradicional e pela mídia.

⁶ Nesta Tese, entendemos, em termos político-linguísticos, é de que se tratam de *línguas* e não de dialetos, conforme Skutnabb-Kangas & Phillipson (1996).

⁷ Esta divisão está baseada em Atenhofen (2008).

⁸ Conceito de visão da língua baseado em Bagno *et al.* 2002.

O que transpassa nos mitos criados e mantidos no e pelo contato linguístico é uma espécie de destino que consegue efeitos reais sem ser a causa real. Existe na ideia, como falta de ideia, e produz efeitos na realidade. Existe na imaginação, como falta de imaginação, e produz efeitos concretos. A reprodução do fatalismo é comandada pela introjeção de uma ideia de falta de poder nela mesma; os acontecimentos bons ou maus são atribuídos a alguma entidade ou ser superior ou mesmo ao acaso. Acreditando em mitos, escapa à lógica comum que acontecimentos, tais como a manutenção do bilinguismo ou do plurilinguismo ou a monolingualização decorrentes de diferentes línguas em contato, longe de deterministas ou determinados, são fenômenos reais e explicáveis cientificamente, e que neles estão as histórias de quem os formou, ainda que, por muitos, de forma inconsciente.

Essas diferentes formas de perceber a realidade linguística estão calcadas em valores com fortes conotações econômicas e ideológicas que fazem com que também países, política e economicamente mais poderosos, imponham aos demais povos seus idiomas. Isso se reflete de modo distinto nos diferentes países, regiões e comunidades, já que os meios empregados para a exploração hoje são muito mais sutis do que a antiga escravidão explícita. Vejamos algumas situações:

- O Brasil, país que adota uma única língua oficial usada amplamente por toda a população, mas que, na verdade, contém, paralelo a esta língua oficial, inúmeros outros falares, sejam considerados línguas ou dialetos (que estão sendo reivindicados por suas respectivas populações de falantes) revela um monolingüismo apenas aparente e oficial. A língua portuguesa, no entanto, apesar de ser usada por todos os brasileiros e por quase 230 milhões.⁹ de pessoas no mundo, estando incluída entre as línguas mais faladas, é pouco usada, conhecida e valorizada fora das fronteiras dos países que a adotam como língua oficial. O Brasil, linguisticamente falando, adota para com suas línguas não-oficiais uma política de *laissez faire, laissez passer*¹⁰, diríamos que semelhante à adotada por outros países em relação a ele.
- Embora o idioma mais falado no mundo seja o mandarim (885 milhões), é usado em poucos países; apenas a China responde por 836 milhões de falantes. Já o inglês, com menos da metade dos falantes (340 milhões), é a língua oficial ou co-oficial de cerca de 50 países, como os Estados Unidos, Canadá, África do Sul, Botsuana, Austrália,

⁹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de1%C3%ADnguas_por_total_falantes. Acesso em 13/07/2007.

¹⁰ KEYNES (1992) Contração da expressão em língua francesa – *laissez faire, laissez aller, laissez passer*, que significa literalmente “deixai fazer, deixai ir, deixai passar.” A expressão refere-se a uma ideologia econômica que surgiu no século XVIII, no período do iluminismo, através de Montesquieu, que defendia a existência de livre mercado nas trocas comerciais internacionais. *Laissez faire* é o chavão do liberalismo na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferências.

Bahamas, Reino Unido e Irlanda; a segunda língua de aproximadamente 150 milhões de pessoas em todo globo e também o principal idioma da comunicação mundial, usado na diplomacia, na economia, no turismo e na informática.¹¹

- As línguas oficiais dos países africanos não são as línguas nativas, mas sim as dos colonizadores, sobretudo o inglês, o francês e o português. A população nativa, no entanto, continua falando suas línguas em situações de interação informal. De outra forma, países que instituem três ou mais línguas oficiais, como a Suíça, cuja abordagem linguística é feita em alemão, francês, italiano ou romanche, convivem na mais perfeita paz linguística (CALVET, 2007, p.126)¹².
- “Aproximadamente 97% da população mundial fala em redor de 4% das línguas do mundo; e, contrariamente, 96% das línguas do mundo são faladas por cerca de 3% da população mundial” (BERNARD, 1996, p.142, *apud*: Documento UNESCO, 2003). Segundo o mesmo documento, “muito da heterogeneidade das línguas está submetido a um pequeno número de pessoas”.
- Calvet (2007) dá exemplos de como a questão do multilinguismo acontece nos mais diferentes países, ora enfocando a ação sobre a língua (*corpus*) ora enfocando a ação sobre as línguas (*status*). O enfrentamento, em qualquer uma dessas escolhas, faz-se com capital social e políticas públicas, e não apenas estatais. Uma sociedade civil, comprometida com o bem público, com a igualdade de oportunidades e com a unidade na diversidade precisa fazer-se cônica dessas escolhas. Ou seja, os estudos já existentes sobre línguas em contato parecem deixar claro que o pesquisador, comprometido com a manutenção da diversidade linguística, precisa fazer essa escolha política e estar ciente de sua opção.

1.1.2 Língua materna, língua de imigração e língua minoritária: os diversos olhares sobre a língua.

Dentro dos limites de um país, usam-se distintas denominações para os distintos papéis que as línguas ocupam no dia-a-dia dos cidadãos e no Estado como tal. Assim, conforme usos e funções que exercem, categorizam-se as línguas como: língua oficial, língua materna, língua franca e língua nacional. A língua oficial é a língua do Estado, obrigatória nas

¹¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de1%C3%ADnguas_por_total_falantes. Acesso em 13/07/2007.

¹² Refiro-me à tradução feita por Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno, com prefácio de Gilvan Muller de Oliveira, da Parábola Editorial: IPOL, 2007.

ações formais desse Estado. O dispositivo legal que prescreve o uso de uma ou mais línguas instituídas como linguagem oficial de um país já comporta o fato de que as possíveis demais linguagens desse país ou são negadas ou são relegadas ao esquecimento. E aqui já podemos antever o nível de complexidade que se esconde por trás dessas definições aparentemente simples. Isso porque as definições comumente usadas ultrapassam o nível linguístico, incluindo aspectos sociais, educacionais, políticos, históricos e, ainda, aspectos de ordem interna ao falante.

A relação entre língua e cultura é muito estreita, porque quando nos comunicamos expressamos um conhecimento de mundo que só é codificável e decodificável pelos que, como nós, também detêm esse conhecimento permitido pelo uso de uma mesma língua. A língua, por si só, já contém e representa parte fundamental desse conhecimento. As atitudes, os costumes, as crenças, os hábitos, os valores, a história, enfim, toda a cultura perfazem o total do conhecimento. Em artigo sobre o conceito de língua materna e suas implicações para o estudo do bilinguismo, Altenhofen (2002, p. 159) discorre sobre um conceito chave para entender as relações sociais e cognitivas entre as línguas em contato em uma comunidade bilíngue na definição de língua materna. O autor define língua materna

[...] como um conceito dinâmico que varia conforme um conjunto de traços relevantes que engloba, em uma situação normal, válida para um determinado momento da vida do falante, a) a primeira língua aprendida pelo falante, b) em alguns casos, simultaneamente com outra língua, com a qual c) compartilha usos e funções específicas, e) apresentando-se porém geralmente como a língua dominante, f) fortemente identificada com a língua da mãe e do pai, por isso, d) provida de um valor afetivo próprio (ALTENHOFEN, 2002, p.159).

Esta definição reúne os diferentes critérios a considerar; em parte também identificados por Skutnabb-Kangas (1988, p.16) como centrais: a) ordem de aprendizagem, b) usos e funções, c) grau de proficiência, d) identidade e e) afetividade. No meu caso particular, como descendente de italianos, tive desde cedo a ligação da língua *talian* com o ambiente familiar. Sou descendente de italianos por parte de pai e mãe. Minha mãe, descendente da 3ª geração de imigrantes italianos – seus quatro avós vieram da Itália – teve duas línguas maternas, já que adquiriu o italiano e o português concomitantemente e foi alfabetizada na língua portuguesa aos oito anos de idade. Enquanto minha mãe teve duas línguas maternas, pois aprendeu as duas simultaneamente, seus pais só tiveram uma, o italiano, já que os pais (deles) não conheciam nada do português quando aqui aportaram. Tiveram do português um conhecimento apenas de contato, forçado pelas necessidades mínimas de sobrevivência na nova terra. Eu, como descendente da 4ª geração, com pai também descendente de italianos e

falante bilíngue, tive o português como língua materna, porém paralelo amostra à aprendizagem da pronúncia do italiano, usado por meus pais e meus avós em suas intercomunicações familiares. Como não necessitava me comunicar em italiano, já que não era exigida de mim esta prática, nem via naquele momento o valor de uma segunda língua como reconheço hoje, tornei-me aquilo que a literatura sobre o assunto diz ser o “bilíngue passivo” ou “bilíngue restrito”. Entretanto, a língua permaneceu em mim, em estado latente, como se em compasso de espera, compartilhando função e uso específicos com a língua obrigatoriamente dominante, o português. Minhas duas filhas, descendentes da 5ª geração, também com pai descendente de italianos e bilíngue passivo, entraram em contato com o português, tendo do italiano apenas lembranças de uma história com poucos episódios, onde as questões linguística e afetiva em relação àquela cultura pouco ou nada significaram. Em uma de nossas primeiras conversas sobre o assunto, isso há mais ou menos cinco anos atrás (2004), quando falava de minha indignação por ter pouco interagido com minha língua de origem e questionando-as sobre os seus sentimentos em relação a esta perda, responderam simplesmente: “Mãe, do que tu tá falando? Nós nem sabemos que língua é essa, como podemos manter algum sentimento sobre ela?”. Para elas, não houve perda da língua materna de origem; não se perde o que nunca se teve. Assim, o italiano, de língua materna que foi, de meus avós e tataravós, de língua materna simultânea com o português, de meus pais, e de meu conhecimento, como bilíngue passiva, até ao seu desconhecimento, pelas minhas filhas, chega ao total desaparecimento. Retroagindo à geração dos primeiros imigrantes, a perda total da língua de imigração se dá na 5ª geração. A perda da língua italiana, como língua materna, já acontece na 4ª geração. Pozenato (2003) refere-se a essa questão da permanência da língua como estritamente ligada ao processo de trocas culturais. Exemplifica com a região de colonização italiana (RCI)¹³ que, pelo isolamento,

até a 4ª geração, talvez a 5ª geração dos imigrantes ainda mantém a língua, bem ou mal. [...] Quando, numa imigração, o processo de troca se faz imediatamente, na 3ª geração já não existe mais o uso da língua original. [...] Aqui, durante pelo menos duas gerações iniciais, ainda permanece a língua original rearticulada no nível comum. Na terceira geração é que começa a ocorrer o processo de bilingüismo. Na quarta geração é que começa haver a memória e não o uso e na quinta desaparece a memória também (POZENATO, 2003, p.108).

O processo de perda linguística pode ser representado como um *continuum*, que tem como início a própria formação de uma língua franca, entendida como a língua praticada por

¹³ RCI – sigla que identifica a região de colonização italiana localizada no norte do Estado; região da grande Caxias do Sul/RS.

grupos de falantes de línguas maternas diferentes que, por necessidade, encontram uma forma de se comunicarem. Nesse sentido, poderíamos dizer que a coiné resultante do contato entre os diferentes dialetos italianos e denominada de dialeto vêneto, vêneto riograndense ou *talian* foi uma língua franca, pois possibilitou a interação de imigrantes italianos advindos de diferentes regiões da Itália e, conseqüentemente, com diferentes dialetos. Se possibilitou a interação entre os primeiros imigrantes italianos, não lhes possibilitou o *status* de língua nacional, fato que poderia ter desencadeado o sentimento de pertencimento ao novo país. Se a língua materna e a língua franca tratam das relações dos falantes com seu cotidiano, as outras duas tratam das relações imaginárias, ideológicas e institucionais, portanto, relações de poder, localizadas no tempo e no espaço. Mas, onde ficam os conceitos de língua de imigração e de língua minoritária?

É tão complexa a sua definição quanto a sua localização. Para os objetivos deste estudo, definimos língua de imigração como aquela que vigora em um grupo de indivíduos que imigra para outras terras e que possui uma língua diferente daquela do país anfitrião, por isso, também tida como língua “alóctone” (OLIVEIRA, 2003, p.7). Essa língua poderá constituir-se em uma língua minoritária, se esse grupo não for hábil o suficiente para manter a língua ou se não houver uma política de apoio à língua dos imigrantes. Kaufmann (2006), em seu artigo “*Language naintenance and reversing language shift Spracherhalt und Umkehr von Sprachwechsel*” define língua minoritária

como uma língua (que pode ou não existir em outras partes do mundo) de um grupo étnico (indígena ou imigrante) cujos falantes estão em contato direto e frequente com um (normalmente) diferente grupo étnico que é mais numeroso e com mais poder, cujos membros falam uma linguagem diferente (KAUFMANN, 2006, p.2433).¹⁴

Isto é, a língua de imigração é por definição também minoritária. Enquanto o primeiro conceito enfatiza a questão da origem e do movimento migratório, o segundo foca o critério demográfico e político.

Altenhofen e Margotti (no prelo, 2009, p.1-2), em uma perspectiva político-linguística, referem-se à língua de imigração em termos de *status* e *corpus*, “[...] as línguas de imigração são comumente vistas como um corpo estranho e diferente, o qual contrasta com a língua oficial [...] algo que, numa perspectiva monolinguística fortemente ideologizada, dela destoa.” Continuando, Altenhofen e Margotti a definem como línguas “1) originárias de fora do país

¹⁴ “[...] as a language (which might or might not exist in other parts of the world) of an ethnic group (indigenous or immigrant) whose speakers are in direct and frequent contact with a (normally) different ethnic group which is more numerous and more powerful and whose members speak a different language” (KAUFMANN, 2006, p. 2433).

(alóctones) que, no novo meio, 2) compartilham o *status* de língua minoritária,” seguindo Calvet (2007, p.9).

Nas diferentes regiões do sul do país ocupadas pelos imigrantes, as línguas de imigração eram conhecidas como línguas menores, “dialetos”, de pouca importância política, sem serventia prática e nenhuma importância legal, línguas de populações minoritárias e, por isso, também línguas minoritárias. Até os dias de hoje, essas concepções perduram não só entre a população em geral, mas também entre nossos descendentes de imigrantes, profundamente marcados pelo preconceito e pela estigmatização.

1.1.3 Preconceito *versus* direito linguístico

O Brasil, constitucionalmente amparado em apenas uma língua nacional, o português, é um país dito monolíngue, portanto, tem o monolinguismo como princípio constitucional, significando que todo cidadão brasileiro deve ser alfabetizado em português¹⁵ e fazer uso do mesmo em suas relações oficiais com o Estado. O artigo 13 da Constituição Federal de 1988 explicita em texto constitucional que “a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”. O idioma nacional tem, portanto, o *status* de língua oficial. O monolinguismo brasileiro é uma decisão política que tem na língua portuguesa o símbolo da unidade nacional. Essa solução, apesar de sua legitimidade como opção de Estado, construiu-se muitas vezes do mito de “uma língua, uma nação.” Oliveira (2000, p.83) observa que no Brasil há consenso de que “aqui só se fala uma única língua, a língua portuguesa. Ser brasileiro e falar o português (do Brasil) é, nessa concepção, sinônimo.” Se este é um direito e uma verdade constitucional, está longe de ser uma verdade de fato. O povo brasileiro manifesta-se em aproximadamente 200 línguas, sem contar o bidialetalismo que marca a fala e distingue, em forma de clichês, o tom arrastado do nordestino, o tchê gaúcho, o chiado carioca e outros tantos quantas são as regiões deste país. Ou, conforme Ronan Prigent, filósofo francês, referiu-se durante o “Fórum Internacional da Diversidade Lingüística”, ocorrido em Porto Alegre, em julho de 2007 “O português no Brasil é tão variado quanto a cor das pessoas.” De fato, a diversidade linguística brasileira não pode ser ignorada, ou vista como empecilho à unidade nacional; pelo contrário, a pluriétnica e plurilinguagem do contexto brasileiro constitui fator fundamental da brasilidade formada a partir da confluência

¹⁵ Com exceção das comunidades indígenas que têm apoio institucional para serem também alfabetizadas em suas respectivas línguas de origem.

de diversas contribuições, não apenas indígenas, africanas e luso-europeias, como costuma repetir a literatura, mas também imigrante, mesmo que Darci Ribeiro tenha colocado essa contribuição como menor, e que no Documento do grupo *ad hoc* especialista em línguas em perigo de extinção, da UNESCO, de 2003, não haja referência específica às línguas faladas por descendentes de imigrantes.

Entretanto, o plurilinguismo brasileiro, ao mesmo tempo em que é visto como algo positivo e desejável, no sentido de dominar com desenvoltura o português e operar com destreza línguas estrangeiras modernas, como o inglês, francês, espanhol, alemão, italiano, japonês ou outros tantos, por outro lado é visto como indesejável e deficiente quando se manifesta em um português dialetal, com traços regionais ou de línguas alóctones, de populações minoritárias, sem projeção social e econômica. Subentende-se que o plurilinguismo, aqui, está ligado a uma concepção política e ideológica que, segundo Fishman (1988), Lambert (1972) e Oliveira (2000), tem como princípio a valorização das línguas com *status* e poder sócio-econômico-cultural e constitui parte de um processo de dominação que faz com que outras línguas sejam significadas por um caráter de inferioridade.

Marcos Bagno (2000, p.48-9), ao referir-se à ideologia, ao mito e ao preconceito, sustenta ser impossível dissociar mito de ideologia; além disso, não lhe parece tarefa simples determinar, entre mito e preconceito, o que veio primeiro. Adota a postura de Roland Barthes (1985, p.162, *apud* BAGNO, 2000, p.47), considerando que o mito é “uma fala despolitizada”. De um modo prático e inteligente, Bagno descreve em frases feitas e provérbios os mitos que se encontram encapsulados e que dão continuidade ao preconceito linguístico. Os mesmos provérbios e falas também repetidos pelos nossos informantes, como veremos no cap. 4 da análise. Citam-se assertivas do tipo: “Eu não sei português”; “Português é muito difícil”; “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”; “Nosso português não é correto”; “Nosso italiano não é o verdadeiro, o certo, mesmo!” Descrevendo sobre mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues (alemães) no sul do Brasil, Altenhofen (2004, p. 87-8) acrescenta ainda concepções mais específicas de situações de contato linguístico como: “Fale português, você está no Brasil!” “Eles teimam em manter a língua.” “Não querem se assimilar.” “Não querem aprender português”.

Infelizmente, mitos como esses, embora antigos na cultura brasileira, continuam presentes no imaginário e na fala da grande maioria da população. Das línguas minoritárias, as únicas que receberam amparo explícito na Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 231, foram as línguas dos indígenas brasileiros.

Foi através da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, lançada em Barcelona em junho de 1996, sob os auspícios da Unesco, que novas perspectivas em política linguística dirigidas a minorias vêm sendo estudadas e propostas. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem, desde 1997, formulando instrumentos específicos para efetivar, no campo das políticas de patrimônio cultural, a concepção ampla de patrimônio expressa no artigo 216 da Constituição Federal. O decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, que institui o “Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, abre espaço para o reconhecimento pelo Estado, como patrimônio cultural do Brasil, de bens de caráter processual e dinâmico, como as suas línguas. Em 2005, começam os preparativos para um seminário legislativo sobre a Criação do Livro de Registro das Línguas, a cargo da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL). O seminário aconteceu em 2006, no Congresso Nacional, e teve como objetivo principal o reconhecimento, pelo Estado, da pluralidade linguística do país e tudo o que isso possa representar em termos de realização concreta. Já, como resultado, em dezembro de 2007, na Câmara dos Deputados, em Brasília, ocorreu a Audiência Pública da Diversidade Linguística do Brasil, tendo como pauta a discussão do multilinguismo brasileiro visto sob a ótica da política de promoção e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Conforme Relatório da Audiência

O foco principal desse processo é a necessidade de ações públicas no sentido de estancar o avanço da extinção da diversidade lingüística e da perda de habilidades multilíngües, bem como de dar visibilidade e sentido às configurações culturais presentes no espaço brasileiro (ALTENHOFEN, 2007, p.9)¹⁶.

Como consequência desse processo, que previa a escolha de “língua-piloto” para o projeto de testagem de metodologia do Inventário, ou seja, uma língua que tenha relevância para a memória e identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira, que seja veículo de transmissão cultural e falada no território nacional há pelo menos três gerações, tem-se já aprovado o projeto de inventariamento do *talian*,¹⁷ como representante pioneiro para as línguas de imigração.

¹⁶ Ver: Relatório de Atividades (2006-2007), encaminhado pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL), através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2007, p.9 (www.iphan.gov.br, acesso em 27/12/2007).

¹⁷ O projeto de inventário do *talian* vem sendo desenvolvido pelo Instituto Vêneto e Universidade de Caxias do Sul/RS, a partir de 2009.

No cenário internacional, ¹⁸ em 2002, a Unesco publicou o “Atlas das Línguas em Perigo no Mundo”; em 2003, foi aprovada pela Assembléia Geral da organização a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que inclui no seu Artigo 2 “a língua como vetor do patrimônio cultural imaterial”; e, em 2005, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais reconhece em seu Preâmbulo que “a diversidade linguística é um elemento fundamental da diversidade cultural.”

Descortina-se um panorama político promissor em favor da diversidade linguística e, conseqüentemente, resguardando o patrimônio cultural de comunidades em risco de extinção. Permanece, no entanto, a dúvida sobre os resultados efetivos na promoção e gestão da diversidade linguística nas diferentes comunidades. Como isso se dará? Qual a perspectiva social proposta para negociar as dificuldades que os esforços em torno da manutenção da diversidade envolvem?

1.1.4 Manutenção e substituição linguística OU fomento à aquisição bi-ou plurilíngue?

Questões sobre manutenção e substituição linguística ou fomento à aquisição bi- ou plurilíngue podem ser colocadas em um mesmo lado da moeda, não sendo, necessariamente, opostas. Elas vêm atreladas à preocupação com a defesa ecológica do planeta, e trazem consigo a defesa de sua flora, fauna, terra, ar e, também, a defesa das populações, suas culturas e, conseqüentemente, suas línguas.

Assim, o ideal de um Brasil homogêneo – com um só povo e uma só nação, construído através de um projeto político que reduziu o número de línguas num processo de glotocídio, recebe hoje um novo olhar e é revidado abertamente (já que nunca foi pacífico) em defesa da diversidade linguística, tanto que a linha de pesquisa sobre línguas de imigração configura-se no cenário maior da pesquisa sobre línguas em contato como uma área emergente e necessária, tendo em vista que seus estudos são ainda escassos e ocupam um papel marginal.

Enquanto algumas línguas de povos minoritários têm *status* de alguma espécie no Estado ou na região particular onde vivem, outras não alcançam *status* algum. As conseqüências para estas populações ultrapassam o terreno linguístico e deixam profundas marcas no campo social. O resultado mais comum é substituir a língua de menor poder pela

¹⁸ Esses dados foram retirados do artigo de Maria Cecília Londres Fonseca, intitulado “A Diversidade Linguística no Brasil: considerações sobre uma proposta de política”. Revista Eletrônica **Patrimônio** do Iphan: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=215>, com acesso em 25/08/2007.

língua majoritária. O processo é de **substituição** e perda, não de **adição**, de **fomento à aquisição** bi-ou plurilíngue. Por extensão, o enfoque das pesquisas na área, até então, foi na manutenção, substituição e perda. De acordo com Hyltenstam & Stroud (1996, p.568), falantes de línguas ditas minoritárias e, de modo semelhante, também pesquisadores tendem a negligenciar situações de estado natural, sadio de uma língua e, somente quando, por alguma razão, esse estado passa a ser considerado como não natural, em perigo, é que a pesquisa sobre manutenção e perda passa a ser motivo de interesse.

No entanto, em 1963-1964, quando Fishman referiu-se à expressão “*language maintenance and language shift*” para designar um *continuum* que vai demonstrando a perda do número de usuários e usos de uma determinada língua, já focalizava a manutenção. O grupo *ad hoc* da UNESCO, já citado, descreve que uma língua está em perigo quando se encontra a caminho da extinção, e que, sem uma adequada documentação, a língua que está extinta jamais poderá ser revitalizada. Há que se considerar, ainda, que exatamente os polos extremos – **manutenção** (*maintenance*) e **perda** (*loss*) concentram dados de pesquisa imprescindíveis ao fomento à aquisição bi- ou plurilíngue. O próprio Fishman (1992, p.397), referindo-se ao maior número de pesquisas voltadas à documentação de casos de mudança e perda de uma língua do que à sua manutenção e revitalização, observa que

o negativo ou o lado da dívida desse *continuum* está representado em excruciantemente fino detalhe, com estudos de atrito, mudança, perigo, perda e morte, mas o outro lado da moeda (reversão, revigoramento, restauração, revitalização e reestabilização) é muito menos atentamente estudado (FISHMAN, 1992, p.397)¹⁹.

Conseqüentemente, novos termos são adaptados a fim de distinguir a larga variedade de processos que se estabelecem entre usuários e línguas em perigo de extinção e ao fomento bi- ou plurilíngue. Fishman (1996, p.902) enumera alguns termos referentes ora à substituição e perda, ora à manutenção e fomento. No primeiro caso, distingue “*language loss, language attrition, language replacement, language displacement, and language endangerment.*” Em português, diríamos perda da linguagem, linguagem em atrito, substituição da linguagem, deslocamento ou destituição da linguagem, linguagem em perigo. A tradução para o português nem sempre é recomendável e adequada. Além da terminologia, os contextos possuem outra configuração e talvez seja preciso criar novos termos para descrever a singularidade de línguas faladas por brasileiros descendentes de imigrantes europeus, e que se

¹⁹ “*the negative or debit side of this continuum is represented in excruciatingly fine detail, with studies of attrition, shift, endangerment, loss and death, but the other side of the coin (reversal, revival, restoration, revitalization and restabilization) was much less closely studied*” (FISHMAN, 1992, p. 397).

encontram, supostamente, em perigo de extinção. Isso também é parte da pesquisa. Estudos já realizados por linguistas brasileiros²⁰ nos mostram que, mesmo em situação adversa, “*small language*” podem apresentar forte resistência à perda de sua língua de origem e, dessa forma, maximizar as chances de continuidade étnico-linguística, principalmente através da transmissão intergeracional. E aqui já estaríamos entrando no segundo campo, o da *reversal, revival, restoration, revitalization and restabilization language*, em português, reversão, revivificação, restauração, revitalização e reestabilização (FISHMAN, 1992, p.397).

O discurso de uma língua moribunda, pensado e calculado a partir do tempo de uso desta língua e do possível tempo restante de vida, desenvolvido através de uma lógica imanente de perda contínua e conhecido como “processo de substituição e perda linguística” é hoje focado com uma mudança de olhar, não mais dirigido somente ao que já se perdeu ou modificou, mas em posse desses dados, dirigi-los à construção de políticas de fomento linguístico às minorias, “por que falar a sua língua de origem é um direito inalienável de cada ser humano”²¹. Manutenção, substituição e fomento não são termos que se excluem, mas que podem ser complementares na busca de uma outra postura frente à diversidade, onde o discurso deixe de ser um discurso sobre as cinzas, que se contenta em medir o alcance de línguas, utilizando critérios de maior ou menor prestígio, e passe a ser um discurso dos vivos; dirigido principalmente às crianças que poderão vir a adquirir esse conhecimento. Conhecimento visto como a aquisição de habilidades comunicativas necessárias à sobrevivência e que são um capital intelectual valioso em um mundo onde a diferença faz o resultado.

O reverso dessa moeda seria o linguicídio e a mortandade linguística.

1.1.5 Linguicídio e mortandade linguística

No transcorrer da história, sempre houve línguas que se impuseram, quer cultural ou economicamente sobre outras. Ao declínio de grandes potências, seguiu-se, também, o declínio de suas línguas. A colonização de um país sempre é feita pela imposição da língua do colonizador. Em um processo de imigração, comunidades falantes de línguas distintas da língua oficial do país que as recebe, normalmente e também tragicamente, têm uma perda linguística acentuada. O documento do grupo *ad hoc* da UNESCO explicita que a perda de

²⁰ Estudos de: Bagno (1999; 2000); Orlandi (2001).

²¹ *Slogan* utilizado no I Seminário Internacional da Diversidade Linguística. Porto Alegre, julho de 2007.

uma língua pode ser resultado de forças externas, militar, econômica, religiosa, cultural, ou pode ser causada por forças internas, como atitudes negativas de comunidades em torno de sua própria língua, e que

a extinção de cada língua resulta em uma irrecuperável perda de uma cultura histórica única, e conhecimento ecológico. Cada língua é uma expressão única de experiência humana no mundo. Assim, o conhecimento de uma simples língua pode ser a chave para respostas a questões fundamentais no futuro²² (UNESCO, 2003, p.2).

Na explicação do fenômeno da perda, Skutnabb-Kangas e Phillipson (1996, p.667) propõem o termo *linguicism* para definir o processo que conduz uma língua à extinção. “Linguicism é análogo a racismo e envolve questões que legitimam, efetuem e reproduzem um desequilíbrio na divisão do poder e dos recursos entre comunidades avaliadas pela sua linguagem,[...]”²³ portanto pode referir-se tanto à linguagem quanto a seus falantes. Paralelamente, estende-se, *linguicide* (SKUTNABB-KANGAS e PHILLIPSON, 1996, p.667) por termo análogo à genocídio, como o resultado do linguicism, explicado muitas vezes como um fenômeno natural pelo qual passam todas as línguas, com períodos de ascensão e declínio, comparáveis a organismos que se desenvolvem, florescem e murcham ou, ainda, vítimas das leis do progresso, neste caso, visto como uma incapacidade de adaptação dos falantes ao mundo moderno.

O linguicism é o que nos afeta mais diretamente, já que configura a educação de minorias, imigrantes ou indígenas, e a proeminência do inglês como a linguagem mundial. Dorian (2006, p.437) considera em perigo a língua de minorias dentro de um Estado onde a população em questão vive, como comprovam as pesquisas já realizadas sobre a situação da língua de origem italiana na Região do Alto Uruguai Gaúcho (CONFORTIN, 1998; MESCKA, 1983) que apontam para um atual estágio de linguicism que não tem a ver com causas naturais, mas sim com causas que podem e devem ser identificadas e analisadas. Confortin (1998) conclui que os empréstimos decorrentes do contato entre o dialeto vêneto e a língua portuguesa não foram impostos, mas buscados pelos imigrantes e seus descendentes como uma necessidade de adaptação e de sobrevivência no novo país. Gal (1996, p.586, *apud* GOEBEL, 1996) afirma que o declínio e possível extinção de uma língua, necessariamente implicam privilégios a outras línguas substitutas daquelas. A própria Declaração Universal

²² “The extinction of each language results in the irrecoverable loss of unique cultural, historical, and ecological knowledge” (*International Expert Meeting on UNESCO Programme Safeguarding of Endangered Languages*).

²³ O texto completo é: *Linguicism has been defined as “ideologies, structures and practices which are used to legitimate, effectuate and reproduce an unequal division of power and resources (both material and immaterial) between groups which are defined on the basis of language”* (SKUTNABB-KANGAS & PHILLIPSON, 1996, p.667).

dos Direitos Linguísticos surge como reação à ameaça do linguicismo. Oliveira (2003, p.9), ao referir-se sobre as línguas brasileiras e aos direitos linguísticos, destaca que “a política de integração do índio, do negro e do imigrante pressupunha a destruição das suas línguas e das culturas e sua adaptação ao formato luso-brasileiro.” A quase total aceitação de que a morte de uma língua está associada, em nível individual, ao ato voluntário de cada falante e, em nível social, como o resultado natural, seja das leis da natureza ou do progresso, faz parecer que o linguicismo e o linguicídio sejam fenômenos normais aos quais estão expostas principalmente as línguas de comunidades minoritárias. Nesse sentido, pode-se falar em mortandade linguística, termo análogo à linguicídio, mas com uma conotação mais acentuada de morte “natural”, como uma grande epidemia, que arrasa populações inteiras e que é vista como inerente ao processo biológico cíclico. Essa falta de consciência linguística (*language awareness*) vai de encontro à manutenção linguística, à aquisição bi-ou plurilíngue e, conseqüentemente, à revitalização (*language revitalization*).

1.1.6 Consciência linguística (*language awareness*) e revitalização (*language revitalization*)

O devir da história, vista enquanto prática social, tem mostrado que inúmeros processos de dominação oriundos do poder institucionalizado são perpetuados como legítimos e decorrentes do contato natural entre indivíduos de diferentes grupos de poder e diferentes linguagens. No entanto, para aqueles que estudam esses processos, de natural mesmo há o contato linguístico, pois o que determina, em grande parte, a rapidez ou a lentidão das mudanças é a estrutura da sociedade na qual as línguas se inserem. Senão, vejamos o caso de contato entre línguas de imigração e a língua portuguesa no início do século XX.

A região norte do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente a região do Alto Uruguai Gaúcho, é uma região que se caracteriza como um espaço geográfico onde se registra a presença significativa de comunidades bilíngues, formadas por descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses e israelitas que, infelizmente, estão sendo vítimas de um processo contínuo de mortandade linguística e cultural. O processo de contato das línguas dos diferentes imigrantes entre si e de todas estas línguas com a língua do país, o português, fez e está fazendo com que as diferentes variedades de falares italianos, por exemplo, estejam se constituindo em uma “mistura”, fazendo desaparecer a própria diversidade interna à língua (nivelamento linguístico). Por outro lado, o contato das diferentes línguas alóctones com o

português, língua oficial, provocou e está a provocar o seu suposto quase desaparecimento, em graus distintos, dependendo das condições de manutenção da língua em cada comunidade de falantes.

Apesar das iniciativas levadas a efeito nos últimos anos (Livro das Línguas; Inventário Nacional de Diversidade Linguística), pode-se dizer que não há no Brasil uma tradição de reconhecimento ao menos declarado dos direitos linguísticos das diferentes comunidades formadas por descendentes de imigrantes. São também incipientes as discussões sobre educação bilíngue. A língua portuguesa, obrigatória como meio de instrução formal, domina como língua única. A escola, como aparelho ideológico do Estado, mal acolhe a língua minoritária do aluno, como parte de seu contexto, seja por não incentivar ou ignorar, seja por meramente substituí-la pela língua majoritária. Instaura-se, como afirma Paraíso (1996, p.138) um “campo de silêncio” sobre algo que, se debatido ou trazido à consciência (*language awareness*) causaria transtornos à ordem instaurada. Constata-se o que Cummins (2000)²⁴ descreve ironicamente, quando compara a situação a uma placa fixada na entrada de escola, onde se lê: “Entrem, sejam bem-vindos, mas deixem suas línguas maternas do lado de fora,” como quem deixa os calçados do lado de fora, para manter a “higiene do ambiente.”

Faz muito pouco tempo que questões ligadas à aquisição da língua de origem, ao respeito com a língua do aluno e, principalmente questões referentes à política linguística²⁵ foram introduzidas no cenário brasileiro e nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação na área de Letras. Eu mesma, como aluna do curso de Letras de uma universidade de região com predominância italiana, na década de 1970, pouco ouvi falar sobre línguas minoritárias, direitos linguísticos, línguas de imigração ou mesmo de política linguística. No entanto, por mais paradoxal que possa ser, já existia a tendência de apoio à aquisição de línguas estrangeiras²⁶ modernas como forma de *status* e ascensão social. Progressivamente, de forma paralela e ainda não consciente, a depreciação de minorias linguísticas, em sua diversidade, tornava-se um fato. Afinal, excluir o que é diferente é uma constante na história do mundo e está presente até mesmo na literatura infantil. Quem não lembra do “Patinho Feio” que virou cisne?

²⁴ "Leave your language and culture at the schoolhouse door", children also leave a central part of who they are-their identities-at the schoolhouse door. In: *Bilingual Children's Mother Tongue: Why Is It Important for Education?* <http://www.iteachilearn.com/cummins/mother.htm> - Acesso em 05/08/09. (CUMMINS, Jim).

²⁵ Oliveira (prefácio in: CALVET, 2007) o termo “política linguística” só começou a circular no Brasil após a década de 1980.

²⁶ Línguas estrangeiras: entendidas como línguas de prestígio social, econômico e cultural, assim como o inglês, por exemplo. (SKUTNABB-KANGAS, 1988. p. 10) chama a atenção para o termo *Linguicism* – “the domination of one language at the expense of others.”

E foi este o cenário no qual se viu inserido o descendente do imigrante italiano na região do Alto Uruguai Gaúcho. Tentando adaptar-se ao novo mundo, necessita dominar a língua que a ele lhe dá acesso. A língua portuguesa é essa porta de acesso.

As consequências dessa situação não se diferenciam de outras, em diferentes países,²⁷ tanto que Fishman (2006), em 1963/4, como já nos referimos anteriormente, usou a expressão *language maintenance and language shift* como representação da decadência e fluxo contínuo em relação ao número de usuários e usos de línguas, demonstrando o baixo nível de interesse dos grupos de falas minoritários por suas línguas em todo o mundo. Segundo ele, a maior razão de negligenciamento da *Reversing Language Shift*²⁸ (RLS) “é o fato de ser ela uma atividade voltada a minorias, frequentemente de pouco poder aquisitivo e *status* social”²⁹. Em um texto de 1996, Fishman (2006, p.126-127) enfatiza esses termos e acrescenta outros, com diferentes enfoques: *language revival or revitalization*, *reversing language shift*, *language maintenance and language spread*, mas voltados a uma possível reversão da perda de uma língua em processo de extinção. Skutnabb-Kangas e Phillipson (1996) falam em *colonising consciousness* (colonização da consciência) pelas atividades de conscientização via educação, meios de comunicação social, religião etc.

Além da questão do reconhecimento institucional e social colocada anteriormente, há ainda o fato de que falar em línguas minoritárias pode ser de pouca significância para aqueles que não têm uma dessas línguas como sua língua de origem e ou língua materna. Para os descendentes de imigrantes europeus, no entanto, sejam eles italianos, alemães, poloneses, judeus, ou outros, o fato de saber e poder falar a língua de seus antepassados é uma questão muito mais de escolha de direitos do que de reconhecimento pela sociedade mais ampla, embora também se considere esse importante fator. A própria idéia de que não há ou de que muito poucas comunidades ainda conservam sua língua de origem, não é algo a ser afirmado, mas sim pesquisado.

Sendo descendente de imigrantes italianos, faço parte daqueles que tiveram sua língua de origem negada como consequência de um ato de poder³⁰. Ao mesmo tempo, para nossos pais, o receio de que ao falarem a língua de origem estariam dificultando a alfabetização dos

²⁷ “In Austrália the decline of non-English languages has been similarly dramatic. Only 4.2 percent of the Australian-born population regularly uses a language other than English” (ROMAINE, 1995. p. 38)

²⁸ Expressão usada pelo autor como forma de inversão da mudança da linguagem.

²⁹ “The most general reason for the neglect of RLS is probably the fact that RLS is an activity of minorities, frequently powerless, unpopular with outsiders and querulous amongst themselves;” (FISHMAN, 2006. p.80).

³⁰ Estado Novo – durante o governo Vargas, pelo Decreto de 8 de abril de 1938, obrigava a criação de um ambiente de “brasilidade” nas escolas, a adoção da língua nacional e a eliminação de símbolos estrangeiros. Diante de constatação de violações à lei, o governo promulgou o Decreto de 12/12/1938 instaurando um regime severo de controle e o português como a única língua de ensino. (LUNA, 2000).

filhos na língua portuguesa por ser a língua oficial, fez com que nos impedissem de falar a língua mãe, mesmo no convívio do lar ³¹. Dessa forma, mais de uma geração de descendentes italianos formou-se de bilíngues passivos (v. Pertile, 2008), ou seja, entendiam a língua de seus pais, mas não a falavam. Na falta de uma consciência linguística mais clara (*language awareness*) pouco se refletia sobre a realidade linguística e o que representava “ser falante de duas ou mais línguas.” O bilinguismo passivo instaurado não foi uma questão de escolha, mas de imposição, acentuando a visão de bilinguismo como déficit, e não vantagem.

Infelizmente, foram pouco motivadas e incentivadas entre nós, descendentes de imigrantes, as atitudes de perguntar-se por que algumas formas de bilinguismo foram e são apoiadas e outras não e de refletir-se sobre ações que dessem poder idêntico a todas as línguas faladas, cujas diferenças fossem vistas como constituintes da diversidade natural e não como marca de *status* e exclusão. Para que isso viesse e venha a ocorrer, faz-se necessário, primeiramente, identificar a existência de possíveis comunidades ainda falantes de línguas minoritárias, conhecer sua origem, sua cultura, sua história e, principalmente, quais fatores contribuem para manter ou substituir línguas ou impedir a aquisição bi- ou plurilíngue. A compreensão desses mecanismos pode auxiliar em muito as políticas linguísticas em projetos de promoção e gestão do plurilinguismo e de diversidade linguística de modo geral.

1.2 CONTEXTO DA PESQUISA

1.2.1 A Comunidade Ítalo-Brasileira na Região do Alto Uruguai Gaúcho

1.2.1.1 Dados demográficos e estatísticos

Entre 1870 e 1970, cerca de 26 milhões de pessoas deixaram a Itália para viver em outros países. Desse número, cerca de 7 a 8 milhões não retornou à pátria de origem. Dos dados existentes, Bertanha (2005, p.88) nos fornece um quadro com números da emigração italiana no período compreendido entre 1870 a 1970, em milhões:

³¹ Edwards (1985.p.50, *apud* Kaufmann, 2006. p.2434) afirma que “[...] *is important to understand that they do not stop transmitting their language because they do not like it, but because they want themselves and their children to have a better chance in life*”.

Tabela 1 – Quadro estatístico do número de imigrantes italianos entre 1870-1970

Imigração Italiana – 1870-1970	Em milhões
Estados Unidos	5,6
França	4,1
Suíça	3,0
Argentina	2,9
Alemanha	2,4
Brasil	1,5
Império Austro-húngaro	1,1
Canadá	0,6
Bélgica	0,5
Austrália	0,4
Venezuela	0,2
Grã Bretanha	0,2
Europa	12,5
América e Austrália	11,5

Fonte: Bertonha (2005, p.88)

Dos 1,5 milhões de imigrantes italianos no Brasil, é sabido que entraram no Estado do Rio Grande do Sul cerca de 100 mil italianos, todos relativamente jovens. Sabe-se, além disso, que, entre os adultos da Colônia Caxias, 2/3 dos homens contavam entre 20 e 45 anos e, das mulheres, entre 20 e 40 anos (v. GIRON, 1976 *apud* De BONI e COSTA, 2000, p. xi). A média de filhos era de 10,81 filhos por família, um pouco maior do que a média de filhos por família na Itália, que era de 8,25. Segundo Frosi & Mioranza (1975, p.52), as levas de imigrantes procediam, em grande número, do norte da Itália, a região mais atingida pela crise econômica no momento da unificação, e compunha-se de beluneses, vicentinos, padovanos, trevisanos e veroneses. Vindos, em um primeiro momento, para a região de Caxias; em um segundo momento, a partir de 1914-15, começam a migrar à região do Alto Uruguai Gaúcho à procura de novas terras, já que na antiga colônia não havia mais terra para todos.

Se nosso primeiro dado a ser pesquisado refere-se ao índice de descendentes de imigrantes italianos na região da pesquisa, cabe perguntar também sobre o índice de descendentes ainda falantes do italiano como língua de imigração. O último censo demográfico que faz referência a esta última questão foi o de 1940, através de duas perguntas, quais sejam: “O recenseado fala corretamente o português?” e, “Que língua fala habitualmente no lar?” Nos estudos de estatística teórica e aplicada³² sobre o censo lemos que o Brasil acolheu menos de 400.000 imigrantes da Alemanha e de outros países de língua alemã e cerca de 1.000.000 da Itália. Para melhor apreciar a intensidade e duração da resistência das línguas, Giorgio Mortara (1950, p. 41) apresenta uma tabela sobre a

³² Os dados sobre esse censo encontram-se nos “Estudos de Estatística Teórica e Aplicada” – Estatística Cultural nº 2, 1950, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Rio de Janeiro.

assimilação linguística de imigrantes e seus descendentes, no Brasil, subdividindo por gerações as **pessoas que falam** cada língua do país de origem. Vejamos abaixo:

Tabela 2 – Dados estatísticos, por geração, do nº de descendentes de imigrantes no Brasil que estão acostumados a falar a língua de origem no lar, segundo Mortara (1950, p.41).

Gerações	Nº dos que estão acostumados a falar			
	Alemães	Italianos	Japoneses	Espanhóis
Primeira	64.000	53.000	122.000	46.000
Segunda	120.000	120.000	70.000	26.000
Terceira e post.	460.000	285.000	1.000	2.500
TOTAL	644.000	458.000	193.000	74.500

Na análise deste quadro, e como forma de comparação, observamos que de 64.000 alemães da primeira geração de imigrados, passa para 120.000 da segunda e 460.000 da terceira geração e seguintes. Já os italianos de primeira geração são 53.000, 120.00 da segunda e 285.000 da terceira e seguintes. Deve-se lembrar que se considera como primeira geração os imigrados, a segunda, a de seus filhos nascidos no Brasil e, a terceira, a de seus netos, assim por diante. Segundo esse quadro, a resistência à assimilação linguística parece ser fraca entre os italianos e forte entre os alemães.³³

Mortara (1950, p. 41) apresenta outra tabela, transposta abaixo, onde registra agora a percentagem de cidadãos estrangeiros ou naturalizados, com procedência de vários países e que falam a língua-mãe, por preferência, em comparação ao número total de imigrantes no país:

Tabela 3 – Dados estatísticos: estrangeiros e naturalizados brasileiros que falam a língua-mãe por preferência - censo de 1940, segundo Mortara (1950, p. 41).

Terra natal de estrangeiros e naturalizados brasileiros	Percentagem de cidadãos (ou ex) que falam a língua-mãe por preferência
Japoneses	84,71
Alemães	57,72
U.R.S.S.	52,78
Polônia	47,75
Áustria	42,18
Espanha	20,57
Itália	16,19

³³ Referindo-se aos imigrantes em Buenos Aires: “[...] *los italianos son – entre los diferentes grupos no hispanohablantes arribados al país – los que más pronto pierden su lengua materna; por otro lado, el contacto del español con la variedad hablada por los alemanes del Volga-variedad del alto alemán-, comunidad que se encuentra entre los grupos que más la conservan*” (RIGATUSO, 2005. p.247).

A contagem deixa claro que a resistência à assimilação é alta entre os japoneses e alemães, vindo a decrescer entre os russos, poloneses, austríacos, chegando a pouca resistência entre espanhóis e italianos. Mortara, no mesmo texto (p.42), observa ser “óbvio que a assimilação linguística e, conseqüentemente cultural, varia consideravelmente de um grupo e nacionalidade para outro,” e isso se evidencia “pelo contraste entre a rapidez da assimilação linguística dos espanhóis e dos italianos e a lentidão da assimilação dos japoneses”. Continua sua análise observando que, embora pese a força da “nacionalidade de procedência dos grupos”, e aqui estão inclusas questões de identidade e de similaridade de idiomas, não se deve subestimar a força do ambiente, exemplificando com outra tabela, pela qual é possível comparar a sobrevivência da língua italiana entre imigrantes italianos e seus descendentes nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (Tabela 4):

Tabela 4 – Dados estatísticos sobre a sobrevivência da língua italiana entre imigrantes e descendentes nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul – censo de 1940, segundo Mortara (1950, p. 42).

ESTADOS	Imigrantes e descendentes da Itália		Porcentagem dos que falam italiano, por preferência (%)
	TOTAL	Todos que falam italiano, por preferência	
Rio Grande do Sul	24.603	13,349	54,26
São Paulo	234.550	30,259	12,90

No prosseguimento de sua análise, Mortara (p.42) encontra na formação e distribuição inicial dos imigrantes (aglomerações compactas e isoladas) presente no Rio Grande do Sul, um motivo pela alta proporcionalidade dos que permanecem fieis à língua da terra natal. Contrariamente aos imigrantes e descendentes do Estado de São Paulo, onde houve uma miscigenação maior com a população local.

Como já observei, a resistência à assimilação linguística foi mais forte nos lugares onde os imigrados de algumas nacionalidades ficaram reunidos em grupos isolados ou relativamente independentes do resto do meio social, enquanto que em outros lugares, onde a fusão dos imigrados com a população local foi favorecida pelo contato diário, pelos interesses comuns, pelas amizades, pelos casamentos, esta resistência foi menos forte e menos durável (MORTARA, 1950, p.44)³⁴.

³⁴ “As pointed out already, reistance to linguistic assimilation is strongest where immigrants form groups, isolated from and virtually uninfluenced by the prevailing social environment. Where, on the contrary, immigrant fusion with local inhabitants has been made easier by daily contacts, common interests, bonds of marriage and friendship, this same resistance is never so strong or so lasting” (MORTARA, 1950, p.44).

Côrtes (1958, p. 50/51), analisando os mesmos dados no Censo de 1950, apresenta um quadro e gráfico idênticos, onde se constata que do total de imigrantes **falantes** de italiano,³⁵ em 1950 (458.000), 64,62% estavam localizados no Rio Grande do Sul, 20,87% no Estado de Santa Catarina e 9,99% em São Paulo, sendo que neste Estado estava a maior concentração demográfica de descendentes de italianos. Conforme Altenhofen e Margotti (2009, no prelo), citando Jean Roche (1969), os dados levantados a partir do censo de 1950 mostram o alemão como língua estrangeira (Roche ainda usa o termo *estrangeira*) mais falada no Brasil.

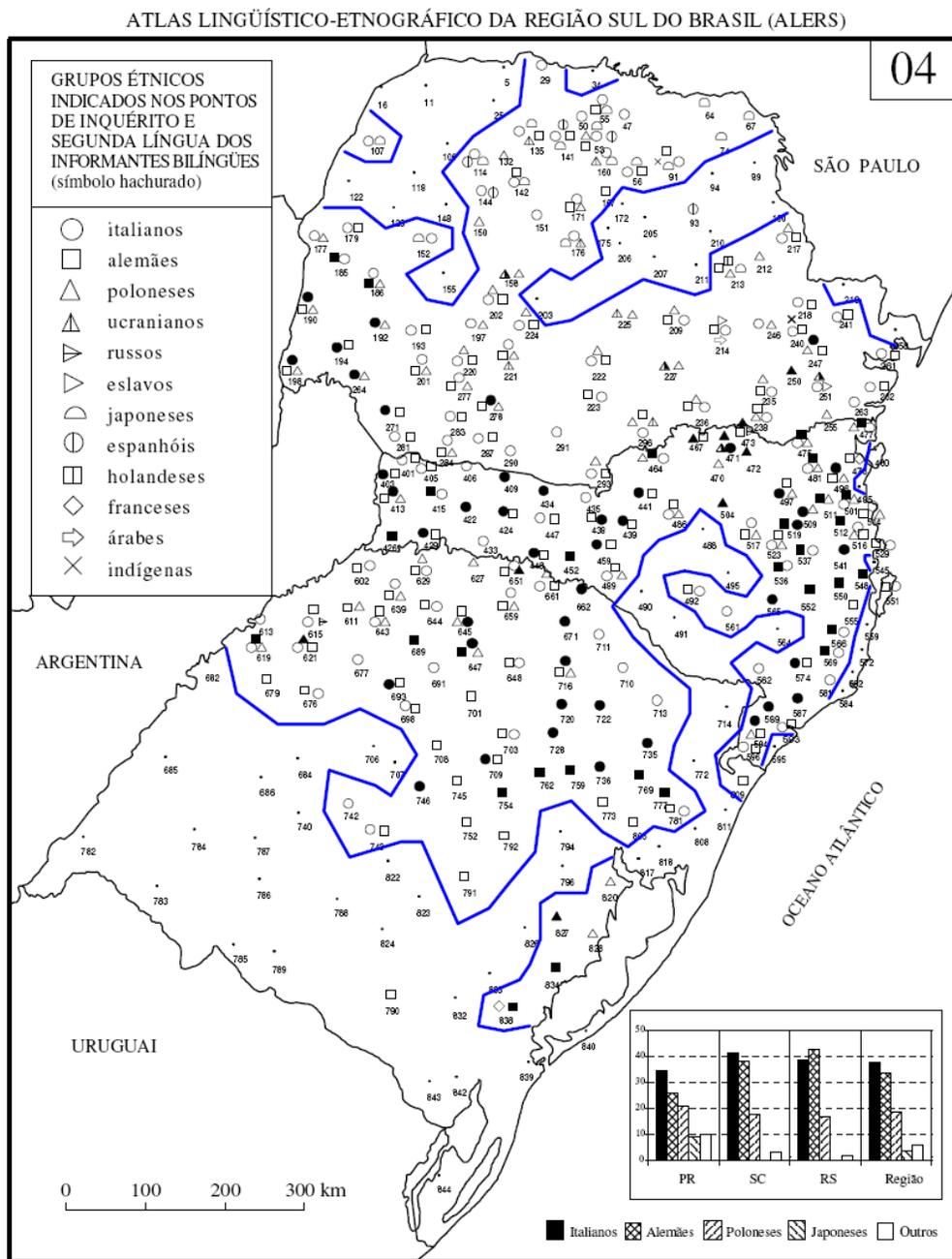
De lá para cá, essas questões centrais de cultura brasileira foram excluídas dos demais censos que se seguiram, de forma que quando se fala em índice ou porcentagem de descendentes de imigrantes europeus existentes em determinadas áreas e, mais do que isso, porcentagem de descendentes ainda falantes da língua de origem, não se dispõe de dados demográficos específicos que nos demonstrem onde estão e quantos são esses falantes. Essa falta de dados contrasta, porém, com a constatação evidenciada pelos estudos do Atlas Lingüístico Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) que apontam o bilinguismo como “uma das características mais marcantes, senão a mais significativa, da paisagem lingüística do sul do Brasil” (ALTENHOFEN, 2002, p.131).

O seu mapeamento pelo ALERS (ver mapa 1), delimitando a segunda língua falada pelo informante e a áreas de presença de descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, ucranianos e outros, dá prova da abrangência do fenômeno. Os dados se restringem, a um segmento social apenas, ou seja, a classe baixa analfabeta ou semi-analfabeta do meio rural, essencialmente homens com idade entre 28 e 65 anos, o que não responde às necessidades deste estudo. Felizmente, o IBGE sinaliza para 2010³⁶, no próximo censo demográfico, com a inclusão da pergunta sobre quais as línguas faladas pelos brasileiros, ao lado do português, e qual o número de falantes.

³⁵ Neste texto, emprego o termo “italiano” para fazer referência à língua histórica, com suas distintas variedades regionais, entre elas o *talian*, falado na região pesquisada.

³⁶ Ver Relatório de Atividades (2006-2007), encaminhado pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL), através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2007, p.9 (www.iphan.gov.br, acesso em 27/12/2007).

Mapa 1 – Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS).



MAPA 04 - Áreas bilíngües de acordo com os informantes do ALERS (cf. Altenhofen 2005)

1.2.1.2 Área de estudo: Alto Uruguai Gaúcho

A região de nossa pesquisa é a microrregião de Erechim, pertencente à mesorregião noroeste rio-grandense, comumente denominada Região do Alto Uruguai Gaúcho. Sua população foi estimada em 2005, pelo IBGE, em 217.894 habitantes e está dividida em trinta e dois municípios. Possui uma área total de 5.710,341 km² com uma densidade de 38,2 hab./km². Sua localização e amplitude pode ser observada no mapa 2.

Mapa 2 – Região do Alto Uruguai Gaúcho na sua localização no Rio Grande do Sul.

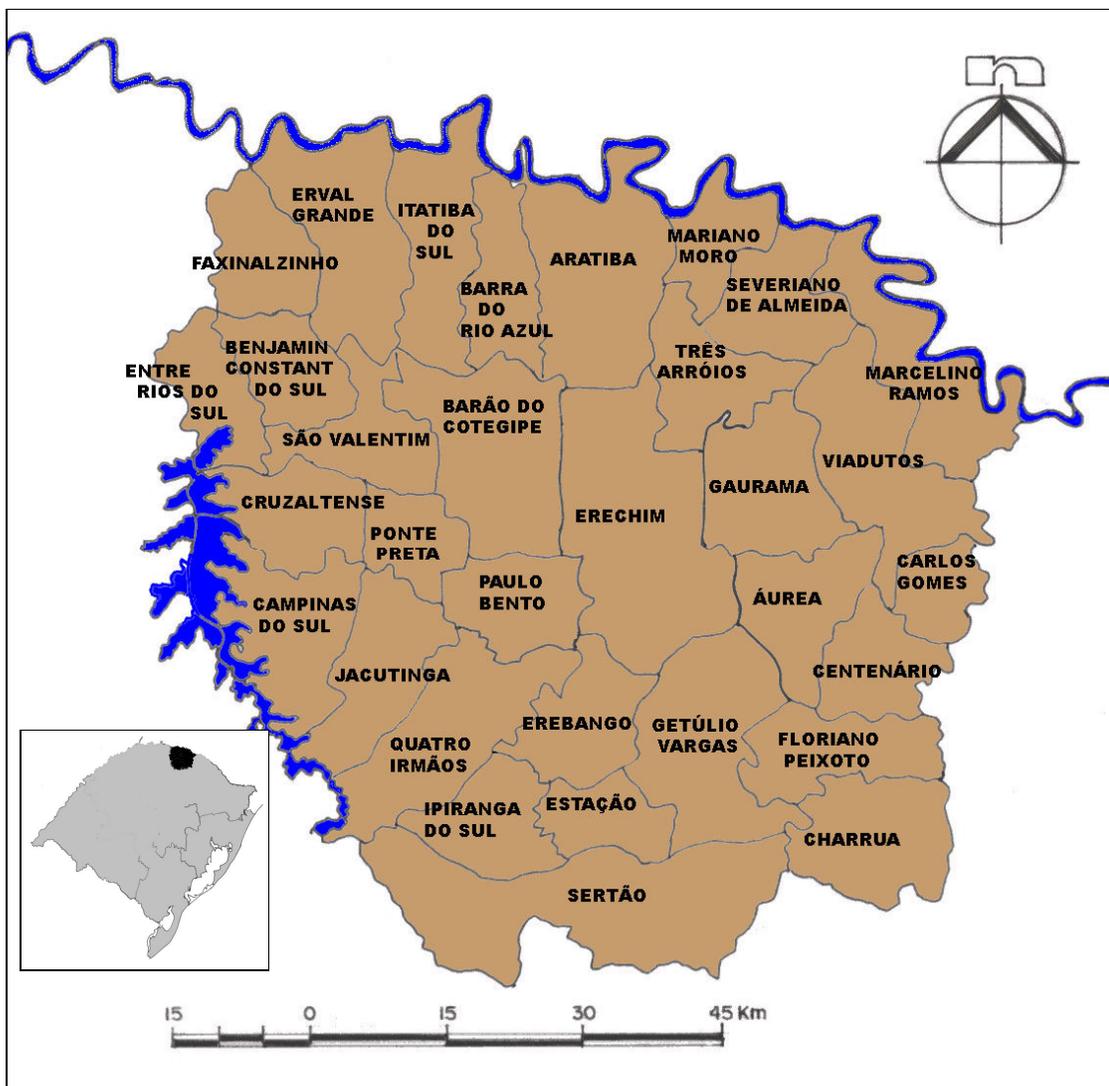


Fonte: "http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:RioGrandedoSul_Micro_Erechim.svg" acesso em 08-08-07

Nesse contexto, optou-se por escolher quatro municípios para coleta e comparação dos dados. Como critério básico, adotou-se o grau de presença/homogeneidade-heterogeneidade da etnia italiana, a distribuição geográfica dos pontos na região, bem como o grau de

urbanização e “isolamento” dos quatro pontos. Assim, escolheu-se Erechim (ao centro de toda região) e Getúlio Vargas (mais ao sul) como pontos mais heterogêneos e urbanizados; Severiano de Almeida (ao norte) e Jacutinga (a oeste) como pontos mais homogêneos e isolados. O mapa 2 nos dá a visualização exata do espaço geográfico ocupado por esses quatro municípios³⁷.

Mapa 3 – Mapa dos Municípios da Região do Alto Uruguai Gaúcho.



³⁷ Doravante também denominaremos esses municípios por pontos, ou seja, Ponto 1 – Erechim, Ponto 2 – Getúlio Vargas, Ponto 3 – Jacutinga e Ponto 4 – Severiano de Almeida.

1.2.1.3 Dados Históricos da área em estudo

Para uma maior compreensão dos critérios que subjazem à escolha dos pontos, cabe esclarecer como ocorreu o povoamento da região e o que isso significou na vida dos imigrantes e seus descendentes. Nessa época, a virada do século XIX para o XX, verificou-se, no âmbito econômico, um estrangulamento da agricultura pelo latifúndio. Diante de tal situação, urgia à Federação e aos Estados tomar medidas eficazes para livrar o sistema capitalista da ruína. Assim, geridos por governos notadamente positivistas, comprometem-se em propor e executar projetos de colonização, favorecendo a imigração européia. Visavam a implementar uma classe de pequenos proprietários rurais que, além de ocuparem as terras devolutas, sujeitas à ocupação pelos espanhóis, que já haviam ocupado o atual país do Uruguai, se destinariam a produzir alimentos para atender a demanda interna, liberando, assim, os latifúndios monoprodutores a produzirem para o mercado externo, mais rentável. Os imigrantes italianos serviram fielmente a esses propósitos.

Para executar a tarefa de colonização, o governo nomeou duas companhias – a ICA e a LUCE-ROSA.³⁸ A ICA – Jewihs Colonization Association, fundada em 1889, em Londres, foi reconhecida pelo governo do Estado como sociedade de utilidade pública. Em 1909, adquiriu a Fazenda Quatro Irmãos com uma área de 95.000 ha, na recém fundada Colônia de Erechim, situada nos atuais municípios de Erechim, Jacutinga, Campinas do Sul e São Valentim. Toda a região de Quatro Irmãos, Paulo Bento, Jacutinga, Campinas do Sul e adjacências foi colonizada pela ICA, que se reservava o direito de derrubar e retirar o pinho, grande riqueza da região e que, em pouco tempo, foi totalmente destruída. A ICA subsidiou a vinda de muitas famílias israelitas, construiu aproximadamente 500 km de estradas, fundou escolas e sinagogas. Ao mesmo tempo, iniciou a venda de lotes de terra para os imigrantes, sobretudo aos italianos, vindos das colônias velhas³⁹. Foram esses colonos que fundaram o atual município de Jacutinga.

Já a Empresa Colonizadora Luce-Rosa & Cia Ltda, com sede em Porto Alegre, no ano de 1916, recebeu do Estado do Rio Grande do Sul uma área de aproximadamente 40.000 ha de terras na Colônia Erechim em decorrência de permuta. Entre 1916 e 1926 localizou mais de 1100 famílias de colonos – 700 de origem italiana, 325 de origem alemã e, as demais, de outras etnias (CONFORTIN, 1998). Das quatro povoações fundadas, uma foi a de Nova Itália, atual município de Severiano de Almeida, sendo o município de Erechim igualmente

³⁸ Os dados contidos neste parágrafo foram retirados do Histórico de Erechim, 1979, p.28-31.

³⁹ Colônias velhas – assim denominadas por terem sido as primeiras a receber imigrantes – Caxias, Dona Isabel e Conde D’Eu em 1875; Silveira Martins, em 1877 e Antônio Prado e Alfredo Chaves, em 1880.

beneficiado pela Companhia Luce-Rosa que devotou especial atenção à congregação dos núcleos, no caso de Erechim, núcleos de italianos, alemães e poloneses. Dividiu os imigrantes segundo a mesma origem étnica, costumes e religião, a fim de não criar quistos raciais e facilitar a própria comunicação, uma vez que tanto alemães quanto italianos falavam praticamente só o seu dialeto.

Dessa forma, toda a mesorregião noroeste rio-grandense foi colonizada por imigrantes italianos, alemães, poloneses, israelitas, lusos e nativos e; em menor proporção, por austríacos, russos, espanhóis, suecos e holandeses. Há mais de 100 anos do início da ocupação, pouco ainda se conhece da história desses diferentes grupos que, por razões diversas, conseguiram manter, em maior ou em menor grau, a sua língua e a sua cultura⁴⁰.

Desde sua formação e até a presente data, um estudo mais aprofundado sobre as condições de manutenção e/ou substituição das línguas alóctones, italiana, alemã, polonesa ou israelita na região do Alto Uruguai Gaúcho, ainda não foi efetuado. E, afrontando o princípio já conhecido no campo de estudos de línguas em contato de que o maior desafio para minorias linguísticas quer indígenas, refugiados ou imigrantes é a manutenção de sua língua e cultura, mesmo em nossos dias, a presença mais ou menos forte de comunidades falantes de variedades do italiano ainda subsiste como forma de comunicação, seja no grupo familiar, seja no grupo mais amplo.

Partindo da premissa que houve um fato desencadeador comum (a proibição do uso das línguas estrangeiras) de uma suposta extinção das línguas alóctones, pergunta-se: Que fatores contribuíram para que, paradoxalmente, as diferentes variedades de falas conseguissem, mesmo que quase apenas oralmente e em diferentes proporções, manterem-se como meio de transmissão da cultura e por várias gerações? Ou, utilizando os questionamentos de Kaufmann (2006, p.2435), “Por que razões falantes de linguagens minoritárias deixam de usar suas línguas? Devem as linguagens minoritárias ser salvas ou podem ser salvas?” ou ainda, como indaga Oliveira (prefácio CALVET, 2007, p.10) “Em que medida o homem pode intervir na língua ou nas línguas”?

⁴⁰ Especificamente, estudos desta região sobre “Manutenção e Substituição Linguística” não existem. O que há são estudos sobre a interferência fonológica do italiano na aprendizagem do português, de Paulo Marçal Mescka (1983), estudos sobre a realidade linguístico-cultural de grupos de etnia italiana em macro e micro comunidades do Alto Uruguai Gaúcho, de Helena Confortin e outros estudos menores sobre histórias de vida dos primeiros imigrantes.

1.3 ESTUDOS DO CONTATO LINGUÍSTICO ITALIANO-PORTUGUÊS

Apresentar o conhecimento dos fatores que propiciam ao indivíduo a aquisição bilíngue e a manutenção do bilinguismo em uma comunidade, particularmente em comunidades minoritárias, nos desafia a enfrentar uma tarefa complexa, com muitas variáveis intervenientes e ainda pouco exploradas. O primeiro desafio a ser superado diz respeito ao conhecimento da própria realidade que se quer estudar. Quando se trata de recuperar dados históricos, de início da colonização e formação das comunidades que originaram os municípios, pouco se encontra e, quando encontrados, divergem entre uma e outra fonte.

Embora historiadores, linguistas, educadores e interessados da cultura italiana estejam concentrando seus esforços na investigação sobre a formação e existência das línguas de origem italiana no Brasil, constata-se ainda uma escassez de estudos nesta área, conforme já nos referimos no item 1.1.4. O que se verifica são escritos, alguns científicos e muitos espontâneos, que estão originando um referencial sistematizado de consulta. Carboni (2005) escreve que

nos últimos 25 anos, a comunidade ítalo-gaúcha produziu importantes reflexões acadêmicas e étnico-apologéticas sobre vários aspectos da história da imigração. Não raro, em vez de olhar cientificamente para a história feita de integração e miscigenação, elaboraram mitificações históricas e lingüísticas [...] (CARBONI, 2005).

Sobre isso, é importante fazer dois registros: 1) em nível restrito, sentimentos bairristas envolvem muitos textos, interferindo na objetividade de seu conteúdo e dificultando o conhecimento da real situação da língua e da cultura alóctone de origem italiana; 2) em nível mais amplo, a crescente tomada de espaços, mesmo institucionais, por uma só língua, sempre implica perda ou decréscimo de outras. Essas são questões essenciais que nos remetem a outras leituras, tendo em vista que os estudos realizados nos auxiliam, mesmo vagamente, a entender essa realidade e a construir uma verdade, mesmo que em permanente estado de “fazedura”, que é temporário e singular.

Estudos mais específicos referentes à língua e cultura italiana no sul do Brasil datam da década de 1960-70 com o início dos cursos de Letras e programas de pós-graduação, principalmente nas universidades de Caxias do Sul (UCS), de Passo Fundo (UPF), de Porto Alegre (PUC, UFRGS e Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes) e de São Leopoldo (UNISINOS). Anterior a esta data, os estudos existentes apresentavam um caráter histórico-sociológico e etnográfico, não possuindo valor por si como objeto de estudo, mas como dado secundário. As primeiras pesquisas acadêmicas mais conhecidas sobre o contato

do português com as línguas de imigração italiana foram iniciadas por Heinrich Bunse, no Rio Grande do Sul.

Margotti (2004, p.76-8) apresenta, em sua Tese sobre a difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil, um levantamento de estudos de cunho científico sobre o tema, classificando-os de acordo com os objetivos a que se dirigiam. Deu destaque a duas grandes áreas, quais sejam: 1) os que se referem ao ensino e práticas de letramento e 2) os que se referem à manutenção e substituição linguística do italiano como língua de imigrantes. Colocaríamos, ainda, uma terceira área, a que se refere especificamente aos estudos sobre interferências linguísticas.

Nos estudos sobre o primeiro macrotema “ensino de língua e práticas de letramento”, relacionamos (cfe. MARGOTTI, 2004), os de Mescka (1983), Boso (1989), Mengarda (1996), Paviani (1997) e Jung (2003). Referentes ao tema da manutenção e substituição linguística destacamos os de Bonatti (1996), Frosi e Mioranza (1975 e 1983), Lenard (1976), Bunse (1978), Zanela (1985), Boso (1989 e 1992), Dacorégio (1990), Mengarda (1996), Gianni (1997), Santos (2001), Godoy (2002), Carboni (2002) e Ponso (2003). A estes acrescentamos o próprio trabalho de Margotti (2004). Estas duas grandes divisões comportam inúmeros outros subtemas que vão desde a história da colonização italiana no sul do Brasil até aspectos de construção de identidade, etnicidade, identificação de atitudes em relação à língua italiana e interinfluências linguísticas. Quanto ao terceiro grande tema – as interferências e interinfluências de uma língua sobre a outra, destacamos os de Mescka (1983) e Confortin (1998), na região do Alto Uruguai Gaúcho e de Frosi e Mioranza (1975 e 1983), na RCI.

Os estudos, de uma maneira geral, centralizam-se nas consequências do uso de duas línguas em contato em situação diglósica, isto é, não dão ênfase às causas, mas sim aos resultados desse contato. Quando é mencionado algum fator como possível causador da interferência e da substituição linguística, ele ainda não constitui o centro de estudo, mas algo consequente. Estudos de cunho histórico-sociológico e etnográfico, portanto, não como objeto de estudo, como fim em si, mas como dado secundário. Mesmo assim, dos estudos que dizem mais diretamente com esta Tese, trarei alguns relatos significativos.

Os estudos de Gianni (1997) sobre transferências lexicais da língua portuguesa para a fala dialetal italiana em uma comunidade bilíngue no nordeste do Rio Grande do Sul, na grande região de Caxias, avaliam fatores condicionadores dessa ocorrência, levando em consideração aspectos linguísticos e não linguísticos. Ao se referir a estes últimos, faz menção àqueles apontados pela literatura como sendo intervenientes na escolha situacional da língua, por parte de bilíngues ou de uma variedade, por parte de monolíngues. Referem-se à idade,

sexo, naturalidade, escolaridade, mobilidade espacial, domínio linguístico, habilidades linguísticas em italiano, escolha linguística para diferentes funções e ocasiões, exposição aos meios de comunicação, atitudes em relação às línguas e redes de comunicação. No decorrer da análise do processo de transferência lexical, leva em consideração esses aspectos, atribuindo a eles um papel determinante na formação da transferência e, conseqüentemente, na maior ou menor manutenção do dialeto vêneto. O estudo de Gianni pode servir como ponto de comparação no estabelecimento de fatores determinantes de manutenção ou de substituição linguística, embora o enfoque principal da autora não tenha sido este, já que a comunidade onde foi realizada a pesquisa é definida como ilha dialetal. Como ilha dialetal, reveste-se de um caráter atípico, diferente de outros locais onde a língua italiana também sofreu esse processo de aculturação, interferência, empréstimo e alternância de códigos, como a região de nossa pesquisa.

Frosi e Mioranza (1975) explicitam a questão ao identificarem a existência de “ilhas dialetais,”⁴¹ atribuindo sua formação à confluência de grupos vindos da Itália, em uma mesma época, originários de uma mesma província e que aqui ocuparam áreas geográficas vizinhas. Citam, também, como fator de manutenção da fala italiana, a reorganização de comunidades durante os primeiros movimentos de migração interna. Este último diz respeito ao nosso estudo, visto que é uma característica da migração italiana para o Alto Uruguai Gaúcho. O foco de Frosi e Mioranza é a Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (RCI).

Estudo semelhante ao de Gianni (1997), mas em relação à língua portuguesa, foi realizado mais recentemente por Margotti (2004) com o objetivo de explicitar tendências da difusão do português no espaço pluridimensional de áreas de contato com o italiano, mais especificamente em vários pontos da região norte do Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina. Apesar de objetivarem polos opostos – Gianni (1997) estudando a influência do português na fala dialetal italiana, e Margotti (2004) a difusão do português em contato com o italiano, ambos focalizam o processo de interferência e substituição de segmentos lexicais de uma para outra língua na dimensão diatópica e em diferentes dimensões sociolinguísticas.

Interessante para nossa pesquisa é observar que, tanto Gianni (1997) quanto Margotti (2004), e aqui acrescentamos os estudos de Ponso (2003), não apontam a substituição lexical como fator determinante de mortandade linguística e sim apenas como um indício desse fenômeno ao lado de fatores extralinguísticos como atitudes em relação às línguas. Ainda,

⁴¹ *Ilhas dialetais*, identificadas pela conservação de características peculiares de determinado dialeto em grau elevado.

deixam claro que a variação linguística é um fenômeno multidimensional e por isso deve ser explicitada em todas as dimensões para onde e como possa se estender essa variação. Nesta mesma direção, Zanella (1985) observou em relação a um dialeto italiano de uma comunidade bilíngue ítalo-brasileira do município de Taió (SC), que a mortalidade linguística desse dialeto já havia se evidenciado em quase metade dos informantes, devido à presença massiva de empréstimos, à influência da escola e dos meios de comunicação e à realização de casamentos interétnicos.

Isso nos remete a possíveis investigações no terreno extralinguístico das atitudes dos falantes de duas ou mais línguas em contato. Santos (2001) faz uma avaliação das consequências da interrelação entre a fala do personagem Radici, criado pelo cartunista caxiense Carlos Henrique Iotti, e a fala, hoje, proveniente do contato do imigrante italiano com o novo meio. A pesquisa constatou atitudes positivas de aceitação e recepção do personagem, indicando que ocorre uma mudança positiva em relação a atitudes anteriores, de vergonha, zombaria e até desprezo.

Em que pesem os esforços empreendidos pela dialetologia pluridimensional, enfatizando a importância da dimensão contatual da variação linguística, ainda são escassos os estudos sobre bilinguismo e línguas em contato, mais especificamente sobre o contato português e línguas de imigração e, por derivação, o contato português/italiano como uma das línguas de imigração mais representativas no sul do Brasil. Esta Tese pretende contribuir para o incremento da linha de pesquisa sobre línguas em contato, focalizando a língua de imigração de origem italiana, o *talian*, especificamente nas comunidades da Região do Alto Uruguai Gaúcho.

CAPÍTULO 2

2 FATORES DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA

2.1 QUESTÕES TERMINOLÓGICAS

Em seu percurso natural, as línguas não se mantêm estáticas. Evoluem, como qualquer realidade que está viva. Referindo-se à existência e evolução das línguas, Calvet (2007, p.70) distingue entre políticas *in vivo* e *in vitro*, sendo as primeiras resultantes das práticas sociais espontâneas, as outras decorrentes de intervenção externa. Políticas linguísticas planejadas *in vitro* podem ter ou não resultado *in vivo*. Um exemplo é o uso da internet, escrita hoje também em outras línguas, que não somente no inglês. De uma ou de outra forma e de maneiras extremamente diferentes, as línguas se estabelecem e são mais ou menos aceitas e difundidas por uma determinada população, formando o que Calvet (2007, p. 72) denomina de “ambiente linguístico”. Importa, neste entorno, ter presente os contornos da evolução linguística e verificar até que ponto têm constituído um incentivo à diversidade, e, portanto, à manutenção, ou um obstáculo à sua subsistência, favorecendo portanto, a substituição linguística. O atual momento histórico parece acenar para uma mudança paulatina de atitudes, acompanhando os novos ares em direção a uma tolerância maior do uso de variedades dialetais, tanto no ambiente familiar, quanto no ambiente comunitário e nacional. Basta olharmos para as proposições apresentadas pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL) – a criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e, quando o inventário já estiver estabelecido, a instituição do Livro de Registro das Línguas, como estratégia de reconhecimento de todas as línguas faladas no território brasileiro como parte do patrimônio

cultural imaterial. O que isso significa no cotidiano dos falantes ainda permanece uma incógnita.

No entanto, olhando sob essa ótica, podemos traçar dois grandes eixos de um espectro: o das variáveis intervenientes e o dos fatores que, em uma relação de sincronia e diacronia⁴², podem determinar a manutenção ou a substituição de uma língua, interferindo no estabelecimento de distintas dimensões e parâmetros.

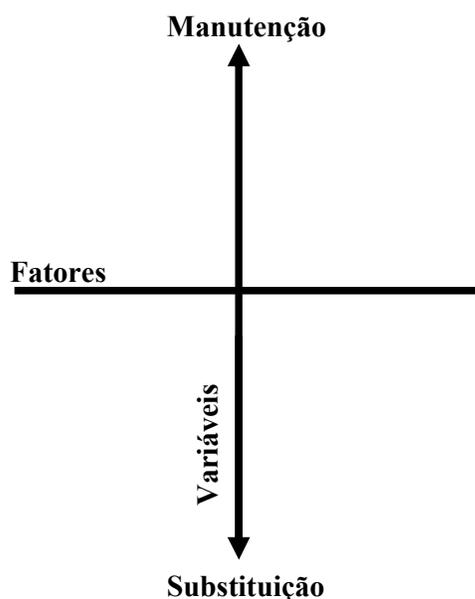


Fig. 1 – Esquema da relação entre fatores e variáveis na manutenção e substituição linguística.

Esta representação dos fatores, como o que determina uma variável e pode ser determinado por ela, e variáveis⁴³ propriamente ditas, nos sugere que:

⁴² Conforme proposto por Gal (1979. p. 227), “new forms which eventually replace older forms can first be located in synchronic variants in the speech of subgroups within the community; and changes observed over time are the result of the redistribution of synchronic variants to different linguistic environments to different social situations, and to different speakers.”

⁴³ Conforme Thun (2000. p.191), *variável* é um termo genérico que se aplica tanto a fatores individuais como a fatores gerais, tanto a fenômenos lingüísticos como a fenômenos extralingüísticos. Uma determinada classe distribucional é uma variável lingüística individual, uma determinação como *espanhol* é uma variável lingüística geral; *mulher* é variável extralingüística individual; *classe socioculturalmente baixa*, definida por um complexo de critérios, é variável extralingüística geral. No contexto de um atlas lingüístico, a variável pode ser um fator ocasionalmente ou sistematicamente analisado. No segundo caso, Thun distingue entre dimensões e parâmetros. É parâmetro toda variável (lingüística ou extralingüística), analisada com sistematicidade, que se considera individualmente, como, por exemplo, *geração II* ou *mulheres*. A dimensão é um agrupamento de dois ou mais parâmetros que se encontram em relação positiva.

- Diferentes fatores que foram, ao longo do tempo, determinando o modo de constituição de uma língua tornam-se os fundamentos do processo de manutenção ou de substituição desta mesma língua, em uma escala de proximidade ou de afastamento entre os dois polos opostos do eixo vertical das variáveis. É necessário abordar um fator levando em conta essas variáveis intervenientes, pois é exatamente nesta relação que ele adquire seu valor.
- Essa relação é complexa, já que diferentes fatores estão mais ou menos presentes nos indivíduos e em diferentes contextos; no entanto, só o convívio social propicia sua sustentação.
- As relações advindas do convívio social se dão no tempo humano que chamamos de história. Portanto, não são nem absolutas, nem eternas. Assim, um fator que se demonstre forte em uma dada realidade, como, por exemplo, o grau de isolamento de comunidades alóctones situadas no sul do Brasil no início do século XX, poderá ter essa mesma força reduzida consideravelmente em outra época, quando outros fatores intervenientes, tais como “facilidade de acesso e expansão” e “meios de comunicação social,” se fizerem presentes nesta mesma comunidade até então isolada. Isso dará, por exemplo, uma distinta caracterização à dimensão diatópica.
- Essa articulação entre prática social e fator demonstra que o poder atribuído a determinados fatores é relativo e construído nessa mesma relação. São como redes auto-reguladoras cujos componentes estão todos interligados e são interdependentes⁴⁴, onde diferentes conexões são possíveis de realização.
- Allard e Landry (1994) definem o termo *fator* como “pesos em uma escala”. À medida que determinados fatores recebem um incremento positivo, aumenta o seu peso em favor da aquisição de uma língua pelo indivíduo e a sua consequente manutenção na comunidade. Inversamente, à medida que esses mesmos fatores receberem um incremento negativo aumenta o seu peso no caminho da extinção e morte da língua.
- Fatores, unos em sua designação, mesmo com as distintas divisões efetuadas por diferentes autores, mas diversos em sua constituição e até aparentemente antagônicos, coexistem nas diferentes dimensões e parâmetros sociolinguísticos que, juntos, estabelecem a manutenção ou a substituição de uma língua e caracterizam o eixo horizontal da arealidade.
- Enfim, o valor (ou peso) de um fator no estabelecimento de uma determinada dimensão, só será determinado pelo concurso de outros fatores intervenientes ou parâmetros que o

⁴⁴ Teoria dos sistemas dinâmicos: teoria matemática cujos conceitos e técnicas são aplicados a uma ampla faixa de fenômenos – matemática de relações e padrões (CAPRA, FRITJOF. 1996. p. 99-129).

limitam ou expandem, ou, para insistir ainda mais na complexidade mostrada: o que está no fator ou dimensão é determinado pelo concurso do que existe em torno deles.

Se entendermos que diferentes fatores possuem relativo poder de força nos indivíduos, em diferentes comunidades e em diferentes tempos, então podemos visualizar eixos e parcerias como vértices de um octógono com todas as diagonais e lados traçados, onde cada traço é uma via de reciprocidade que, por sua vez, considera também suas relações diagonais com todos os demais fatores ou variáveis intervenientes. Cada eixo, direções e parcerias que forem mais ou menos experienciados na comunidade permitem que possibilidades de mudança sejam efetuadas de uma forma permanente, singular e sempre renovadas. Dessa forma, dimensões e parâmetros estarão, singularmente, se estabelecendo. Para exemplificar, procuramos inserir no octógono os fatores que consideramos representativos⁴⁵ no estudo da manutenção e substituição linguística e nos quais basearemos nossa pesquisa e análise. No capítulo dedicado à metodologia, estaremos delimitando as dimensões e parâmetros utilizados para o campo de pesquisa.

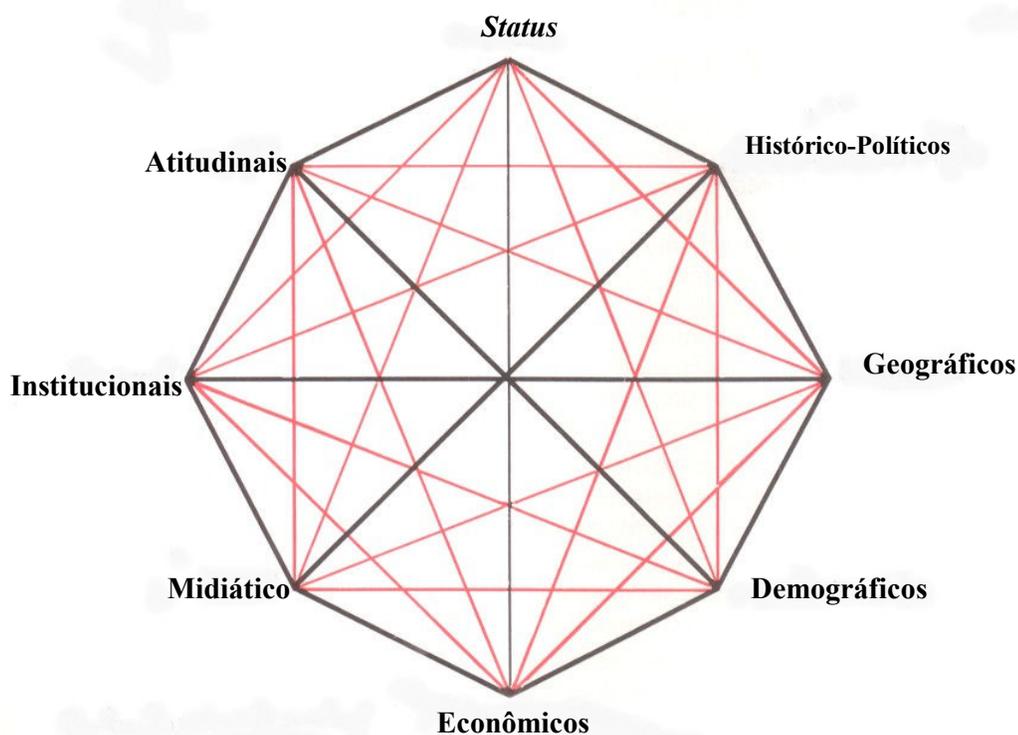


Fig. 2 – Esquema da complexidade de relações entre os fatores envolvidos na manutenção ou substituição linguística. Baseado em Kátia Cristina Stocco Smole (1996, p. 58).

⁴⁵ Para escolha desses fatores nos baseamos principalmente em Gibbons e Ramirez (2004), Fishman (1972 e 2006), Kloss (1966), Skutnabb-Kangas (1988) e Romaine (1995). Na elaboração do octógono, nos utilizamos de Smole (1996, p.58).

Como se pode perceber, cada eixo, embora possua seus próprios mecanismos de condução e de realização e mereça ser considerado individualmente como um fator autônomo, possui muitas interfaces estabelecidas com os demais fatores que, por sua vez, o sustenta, restringe ou modifica. Cada fator vindo como propulsor de diferentes manifestações de um mesmo fenômeno advindo de duas ou mais línguas em contato.

Essa visão dialética e pluralista de fatores reconhece a existência de inúmeras variáveis intervenientes na formação desses mesmos fatores que podem explicar uma dada realidade. Portanto, fatores constituem e estabelecem feixes de relações que se entrecruzam, se articulam em teias, em redes construídas individual e socialmente, em permanente processo de atualização. Trata-se de uma realidade complexa e impregnada de cunho ideológico.⁴⁶ Em outras palavras, fatores e variáveis intervenientes não estão apenas interligados num arcabouço teórico, mas são ainda os planos generativos simultâneos de todo fato político-ideológico e atitudinal que reveste o processo de manutenção e substituição de uma língua.

Essa relação, por assim dizer, quase visceral entre línguas e fatores de ascendência ou descendência pode, também, questionar os termos e o significado de “manutenção ou substituição”, ou seja, se a relação é dialética e, portanto, datada e histórica, sempre haverá algo que é mantido e algo que é substituído em uma leitura sincrônica. No entanto, em uma leitura diacrônica, se o processo histórico é cíclico, há o que manter no que se encontra em contínua transformação? Poderíamos dizer que a combinação de uma ideologia nacional e internacional, e questões práticas de comunicação constituem a base política para a supressão ou para o estabelecimento de uma variedade de língua, em um determinado ponto da história? Gibbons e Ramirez (2004, p.53) nos dizem que “O poder político pode fortemente sustentar ou profundamente eliminar linguagens⁴⁷”. Carboni (2005) ao referir-se ao “Mito da lei do silêncio” que incorporou, no senso popular, a principal e talvez única causa do desaparecimento dos falares italianos no Brasil, diz que “é difícil ultrapassar elementos superficiais e alcançar explicações essenciais dos fenômenos sociais.” Há que se dizer, no entanto, que elementos superficiais podem também constituir a ponta de um *iceberg* a nos apontar situações bem mais profundas.

⁴⁶ Calvet (2007, p. 36) diz que “[...] na *política lingüística* há também política e que as intervenções na língua ou nas línguas têm um caráter eminentemente social e político”. Mas isso nos lembra igualmente que se as ciências raramente estão ao abrigo de contaminações ideológicas, a política e o planejamento linguístico não escapam à regra.

⁴⁷ “*Political power can strongly support or profoundly undermine languages*” (GIBBONS & RAMIREZ, 2004, p.53).

2.2 PANORAMA DOS ESTUDOS DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA

Pode-se dizer que partem de Weinreich (1953) os primeiros estudos sistemáticos sobre bilinguismo e línguas em contato como objeto de estudo mais amplo. Até então, vigorava a aceção pragmática de que cada comunidade deveria ser considerada linguisticamente homogênea e indivisível, noção que resultou da idéia chomskyana de língua como faculdade humana inata, numa visão gerativista, pautada em universais linguísticos e falantes ideais e de uma leitura indevida de Saussure (1916), pela qual se entendeu, por muito tempo, a língua como sendo um sistema absoluto, independente de toda e qualquer relação social.⁴⁸ Essas visões estruturalista e gerativista constituíram, sob diferentes aspectos, um conhecimento abstrato da realidade, e isso dispensava o olhar sobre a comunidade concreta e, conseqüentemente, os estudos sobre seus diferentes falares. Há que se considerar, no entanto, que Dante Alighieri, ao usar a língua italiana na Divina Comédia e não o latim, o que seria a norma da época, não via essa homogeneidade linguística como regra, deixando claro seu entendimento de língua e sociedade. De modo semelhante, e mais diretamente ligado ao nosso estudo, o autor de *Nanetto Pipetta*,⁴⁹ Aquiles Bernardi, “embora tendo a seu dispor a língua italiana, literária e clássica por tradição, não faz uso dela. Prefere utilizar um instrumento rústico e simples, não-literário, baseado no coloquial, muito distante do italiano erudito” (RIBEIRO, 2005, p.44).

A pesquisa de Weinreich (1964) já destacava os efeitos que duas línguas podem ter uma sobre a outra, nos níveis fonético, léxico e gramatical, em situação de bilinguismo. Referindo-se ao termo *língua*, Weinreich assume já, implicitamente, a posição da igualdade de sistemas, sendo irrelevante a posição social da língua no meio e a denominação referendada, seja sob o rótulo de língua, linguagem, dialeto ou variedades de um mesmo dialeto. Ao direcionar seus estudos a toda e qualquer língua, Weinreich admite diferentes falantes e, embora se volte mais às modificações estruturais das línguas em contato, exerce um papel fundamental para todo estudo que se seguiria após, ao levar em conta, nessas modificações, fatores estruturais e não-estruturais. Deixa,⁵⁰ por isso, para os

⁴⁸ Embora em seu conceito de “valor semântico”= um signo só possui valor, existência linguística, em suas relações com os outros elementos do sistema-, isso não descarta a existência de seu uso, portanto de uma comunidade. (SAUSSURE, 9ª ed. 1969. p.130-141). Parece ficar claro que Saussure apenas não se voltou à questão do uso, já que sua preocupação maior era com o sistema como tal.

⁴⁹ A publicação das histórias de *Nanetto Pipetta* foi feita através do jornal *Stafetta* Riograndense, no período de 23.01.1924 a 18.02. 1925. Seu autor foi Bernardi, na vida religiosa o Frei Paulino de Caxias, que passou a infância na colônia da família, num tempo em que a mata virgem ainda não havia sido totalmente dominada e cultivada (RIBEIRO, 2005. p. 24).

⁵⁰ O autor deixa entender que se a língua é sistema, estrutura, ela também depende do social para existir.

fatores estruturais tudo o que se refere à organização de formas linguísticas em um sistema definido, diferente para cada língua e **até certo ponto** [grifo nosso] independente de experiências e comportamentos não-linguísticos. Os fatores não-estruturais surgem do contato do sistema com o mundo exterior, da familiaridade dos indivíduos com o sistema [...]”⁵¹ (WEINREICH, 1964, p.5).

Para o autor, se é praticamente impossível prever o quanto uma língua pode interferir nos domínios linguísticos da outra, é certo que os fatores que irão favorecer mais o uso de uma língua do que a outra não serão fatores da ordem da estrutura da língua, mas sim fatores de ordem extralinguística. Weinreich distingue os fatores não-estruturais como referentes à relação pessoal do bilingue com as línguas e com aqueles ocorridos através de grupos de bilíngues. No primeiro caso, enumera cinco itens: 1) facilidade de expressão verbal, 2) proficiência, 3) especialização no uso de cada linguagem, 4) forma de aprendizagem em cada língua e 5) atitudes. No segundo caso, enumera sete itens que se relacionam com atitudes em torno das línguas, envolvendo o indivíduo em sua relação com o grupo social. Fica claro que comportamentos atitudinais preponderam quando se trata de estabelecer critérios de transferência linguística advindos de fatores não-estruturais e fornecem a base para a compreensão da complexidade do comportamento linguístico do bilingue, tema que seria ainda muito discutido e ampliado por Kloss (1966).

Kloss (1966) está colocado entre os primeiros linguistas que tentaram categorizar fatores extralinguísticos como favoráveis ou desfavoráveis à manutenção e perda de uma língua. Enumera uma lista de quinze distintos fatores e destaca seis como os favoráveis mais importantes. O primeiro e mais poderoso deles é o isolamento religioso-societal, que mesmo ocorrendo com pequenos grupos, comprova sua eficácia, como, por exemplo, a comunidade dos Menonitas no Rio Grande do Sul, que mantém diferentes níveis da língua alemã em seus contatos intraétnicos, e a língua portuguesa somente para os contatos interétnicos. Através dessa medida, tem conseguido manter sua língua por séculos.

Os cinco outros fatores caracterizam-se por envolver grupos maiores e ter atitudes de manutenção da língua minoritária não por isolamento do grupo, mas pela reação ao comportamento do grupo majoritário que poderia vir a impedir ou facilitar os esforços de manutenção. São eles: 1) época de imigração, 2) a existência de ilhas linguísticas, 3) a

⁵¹ “*The structural factors are those which stem from the organization of linguistic forms into a definitive system, different for every language and to a considerable degree independent of non-linguistic experience and behavior. The non-structural factors are derived from the contact of the system with the outer world, from given individuals’ familiarity with the system, and from the symbolic value which the system as a whole is capable of acquiring and the emotions it can evoke*” (WEINREICH, 1964. p.5).

presença de escolas paroquiais de comunidades minoritárias, 4) a experiência de pré-imigração com esforço de manutenção da língua e 5) o uso da língua minoritária como a única língua oficial durante certo período. A nosso ver, a própria atitude de preservação da língua pelo grupo, criando determinados mecanismos de segurança, já é um fator interveniente a favor da manutenção da língua. Quer dizer, ao fato em si, agrega-se um outro componente atitudinal, que pode ser considerado outro fator. E, ainda, pode-se perguntar: “Que língua é ensinada nas escolas paroquiais de comunidades minoritárias? A língua das comunidades minoritárias ou a língua oficial do país de origem?” Dependendo da resposta, esse fator pode ser considerado a favor ou contra a manutenção da língua, o que modificaria a classificação de Kloss.

É somente nos últimos fatores que Kloss, explicitamente, realiza uma distinção em relação aos anteriores ao prescrever que estes exercem o papel de fatores ambivalentes, ou seja, funcionam exatamente como pesos ora contra, ora a favor da manutenção linguística. O nível educacional alto dos imigrantes, por exemplo, contribui para manter a vida intelectual e a imprensa, além de encorajar o estabelecimento de escolas vernaculares ou bilíngues. No entanto, pode também favorecer a mobilidade geográfica e a rápida urbanização, o que viria acelerar o uso de outros distintos falares. Kloss tem o cuidado de expor a ambivalência dos fatores e mostra que estes, nível educacional, força numérica, similaridade cultural, proibição da língua minoritária e características sócio-culturais, em sua maioria, por si mesmos não constituem situação de risco à existência de qualquer língua, mas, se aliados a outros fatores e determinadas **situações atitudinais**, podem decretar o fim do uso da língua minoritária. Cria, assim, uma espécie de lei do maior ou do menor prestígio do traço minoritário.

Pode-se dizer que tanto Kloss quanto Fishman, que dominou a pesquisa subsequente sobre *language shift* e *revitalization language*, foram influenciados pela grande mudança teórico-metodológica ocorrida nas décadas de 1960 e 1970 no campo da linguística e também da psicologia: o estruturalismo dá lugar à gramática gerativa, e o behaviorismo é substituído pela psicologia cognitiva. Essa mudança fica clara nos escritos de Fishman (1972, p.76), ao dizer que as pesquisas sobre o comportamento linguístico são recentes (reporta-se a Weireich e Haugen) e “o estudo da manutenção e substituição depende da relação entre a mudança dos padrões de uso da língua e processos psicológicos e culturais correntes em populações que utilizam mais de uma variedade de fala”.⁵² Em outras palavras, discorre sobre fatores não

⁵² “The study of language shift is concerned with the relationship between change in language usage patterns, on the one hand, and ongoing psychological, cultural or cultural processes, on the other hand, in populations that utilize more than one speech variety for intra-group or for inter-group purposes” (FISHMAN, 1972. p. 76).

uniformes e, portanto, com relatividade de valor, que interferem na manutenção e substituição linguística, relacionando-os como construtos de processos psicológicos, sociais, culturais e atitudinais. Assim, sugere três grandes áreas de estudo na manutenção e mudança de uma língua, ou seja: 1) grau de bilinguismo; 2) processos psicológicos, sociais e culturais relacionados ao estabelecimento ou mudança no uso habitual da língua; e 3) comportamento por meio da língua em contextos de contato. Pelo que se pode perceber, insere os fatores em áreas que vão do domínio pessoal da língua ao social (critérios linguísticos e não-linguísticos), identificando comportamentos, atitudes e conhecimentos em torno da língua em questão. Quando sugere o estudo em torno do grau de bilinguismo, tenta estabelecer o uso habitual da língua em situações de contato. Isto requer instrumentos de medida do grau de bilinguismo (níveis, automatismos, proficiência e domínios) e localização do bilinguismo junto a dimensões sociologicamente relevantes. Através da proposição de um esquema de “configuração de domínios”, Fishman (1972, p.87) deixa à mostra a complexa relação entre os diversos fatores do grau de bilinguismo e a localização de comunidades bilíngues, sugerindo que esta relação poderia, em última instância, reduzir-se ou não a “uma simples lista em direção ao bilinguismo”⁵³ (FISHMAN, 1972, p.111). Já em sua segunda divisão, Fishman nos reporta a processos psicológicos, culturais e sociais que estão associados a determinadas mudanças na linguagem e que, normalmente, são externos à própria linguagem. Enfatiza que essas interações são complexas e que requerem certa regularidade, a fim de serem reconhecidas como fatores de mudança linguística. Admite generalizações do tipo: “A língua de maior prestígio toma o lugar da língua de menor prestígio” (FISHMAN, 1972, p.98)⁵⁴ e comparações como:

Embora o estudo da manutenção ou substituição linguística não precise ser completamente limitado à comparação de casos separados, é preciso levar em conta que é quase impossível fazê-lo sem levar em conta fatores comparativos de uma área específica (FISHMAN, 1972, p.102).⁵⁵

Portanto, se houve uma generalização, ela não está livre de comparações com diferentes pontos e épocas. Por fim, sua terceira divisão inclui o comportamento em torno da língua em contextos de contato. Enfatiza os comportamentos atitudinais afetivos e os comportamentos implementados via reforço, planificação ou proibição e, ainda, encobrendo ou perpassando essas duas situações, a ocorrência de comportamentos cognitivos de

⁵³ “[...] *single index of direction of bilingualism* [...]” (FISHMAN, 1972. p. 111).

⁵⁴ “*The more prestigious language displaces the less prestigious language*” (ibidem, p. 98).

⁵⁵ “*Although the study of language maintenance or language shift need not be completely limited to the comparison of separate cases it is nevertheless undeniably true that the comparative method is quite central to inquiry within this topic area*” (ibidem, p.102).

conhecimento, de nível de consciência crítica, de história da língua e de percepção desta como componente de identificação de grupo que, de modo consciente, podem contribuir para manter ou substituir determinada língua. Deixa claro que embora se saiba muito pouco a respeito de comportamentos atitudinais de falantes de línguas minoritárias, eles constituem um **forte peso na balança de fatores**, tanto que diz, textualmente, ser esta terceira divisão uma subdivisão da segunda, mas que pela sua significância no processo de manutenção e substituição de uma língua merece uma divisão à parte⁵⁶. Apresenta fatos de uso de diferentes línguas como resultado da maior ou menor atitude positiva de seus usuários em relação a elas. Fishman parece deixar transparecer que as atitudes da comunidade, de forma consciente e com conhecimento (o autor fala em categorias de comportamento) em relação à língua, forjam os fatores, constituindo uma espécie de **fió condutor** que organiza, impulsiona e sustenta essa mesma comunidade na escolha de diferentes línguas como forma de representação étnica e cultural. É cabível a pergunta: “Seria, então, a atitude um fator? Ou ela perpassa os fatores, seja de forma consciente ou inconsciente, gerando, implementando ou extinguindo línguas?” Antecipando-se a estas dúvidas, já no início do enfoque três, Fishman (1972, p.104) sinaliza no próprio título: “Comportamento rumo à língua em situação de contato”⁵⁷. Nas frases iniciais do texto, já demonstra sua inquietação a esse respeito, quando escreve: “Comportamento rumo ou em direção à língua” (em vez de comportamento com a língua ou comportamento através da língua)⁵⁸. Quer dizer, a atitude conduz, rumo a, e, por isso, pode ser considerada como fator. Mas, sendo assim, onde ele, o fator, se localiza ou se distribui? É o fió condutor? Apropriadamente, Romaine (1995) diz que

A noção de atitude é em si mesma complexa e multidimensional. Como vários outros conceitos discutidos em conexão com bilinguismo, tais como proficiência e domínio, atitudes podem mudar através do tempo (ROMAINE, 1995, p. 319)⁵⁹.

Essa mudança de atitude ocorrida através do tempo foi demonstrada por Gal (1979), ao estudar o contato alemão-húngaro em uma comunidade da Áustria (Oberwart). Gal ratifica as ideias de Fishman ao caracterizar o alto grau de complexidade que envolve a questão das atitudes na escolha de um modelo de língua. Determinados fatos, fatores, impulsionaram os

⁵⁶ “Strictly speaking this subdivision may be properly considered a subtopic under 2.0 above. However, it is of such central significance to this entire field of inquiry that it may appropriately receive separate recognition” (FISHMAN, 1972. p. 104).

⁵⁷ 3.0 Behavior Toward Language in the Contact Setting (ibidem p. 104).

⁵⁸ Behavior Toward Language (rather than with language behavior or behavior through language) (ibidem, p. 104).

⁵⁹ “The notion of “attitude” is itself complex and multidimensional. As with various other concepts discussed in connection with bilingualism such as proficiency and dominance, attitudes may change over time.” (ROMAINE, 1995. p. 319).

habitantes de Oberwart, ora a falar uma língua, ora a falar outra ou, ainda, a falar ambas, dependendo do papel exercido pelos participantes de uma interação em suas diferentes comunidades. A simples identidade dos interlocutores já era o fio condutor para a escolha da língua. Isto porque, a relevância de uma língua e, por conseguinte, a irrelevância da outra, está aliada a QUEM fala, numa relação de *status* social, econômico e cultural, estabelecendo redes de dominação. Em Oberwart, as variações de ordem sincrônica das referidas línguas foram ocasionadas por acontecimentos sociais, econômicos e culturais⁶⁰ que impingiram a uma e outra, *status* e poder ao longo do tempo, ou seja, diacronicamente. Portanto, a atitude a favor da língua húngara ou da alemã, no espaço de tempo cronológico de aproximadamente 100 anos entre os habitantes de Oberwart, mudou e muda em função do maior ou menor *status* atribuído aos seus falantes, exatamente por representarem, em diferentes épocas, determinada posição de poder econômico, social ou cultural.

Outro caso ilustrativo é o estudo de Lambert (1972),⁶¹ com estudantes canadenses anglófonos e francófonos, na cidade de Montreal (1958/9), referente à classificação de pares de estudantes bilíngues de inglês e francês, em relação ao poder de *status* de suas respectivas línguas. Os dados revelaram o baixo prestígio atribuído às duplas de fala francesa, não só pelos pares bilíngues do inglês, mas pelos próprios pares bilíngues franceses, comprovando a existência de uma baixa auto-estima de sua própria língua de origem, ocasionada por uma visão deturpada do real papel ocupado pelo idioma na vida pessoal e social dessa população.

Em relação ao Brasil, o estudo de Bortoni-Ricardo (1985) faz uma análise sociolinguística sobre a integração de migrantes de origem rural ao ambiente urbano - Brasília-Distrito Federal, apoiada no paradigma de redes de comunicação, desenvolvido na Antropologia Social. Sua observação viabiliza detectar as relações intersubjetivas, permitindo antever ou explicar o comportamento dos indivíduos. Essa noção de ligação em rede já havia sido introduzida por Barnes (1987), no ano de 1954, para descrever uma rede de sociabilidade que considerou importante para explicar as atitudes dos habitantes de Bremnes, pequena vila no interior da Noruega. Barnes focalizou-se nas características da estrutura global da sociedade e não nas características das redes pessoais. Assim, referindo-se às

⁶⁰ A cidade de Oberwart – fronteira Hungria e Áustria - formou-se de comunidades bilíngues húngaro-alemães e monolíngues alemães que, em diferentes períodos da história, tiveram maior ou menor poder econômico e social, motivado pelo advento da II Guerra Mundial, pela necessidade de indústrias, pelo prestígio dos proprietários de terras e pelo não-prestígio da massa camponesa. A língua utilizada nas interações sociais é determinada pela posição de seus falantes no contexto do trabalho, da indústria, do campo, do comércio, etc. Ver maiores informações em GAL, 1979.

⁶¹ Lambert (1972), juntamente com outros linguistas, fez uma avaliação do poder de *status* das línguas francesa e inglesa. Para isso, elegeu duplas de falantes anglófonos e francófonos e elaborou questões referentes ao uso das referidas línguas.

características das ligações sociais entre as pessoas, através de uma análise dos padrões de ligação entre os seus membros, obtém um determinado entendimento do seu comportamento, diferente daquele que seria obtido através da análise dos atributos individuais.

Em relação a essa questão, mas de forma diversa, Milroy (1987, p. 60-61) destaca o papel dos indivíduos, isoladamente, como um foco do qual irradiam linhas em direção a outras com as quais está em contato e que constituem a sua zona de rede de primeira ordem. A esta ordem podem estar ligadas outras pessoas que formam a zona de segunda ordem daquele indivíduo primeiro. Essas redes apresentam como características estruturais a densidade⁶² e o conteúdo⁶³. Densa em relação à quantidade de indivíduos ligados entre si, através das redes. Quanto ao conteúdo, diz respeito à diversidade de papéis realizada por um indivíduo em relação aos demais. É possível que alguém se relacione com poucas pessoas em muitos conteúdos ou relacionar-se a muitas pessoas basicamente em um único conteúdo⁶⁴. Quanto mais densa e com maior conteúdo forem as relações, maior probabilidade de alcance de determinados objetivos.

Sabe-se que, hoje, a noção de rede vem sendo empregada de forma crescente pelos atores coletivos dos movimentos sociais, enquanto conceito prepositivo com atributos ideológicos, simbólicos e organizativos.⁶⁵ Um aspecto importante ao nosso estudo a respeito da análise de redes é o fato desta viabilizar uma perspectiva sincrônica e também diacrônica do processo de mudança linguística, conjugando fatores, variáveis e atitudes. Nesse sentido, o conceito de rede social permitiria identificar, em nível macro, as ações políticas e os recursos sociais, financeiros, de saúde e de educação que a sociedade disponibiliza para os seus cidadãos, e, em nível micro, através da rede social pessoal, os recursos e fluxos de informação que são mobilizados para os indivíduos, grupos e comunidades através dos relacionamentos sociais. É evidente que, se existe uma distribuição desigual de riquezas, poder e *status* nas sociedades, isso tem influência direta na posição ocupada pelos indivíduos na escala social e, conseqüentemente, em seu meio de comunicação. É evidente, também, que os sujeitos percebem e reagem de modo distinto aos eventos em função das características individuais e dos significados atribuídos às situações vivenciadas. Assim, determinados eventos de vida percebidos como opressivos para alguns sujeitos e conseqüentemente para algumas comunidades, podem não ter a mesma representação para outros indivíduos e para outras

⁶² Do inglês *density*.

⁶³ Do inglês *plexity*.

⁶⁴ Labov (1972) e Blom & Gumperz (1972) realizaram, respectivamente, estudos em Harlem (New York) e Hennesbergt (Noruega) respectivamente, através da análise de redes de amizades.

⁶⁵ Altenhofen (1990), em sua dissertação de mestrado, segue esse modelo, e chama a atenção para a dificuldade em acompanhar e executar a análise, já que as redes nem sempre são tão regulares e padronizadas.

comunidades, em um mesmo tempo ou em diferentes tempos. Depreende-se que 1) mesmos fatores exercem papéis distintos em diferentes indivíduos e em diferentes sociedades e 2) distintas atitudes em relação a uma língua podem ser provocadas pelos mesmos fatores e poderiam, então, ser explicadas através das relações intersubjetivas. Visto assim, Milroy (1987) e Eckert (2000) enfatizam, em suas análises, o componente social, já que este viabiliza estudos e reflexões tanto sobre a área socioantropológica e psicossocial da língua (GUMPERZ) quanto a sociolinguística (LABOV).

A intrincada tensão que ocorre na relação entre diferentes indivíduos quando da escolha de uma ou de outra língua, exemplificada por Gal (1979), Milroy (1987), Bortoni-Ricardo (1985) e Altenhofen (1990), configura-se como uma micro amostra da tensão que significa o fato de somente 200 Estados no mundo serem considerados oficialmente monolíngues e estes mesmos Estados conterem cerca de 4 a 5.000 línguas (SKUTNABB-KANGAS 1988, p. 9-10). Isso significa que, para um país, o monolinguismo oficial nega o direito linguístico de todo cidadão usar sua língua em qualquer contexto. Skutnabb-Kangas deixa bem clara sua posição como linguista, ao referendar Calvet: “A ciência linguística que está ciente de seu envolvimento político, só pode ser militante” (idem).⁶⁶

Ao trabalhar sobre o multilinguismo e a educação de crianças de grupos de fala minoritários, Skutnabb-Kangas ressalta que, embora se estabeleça que

todas as línguas têm os mesmos direitos, as mesmas possibilidades de serem aprendidas plenamente, desenvolvidas e usadas em todas as situações por todos os seus falantes, na prática isso não acontece. Diferentes línguas têm diferentes direitos políticos, não dependendo de qualquer característica linguística inerente, mas da força de poder entre os falantes e suas línguas⁶⁷ (SKUTNABB-KANGAS, 1988, p.12).

Segundo Skutnabb-Kangas (1988), o monolinguismo individual ou de grupo não é um fenômeno linguístico, mesmo que isso tenha a ver com a língua. Assim, se as causas não estão na estrutura das línguas, então são causas extra-estruturais ou fora do sistema linguístico e podem ser encontradas na estrutura social mais ampla, na qual a “língua é apenas um componente” (KAUFMANN, 2006). Skutnabb-Kangas (1988, p.13) chega a cunhar o termo *Linguicism* como sinônimo de “racismo linguístico”. Define o termo como “ideologias e estruturas que são usadas para legitimar, efetuar e reproduzir uma divisão não igualitária de

⁶⁶ “A linguistic science which is aware of these political involvements can only be militant” (SKUTNABB-KANGAS, 1988, p. 9).

⁶⁷ “[...]all languages could have the same rights, the same possibility of being learned fully, developed and used in all situations by their speakers. But in practice we know that this is far from the case. Different language have different political rights, not depending on any inherent characteristics, but on the power relationships between the speakers of those languages” (SKUTNABB-KANGAS, 1988, p. 12).

poder e recursos entre grupos que são definidos pela sua língua-base – língua-mãe”⁶⁸. Embora não diga diretamente, suas palavras deixam entrever uma visão bilingualista, além de monolinguista, na medida em que se concebe como segunda língua quase exclusivamente o inglês. O campo de luta que se vislumbra é entre o multilinguismo e o bilingualismo, o que não muda o foco do problema.

Romaine (1995, p.38) faz menção a isso quando observa que embora os Estados Unidos estejam se mostrando como um país altamente acolhedor, anfitrião de indivíduos bilíngues (segundo pesquisa de HAKUTA, 1986, p.166), a cada nova onda de imigrantes tem sido constatado o declínio de sua língua-mãe pela pressão do inglês⁶⁹. Acresce que muitas línguas estão agonizando devido à difusão das cinco línguas mundiais, como o inglês, o francês e o chinês. Conforme Grosjean (1982, p.4, *apud* ROMAINE, 1995, p. 39) estima-se que 11 línguas sejam faladas por cerca de 70% da população mundial. Tal é corroborado por Lieberman, Dalto e Johnston (1975, *apud* ROMAINE, 1995, p. 39), que estabelecem em seus estudos um grande declínio da diversidade linguística nos países do terceiro mundo.

Entretanto, em outras partes do mundo, como o oeste europeu, através do fluxo de novos imigrantes, estabelecem-se novas minorias linguísticas. Fica claro que o declínio da heterogeneidade linguística está largamente relacionado com a mudança geográfica, com o que esse espaço representa, social e politicamente, em uma determinada região, país ou continente. O reconhecimento de determinados sistemas linguísticos como línguas autônomas depende, fundamentalmente, do acesso ao poder na sociedade mais ampla.

Ao citar dez fatores-chave na manutenção e mudança da língua, Romaine (1995, p.40) reporta-se a Fishman (1996; 1991) o qual esclarece, através de exemplos, como cada fator pode implicar uma mudança da língua minoritária, não sendo, porém, inteiramente determinante. Por exemplo, embora aparentemente o número de falantes de uma língua seja bastante significativo para sua existência, ele pode revelar-se insuficiente na habilidade de um grupo para manter esta língua, já que quem fala uma língua é mais importante do que quantos a falam. Entretanto, quando uma grande força numérica populacional concentra-se em um determinado espaço geográfico, tende a fazer-se proeminente e mobilizar-se no suporte de sua língua. Por outro lado, quando comunidades residentes em área rural deslocam-se por

⁶⁸ “[...] *defined as ideologies and structures which are used to legitimate, effectuate and reproduce an unequal division of power and resources between groups which are defined on the basis of language*” (*on the basis of their mother tongues* (SKUTNABB-KANGAS, 1988. p. 13).

⁶⁹ Faz uma exceção ao espanhol que se refaz a cada nova imigração, tornando os Estados Unidos o 5º maior país hispânico do mundo (ROMAINE, 1995. p. 38).

exigência de trabalho ou estudo para áreas urbanas, com diferentes línguas, caminham em direção à perda de suas línguas.

Romaine (1995) destaca três fatores como especialmente relevantes na manutenção de uma língua: o suporte institucional, o *status* da referida língua e a concentração demográfica. Ao analisar estudos sobre a manutenção, mudança ou morte de línguas identifica dez fatores externos significativos (idem, p.40) partindo de Fishman (1966; 1991). Para cada fator, apresenta exemplos de estudos realizados (HAUGEN, 1953; KULICK, 1987; AMBROSE & WILLIAMS, 1981; GARTNER & LAMBERT, 1972; GAL, 1979) e aponta as relações com outros fatores através de variáveis intervenientes, demonstrando como estas constituem diferentes pesos em um mesmo fator.

Gibbons & Ramirez (2004, p. 51-52), influenciados por Kloss (1966), Haugen (1972), Ferguson (1981), Clyne (1991) e Allard e Landry (1994), muito apropriadamente utilizam-se de um esquema onde distribuem esses fatores citados por Romaine (1995) na estrutura social mais ampla. No entanto, reportando-se a Giles *et al* (1977) e Baker (2001) reiteram a crítica àqueles modelos de divisão já que não se encontram suficientemente contextualizados social e historicamente, dificultando, assim, mensurar o impacto de todas as variáveis nos referidos fatores, o que, com certeza, viria a modificar o papel da ação dessas variáveis nos referidos modelos. Gibbons e Ramirez (2004, p. 50) observam, ainda, que embora “teoria e modelos sejam abstrações de uma complexa e entrelaçada realidade”⁷⁰, é sempre possível e necessário tentar entender essa realidade, a fim de poder comparar pontos e chegar a algum resultado.

Nesse sentido, a noção de domínios (*dominions*)⁷¹ aprofundada por Fishman (1972, p. 81) a partir de Scmidt-Rohr (1936) pressupõe construtos através dos quais se localizaria e se expandiria o bilinguismo, ou seja: a família, a rua, a escola, a igreja, a literatura, a imprensa, o exército, o tribunal e a burocracia governamental. Esses domínios estão inseridos no quadro de Gibbons e Ramirez (2004, p.51-52) nos itens “instituições e meios de comunicação social” que, por sua vez, também se colocam como espaços de uso da língua. Pelo que se pode perceber, Gibbons e Ramirez, assim como já o fez Fishman, conseguem contextualizar os fatores que permitem manter ou substituir uma língua, já que os colocam inseridos no contexto social mais amplo, onde se irradiam e se entrelaçam de forma mais ou menos

⁷⁰ “All theories and models are abstractions from a complex and interwoven reality [...]” (GIBBONS & RAMIREZ, 2004, p. 50).

⁷¹ “Domínios: Um domínio é um construto sócio-cultural abstraído de tópicos de comunicação, relacionamentos e interações entre falantes e os seus locais de comunicação de acordo com as instituições de uma sociedade e as esferas de atividade de uma cultura singular”.

saliente, dependendo das regras do jogo altamente ideológico em torno da sobrevivência de línguas em contato, em situação diglósica.

O estudo da UNESCO (2003)⁷² lista nove fatores determinantes da vitalidade de uma língua. O estudo ressalta que os fatores devem ser considerados em conjunto. As “particularidades de cada língua” é que vão apontar quais fatores são os mais importantes na sua manutenção (vitalidade) ou perda. Os três primeiros fatores referem-se ao número de falantes, ou seja: em primeiro lugar está a transmissão linguística intergeracional; em segundo, o número absoluto de falantes e, em terceiro, a proporção de falantes dentro da população total. Os quatro fatores seguintes referem-se ao como e onde a língua é usada: tendência à existência de domínios de linguagem, reação a novos domínios e à mídia, material para a educação e literatura e políticas governamentais e institucionais de apoio à língua, incluindo *status* oficial e uso. O oitavo fator refere-se à atitude dos membros de uma comunidade em torno de sua língua e, por fim, o nono fator diz respeito à quantidade e qualidade de documentação existente. O grupo de pesquisadores da UNESCO põe em evidência a influência desses fatores um no outro e ressalta que os mesmos são oferecidos como diretrizes que necessitam ser adaptadas ao contexto das comunidades. GRENOBLE & WHALEY (2006, p.4)⁷³, além de reforçarem a interinfluência dos fatores, enfatizam a importância das atitudes dos falantes, já que “o uso de uma língua em diferentes domínios (fatores 4 e 5) depende das **atitudes da comunidade** como das políticas governamentais”.

Na verdade, a manutenção (vista como proficiência) e a substituição (vista como perda) de uma língua requerem uma compreensão das dinâmicas sócio-culturais de um contexto multilíngue particular em períodos particulares na sua história. O que Skutnabb-Kangas diz textualmente:

A política dos direitos ou a ausência de direitos de uma língua não pode ser inferida de considerações linguísticas. Elas são parte das condições sociais do país e só podem ser entendidas em seu contexto histórico, estudando as forças que têm comandado a presente divisão sócio-política de poder e recursos em suas respectivas sociedades⁷⁴ (SKUTNABB-KANGAS, 1988, p.12).

⁷² O documento intitulado “*Language vitality and endangerment*” resultou do simpósio de Kyoto, no Japão, realizado em novembro de 2002.

⁷³ GRENOBLE and WHALEY (2006, p.4) insistem na “[...] *influences of these factors from one another*” e que “*the use of the language in both new and existing domains (factors 4 and 5) is very much dependent upon community attitudes, as well as governmental policies*”.

⁷⁴ “*The political rights or lack of rights of any language cannot be deduced from linguistic considerations. They are part of the societal conditions of the country concerned, and can only be understood in their historical context, by studying the forces which have led to the present sociopolitical division of power and resources in the societies concerned*” (SKUTNABB-KANGAS, 1988, p. 12).

Não é uma tarefa fácil, já que nenhum fato linguístico ocorre no vácuo; ele está, primeiramente, situado geograficamente. É um ato individual, mas também coletivo, é, pois, social; ele é datado e, portanto, histórico; finalmente, constitui-se desafio a ser superado através de uma metodologia de pesquisa dialetológica pluridimensional que “não deve restringir seu foco de estudo à preocupação histórica [...] abrindo o seu olhar para novas problemáticas” (ALTENHOFEN, 2006, p.16) como o controle das diversas variáveis extralinguísticas apresentadas acima como componentes indissociáveis no registro de macrossínteses da variação linguística.

2.3 FATORES DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA ENFOCADOS NESTE ESTUDO

2.3.1 A questão do *status* social e político de uma língua

Bourdieu & Passeron (1990, p.73, *apud* GIBBONS & RAMIREZ, 2004, p.58), referindo-se ao *linguistic capital*, atribuem alto *status* a uma língua que é usada por grupos que possuem poder social, econômico, cultural e político, tanto local quanto na sociedade global. Indivíduos que se apoderam desse capital linguístico têm melhores condições de conseguir uma vida melhor. Como se percebe, *status* não é a causa do poder, mas consequência deste. Consequência resultante do desequilíbrio na abordagem de uma língua baseada numa perspectiva econômica, a qual pode ser identificada e analisada. Nos estudos de Gibbons e Ramirez (2004), inclusive, o fator *status* está localizado juntamente com o fator econômico, demonstrando uma íntima relação entre eles em níveis local, regional, nacional e internacional. Assim, o *status* da língua portuguesa em nosso território está profundamente amparado no fato de ser a única língua reconhecida oficialmente em todo país. Já o seu *status* em nível internacional não se faz só através deste recurso oficial. Mesmo possuindo o *status* reconhecidamente oficial, em determinados contextos “o português ocupa uma posição marginal, de língua minoritária e inoficial, da mesma maneira como de modo geral as línguas de imigração no contexto brasileiro” (ALTENHOFEN, 2008, p.138). Altenhofen descreve

essa situação referindo-se ao português falado pelos brasiguaios em contato com o guarani e o espanhol no Paraguai e ao falado no norte do Uruguai.⁷⁵

Outra situação de contato e, conseqüentemente, de *status* do português como língua oficial brasileira é a que se observa no município de São Gabriel da Cachoeira, no Alto do Rio Negro, onde coexiste com mais três línguas cooficializadas - Tukano, Nheengatu e Baniwa, medida esta pautada na abertura propiciada pela Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Calvet (2007, p. 51), baseado em Chaudenson e Fasold, apresenta gráficos onde analisa o *status* e o *corpus* da língua francesa em diferentes países de francofonia. O que nos interessa dessa análise são três pontos de vista em relação às línguas de determinado país, ou seja:

- 1) o grau de uso – refere-se à percentagem de falantes de uma língua (o *corpus*);
- 2) o grau de reconhecimento – corresponde ao grau de oficialidade (o *status*) da língua em questão;
- 3) o grau de funcionalidade – são as possibilidades que tem a língua para cumprir as possíveis funções desejadas (funções de Fasold).

Parece-nos bem claro que os três graus não se encontram necessariamente ligados e coexistindo em um mesmo ambiente. O grau de reconhecimento independe do grau de uso, mas necessita deste como pré-condição de existência. O grau de funcionalidade, ao mesmo tempo em que deriva do grau de reconhecimento, é também promotor deste. Ou seja, reconhecimento (*status*) e funcionalidade possuem uma correspondência biunívoca. Línguas que não alcançam determinadas funções podem ser estigmatizadas e abandonadas no decorrer do tempo.

Skutnabb-Kangas & Phillipson (1996, p. 669) citando Calvet (1974, p. 31) falam em uma hierarquia cabalística de línguas e suas correspondentes culturas como uma consequência lógica da crença etnocêntrica na evolução cultural. Esta crença difunde, por exemplo, o inglês como linguagem do progresso, da modernidade e da unidade internacional. Uma política que estimula o reconhecimento de determinadas línguas e não de outras é a mesma que assegura recursos para uma e não para outra.

⁷⁵ Como observa Altenhofen (2008, p.138), Elizaincin, Behares & Barrios (1987, p.13) descrevem esse português fronteiriço como “dialectos portugueses del Uruguay” (DPU);” Thun (2000) refere-se a “português americano fora do Brasil”.

Isso posto e como decorrência, o mais importante a ser observado aqui não se refere à questão de ser uma língua de povos ou grupos minoritários, mas sim se esta língua possui *status*, seja oficial ou de qualquer outra espécie. Dorian (2006) lembra que

mesmo uma língua falada por um grupo minoritário, dentro de um país que reconhece esta língua oficialmente, como é o caso do francês no Canadá, Catalan na Espanha e o Assemesse na Índia, têm seu status garantido ⁷⁶ [...] e sua continuidade assegurada (complemento nosso) (DORIAN, 2006, p.437)

Diferentemente, uma língua majoritária, como é o caso do português no Brasil, mesmo falada em outros continentes, com cerca de 230 milhões de falantes⁷⁷, não é uma língua de *status* internacional usada em situações diplomáticas e de relações econômicas como o inglês e o francês.

Essa situação pode ser devidamente exemplificada através da análise do *status* do português entre as diferentes línguas que compõem a EU e o MERCOSUL⁷⁸. A realidade da globalização nos remete à convivência com organismos nacionais e internacionais que, ao mesmo tempo em que resultam da união de diferentes países, mas com objetivos comuns, influi diretamente no destino dos cidadãos e dos países, social, econômica e culturalmente. Além da EU e do MERCOSUL, citamos a ASEAN⁷⁹ e a NAFTA/ALENA ou TLC⁸⁰.

A origem plurinacional e multilíngue desses organismos estabelece um elo comum de coexistência étnica, linguística e cultural. Vejamos como se configura a situação linguística do **lá** – exemplificado com a situação dos países pertencentes à EU, e do **aqui**, exemplificado com a situação dos países pertencentes ao MERCOSUL.

Born (2005, p.118) diz que a Europa é o continente que tem o menor número de etnias autóctones residentes e, portanto, apresenta um menor número de comunidades bi- ou multilíngues. Estas mesmas comunidades já se encontram estudadas e “gozam de *status* privilegiado com academias ou institutos linguístico-culturais e processos concluídos de codificação, unificação, standardização e normatização dos respectivos idiomas”. Apesar disso, o simples fato de que, atualmente (2007), quinze nações constituem a União Europeia, já nos dá uma ideia das imensas dificuldades que se apresentam quando se pensa em questões relacionadas à hierarquia e regulamentação de *status* linguísticos e de questões políticas daí

⁷⁶ “While the languages of some minority peoples have official status of some kind in the state or in a particular region of the state, as do French in Canada, Catalan in Spain, and Assamese in India, far more of the world’s minority languages [...]”. (DORIAN, 2006, p. 437).

⁷⁷ Este número foi publicado no New York Times em 23/10/2006, na coluna de Larry Rohter.

⁷⁸ EU – (União Européia) e MERCOSUL – um acrônimo na versão portuguesa: Mercado Comum do Sul.

⁷⁹ ASEAN – *Association of South East Asian Nations*; existe também uma abreviatura pouco usada em português: ANSEA: Associação das Nações do Sudeste Asiático.

⁸⁰ Respectivamente em inglês: *North American Free Trade Association*; em francês: *Accord de libre-échange nord-américain*; em espanhol: *Tratado de Libre Comercio*.

derivadas, já que todas as línguas do conjunto⁸¹ são portadoras de *status*, seja de língua oficial, nacional, de trabalho, regional ou minoritária, com exceção do inglês, já considerada língua franca mundial, acima de todas as demais.

Também as minorias linguísticas e culturais na EU contam com o apoio institucional de leis e projetos que visam a uma política europeia de manutenção da diversidade linguística e, segundo o princípio da subsidiariedade⁸² é importante defender e salientar a importância política, social, histórica e cultural que têm as línguas e as culturas de comunidades com línguas menos usadas para o futuro da humanidade. Mesmo com todas as intenções e procedimentos legais de apoio às línguas de minorias, quando da proposição da “Carta Aberta das Minorias” no Conselho Europeu, com propostas nas áreas da educação, das relações com o Estado e as leis, dos meios, das atividades culturais e da elaboração para além das fronteiras nacionais, não obteve a adesão de todos os países integrantes da EU. Certamente, um fator que contribuiu para essa atitude “comedida” é o fato de que, “em 1993, 40.000.000 de eurocidadãos falavam uma língua materna que não era uma das nove línguas oficiais” (BORN, 2005, p.118). Born (p.140) cita 35 línguas minoritárias ou línguas e culturas menos divulgadas, sem contar a ambiguidade levantada quando são consideradas determinadas grandes línguas como alemão e francês, também minoritárias, dependendo de certas condições sociolinguísticas ligadas a espaço físico.

Obviamente, essa imensa diversidade dificultaria, na prática, o acesso à legislação, aos procedimentos e à informação da EU em suas próprias línguas. Lembrando, ainda, que as empresas europeias teriam necessidade de competências em todas essas línguas e também na dos outros parceiros comerciais de todo o mundo. Mesmo com a oficialização das nove línguas e com a ideologia da igualdade na diversidade que se consagra a equivalência de todas as línguas dos estados membros como línguas de trabalho das euro-instituições. Na realidade do dia a dia, não há como negar a supremacia de determinadas línguas sobre outras. Fica claro, por exemplo, a “supremacia ou o status da língua alemã e do grego na Itália, do neerlandês-holandês-flamengo na França” (BORN, 2005, p.128). Também é evidente e se aprofunda cada vez mais a supremacia do inglês e do francês na comunidade europeia tanto que, dentro das instituições, as demais sete línguas são consideradas minoritárias.

O espanhol e o italiano são línguas minoritárias em comparação com o alemão, enquanto o dinamarquês, o finlandês, o grego, neerlandês e o

⁸¹ São línguas oficiais da EU: português, espanhol, francês, italiano, alemão, inglês, dinamarquês, grego, neerlandês-holandês.

⁸² Segundo Born (2005, p.123) significa que tudo quanto não deve ser regulado necessariamente na Europa, será regulado nos estados membros.

português são línguas minoritárias em comparação com o espanhol e o italiano (BORN, 2005, p.128-9).

O Comitê Econômico e Social Europeu, em parecer de 6/09/2006⁸³ à Comissão Europeia, observa a defasagem e a desigualdade de tratamento entre as instituições e a sociedade civil europeia:

Quaisquer notas, estudos e documentos úteis e necessários à elaboração, consulta e discussão da legislação europeia são produzidos e disponibilizados, numa percentagem desproporcionada, em inglês. O mesmo se passa, cada vez mais, com as reuniões internas ou organizadas pela Comissão (p.3 do Parecer).

Fica óbvio que se os textos só estão disponíveis em inglês⁸⁴, e se as discussões, relatos, tanto institucionais como informais, também são registrados em inglês, uma significativa parcela de indivíduos fica à margem dos debates. Da mesma forma, parece óbvio que pessoas menos esclarecidas prefiram realizar estudos e pesquisas em inglês, já que é a língua que promete trazer maiores benefícios em situações reais de profissão e de melhoria de vida. Por este mesmo motivo, várias gerações de pais e até de organismos institucionais estão escolhendo preferencialmente o inglês na aprendizagem de uma língua estrangeira, em detrimento até da língua materna de origem.

Born (2005, p.118), ao referir-se à situação do MERCOSUL em relação ao *status* das línguas presentes do grupo diz “parecer pouco problemática à primeira vista”. Dos países membros “(Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), apenas as Constituições do Brasil e Paraguai especificam a questão linguística”. O art. 5º da Constituição Paraguaia prescreve que os idiomas nacionais da República são o espanhol e o guarani e que será de uso oficial o espanhol. No Brasil, a Constituição de 1988, art. 13, diz que a língua portuguesa é a língua oficial. O art. 210 diz que “O ensino regular será ministrado em língua portuguesa, assegurado às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Born, 2005, p.119). Não há referência alguma às línguas dos grupos imigrantes. Assim, a comunicação do Brasil com os países vizinhos realiza-se em “um dos dois idiomas românicos irmanados, ou no espanhol ou no português [...]” (idem, p.119). Mesmo presente na Constituição do Paraguai (e mais recentemente do MERCOSUL) como língua oficial, o guarani, assim como outras línguas indígenas não ocorrem em conversas formais, em nível social.

⁸³ O referido parecer pode ser visto em sua íntegra no site <http://eur-lex.europa/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52006AE1372> - acesso em 28/5/2007

⁸⁴ Numerosos observadores apontam o fato de as páginas iniciais dos portais ou sites Web institucionais conterem por vezes referência a documentos aparentemente em versão multilíngue, mas que, numa consulta profunda, estão disponíveis apenas em inglês (Ibid p. 4).

Igualmente, para fins internos, a única língua com *status* oficial em todo o país é o português. As consequências da falta de *status*, oficial ou não, de todas as demais línguas faladas no país, incluindo a do nosso objeto de estudo, o *talian*, são, sem dúvida, cada vez mais de perda linguística e cultural, já que a existência de qualquer língua está condicionada, de uma forma dialética, aos fatos concretos da sociedade maior na qual se insere. A língua adquire valor e *status* sempre que estiver ligada a um contexto que suporta valores concretos subjacentes. Parafraseando Mey (1998, p.79), podemos dizer que “se a língua é propriedade individual, quem determina o seu valor é a sociedade”. Kaufmann, (2006, p.2433) ressalta, neste sentido, o papel de dois fatores principais na manutenção de uma língua: o número de falantes e o poder de sua língua. Destaca que as minorias linguísticas que não têm nem número elevado significativo de falantes e também uma língua sem *status* reconhecido correm um grande risco de serem extintas.

No ano de 2007, o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL) propõe a instituição, através de decreto presidencial, do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) como instrumento de reconhecimento e salvaguarda das línguas tidas sob o título de “referência cultural brasileira”. Cria-se, assim, a possibilidade de “variedades dialetais” (manifestações linguísticas das comunidades luso-brasileiras), como o *talian*, e línguas afro-brasileiras (manifestações linguísticas de comunidades afro-brasileiras), passarem a constar no Livro de Registro das Línguas como parte do patrimônio imaterial do Brasil. Esse fato constitui um possível fator de elevação do *status* de todas as línguas não-oficiais e consideradas línguas de menor alcance, ao mesmo tempo em que reconhece as respectivas comunidades linguísticas.

Por fim, o *status* também pode ser adquirido por caminhos não oficiais. Sistemas educacionais e meios de comunicação social, entre outros recursos de visualização e expansão, como a moda e as artes de um modo geral, asseguram a uma língua suporte físico e econômico de acesso ao seu uso. Mas tudo isso tem a ver com uma profunda vontade política, que será o nosso próximo fator.

2.3.2 Contexto histórico-político

A importância deste fator é acentuada por autores conhecidos neste campo da linguística. Gibbons e Ramirez (2004, p.53) fundamentam seus estudos com uma frase: “O

poder político pode grandemente suportar ou profundamente exterminar línguas”.⁸⁵ Calvet, em seu capítulo inicial de “Nas Origens da Política Linguística”, nos adverte que

sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria (CALVET, 2007, p.11).

Rajagopalan (2003, p.78) não só descreve o papel de políticas linguísticas como também adverte que “em diversas partes do mundo verifica-se a adoção de políticas linguísticas pelos governantes sem que haja efetiva participação dos linguistas”. Skutnabb-Kangas & Phillipson vão mais além, ao revelar e denunciar que determinadas

políticas linguísticas garantem a alocação de recursos para a língua dominante na educação, na mídia, na vida pública e nos modernos setores da economia. Como resultado, muitos povos do terceiro mundo são governados em uma língua que eles não entendem⁸⁶ (SKUTNABB-KANGAS & PHILLIPSON, 1996, p.670).

Esse poder vem atrelado a fatos históricos, de descobrimento, formação e desenvolvimento de uma determinada região ou país. No Brasil, distintas políticas de acesso imigratório foram impostas, em diferentes períodos, ocasionando diferentes resultados. Senão, vejamos os dados abaixo.

a) A Política de Imigração: A imigração italiana, apesar das aparentes semelhanças, diferentemente da imigração alemã que a antecedeu, foi regida por distintas leis advindas dos governos, imperial e provincial. Para cada família de alemães estavam previstas no orçamento da União glebas de terras de aproximadamente 77 hectares. Essas facilidades de início de imigração são explicadas por Costa & De Boni (2000): o então governo monárquico brasileiro era dirigido por um grupo de funcionários portugueses e brasileiros não comprometidos com os grandes latifundiários e tencionava modificar as estruturas do país, até então baseadas na monocultura, latifúndio e escravidão. Assim sendo, aos primeiros imigrantes alemães caberia a produção da policultura e pequenas indústrias, fornecendo gêneros de primeiras necessidades, daí as facilidades concedidas a esses imigrantes.

Já no orçamento de 1830, foram cortadas todas as verbas para a imigração e colonização e, em 1834, por Ato Adicional da Regência, os encargos com a vinda de estrangeiros passaram para as províncias, as quais, carentes de recursos, não possuíam glebas

⁸⁵ “Political power can strongly support or profoundly undermine languages” (GIBBONS & RAMIREZ, 2004, p. 53)

⁸⁶ “Linguist policies ensure the allocation of resources to the dominant language in education, the media, public life and the modern sector of economy. As a result, most people in the “Third World” are governed in a language that they do not understand” (SKUTNABB-KANGAS & PHILLIPSON, 1996, p 670).

de terras, pois as terras devolutas continuavam pertencendo ao poder central. Essa mudança de postura em relação à política de imigração encontra-se na nova formação do parlamento brasileiro, composto, então, por grandes latifundiários que, donos da situação política e diferentemente do grupo anterior, impediam e dificultavam a entrada de colonos estrangeiros, pois viam no modelo de produção, baseado na pequena propriedade, na policultura e no trabalho familiar um perigo, mesmo em longo prazo, ao arcaico sistema vigente de produção.

De um período relativamente livre (mesmo arcando com o ônus da compra de terras), com liberdade de usos, costumes e línguas, o período pós- 1937 é pautado no projeto nacionalista brasileiro de feição conservadora e autoritária, marcado pelo caráter excludente, com a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade que não fossem ligadas rigorosamente ao Estado. Assim é que uma política de nacionalização é implantada em todo país, com uma série de providências, envolvendo a ação e atuação dos Ministérios da Guerra, da Educação, da Justiça e do Trabalho. Medidas proibitivas e punitivas e a criação de estratégias separatistas foram impostas à população de imigrantes. **Construir o nacionalismo significava destruir as diferenças étnicas e culturais e proceder a uma seleção na formação da cidadania brasileira.**

A própria mudança de postura do então governo da república que, premeditadamente, instaura as colônias mistas, não deixa de ser uma política linguística pautada na crença de que, reunindo imigrantes de origens diferentes, no mesmo espaço físico e social, estes seriam obrigados a fazer uso do português para garantir a intercompreensão. O mesmo governo republicano procedeu à tradução de topônimos, originalmente na língua alóctone (por exemplo, para o português, normalmente homenageando personalidades do Exército, como no caso de Garibaldi (antes Conde d'Eu), Bento Gonçalves (antes Dona Isabel), Caxias do Sul (antes Campo dos Bugres), Farroupilha (em homenagem ao centenário da Revolução Farroupilha) e Flores da Cunha (em homenagem ao General José Antônio Flores da Cunha).

b) Consequências de uma política monolinguística: As consequências da política de nacionalização se fazem sentir até os dias de hoje. O conceito corrente de que o Brasil é um país homogêneo, de um só povo e de uma só língua tem vinculação com esse tipo de concepção. Como já vimos anteriormente, pesquisas indicam que no Brasil há aproximadamente 180 línguas autóctones e cerca de 30 línguas alóctones que ainda são faladas. Há, ainda, as línguas de descendência afro-brasileiras, as línguas de sinais e os fenômenos de fronteiras (ALTENHOFEN, 2008, p.136), como o português da fronteira (o *portunhol*).

Fato semelhante ocorreu na Austrália, que, segundo Gibbons & Ramirez (2004), em 1787, época do estabelecimento dos europeus, contava com cerca de 240 línguas autóctones. Hoje, muitas dessas línguas desapareceram e somente algumas têm a expectativa de sobreviver como língua-mãe. Relações de poder e o estabelecimento de uma política social europeia nas estruturas econômicas, juntamente com novas doenças ocasionando supressão violenta, tendem a fazer desaparecer muitas dessas línguas. Além disso, tem sido constante a migração dentro da Austrália, chegando hoje a população indígena a representar apenas 2% da população total. Como consequência, o declínio das línguas não-inglesas chega a um estado crônico: somente 4,2% da população nascida na Austrália usa outra língua que não o inglês, incluindo as línguas aborígenes. Já o espanhol, língua de maior número de imigrantes, não vem conseguindo espaço frente ao inglês.

O estudo de Gal (1979) mostra que quando Oberwart recebeu um grande afluxo de falantes alemães e viu-se transformada de terra de agricultores em área industrial e comercial, no período da Segunda Guerra Mundial, passando a fazer parte da Áustria, o alemão converteu-se em língua oficial, sendo o húngaro banido, por um ato de governo, das escolas. O resultado disso foi uma perda linguística significativa: se, em 1920, o húngaro era falado por três quartos da população, em 1971 somente um quarto da população sabia falar a língua.

Skutnabb-Kangas & Phillipson (1996, p.672) afirmam que as formas de acesso de uma língua às estruturas de poder e aos recursos materiais têm mudado de forma. Se, antes, a colonização era efetuada através de armas, leis proibitivas e não disponibilidade de recursos, agora, o princípio da dominação é a colonização da mente através de uma conscientização via meios de comunicação, educação e religião. Trata-se de uma estratégia muito mais sutil, pois subjuga os indivíduos a aprenderem uma determinada língua não pela força e punições físicas, mas pela punição da não-obtenção de determinados privilégios que só a língua detentora de *status* pode oferecer.

Frosi (1998), referindo-se à língua oral da região de colonização italiana no sul do Brasil, identifica-a através de três momentos histórico-políticos importantes. O primeiro inicia-se com a chegada dos primeiros imigrantes, em 1875, e se estende até 1910. No assentamento desses imigrantes não foi levado em conta o critério etnolinguístico, ou seja, comunidades de fala formaram-se ao longo das linhas ou travessões e constituíram comunidades de fala, em termos dialetais, mistas. Pelo isolamento e pela dificuldade de comunicação com a comunidade brasileira, o grupo de descendentes formou uma sociedade local do tipo vêneta-lombarda, com a preservação do respectivo dialeto e com a integração social e linguística em nível de grupos étnicos italianos.

Nesse universo de valores tipicamente italianos, não houve desprestígio aos dialetos italianos, sejam eles do grupo vênето (vicentino, trevisano, feltrino-belunês, paduano, veronês, veneziano, rovigino), sejam do grupo lombardo (bergamasco, mantuano, cremonês, milanês, bresciano, varesino, comasco, paviense), seja o dialeto trentino ou, ainda, o friulano (FROSI, 1998, p.161).

Eles, os dialetos, são a língua da família, do trabalho e do grupo social maior. Não se justifica, do ponto de vista estritamente linguístico, a estigmatização ou vergonha em relação à língua de imigração, ou qualquer outra língua. As razões do preconceito linguístico derivam muito mais de aspectos sócio-políticos, em determinado momento da diacronia.

O segundo período tem início em 1910, quando se põe em movimento a estrada de ferro que liga Caxias do Sul a Porto Alegre. O fator geográfico, as barreiras do isolamento são rompidas e o incremento comercial e industrial daí decorrente altera as relações sociolinguísticas:

Os dialetos menos representativos numericamente desaparecem, as ilhas dialetais se preservam, os dialetos do grupo vênето e lombardo se interinfluenciam, os dialetos do grupo vênето se sobrepõem aos demais.[...] surge uma fala comum, uma coine (FROSI, 1998, p.161).

Na década de 1930, a campanha de nacionalização do ensino leva à proibição da fala dialetal italiana, e o uso da língua portuguesa torna-se obrigatório. A língua portuguesa é imposta pelo poder **político-administrativo**. Além desses fatores extralinguísticos que contribuíram para a diminuição e desprestígio da fala dialetal italiana, há a segregação dentro do próprio grupo de imigrantes, isto é, forma-se um novo grupo de descendentes, mais urbanos e enriquecidos, que vê os menos favorecidos e rurais como *colonos*, no sentido pejorativo do termo, inferiorizando-os social e linguisticamente, seja pelo falar dialetal italiano, seja pela fala do português com forte pronúncia italiana. Esses dois fatos unidos vão dar origem a um estigma social que marcou os descendentes ítalo-brasileiros durante muito tempo e talvez até hoje.

A década de 1950 projeta, no Estado e no País, a RCI pelo seu expressivo desenvolvimento econômico e marca o terceiro período da evolução sociolinguística. Há novas estradas e os meios de comunicação, através da luz elétrica, chegam a todos os lares. As mensagens são transmitidas em língua portuguesa e a ampliação das relações interétnicas aumenta a fala na língua oficial do país, projetando esta e menosprezando os dialetos. Aprender a língua portuguesa significava um fator de ascensão social e econômica.

A estigmatização social dá origem a estereótipos linguísticos que têm efeitos traumáticos. Falar em dialeto italiano é feio, falar em língua portuguesa com

interferências fônicas dos dialetos italianos também é feito (FROSI, 1998, p.163).

Neste período, pelo empobrecimento rural e pelo aumento demográfico das colônias acontece o êxodo do campo para a cidade e a saída à procura de novas terras – também para a recém-colônia de Erechim. Fatalmente, a miscigenação e os casamentos interétnicos fazem com que os descendentes de terceira geração, nascidos em centros urbanos, não adquiram o italiano como língua materna.

O quarto período da história linguística da RCI é marcado pelas comemorações alusivas aos cem anos da imigração italiana (1975) e se estende até nossos dias. O progresso, a grande expansão econômica da região, a presença de meios massivos de comunicação e transporte desintegram o falar dialetal italiano e consagra, definitivamente, a língua portuguesa em todos os níveis e classes sociais. Segundo Frosi (1998, p.165) a fala dialetal italiana “não tem uma função de comunicação e de transmissão da cultura. Ela é usada como um instrumento para demarcar um espaço próprio, uma identidade cultural local [...]”. Na realidade, o que se percebe é uma atitude afetiva, por parte dos descendentes italianos, em relação ao dialeto que agoniza. Há toda uma vontade política de resgate, de valorização e de retorno às origens, numa tentativa de recuperar a riqueza dos dialetos e sua consequente cultura. Fica a pergunta: Em que medida isso se confirma nos dados deste estudo?

2.3.3 Aspectos geográficos

Nunca antes, de modo tão forte, o espaço geográfico tem significado um terreno de luta, de poder e de conquista ideológica de determinados povos e países sobre outros. Não é a conquista do espaço em si, mas do que ele representa e do que ele pode produzir.

Assim, o espaço geográfico ocupado por uma determinada população, ao relacionarmos língua e grupo étnico e social, pode ser visto e analisado sob duas diferentes óticas, embora com fortes interinfluências. A primeira diz respeito à geografia do espaço em si, ao terreno ocupado, sua posição e localização no universo. Esse espaço tanto pode ser analisado em nível mundial como em nível local. Há espaços de localização privilegiada, com maiores recursos naturais, riquezas e consequente poderio econômico, em detrimento de outros com menores recursos e destituídos de força política e poder econômico. Nem sempre, no entanto, os espaços ricos em bens naturais são igualmente ricos em poder econômico, social, cultural ou político. Espaços geograficamente fechados podem compartilhar de uma

série de recursos midiáticos e institucionais que dão suporte à língua. É o que vemos, por exemplo, em comunidades falantes de variedades da língua Malay na Tailândia, Malásia, Indonésia, Brunei e Filipinas, que têm facilidade de uso, pois se servem de recursos comuns na manutenção de sua língua. Já é diferente o caso de variedades das línguas alemã e italiana, presentes em comunidades fora da Europa, como no Brasil, que não possuem o mesmo aparato de sustentação e proximidade física. Espaços abertos, tais como as fronteiras, portos marítimos e mesmo grandes cidades estão mais expostos às influências externas, já que recebem um fluxo maior de pessoas.

Já o segundo modo de abordagem do espaço geográfico liga-se à terra-mãe como símbolo de construção de identidade, distinguindo os “filhos da terra” ou os nascidos no país, daqueles considerados “estrangeiros”, seja por não terem nascido no país, seja por serem descendentes de imigrantes. São limites estabelecidos pela identidade étnica dentro e também fora do país. Quanto mais forte é esta identidade, mais esta força se sobressai local e internacionalmente. O conceito envolve negação e diferença: algo é alguma coisa e outra não. Altenhofen nos diz que

as línguas de imigração assumem uma posição intermediária e ambígua, tal como acontece com a identidade, muitas vezes sob uma espécie de “fogo cruzado” entre a origem étnica e a assimilação ao meio local de acolhimento (ALTENHOFEN, 2008, p.29).

Então, ou se associa a língua de imigração à respectiva língua estrangeira e distante da pátria-mãe, portanto, abandonada, ou vive-se a condição de língua minoritária ainda desprovida de reconhecimento e *status* de língua brasileira e, portanto, duplamente abandonada.

Mey (1998) dá outro enfoque a essa questão citando a ligação feita entre Hans Cristian Andersen e sua terra natal, a Dinamarca. O fato de o famoso escritor ser dinamarquês eleva o sentimento de pertença de toda uma população que sente orgulho da pátria e de tudo o que ela representa como chão, espaço e como identidade. Constantino (1991, p.41-52) compara o caso dos calabreses em Porto Alegre e sua ligação com Boreno, na Itália. A identidade pode, por outro lado, representar um sentimento negativo como o foi, e talvez ainda seja a comparação da Alemanha e do povo alemão com as permissividades deflagradas pelo ditador Hitler durante a segunda guerra mundial. O próprio estudo de Gal (1979) em Oberwart – cidade localizada na divisa da Áustria com a Hungria, entre outras situações, mostra um reflexo da política adotada durante a guerra. A identidade com a terra, enquanto espaço geográfico camponês ligado ao prestígio social que isso representava era respeitada e

mantinha a língua húngara, ligada à população do campo. No momento em que os arredores da cidade tornam-se um espaço de prestígio ligado à industrialização, mais valioso econômica e socialmente, a identificação dos jovens bilíngues húngaro-alemão com este espaço motiva ao monolinguismo alemão, ligado à população industrial.

Para os italianos, no período auge da imigração no Brasil, a identificação com a terra representava a redenção econômica, a liberdade e a ascensão social⁸⁷. A pátria era deixada porque nela faltava a perspectiva de poder ter a sua terra, ser proprietário. Já o direito ao uso da língua estatal, “não sendo portátil ou pessoal, mas sim territorial e pertencente a uma região específica ou domínio de uso dentro de uma região,”⁸⁸(ROMAINE, 2006, p.399) a ele não foi acessado pelo governo brasileiro. Se ao indivíduo cabe a liberdade de fala, não significa que o Estado lhe ofereça condições sociais de uso desta fala. Assim, o imigrante italiano identificou-se com a terra, mas não com a língua e, nos primeiros tempos, seja pelo fator do isolamento geográfico ou de comunicação, permaneceu com a língua trazida do país de origem. Os estudos de Santos (2001) e Frosi (1998) mostram como, aos poucos, esta identificação com a língua de origem também vai desaparecendo.

De um modo geral, grupos que permanecem isolados durante muito tempo apresentam maior tendência à manutenção da língua, e o isolamento religioso-societal é o mais poderoso deles. Pode ocorrer quando membros de algum grupo religioso “retiram-se do mundo”⁸⁹ que os cerca, mantendo sua língua com a exclusão de influências de seu meio ou, então, com grupos de pessoas que imigram para países onde são faladas outras línguas que não a sua de origem. Esta situação pode até gerar “ilhas lingüísticas”⁹⁰ em territórios em que a língua não dominante é a língua principal usada na comunicação diária. Frosi (1998), relata que

na região colonial italiana, em alguns casos, a predominância de grupos étnicos específicos originou ilhas de dialetos particularizados. Essas ilhas foram resultado do assentamento, num mesmo travessão, de grupos de famílias procedentes de uma mesma província italiana (FROSI, 1998, p.159).

Quanto maior a ilha, maior a resistência à assimilação e conseqüente substituição da língua de origem. Em um estudo dialetológico, as mudanças de fronteira também se constituíram em espaços propícios na formação de “ilhas linguísticas”, mais conservadoras do que os centros urbanos (cf. ALTENHOFEN, 2006, p.10). Destaque a essa situação de isolamento já era dado em 1938, na época da política de nacionalização. Em ofício reservado

⁸⁷ Costa & De Boni (2000) dão maiores referências sobre esta questão.

⁸⁸ “[...] rights are not portable or personal; they are territorial and pertain to a specific region or domain of use within a region” (ROMAINE, 2006, p.399).

⁸⁹ “Retiram-se do mundo”, expressão traduzida – utilizada por Kloss (1966, p. 206): “*withdraw from the world*”.

⁹⁰ Termo empregado por Kloss (1966, p. 207), “[...] existence of language islands (*Sprachinseln*)”.

do chefe do Estado-Maior do Exército, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, lia-se:

O comando da 5ªRM ressalta os estados mais atingidos pelos perigos da colonização estrangeira, tanto alemã como italiana, japonesa e polonesa, achando que de todos os elementos radicados no nosso país, os mais bem organizados são os alemães, devido ao isolamento em que procuram viver, transmitindo aos seus descendentes língua, costumes, crença, mentalidade, cultura e patriotismo.⁹¹

Romaine (1995, p.44) relata que, quando falantes de uma língua minoritária conseguem encontrar um nicho ecológico na comunidade majoritária, o qual é condutor na manutenção da língua, ela tem maior chance de sobrevivência. Diz, também, que o grau de isolamento de uma comunidade é um importante fator na mudança da língua, mas ele trabalha tanto para manter como para minar a língua. Ele pode ser um fator de manutenção se os membros do grupo não têm um contato interativo com membros do grupo da língua dominante, mas ele pode ser fator de mudança se o grupo constitui uma comunidade de imigrantes que tem perdido a relação com o país da língua-mãe. Acrescente-se a isso, a própria percepção da variação diatópica, do uso de uma língua e de outras línguas próximas que é diferente na visão de uma sociedade tradicional, antiga, caracterizada pela *topostática*⁹² onde o estranho era muito mais rapidamente notado, e na visão atual, de sociedades modernas, caracterizadas pela *topodinâmica* dos falantes, onde a heterogeneidade étnica e também social sustenta um plurilinguismo não só de variedades de línguas, mas também de variedades dentro de uma mesma língua. Essa mobilidade geográfica descaracteriza ou cria novas configurações para os contatos linguísticos e para a manutenção ou vitalidade de uma língua.

2.3.4 Aspectos demográficos

Embora o número de falantes de uma língua seja preponderante para sua manutenção, e Gibbons & Ramirez (2004, p.66) chegam a dizer que “se em uma comunidade há um alto número de falantes e se os demais fatores forem iguais, essa língua tem grandes possibilidades

⁹¹ Campanha de Nacionalização. Ofício reservado nº4, 24 de janeiro de 1938, do chefe do Estado-Maior do Exército ao Ministro da Guerra (assinado por Góis Monteiro). Arquivo Gustavo Capanema, GC 34.1 1.30-A, pasta 11-1, série g.

⁹² O termo *topostática* é usado por Thun (1996) e refere-se à situação de falantes mais fixos ao espaço físico onde residem, em oposição a falantes mais móveis no espaço, *topodinâmica*.

de ser mantida, transmitida e aprendida”⁹³, mesmo assim, o número de falantes é ainda somente um fator na escala dos pesos na manutenção e na substituição de uma língua. Aliada à questão do número de falantes, questões como o número absoluto de falantes e os fatores que causam mudanças neste número são igualmente importantes. Nesse sentido, não só os censos demográficos nos revelam dados significativos sobre a movimentação de uma determinada população e sobre o uso de suas línguas, como também o rumo das decisões políticas de países que ditam as regras no mundo político e econômico.

Censos demográficos como o de 1996, realizado na Austrália, que especifica a “língua falada em casa”, nos propicia uma visão do número da população que fala uma determinada língua em casa, bem como a percentagem dos nascidos no país e a percentagem de representação nesse mesmo país⁹⁴. Na análise, pode-se perceber que o índice de nascimentos está diretamente relacionado ao índice de manutenção da língua oficial do país, já que afetando diretamente o tamanho das comunidades tem impacto direto no número de falantes. Este censo, comparado aos demais que se seguem, possibilita uma análise da situação do país em termos de número de habitantes e línguas faladas. Políticas linguísticas podem ser elaboradas em cima desses índices. Há condições de se traçar políticas de manutenção ou não de determinadas línguas. Semelhante tipo de estudo foi realizado no Brasil somente nas décadas de 1940 e 1950. De lá para cá, só estimativas. Há, no entanto, e agora não nos referindo a censos demográficos, estudos que nos trazem outros dados importantes na área, como o de Altenhofen (2008, p. 26). O autor lembra que “costuma-se mencionar estatísticas da entrada de imigrantes no país que não se podem confundir com estatísticas de número de falantes das respectivas línguas de imigração”. Exemplifica dizendo que se entraram mais imigrantes italianos no país (os primeiros vieram em 1875), é certo que os alemães, que aqui chegaram em 1824, já haviam se multiplicado em cerca de 7-10 vezes mais, segundo a média de filhos por família. Em sua dissertação de mestrado (1990, p.72), a partir da amostra coletada pelo projeto BIRS (Bilinguismo no Rio Grande do Sul), faz uma estimativa de falantes bilíngues da geração dos jovens (alistados entre 1985 e 1987), segundo a língua de imigração falada no RS. O que nos interessa aqui são os números que demonstram a percentagem dos falantes de italiano:

⁹³ “If all else is equal, the greater the number of speakers of a language, the greater is the probability that this language will be maintained, transmitted and learned” (GIBBONS & RAMIREZ, 2004. p.66).

⁹⁴ Essa tabela pode ser visualizada no livro de Gibbons & Ramirez (2004. p.69).

Tabela 5 -: Pesquisa realizada pelo Projeto BIRS (bilinguismo no RS) entre os anos de 1985/1987

Total de questionários	alemão	espanhol	italiano	japonês	polonês	russo	ucraniano	outros	Quest. descon.
5.435	3.077	116	1.845	23	216	2	2	55	99
100%	56,61%	2,13%	33,94%	0,42%	3,97%	0,04%	0,04%	1,01%	1,82%

Fonte: ALTENHOFEN (1990) Dissertação de mestrado – UFRGS.

Mesmo se tratando de dados que não envolveram todos os municípios do Rio Grande do Sul (nem todos responderam à pesquisa), os dados são significativos como representantes do índice de bilinguismo no Estado. Certamente, se fossem dados específicos da RCI e desmembramentos, os índices seriam bem diferentes em relação ao bilinguismo italiano-português. Isso aponta para a importância de se refletir sobre o fator demográfico tanto em nível local quanto em nível internacional, em relação a força da concentração étnica. Em nível internacional, pode-se considerar como importante uma língua falada como L1 por uma significativa população, como no caso do mandarim. Se, no entanto, outra língua tiver também um significativo número de falantes como L1 e, ainda, um significativo número de população falante de L2, a exemplo do inglês, então esta língua terá muito mais força social, política e econômica. Em nível nacional, Altenhofen (2008) exemplifica citando que a língua indígena mais falada no território brasileiro não ultrapassa o número de falantes de uma língua de imigração como o japonês, e que, no entanto, não possui o apoio institucional das línguas indígenas, assim como as demais línguas de imigração.

Na região em estudo, o processo de colonização, favorecendo a imigração e a política de instalação de **populações mistas**, fez com que a convivência com outras variedades de língua facilitasse a substituição e o uso de uma língua geral, da coiné, de predominância vêneta. Neste sentido de formação inicial, diferencia-se da RCI, já que esta, pela formação inicial, conforme Frosi (1998), ao referir-se à manutenção da língua de origem, preserva ilhas linguísticas:

[...] os dialetos menos representativos numericamente desaparecem, as ilhas dialetais se preservam, os dialetos do grupo vêneta e do grupo lombardo se interinfluenciam, os dialetos do grupo vêneta se sobrepõem aos demais (FROSI, 1998, p.161).

Onde ocorre alto grau de interferências linguísticas, a perda proporcional também é alta. As implicações podem ser vistas inclusive no nível da estrutura familiar. Como exemplo, Williams (1987, p.89, tabela 2.4)⁹⁵, citado por Romaine (1995, p.42), apresenta uma tabela que mostra a constituição familiar e a preponderância da língua originária de Wales, no ano de 1981. Pode-se muito bem observar que na família onde ambos os pais falam a língua welsh, a manutenção tem seu maior índice, ou seja, 91.2%. Realizamos, também, estudo semelhante nos pontos da pesquisa, e os resultados podem ser visualizados no cap. 4, confirmando a importância do fator intergeracional na aquisição e uso da língua de origem. Tanto Romaine (1995) quanto Fishman (1964/1967) enfatizam a transmissão intergeracional como condição básica para manutenção da língua-mãe de minorias linguísticas. Fishman (1991)⁹⁶ diz que “somente quando a língua é passada para o indivíduo em casa há chance de sobrevivência [...]”. Romaine (1995, p.42)⁹⁷ diz que a “inabilidade de minorias para manter o espaço da casa como um domínio intacto para o uso de suas línguas tem sido decisivo na sua mudança”. Em Cummins (1978), há exemplos claros de substituição linguística quando se refere ao bilinguismo subtrativo, próprio de países onde não há uma política voltada à manutenção linguística de minorias étnicas. Frosi (1998), como vimos, relata o percurso de perda da língua de imigração de origem italiana através de quatro períodos históricos. A integração, em nível interno, de grupos étnicos italianos, foi o fator de manutenção da língua e de integração da região de colonização italiana no contexto brasileiro maior; com a conseqüente dispersão e miscigenação étnica produziu-se o abandono de usos e costumes italianos, dentre eles a língua de origem italiana.

Atualmente, a globalização, através de seus efeitos massificadores, tende a dar unidade ao que é múltiplo e a transformar o múltiplo em uno e, neste processo, o contato entre as línguas faz dominar aquela que, por razões de formação histórica, econômica e política, está em situação dominante ou privilegiada. Nesse sentido, esmorece o poder da concentração demográfica e fala mais alto o poderio econômico.

⁹⁵ - Table 2.4 - Household composition and language in Wales

Parents	Children	
	% Non-Welsh speakers	One or more Welsh speakers
Both speak Welsh	63.8	91.2
Father only	58.0	36.2
Mother only		42.0
Neither speaks Welsh	92.8	7.2

⁹⁶ “Only when a language is being passed on in the home is there some chance of long-term survival. Other-wise, other efforts to prop up the language elsewhere, e. g. in school or church, may end up being largely symbolic and ceremonial” (FISHMAN, 1991 *apud* ROMAINE, 1995. p.43).

⁹⁷ “The inability of minorities to maintain the home as an intact domain for the use of their language has often been decisive in language shift” (ROMAINE, 1995. p.42).

2.3.5 Poder econômico

Nos diversos estudos já realizados (GIBBONS & RAMIREZ, 2004; GAL, 1979; ROMAINE, 2005; SANTOS, 2001) evidenciou-se que uma língua tem valor de mercado maior, quanto maior a economia dos países que a falam. Sob esta ótica, ao lado da lealdade política, a prosperidade econômica é considerada condição essencial para identificar o “bom cidadão”, o grupo de prestígio e, com este, a sua língua. Romaine (2006, p.393) diz que “frequentemente o conhecimento e uso de uma língua é uma necessidade econômica”.⁹⁸

A partir da década de 1990, quando o então Presidente da República Itamar Franco decidiu impulsionar a lei de ensino do espanhol com o claro objetivo político de consolidar alianças econômicas entre os países do MERCOSUL, acompanhou-se, através da imprensa, uma pressão acirrada por parte da Inglaterra, França e Itália para que essa lei não fosse promulgada. Por trás da fachada democrática de que não se pode impor nenhuma língua estrangeira, pois compete à comunidade escolar a escolha da língua com a qual queira trabalhar, leia-se nas entrelinhas um claro objetivo econômico. A fatia de ganhos no ensino de qualquer língua estrangeira no Brasil, como de qualquer outro país, devido ao tamanho de seu território e percentagem de população em idade escolar, representa um lucro significativo que nenhum país pode desperdiçar.

A própria Espanha, por exemplo, já a partir da possibilidade da lei do ensino obrigatório do espanhol, comprou, através do grupo Editorial Anaya, juntamente com seu sócio francês Havas, 50% de duas editoras brasileiras – Ática e Scipione⁹⁹. Igualmente, ainda anterior a esse fato, começa a trabalhar na criação e distribuição no Brasil de métodos de ensino do espanhol, motivada pelo fato de que cerca de 400 milhões de pessoas têm essa língua como língua materna, o que converte o espanhol no segundo idioma internacional, em número de falantes. Mas, apesar de a Espanha figurar entre as dez economias mais prósperas do mundo e possuir esse número significativo de falantes, não alcançou um idioma ao nível de sua riqueza material, como o inglês, o francês e até o mandarim.

É inegável e crescente o mercado altamente lucrativo do ensino do inglês no mundo. Berço da língua inglesa, o Reino Unido recebe anualmente 15 mil estudantes brasileiros que buscam as escolas de idiomas altamente qualificadas. Além de receber alunos em potencial, o Reino Unido (UK) é também um exportador das técnicas de ensino de inglês. Outros países

⁹⁸ “*Often knowledge and use of one language is an economic necessity*” (ROMAINE, 2006, p.393).

⁹⁹ Ver em: http://www.el.pais.es/articuloCompleto.html?xref=20000618elpepicul_9&type=Tes&anch. Acesso: 11/12/2004

adotam o modelo britânico para ensinar o idioma. Segundo o critério de prestígio social, cultural ou econômico, as melhores escolas no mundo, para o ensino do inglês, pertencem ao sistema de reconhecimento de qualidade *English in Britain*, dirigido pelo *British Council*. Entre as nações que formam o Reino Unido, a Inglaterra é a que recebe a maior parte dos intercambistas. Por ano, são mais de 600 mil universitários na nação em busca de um diploma superior.¹⁰⁰

Atualmente, a importância de uma língua de prestígio se mede também no mercado de trabalho. Muitos empreendedores, nos Estados Unidos e nas fronteiras brasileiras, estão solicitando certificados de domínio no espanhol para admissão em determinados empregos, como critério de escolha. Para inúmeros empregos de melhor remuneração, é exigido o domínio da língua inglesa. Possibilidades de estudo no exterior são voltadas àqueles que dominam línguas de prestígio, como o inglês, o espanhol e o alemão.

Para os objetivos de nosso estudo, coloca-se a pergunta sobre o papel do fator econômico na manutenção ou perda do *talian*, uma língua fortemente associada à figura do colono (veja-se a recepção do Radici, em SANTOS, 2001) e, portanto, o antônimo do usuário normal de línguas de prestígio.

Essa configuração social encontra explicações na história da emigração e imigração. Foi a própria crise socioeconômica no norte da Itália que impulsionou a imigração de italianos para o sul do Brasil, vindo ao encontro dos planos dos latifundiários brasileiros que precisavam de mão de obra barata para a sucessão dos escravos nas lavouras do café, principalmente no Estado de São Paulo. E foi, também, pela própria crise cafeeira ocorrida em 1900, que impedia de continuar a absorver a mão de obra dos imigrantes, como em outras épocas, que os imigrantes italianos chegaram ao norte do Rio Grande do Sul. Foi também a questão econômica que impulsionou os descendentes de imigrantes italianos localizados na grande região de Caxias do Sul a procurarem novas terras na recém criada colônia de Erechim. Aqui, o imigrante italiano ficou conhecido pela sua capacidade de luta e de trabalho, tanto que no mundo de seus valores, a propriedade, a parcimônia e o trabalho constituíram fatores de identidade.¹⁰¹ E se a posse da terra era sinal de redenção econômica, o trabalho surgia como fonte de liberdade e como única forma de alcançar a riqueza. Tanto é que a região de colonização italiana nos entornos do município de Caxias do Sul (RCI) representa um significativo polo de desenvolvimento econômico. Segundo Santos (2001) e Frosi, Faggion e Dal Corno (2006), o trabalho está intimamente ligado à identidade étnica italo-

¹⁰⁰ Dados retirados de: pt.wikipedia.org/wiki/Reino_Unido. Acesso em 15/03/2009.

¹⁰¹ Ver a respeito: pesquisa de Gubert (1995. p.185/6).

brasileira, que a interiorizou através do modelo de seus antepassados. Família e trabalho ocupam um lugar privilegiado no universo do ítalo-brasileiro. Como resultado de todo esse empreendedorismo, a língua italiana é agora priorizada em diferentes trâmites de comércio nacional e internacional. Diferentemente da comunidade italiana na Austrália que está rapidamente dirigindo-se ao monolinguismo em inglês (conforme HYLSTENSTAM & STROUD, 1996, p.570) pela constelação de fatores negativos à língua italiana e, entre estes, o econômico. Consta-se, na RCI, cada vez mais um apreço e uma busca pela aprendizagem da língua italiana, diferentemente de épocas anteriores, quando o conhecimento da língua italiana ligava-se ao “inculto colono”. Mas ainda não estamos falando especificamente da língua de imigração, e sim da língua da pátria de origem, o italiano-padrão. Fala-se a língua de origem, mas a referência do escrito é o italiano-padrão.

Como reflexo das relações no plano internacional, coloca-se ainda a questão do ensino do inglês como única e legítima língua estrangeira a ser ensinada nas escolas, em detrimento de outras línguas, como o italiano, considerando o contexto da imigração. A ideologia do *English only* vem sendo criticada pelos adeptos de uma ordem democrática cultural internacional, como Fishman (1988). Se considerarmos o suporte institucional do ensino da respectiva língua-teto de minoria, ou como cogitam os mais acirrados defensores do dialeto, do próprio *talian*, não há como ignorar a questão do ensino de inglês como língua estrangeira. Por ora, o que se acena nas discussões, como saída mais adequada, é a priorização de uma oferta trilingue nas escolas, incluindo o português (língua oficial), o italiano (ligado à língua materna do aluno e à língua de imigração do entorno cultural) e o inglês (como língua das ciências e das relações internacionais).

Romaine (2006, p. 395) afirma que, de acordo com estimativas, há hoje mais falantes de inglês como segunda língua (350 milhões) do que falantes nativos de inglês. Aponta como causas disso a revolução industrial e o mundo globalizado. A corporação de instituições financeiras de países de fala inglesa tem dominado o mundo dos negócios e transformado o inglês em uma linguagem global. Paralelamente, tem crescido o debate em torno do papel da terceira língua, como aquela que “faz a diferença” no mercado. Tal visão é estimulada sobretudo na Comunidade Europeia.

Segundo o modelo gravitacional¹⁰² de Calvet, de medida de força das línguas, o inglês alcança a supremacia em quatro dos cinco critérios de classificação, ou seja: no **critério**

¹⁰² Jean Louis Calvet, em palestra sobre *La mondialisation et les politiques linguistique*, proferida no dia 15/09/2008 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Texto original: *Pour une écologie des langues du monde*, 1999.

oficial é a língua oficial de 45 países, segue o francês com 30, o árabe com 25, o espanhol com 20 e o português com 8 países. No **critério internet** domina 35,20% do mercado, seguido pelo chinês com 13,70% e o espanhol com 9%; no critério **prêmio Nobel de literatura** também está em primeiro lugar, seguido pelo francês, o alemão e o espanhol; no critério **traduções** encontra-se bem acima de qualquer outro, com significativo número de 904.162, seguido de longe pelo francês com 167903. A língua inglesa fica em segundo lugar, apenas no primeiro critério estabelecido, que é o critério da **língua mãe**, com 470 milhões de falantes como primeira língua. Em primeiro lugar está o mandarim, com 835 milhões de falantes como primeira língua.

2.3.6 Influências no terreno midiático

Ao nos referirmos à mídia, queremos dar a entender os órgãos e agentes dos meios de comunicação de massa, ou seja: rede eletrônica, empresas jornalísticas, editoras, empresas de rádio, televisão e internet e seus controladores e principais profissionais. Assim, mídia e meios de massa não se confundem: os primeiros são os agentes, enquanto os últimos representam os meios de difusão.

Cada meio que se utiliza de uma determinada língua, seja de diferentes línguas, seja de diferentes formas de expressão de uma mesma língua, permite acesso e experiências de uso nesta língua, acentuando seu *status*. A importância de cada meio de difusão vai depender, em grande grau, do número de seus usuários, da quantidade de uso e da importância atribuída a esse mesmo uso. Assim, o *status* da língua, por um lado, é atribuído à vinculação desta língua aos meios de difusão e ao modo como é tratada pelos agentes e, por outro lado, à sua audiência, mantida pelo número de usuários.

O papel da mídia parece ter um peso bastante elevado no modelo gravitacional, de Calvet. Pelo modelo, como já nos referendamos acima, no critério internet, a língua inglesa que há dez anos exercia um poder de 90% de supremacia de uso sobre as demais, hoje não passa de 35,20% de uso, abrindo espaço para o chinês, com 13,70% de uso, para o espanhol, com 9,00% de uso e também para o português, com 3,10% de uso. Já no item traduções, os três primeiros colocados são o inglês, o francês e o alemão, coincidentemente as línguas oficiais da União Europeia.

A tentativa de medir a importância de uma língua numa espécie de *ranking* das línguas é uma medida puramente técnica, que não vê o falante real, aquele cuja língua-mãe pode não

estar constando na escala de maior e menor uso, exatamente por fazer parte, no modelo gravitacional, do rol das línguas ditas periféricas. Segundo Calvet, “as línguas são iguais somente na dignidade, em qualquer outro critério elas se diferenciam”¹⁰³. Gibbons & Ramirez (2004, p. 232) afirmam que o engajamento com materiais de literatura, em qualidade e quantidade, está associado ao alto nível de proficiência linguística. Na avaliação dos fatores de vitalidade linguística, o grupo *ad hoc* da UNESCO (2003) coloca no fator 9 – “quantidade e qualidade de documentação” um forte peso na manutenção de uma língua.

Abstraindo esse universo maior e contextualizando o fator midiático no espaço e na história dos imigrantes italianos e seus descendentes, podemos dizer que o processo inicia com uma tradição puramente oral - a palavra transmitida de boca a boca, através de três práticas bastante usuais - as festas religiosas, os *filós*¹⁰⁴ e o trabalho missionário - pelas quais os imigrantes pioneiros se comunicavam durante os primeiros anos de colonização e através das quais conseguiam manter-se, através da língua, ligados a um mesmo ideário social e cristão. Embora o grande número de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, não se pode afirmar que também um grande número destes fosse alfabetizado. Muito pelo contrário. Além disso, a língua de conhecimento dos imigrantes não era a língua tomada como oficial da Itália, o florentino. Os colonos italianos falavam as variedades dialetais do lugar de origem e trouxeram consigo uma literatura dialetal e apenas oral, com manifestações ligadas ao folclore: narrativas, cantos, adivinhações e provérbios. Ghirardi (1999, p. 307) expõe outra realidade no Estado de São Paulo: “o imigrante italiano fixado em São Paulo teve consciência da importância da palavra escrita,” e cita que desde os primeiros tempos, na Hospedaria dos Imigrantes, já funcionava uma editora de língua italiana (1887), também já surgiam as primeiras escolas italianas e numerosos jornais escritos em italiano: *L'Emigrante, Avanti!* e o *Fanfulla*, que permaneceu até a década de 1960. É uma literatura laicista, mas expressa em língua italiana e não em dialeto, já que é uma literatura voltada à coletividade italiana de diferentes origens regionais.

No Rio Grande do Sul, a literatura foi eminentemente clerical: “A cultura clerical deixou marcas na colônia italiana através da sua atuação não só no púlpito, como também no

¹⁰³ Jean Louis Calvet – na mesma palestra citada anteriormente, falando a respeito do modelo gravitacional das línguas expõe os critérios de importância das línguas distribuídos em cinco itens: 1) como língua mãe, 2) como língua oficial, 3) como língua mais usada na internet, 4) como prêmio Nobel de literatura e 5) como língua com maior número de traduções.

¹⁰⁴ “O *filó* constituía-se em um momento de descontração e lazer nas noites de sábado, geralmente. Duas ou mais famílias se encontravam em uma casa para jogar, conversar, comer e beber. Jogos como a *bisca*, o *trissete*, a *escova* eram jogados, via de regra, pelos homens; as mulheres conversavam, costuravam e faziam crochê na cozinha, com as crianças brincando a seus pés. Normalmente, se comiam pinhões, *grostoli*, bebia-se vinho doce, suave ou seco” (BORZOMATI, 1997. p.69).

jornal” (RIBEIRO, 2005, p. 18). Pozenato (1978, *apud* RIBEIRO, 2005, p.23) reforça a ideia dizendo que a produção literária, nesse período, é feita quase que exclusivamente pela cultura clerical. Maestri (2000, p.81) diz que “as igrejas, escolas, seminários e publicações clericais eram importantes instituições político-culturais, sobretudo do mundo rural”. O jornal *La Libertà*, mais tarde *Stafetta Riograndense*, na primeira edição, em 1909 traz “*Il nostro programa: Il nostro giornale sara settimanale e d’indole prettamente ed essenzialmente cattolico, apostólico romano [...]* (O nosso programa: o nosso jornal será semanal, de índole religiosa e essencialmente católico, apostólico romano) (idem p.22). Embora editado em italiano, já aparecem, a partir de 1909, escritos nos diferentes dialetos vênets. Na edição de 23/01/1924

surge um texto ficcional em que há uma fusão dos diferentes falares dialetais, com empréstimos da língua portuguesa. Registra-se nele, além disso, o aportuguesamento de certas expressões dialetais e a italianização de outras da fala portuguesa. Esse texto, desde o ponto de vista da linguagem, pode ser considerado como a antecipação de um fenômeno linguístico que iria progressivamente se consolidar (RIBEIRO, 2005, p.23).

Entre essas publicações, uma se destacaria: *Vita e Stòria de Nanetto Pipetta, nassuo in Itália e vegnudo in Mérica per catare la cucagna*, de Aquiles Bernardi, o Frei Paulino, de Caxias, pertencente à Ordem dos Capuchinhos do RS.¹⁰⁵ Esse texto, sob o ponto de vista da linguagem, como que inicia e também consolida o fenômeno linguístico que receberia a denominação de “coiné,” mais tarde sendo traduzido pela forma genérica de “*talian*.” O mesmo autor, Aquiles Bernardi, a partir de 1965, começa a publicar *Stòria de Nino, fradello de Nanetto Pipetta*.¹⁰⁶ São histórias escritas no mesmo dialeto de *Nanetto Pipetta*, porém com maior número de empréstimos da língua portuguesa. Se a primeira obra representa o mundo rural do colono italiano, a segunda já apresenta um personagem que vai aos poucos se urbanizando, estabelecendo um *continuum* das modificações sofridas pelo língua italiana de origem em seu “acomodamento” às novas situações de vida dos imigrantes e de seus descendentes. Nesse *continuum*, Ítalo João Balen, em 1981, também em Caxias do Sul, lança um livro de poesias escrito em vênets – “Os pesos e as medidas”¹⁰⁷. Nele, em forma poética, narra fatos observados (entre 1924 e 1928) e contados oralmente sobre o então administrador de Caxias do Sul, Celeste Gobatto, personagem do meio urbano que se torna folclórica

¹⁰⁵ BERNARDI, Aquiles. *Vita e stòria de Nanetto Pipetta: nassuo in Itália e vegnudo in Mérica per catare la cucagna*. 10. ed. Porto Alegre: EST São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1990. [1.ed. 1937].

¹⁰⁶ BERNARDI, Aquiles. *Stòria de Nino, fradello de Nanetto Pipetta*. Porto Alegre: EST, 1976.

¹⁰⁷ BALEN, Ítalo João. *Os pesos e as medidas: poemeto épico da década de 20*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST São Lourenço de Brindes, 1981.

quando resolve colocar ordem e estabelecer normas para os pesos e as medidas utilizados no comércio da região.

Pode-se observar, na leitura das três obras, as transformações ocasionadas pelo mundo urbano na vida das pessoas e a conseqüente transposição para o seu modo de fala. No entanto, há que se considerar, que a maioria dos colonos imigrantes, primeira e segunda gerações de descendentes, não sabia ler, e teve dessa literatura, apenas um conhecimento oral, através daqueles que faziam as vezes de contadores de histórias, muito próprias do tempo do “filó”, das festas de capelas e do próprio grupo familiar. É Ribeiro (2005, p.26) que nos diz que o “ciclo de *Vita e stória de Nanetto Pipetta* foi cumprido num processo inverso ao que se dá com a literatura de inspiração popular que, recolhida da tradição oral, ganha foro de obra impressa”. Contrariamente, as histórias escritas sobre *Nanetto Pipetta* é que saem do papel e ganham projeção oral através dos contadores de histórias.

Há, ainda, nessa época, outras três obras do dialeto vênето, também de autores pertencentes ao clero. “*Togno Brusafráti: braure de dô campari*”, do padre capuchinho Ricardo Domingos Liberali, visava alertar o colono sobre a importância da escola para os filhos e o perigo que representava o fato do colono vir a pertencer à maçonaria.

Frei Nicolau Lucien, com o pseudônimo de *Nanni Contastorie*, escreve em dialeto vênето “*Storia de Peder*”, no boletim da paróquia de Marau/RS, durante os anos de 1949 e 1954. Sobre essa linguagem, Gardelin (1988, p. 75 *apud* SANTOS, p. 76) diz que “descontados alguns exageros espelha um momento em que, pela força da escola, da guerra e do rádio incipiente, se começava a substituir o vênето pelo vernáculo”.

O padre missionário Carlo Porrini escreve contos no dialeto vênето do Rio Grande do Sul e os publica no jornal *Corriere d'Italia*, nos inícios do ano de 1916. Os contos, hoje compilados na obra *Masticapolenta*¹⁰⁸, têm como princípios o amor à pátria e a manutenção da fé e religiosidade campesina.

Embora não de cunho religioso, muito significativa foi a contribuição de Ângelo Giusti – imigrante italiano, nascido na Itália, em 1848 vem para o Brasil e aqui permanece até sua morte, em 1929. Escreve poemas e, entre estes, um que se tornará o hino dos imigrantes sul-brasileiros: *La Mérica*. A letra e a música são conhecidas pela maioria dos descendentes de imigrantes italianos ainda hoje. A obra em que De Boni (1977) apresenta escritos dos primeiros imigrantes italianos da região de colonização italiana (RCI) tem como título, *La Mérica*. É uma obra de caráter memorialista, gênero literário que dá prosseguimento às obras

¹⁰⁸ PORRINI, Carlo. *Masticapolenta*. Caxias do Sul: EDUCS, Porto Alegre: EST, 1978.

de até então. Entre elas, destacamos, além de De Boni (1977), a obra de Júlio Lorenzoni – Memórias de um imigrante italiano, publicada em 1975, com tradução para o português; as obras de Darcy Loss Luzzatto e Rovílio Costa (também frei).¹⁰⁹

Daí em diante, o surgimento do rádio (na região, década de 1950), com uma única palavra, em português, afastada da relação pessoal e, portanto, da discussão, estabelece uma relação unívoca, vertical e não discutida. O certo é que com a proliferação radiofônica, a oralidade da palavra assume um papel fundamental: atinge todo o espectro social de igual modo, perpetuando formas de controle da Igreja e do Estado sobre a comunidade através da língua oficial, em detrimento da língua de origem. Poucas são as rádios que continuam mantendo programas na língua de origem, como veremos especificamente no cap. 4.

O espaço da mídia é totalmente ou quase totalmente ocupado pela língua portuguesa, seja no meio impresso, áudio e vídeo. A televisão e rádio transmitem suas mensagens através desta língua. Os ditos canais livres transmitem em português; os canais pagos que se vinculam a outras línguas não estão ao alcance do grande público. As publicações impressas também se dão em língua portuguesa, com raras exceções. Em livrarias, pelo menos na maior parte delas, o volume de livros estão publicados em língua portuguesa. Livros impressos em outras línguas precisam ser solicitados e pagos em euros ou dólares. As embaixadas de diferentes países possuem seus próprios meios de repasse de determinados materiais escritos aos descendentes de imigrantes aqui radicados, assim como a promoção de cursos na língua alóctone, sejam no país de origem, sejam aqui mesmo, no Brasil.

¹⁰⁹ Em Santos (2001. p. 69-83) encontramos um significativo relato da literatura em dialeto.

2.3.7 Suporte institucional

O fator institucional demonstra duas situações-chave na vitalidade ou perda de uma língua: o número e tipo de instituições existentes na comunidade e as línguas a elas vinculadas, isso porque o domínio de uso de uma língua, seja institucional ou não, exerce papel decisivo no número de usuários atingidos e nas atitudes dos mesmos frente a essas línguas.

Em países onde há apenas uma língua oficial, é esta a língua usada nas áreas a) governamental, incluindo aqui educação, saúde, polícia, forças armadas, diplomacia e corpo legislativo; b) negócios, tanto indústria como comércio; c) religião e d) instituições de lazer. Essa restrição oficial, além de ter sido o indicador de uma política linguística homogeneizadora e excludente, no passado, pode deixar marcas profundas e consequências muito fortes em termos de uso, valor e significado de uma língua, hoje. Essas consequências tanto podem estar no nível das decisões práticas, que envolvem poder, seja ele institucional ou não, quanto no nível das atitudes, que, de forma consciente ou não, forjam situações de uso das línguas, determinando e perpetuando uma hierarquia do maior ou do menor valor.

No Brasil, a língua usada em todas as instituições é a língua portuguesa, embora ela se apresente em diferentes níveis de compreensão e alcance, conforme seus objetivos e finalidades. Essa associação da identidade nacional com e através do monolingüismo majoritário é uma atitude comum em muitos países do mundo, principalmente aqueles países cujo processo de colonização sofreu imposições e punições. A consciência ou o conhecimento de que bilingüismo e identidade nacional não são excludentes é, ainda hoje, pouco difundida e socializada e revela o nível de educação de um povo (FISHMAN, 1967, 1982).

A presença de instituições que atuam em nível social, educacional, econômico e político, seja de abrangência global (país) ou local (município), contribui significativamente na manutenção ou não de uma determinada língua de origem estrangeira. Basta vermos o que acontece com o ensino da língua inglesa em todo o mundo. Nesse sentido e politicamente falando, os consulados dos diferentes países constituem peça-chave. Iotti (2001, p.117), em análise sobre a política emigratória e a diplomacia italiana, deixa claro que “a política emigratória e a diplomacia italiana possibilitaram a concretização da necessidade fisiológica do Estado italiano de livrar-se do excedente populacional”. Ou seja, entendidas como colônias italianas, as comunidades de emigrados no exterior receberam tratamento semelhante ao adotado pelas metrópoles às suas terras colonizadas:

A emigração deixou de ser um problema para as classes dirigentes, transformando-se em instrumento para o desenvolvimento econômico da Itália. O envio da poupança dos emigrantes contribuiu também para o desenvolvimento industrial ocorrido no norte da Itália nesse mesmo período. [...] As classes dirigentes acreditavam na tese de que à emigração deveriam corresponder mercados consumidores de produtos italianos (IOTTI, 2001, p.118).

Portanto, por trás do disfarçado discurso de tutelar o emigrante e de mantê-lo ligado à pátria-mãe, havia o receio de que, caso se naturalizasse, deixasse de ser um consumidor em potencial dos produtos fabricados e comercializados pela Itália. E isso não era nada vantajoso à economia italiana. “Daí o esforço do governo italiano no sentido de promover a italianidade através da manutenção de traços culturais que são cada vez mais divulgados” (CONSTANTINO, 1990, p.471) Nesse sentido, o governo promove a fundação de associações. Em 1877, a *Vittorio Emanuele*; em 1885, a *Giuseppe Mazzini*; em 1893, a *Principessa Elena di Montenegro*; em 1900, a *Umberto I*; em 1902, a *Giovanni Emanuel*; em 1907, o *Club Italiano Canotiere Duca degli Abruzzi*; em 1914, a *Dante Alighieri*; em 1924, a *Moranesi Uniti (Cinquantenário della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande Del Sud, 2000)*. No inventário das associações italianas no Estado do Rio Grande do Sul (p. 364), constam 64, sendo 26 com sede própria, adquiridas com recursos arrecadados entre sócios. As referidas associações comportavam grupos de teatros, de canto, música e dança; espaços para lazer e escolas. Essas associações mantiveram-se ao longo do tempo, com maior ou menor ênfase, de acordo com os diferentes momentos histórico-políticos. Veremos, no cap. 4, como os traços culturais da Itália se realizam, hoje, através desse tipo de contato.

Pelo que se assiste, na Itália, a atual política de governo de Silvio Berlusconi não prevê uma gradual e necessária integração do fluxo de estrangeiros que lá aportam. A mesma política é dirigida às comunidades que vivem no exterior, penalizadas fortemente pelos repetidos cortes à rede consular, à assistência social direta e indireta, ao sistema de representação constituído pelos comitês (comitês dos italianos no exterior) e pelo CGIE (Conselho Geral dos Italianos no Exterior). Com isso, a atenção e valorização das comunidades de italianos estrangeiros e dos ítalo-descendentes, no caso do Brasil, encontram-se seriamente ameaçadas. Na tentativa de dirimir a situação, a CGIE lança a campanha nacional “*Stesso sangue. Stessi diritti.*” (Mesmo sangue. Mesmos direitos). A campanha foi encerrada em 21 de março de 2009, por ocasião da Jornada Internacional contra o Racismo, em Roma. Guglielmo Epifani, secretário geral do CGIE, ao agradecer ao Presidente da

República italiana pelo seu apelo à valorização dos imigrados, diz não ser “suficiente definir-se não racistas, é preciso uma afirmação e um compromisso positivo”¹¹⁰.

O compromisso do Estado com a população inclui o suporte institucional às suas línguas, e este tem, no terreno da **educação**, seu campo de ação mais contundente, visto ser o que mais impacto causa na vida dos falantes e o que mais influencia na forma da língua das demais instituições. Nesse sentido, na análise do censo de 1940, Mortara (1950, p.44) já coloca o nível de educação dos imigrantes e descendentes como um forte fator para facilitar ou dificultar a assimilação linguística. Explicita que a força da educação se manifesta em duas direções distintas, ou seja, os que possuem um maior nível de instrução tendem, mesmo inconscientemente, a conservar a cultura adquirida, “enquanto aqueles que não sabem ler não poderiam guardar um tesouro que nunca possuíram”. Observa que uma das causas da persistência das línguas estrangeiras no país, no início do século XX, deveu-se à insuficiência de escolas locais, mantidas pelo poder público. Sentindo-se impelidos a procurar professores e a construir escolas, os imigrantes encontravam, nestas ações, uma forma de conservar o idioma e manter vivo o sentimento de nacionalidade étnica, acirrado pela força política de correntes imigratórias que viam nessa atitude um primeiro passo para a conquista dos territórios civilizados.¹¹¹ Diferentemente das colônias alemãs, onde o “sistema de ensino, criado e sustentado pelos imigrantes, pelos seus pastores ou padres conforme a religião” via na língua alemã o instrumento necessário à conservação da fé e, por decorrência, a necessidade de escolas; ainda, segundo Manfrói (1999) “nas colônias italianas o interesse pela escola, pelo ensino e pelo aprendizado da língua italiana foi praticamente nulo”. Ou seja

No universo cultural do imigrante italiano a escola não ocupava um lugar de destaque, nem tinha uma função definida. Na elaboração de sua identidade, a religião, o dialeto, as tradições, os costumes, as festas e rituais religiosos preenchem o vazio cultural provocado pelo traumatismo da imigração (MANFRÓI, 1999, p.52).

Segundo Maestri,

o catolicismo romano contribuía para o enquadramento dos colonos às autoridades, materialização do Pai Supremo. Isso se concretizava na construção de capelas, já que “para os colonos italianos, a religião era fonte de ordem, de moralidade e de sensibilidade (MAESTRI, 2000, p.80).

¹¹⁰ Dados retirados da Revista INSIEME, nº 122, fevereiro-febraio 2009, p.7.

¹¹¹ Mortara (1950, p.44) diz textualmente: “*There is no denying the influence of politics on mother-tongue survival in certain cases where the government at home, or other groups, whose influence prevails in the matter of immigration regard it as a stepping-stone toward colonial conquest. German and Japanese imperialists were not always discreet enough about their ambitions in Brazil, where certain immigrants, from the countries in question, looked on themselves as a vanguard of an army of occupation to come*”.

Ressalte-se que a situação inicial da educação dos imigrantes italianos e seus descendentes vem entrecortada por duas forças distintas e paralelas: a Igreja e o Estado. Ou seja, a grande maioria dos imigrantes italianos do norte do Rio Grande do Sul pertencia à religião Católica Apostólica Romana. Esta entendia a causa da italianidade como anticristã, devido às desavenças ocorridas entre Roma, com o Papa Pio IX (1870) e o Estado italiano. Segundo Maestri (2000, p.81) “o clero via com antipatia o ensino do italiano, já que a língua papal era o latim, e dirigia-se aos fiéis em dialeto”. Por longos anos, “o clero italiano combateu a difusão do italiano e da italianidade”. A escolha da língua visava a dificultar e até a impossibilitar que os católicos participassem da vida política nacional, o que, “pelo contrário, era objetivado pelas associações de mútuo socorro e pelos agentes diplomáticos”(idem *ibidem*).

As sociedades italianas de mútuo socorro promoviam a *italianità* através do ensino do italiano nas escolas que mantinham financeiramente. Para dar um exemplo, em 1888 (dados de Maestri, 2000, p. 77), existiam dezesseis escolas italianas rurais na colônia Dona Isabel com aproximadamente 500 alunos. Também nas sedes, as associações organizavam escolas italianas, as quais o consulado mantinha com livros, materiais e pagamento dos professores. Na continuidade, fins do século XIX e início do século XX, surgem as escolas “brasileiras,” o que provoca o desaparecimento das escolas particulares e das subvencionadas pelo governo italiano.

Em meio a essa disputa e jogo de poder estavam os imigrantes! Inicialmente, as crianças recebem aulas através de algum colono mais instruído. “Esse mestre informal ministrava aulas precárias, em geral em sua casa, em troca de módica soma ou de gêneros coloniais. [...] A língua em que ensinava é questão não suficientemente elucidada” (MAESTRI, 2000, p.76). O que se depreende das leituras efetuadas em Maestri (2000), Azevedo (1994), Costa & De Boni (2000), Frosi & Mioranza (1983), Iotti (1996) pode ser assim interpretado: a Igreja Católica, pelo menos inicialmente, preocupou-se mais com a doutrina religiosa e não com a instrução formal dos imigrantes e, quando o fez, priorizou a língua dialetal de origem; “as autoridades diplomáticas viam o ensino do italiano como a principal estratégia para manter a população colonial sob tutela” (MAESTRI, 2000, p.75) e, por isso, priorizaram o ensino do italiano como meio de instrução nas escolas subvencionadas pelo governo italiano. O governo brasileiro, através da Lei 771, de 4 de maio de 1871, “determinou que fossem criadas aulas elementares coloniais com professores que conhecessem também o idioma predominante na região” (MAESTRI, 2000, p.75). Entretanto, em toda região de colonização, além da falta de escolas e de professores capacitados para tal,

havia, ainda e principalmente, a população interessada, que era formada por imigrantes e descendentes que falavam os dialetos de origem, mal conheciam o italiano-padrão e desconheciam o português. Isso é ilustrado por Maestri (2000, p. 76, citando Liane Ribeiro) com a experiência de Zorzi, filho de imigrantes italianos e nascido no Brasil. Benedito Zorzi, de 80 anos, que em 1988, relatou como foram seus estudos na cidade de Nova Pádua/RS, em uma escola rural “brasileira”, com uma professora “italiana”, que não falava português. As aulas eram ministradas em livro de leitura bilíngue, em italiano e português, impresso na Itália. Segundo Maestri, Zorzi exemplifica as dificuldades desse aprendizado: “Acontece que nós não sabíamos nem o italiano, nem o português, porque a nossa língua é outra, chamada vêneto. Aqui o povo diz falar *talian*, mas propriamente [sic] é vêneto” (MAESTRI, 2000, p.76). Some-se, a essa situação, o fato de que, pelas circunstâncias históricas e políticas e até pela simples questão da sobrevivência, os imigrantes preferiam que os filhos aprendessem o português, pouco se importavam com o italiano-padrão, já que não lhes havia sido útil nem na pátria-mãe, e falavam dialetos maternos diferentes no recinto familiar e na comunidade.

Gibbons e Ramirez (2004, p.81) afirmam que os dois possíveis papéis da língua no ensino são atuar como meio de ensino ou ser o próprio ensino. No caso de a língua atuar como meio de ensino, através de uma educação bilíngue, será um forte potencial no desenvolvimento da proficiência linguística. Os programas de imersão (CUMMINS, 1978; SKUTNABB-KANGAS, 1988) são uma prova de que o contato direto e permanente no meio em que a língua se desenvolve constitui uma poderosa força de inculcação e aprendizagem. Como isso não aconteceu entre os imigrantes e seus descendentes, a língua de origem foi, gradativamente, sendo deixada.

Ao lado da educação, a **religião** tem sido fator determinante da manutenção e promoção de línguas minoritárias e de certas práticas linguísticas. Calvet (2007, p. 130) discorre sobre o *status* internacional do francês, explicando que a ação cultural linguística externa se fez por intermédio das congregações religiosas francesas, “seja através de subsídios às escolas cristãs, de subvenções aos missionários católicos, aos protestantes, e à Aliança Israelita Universal, durante quase um século”. Uma diferente postura em relação à língua, se comparada à situação aqui discutida.

No Brasil, a religião católica separa-se da igreja nos inícios de 1900, com a proclamação da República. Até então, a religião católica era a religião oficial em todo Estado Brasileiro:

para se pertencer juridicamente ao Estado dever-se ia pertencer à Igreja Católica, pois era ela que fazia os registros, os quais eram documentos

religiosos e civis. Em contrapartida, o estado Monárquico tinha forte ingerência sobre a Igreja: era o Imperador que determinava a criação de dioceses, a contratação de sacerdotes, as transferências de prelados e sacerdotes (BENEDUZI, 2001, p.683).

Ora, a chegada dos imigrantes italianos dá-se nesse período de transição e guarda, logicamente, fortes influências desse modelo de organização e fé. Segundo Costa & De Boni (2000) é o sacerdote católico que faz com que o imigrante adote a nova pátria, aprenda a nova língua e integre-se na nova comunidade. A nova língua era o instrumento necessário para a disciplinização católica e continuidade dos valores de fé trazidos pelos imigrantes da pátria de origem. Tanto sacerdotes como frades ou capuchinhos mantinham fortes laços de religião entre os imigrantes italianos, construindo seu controle sob quatro pilares: a) a religiosidade popular, cujas festas religiosas procuravam manter hábitos como o “*filó*,” já que o mesmo estimulava a reza do terço e as ladainhas, b) as missões, que se constituíam em verdadeiros exercícios espirituais desenvolvidos por uma semana, em determinada comunidade. Nas pregações, ressaltava-se a natureza pecadora do homem e o poder de salvação de Jesus Cristo, cabendo ao cristão a responsabilidade de escolha após morte, ou seja, o céu ou o inferno; c) o jornal, o qual procurava transmitir os valores da fé católica e d) as escolas católicas. As escolas constituíam-se em grande parte em prolongamentos da manutenção religiosa; atuando de forma catequética, exerciam função disciplinadora e eram o celeiro de mão-de-obra para os seminários.

Em “Os italianos no Rio Grande do Sul” (AZEVEDO, 1994, p.32), o geógrafo pesquisador norte americano Stuart Clark Rotwell, que ficou em Caxias do Sul durante alguns anos, durante a década de 1950, assim se pronuncia para Azevedo:

A vida na colônia é extraordinariamente monótona. A religião é mística, sentimental. Constroem capelinhas e grutas e ali se reúnem para rezar, mas a religião lhe parece algo para passar o tempo. Acha alguma relação entre esse tipo de vida e o elevado número de filhos; as mulheres estão sempre grávidas, mas continuam trabalhando.

Em outras passagens também há referência a uma religião que segue dogmas, conservadora e afastada da vida cotidiana. “O clero tem um forte domínio sobre os colonos, mas procura manter o colono atrasado. Mecanismo de proteção cultural pelo isolamento” (AZEVEDO, 1994, p. 197).

De uma forma interesseira ou não, o imigrante encontrava na igreja, além do culto – nos primeiros tempos em italiano, uma série de outros serviços, como ajuda pessoal, veiculação de empregos e moradia, arrecadação e distribuição de alimentos e agasalhos. Tudo

era muito organizado objetivando o bem-estar dos paroquianos. Além disso, as igrejas eram o ponto de encontro, o espaço onde as relações sociais entre os imigrantes aconteciam.

Neste sentido, coloca-se a pergunta sobre qual o papel de língua de imigração nesse contexto de religiosidade regulado pela religião?

A grande teia de relações sociais constituída pelos e para os imigrantes por meio da igreja através da preservação do italiano atestava a necessidade de manutenção de sua identidade étnica **por via da língua e da cultura**. Manter o italiano foi, durante muito tempo, uma necessidade do imigrante para manter e se impor étnica e religiosamente. Nesse sentido, a igreja teve seu papel. E se isso foi possível em certo período histórico, não foi o suficiente para garantir sua existência como mais uma língua brasileira.

2.3.8 Aspectos de ordem atitudinal

Dentre os fatores linguísticos e extralinguísticos determinantes de uma maior ou menor manutenção ou substituição linguística, a questão das atitudes assume papel central. Fishman (1972) dedica um espaço próprio à questão das atitudes sobre a língua, referindo-se a comportamentos atitudinais afetivos, comportamentos via reforço e comportamentos cognitivos. Deixa claro ser ela, a **atitude, o fio condutor** no uso, escolha e manutenção ou substituição das línguas. Igualmente, já é consagrada e devidamente conhecida a frase de Labov sobre atitude em linguagem: “*The other side of the coin.*” “*O outro lado da moeda*”. Ou seja, no estudo do uso das línguas está correlato o estudo das atitudes sobre as línguas. Omdal (1995, p.85) citando Knops and van Hout (1988, p.1) diz literalmente que atitudes sobre as línguas são também

relevantes para a definição de comunidades de fala, para a explanação de mudanças linguísticas, para a manutenção e mudança de uma língua e aplicação ao campo da comunicação intergrupar, na planificação linguística e na educação.¹¹²

Para Omdal, “tanto a língua como as atitudes em relação à língua mudam”¹¹³. O que não fica claro para Omdal (1995) e também para outros linguistas como Labov, McDavid and O’Cain (1977) e Husby (1987), também citados por Omdal (1995, p.102), é se as atitudes

¹¹² “[...] *relevant to the definition of speech communities, to the explanation of linguistic change, language maintenance and language shift, and to applied concerns in the fields of intergroup communication, language planning and education*” (KNOPS & VAN HOUT, 1988, *apud* OMDAL, 1995. p.85).

¹¹³ “*Both language and language attitudes change.*” (OMDAL, 1995. p. 101).

mudam juntamente com a língua, se são mais ou menos rápidas, ou seja, se caminham na mesma proporção, ou o que muda primeiro?

Entretanto, estudos específicos sobre essa questão são ainda raros, como observa Kaufmann (2008, no prelo):

no Brasil, trabalha-se cada vez mais com o conceito de atitudes – um fato que não surpreende em um país com tanta variação no português falado e tantas línguas indígenas e de imigrantes – mas nota-se que publicações relacionadas ao contexto brasileiro como a de Alkmim (1998) ainda são relativamente raras.

O autor explicita questões-chave sobre o trabalho com atitudes na sociolinguística, alertando para o fato de ser a atitude, em seu aspecto teórico, um conceito da sociopsicologia e que, transportado para a sociolinguística pode sofrer uma má interpretação e até um mau uso, já que falantes têm diferentes atitudes para com falantes de outras línguas ou de diferentes pronúncias de uma mesma língua, assim como têm diferentes demonstrações de comportamento em relação ao seu próprio bilinguismo. Atitudes e comportamentos mudam frente a fatores contextuais e de interesse pessoal. Quer dizer, a possível falta de correlação e incoerência entre atitude e comportamento nos alerta para a complexidade do funcionamento sociopsicológico de comunidades linguísticas. Como essas atitudes e comportamentos são, em sua grande maioria, inconscientes, há uma tendência para a formação de estereótipos daí decorrentes.

Todos os indivíduos têm atitudes sobre muitas coisas, inclusive sobre elementos que formam a identidade social, tais como gênero, idade, classe social e etnicidade (GIBBONS & RAMIREZ, 2004, p.192). Todos esses elementos interagem e afetam o comportamento linguístico que é, de alguma forma, construído e negociado através da língua. Concretamente, é na interação que os indivíduos solidificam sua língua, sendo consenso entre os estudiosos que assim como as atitudes constroem essa língua, também mudam a língua e que, portanto, atitudes e crenças estão associadas ao sucesso da manutenção de uma língua e ao bilinguismo. Ainda, atitudes estão também relacionadas aos indivíduos que falam determinadas línguas e, neste sentido, atitudes podem ser construtivas ou destrutivas. Uma prova disso é a atitude comum de muitas sociedades em todo mundo de associar a formação de uma identidade nacional a uma única língua majoritária.

Os estudos sobre atitudes partem da psicologia social e adotam uma tripartição componencial na definição de atitudes, ou seja, agregam-se elementos; segundo Gonçalves (2006, *apud* SCHNEIDER), 1) *cognitivo*, como sendo idéias, juízos e crenças a respeito de algo; 2) *afetivo*, como os estados afetivos, emoções e sentimentos positivos ou negativos em

relação a algo ou alguém e 3) *comportamental*, como as reações verbais ou não verbais do indivíduo face ao objeto da atitude. Lambert, já em 1967, alertava sobre a manifestação de preferências e convenções sociais acerca do *status* e prestígio de seus usuários, que ele denominou de **atitude**, destacando que os grupos sociais de maior prestígio social ou os mais altos na escala sócio-econômica ditam as regras das atitudes linguísticas das referidas comunidades de fala.

A sociolinguística lida com esses elementos no que eles contribuem para o melhor entendimento do uso que uma determinada comunidade linguística faz de sua(s) língua(s). De um modo geral, também conserva a tripartição cognitiva, afetiva e comportamental, embora perceba e defenda que a linha que separa esses três elementos é muito tênue e até conflitante. Milroy (1980), ao estudar a modalidade não-padrão de língua em três bairros de classe trabalhadora de Belfast, analisou como era usada a língua em situações diárias e concluiu que a) a predominância de alternantes vernaculares ou não-padrão reflete os padrões de interação social entre comunidades em redes resultantes de sua *densidade* e de sua *plexidade* e b) que fatores como *status* social, idade, sexo e espaços físicos eram iguais e que, portanto, as diferenças no uso de alternante em rede não poderiam ser explicadas somente por essas características, mas pela estrutura da rede social e, na qual, a força das atitudes tem papel fundamental.

Pelo que vimos dos estudos já realizados, depreende-se que as atitudes: 1) são condicionadas ao sistema de valores acordado pelos indivíduos de uma sociedade e 2) são aprendidas (OMDAL, 1995), fundamentadas nas crenças e valores pré-estabelecidos que são construídos socialmente e, por isso mesmo, mutáveis e, muitas vezes, contraditórios. Isso significa dizer que a atitude linguística de um indivíduo é o resultado da soma de suas crenças, conhecimentos, afetos e tendências a comportar-se de uma forma determinada diante de uma língua ou de uma situação sociolinguística.

Há situações em que um povo valoriza sua própria língua e tem orgulho dela. Há uma atitude comum de aceitação, de *status quo*. Em outras situações, por força de uma rejeição dessa língua por parte da cultura envolvente, uma comunidade pode adotar uma atitude de resistência passiva: não adota sua língua, mas, de forma silenciosa e reprimida, a valoriza; ou, por força dessa mesma rejeição, termina abandonando sua língua e, conseqüentemente, sua cultura. Omdal (1995, p.87) diz que atitudes “podem ser consideradas como resíduos de experiências e informações passadas.” Se essas experiências foram comuns a uma determinada população, então podemos supor que suas atitudes em relação a determinados fatos ou fenômenos também possam ser semelhantes.

Os próprios estudos de atitudes linguísticas partem do reconhecimento de que uma comunidade de fala e entre as diferentes comunidades coexistem diferentes variedades de língua e de estilos contrastantes que competem entre si (GILES, RYAN e SEBASTIAN, 1982, p.1).¹¹⁴

Os autores acima não veem uma interrelação entre os falantes e a sua variedade de língua, isto é, se a atitude é vista como “qualquer índice cognitivo, afetivo ou comportamental de reações avaliativas em direção a diferentes variedades de língua ou de seus falantes” (GILES, RYAN e SEBASTIAN, 1982, p.7), então não há, necessariamente, em uma mesma comunidade, um mesmo pensamento a agir em relação a uma determinada língua. Quer dizer, a atitude demonstra o que o ser humano tem de próprio, autônomo e pessoal, mas também e, ao mesmo tempo, consiste naquilo em que ele é de mais participado, dependente e relativo. À forma generalizada é preciso dar espaço ao inusitado, ao nem tão certo assim. Uma língua pode, muito bem, ser admirada e amada por uns e, ao mesmo tempo, ser odiada, desprezada por outros, em uma mesma comunidade e em um mesmo tempo histórico. Reafirmando que em uma “comunidade de fala e entre determinadas comunidades coexistem diferentes variedades de língua e estilos de forma contrastante e competitiva” (GILES, RYAN e SEBASTIAN, 1982, p.1).

Em seu estudo, Zentella (1997, p.141, *apud* GIBBONS & RAMIREZ, 2004, p.192) afirma que não há uma consistente interrelação entre proficiência linguística e atitude em torno de uma mesma língua. Um indivíduo poderá ter uma excelente proficiência em determinada língua e não nutrir por ela uma relação emotiva positiva com atitudes também positivas. O contrário poderá ser também verdadeiro: um indivíduo poderá não ter um bom nível de proficiência em uma determinada língua, mas, mesmo assim, manter por ela consistentes sentimentos e atitudes positivas.

Em Smith (1973), vemos atitude

como uma cosmologia, um conjunto de crenças em relação ao mundo da experiência, concebido como um sistema de valores, que indica como as coisas deveriam ser. Este, por sua vez, é concebido como um conjunto de atitudes, julgamentos ético-estéticos determinados pelo sistema ideológico (SMITH, 1973, p.106).

Quando nos referimos a valores, ética e ideologia, entramos no terreno não só do bilinguismo societal, mas também do bilinguismo individual e, assim, duas linhas de análise adquirem relevância – a atitude das pessoas em relação ao uso das línguas e aos seus falantes e a motivação para a aprendizagem e uso dessas línguas (GARDNER & LAMBERT, 1972).

¹¹⁴ Complementação e grifo nosso. **Subentendendo-se que quem compete são os próprios falantes.**

Se as atitudes se referem ao modo como o falante se julga ou é julgado pelos seus pares com referência ao seu comportamento linguístico, a motivação está relacionada ao desejo ou ao impulso que move a ação do indivíduo para atingir um objetivo específico.

Em suas pesquisas, Gardner & Lambert (1972) e Lambert (1972) afirmam que o comportamento linguístico do indivíduo bilíngue é afetado não somente pelas suas reações individuais, mas também pelas influências sociais e pela repercussão que o seu comportamento tem nesse meio social. A caixa preta da questão é que, se as atitudes linguísticas se movem entre questões individuais e sociais e se os estados mentais só podem ser inferidos a partir de determinados comportamentos e, portanto, não são diretamente observáveis (MUYSKEN & APPEL, 1992), restam possibilidades de que nem sempre as atitudes se mostrarão como expressões fiéis das emoções, sentimentos, crenças e ideologias que coexistem em um mesmo indivíduo. Quer dizer, ele é levado a decidir tanto pelo movimento interno da vontade quanto pelo encaminhamento compulsivo das circunstâncias, conflitando não só atitudes para com a língua, mas também atitudes concernentes a ela, como a própria identificação como falante de uma determinada língua, com outros falantes desta mesma língua e com a sua vitalidade como fator de identidade. Vemos que a validade de uma atitude está no valor objetivo das coisas e também na sua compreensão subjetiva. O motivo, que leva alguém a decidir, é o resultado da junção do valor objetivo com a sua respectiva captação subjetiva.

Mesmo assim, o leque de possibilidades reais passa pela atitude, pela escolha, que estabelece daí para frente um novo começo e nova caminhada. O processo decisório, a atitude tomada como que acolhe a inumerável gama dos possíveis para concentrar-se num ponto concreto, que vai principiar uma nova causalidade e uma nova cadeia de consequências. **A atitude é a ponte entre a pluralidade das opções e a nova ordem dos acontecimentos.** Nisso reside a sua importância maior.

Para Santos (1996, p.16) “atitude é uma função da força do sujeito em relação ao objeto e aspecto daquelas crenças”. Ou, ninguém passa pela terra tão somente como turista. O homem não é um visitante do mundo, mas um ser no mundo. Ao fazer sua escolha, vai encontrar oposição ou apoio, tanto porque decide como pelo que decide. Quando um grupo cultural se articula na tomada de decisões, passa a estabelecer uma hierarquia de valores através da força do consenso. Quando há consenso em uma escolha, então há legitimidade de escolha e não imposição. Do contrário, quando os valores são impostos pelo poder, pela força da hegemonia, podem até ter um valor legal, mas não legítimo. São aceitos em um nível periférico, mas não se sustentam na profundidade. A instância mais fortemente decisiva é o

valor. O valor, quanto mais valioso em si e quanto mais consciente no procurante, tanto menos precisa de normas para ser valorizado. O valor tanto pode estar atrelado a crenças quanto ao nível cognitivo dos indivíduos. Isso agrega um elemento muito forte nas atitudes das pessoas: ou elas estão alicerçadas no real ou se sustentam em falácias. Desse resultado também depende o futuro de uma língua e de uma comunidade de falantes. Essa relação é complexa, como já nos referimos anteriormente, no início deste capítulo; a atitude está relacionada a todos os demais fatores e, portanto, vem sendo discutida em todo o desenrolar da Tese.

CAPÍTULO 3

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 O *TALIAN* EM MEIO À DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA

A constatação da existência de contextos bilíngues de minorias étnicas muitas vezes ignorados pela ausência de uma política e de uma planificação linguística adequada exige que se reveja, se repense e se trabalhe as negações (BORTONI-RICARDO, 1985; CAVALCANTI, 1999), o silenciamento (PARAÍSO, 1996), o preconceito (BAGNO, 1999) e o estigmatismo (FROSI et al., 2006), sob pena de se trilhar um caminho sem volta de perda linguística e cultural.

Um desses contextos é formado pelos descendentes de imigrantes italianos na região do Alto Uruguai Gaúcho. Recapitulando: desde sua colonização, diferentes variedades dialetais do italiano entraram em contato entre si e com o português. Nesse contato, a proximidade física dos falantes, instalados em lotes, bem como semelhança de origem na Itália, predominantemente do Vêneto, terminaram por constituir uma *coiné*, denominada como **talian** ou **vêneto**, ou ainda *talian vêneto* (de acordo com TONIAL). Além disso, é possível reconhecer variedades dialetais “menores” que, aos poucos, subsumiram sob a força da *coiné* majoritária. Ou seja, constituíram-se no Brasil diferentes variedades ítalo-brasileiras, como diferentes foram as populações que aqui aportaram; uma dessas variedades impôs-se porém e destacou-se como língua de intercomunicação, o *talian*.

Vale lembrar que, antes da unificação (período de 1861), a Itália era dividida em cidades-Estado com diferentes línguas ao lado do latim, como modelo-padrão. A história registra que, durante o século XVI, após a unificação e as consequências daí advindas, sentia-

se, ainda mais, a necessidade de um idioma comum, pelo menos na sua forma escrita. A língua considerada como ponto de partida foi, então, a variedade de Florença, também língua materna do grande poeta florentino Dante Alighieri. Ao publicar sua Divina Comédia, em 1321, chocou o mundo letrado ao não escrever em latim. Considerava o latim um idioma corrupto, elitista, e achava que o seu uso na prosa respeitável havia prostituído a literatura, transformando a narrativa universal em algo que só podia ser comprado com dinheiro, por meio dos privilégios de uma educação aristocrática. Em vez disso, Dante foi buscar nas ruas a verdadeira língua florentina falada pelos moradores da cidade (o que também incluía ilustres contemporâneos seus, como Boccaccio e Petrarca) e usou essa língua para contar sua história¹¹⁵.

Segundo entrevistas mantidas com professores italianos em Kiel, na *Christian-Albrechts-Universität zu Kiel (CAU) / Romanisches Seminar*, durante o período do doutorado-sanduiche, e também através de conversas informais com diversas pessoas vindas da Itália, a passeio no Brasil, o italiano falado hoje na Itália não é o romano ou o veneziano e sequer é inteiramente florentino. A língua é fundamentalmente “dantesca”¹¹⁶, o que lhe dá uma linhagem tão artística e cultural. Entretanto, mesmo após tantos anos da unificação territorial e linguística os italianos ainda procuram manter suas distintas variedades juntamente ao italiano-padrão, a língua de Dante. Porém, não se pode afirmar que essa intenção tenha sucesso, já que é visível o crescimento do italiano-padrão e o abandono das variedades dialetais, que não são prioridade do Estado.

No nosso caso, não vamos e não queremos discutir aqui o mérito ou o demérito da constituição do dialeto vêneto, o *talian*. Apenas registramos e respeitamos a sua existência, como a língua de imigração de origem italiana mais falada entre os imigrantes e descendentes, assim como respeitamos a existência de todos os demais dialetos que ainda são mais ou menos falados em toda a região de colonização italiana do sul do Brasil. O *talian*, com predominância do falar da região do Vêneto, é uma dessas variedades que está sendo sistematizada, e para a qual existem dicionários, gramáticas e literatura. Além disso, foi pioneiro na iniciativa de se inscrever no Livro das Línguas, como constituinte do patrimônio cultural imaterial brasileiro, proposta esta discutida no Seminário sobre a criação do Livro das Línguas, em março de 2006, em Brasília, com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Câmara dos Deputados e do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística (IPOL).

¹¹⁵ Os dados constantes neste parágrafo baseiam-se em Santos, 2001.

¹¹⁶ *Dantesca*: aqui tomada em seu sentido literal “de Dante”.

Ações político-linguísticas como o Livro das Línguas, embora ainda timidamente na sua fase de concepção, podem contribuir como instrumentos para minimizar os efeitos nocivos do preconceito linguístico e da estigmatização/minorização de línguas minoritárias.

Frosi (2008), apresentando parte dos resultados do Projeto Estigma¹¹⁷, constata um quadro com características diversas das que se têm verificado na grande maioria de estudos anteriores. “Ser bilíngue de dialeto italiano e português tornou-se motivo de orgulho étnico, apesar da memória viva do estigma sociolingüístico que incorporou parte da vida do ítalo-brasileiro” (FROSI, 2008, p. 368). Quer dizer, o estigma ainda existe, apesar de se perceber indícios de uma mudança na atitude das pessoas em relação à sua forma de falar. Segundo Fishman (1972), os valores culturais de um povo encontram expressão na língua e, possivelmente, só poderiam ser expressos, com veracidade, em sua própria língua. Esse ponto de vista contrasta com o descaso e o simplismo com que são tratadas as questões que se referem à manutenção da língua, revela, além disso, o desconhecimento, por parte da maioria da população, dos direitos linguísticos universais de todo cidadão, bem como a falta de uma consciência linguística (*language awareness*), como já nos referimos no capítulo 1, sobre a importância de se adquirir e manter a língua de origem.

A defesa da diversidade linguística, no entanto, constitui o cerne das ideologias ecolinguísticas (MACKEY, 1972 e SKUTNABB-KANGAS, 1988) que consideram a diversidade de línguas uma riqueza que deve ser mantida e desenvolvida, visto que as línguas (ORLANDI, 2001; APPEL & MUYSKEN, 1992) não servem apenas como veículos de comunicação, mas de constituição de identidades individuais ou de grupos, de manutenção de culturas e de formação de cidadãos. Lia Varela (2007) referiu-se a uma política linguística ecológica, que ajudasse os próprios falantes a se autogerirem na escolha e manutenção da diversidade. É preciso procurar novos equilíbrios dentro do ecossistema dos diferentes países, de forma a construir um mapa linguístico tão dilatado quanto os seus falantes.

Nessa perspectiva, coloca-se também a necessidade de conhecer a realidade que se quer preservar. Isso implica identificar variantes e comportamentos relativos ao uso da língua em questão, com o objetivo de fornecer uma visão macroareal que permita observar relações e tendências dessa variação no espaço pluridimensional. Conforme Altenhofen (2004, p.140), “uma obra deste tipo inclui uma função sócio-cultural de consideração do real papel dos imigrantes na formação do povo brasileiro”.

¹¹⁷ Pesquisadoras da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Vitalina Frosi (coordenadora), Giselle Olívia Mantovani Dal Corno e Carmen Maria Faggion desenvolvem o Projeto Estigma que objetiva investigar se há estigma em relação à fala portadora de marcas da língua italiana, na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (RCI).

Ao mesmo tempo em que objetivamos expor uma imagem real e atual das línguas de imigração ítalo-brasileiras (em especial do *talian*), ou línguas brasileiras com origem (*corpus*) na língua italiana, e o saber construído sobre essas, especificamente no espaço identificado como região do Alto Uruguai Gaúcho, não menos importante é refletir sobre a relação entre língua, nação e Estado e os cidadãos que essa relação vem constituindo, ao longo do período de colonização italiana, em contato com as diversas etnias que ocuparam espaços contíguos e que tiveram e têm a língua portuguesa como elemento comum.

A complexidade do contexto, com tantas variáveis intervenientes, prescinde de uma metodologia de pesquisa que comporte e explicita as relações entre variedades de um lado e falantes de outro, que deem conta da variação dos traços de uma língua no espaço geográfico (arealidade ou diatopia) e a variação desses mesmos traços numa rede de pontos (socialidade ou diastratia). Ou seja, “Quais são as questões mais relevantes em relação tanto com as variáveis linguísticas quanto com a complexidade e multiplicidade de aspectos presentes na situação de contato linguístico?” (ALTENHOFEN, 2004, p.148). Desmembrando a questão principal deste estudo (ver introdução, p.3 - 4) sobre quais fatores e em que medida estão contribuindo para manter as variedades italianas ou acelerar sua substituição pelo português, colocam-se as seguintes perguntas:

- a) Que atitudes individuais e coletivas estão presentes na fala e no comportamento do descendente italiano em relação à sua língua e à sua cultura de origem?
- b) Até que ponto a ausência de uma percepção mais clara da própria língua de imigração e de seu valor tem obstaculizado ações de promoção e revitalização do bilinguismo *talian*-português?
- c) Que fatores e em que proporção foram responsáveis pela manutenção ou perda do *talian* na região pesquisada?
- d) De que forma e com quais argumentos o conceito de substituição e morte linguística como algo que se dá sincrônica e diacronicamente, na forma de um processo natural e irreversível, pode ser revisado e contestado?
- e) Como o estudo de comunidades específicas, falantes de língua de imigração, pode contribuir para a introdução de uma política de manutenção e preservação das variedades linguísticas locais?

3.2 ANÁLISE MACROLINGUÍSTICA NA PERSPECTIVA PLURIDIMENSIONAL E RELACIONAL

Para responder às perguntas de pesquisa acima e às hipóteses (apresentadas na sequência deste capítulo), nos utilizamos de uma metodologia que segue a perspectiva da dialetologia pluridimensional e relacional que, segundo Radke & Thun,

trata-se de um modelo variacional de maior alcance metodológico e que considera novas possibilidades de levantamento de dados; uma ciência da variação linguística que corrija as deficiências da geolinguística tradicional e acrescente à sociolinguística uma importância maior ao valor do espaço no debate sobre a variação (Radke & Thun, 1996, p. 48).

Através do modelo teórico de dialetologia pluridimensional e relacional, buscaram-se macrossínteses da variação linguística, entendida quer como mudança, quer como manutenção. Com isso, trabalham-se concomitantemente parâmetros diatópicos (horizontais) e diastráticos, diageracionais, diarreferenciais, entre outros (verticais). Projetos como o *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático Del Uruguay* (ADDU), o *Atlas Lingüístico Guarani-Românico* (ALGR) e o *Atlas Lingüístico das Minorias Alemã* (ALMA) comprovam, por exemplo, a relevância do parâmetro diageracional associado ao diastrático, conferindo à pesquisa um caráter dinâmico, onde novas realidades são apresentadas sob a lupa da cartografia pluridimensional.

A possibilidade de cartografar realidades diversas, incluindo atitudes linguísticas, significa que o tratamento cartográfico dos dados assume um caráter muito mais complexo (e mais próximo da realidade) do que o permitia a geolinguística tradicional. Em outras palavras, parte-se do detalhamento monodimensional (arealização) para o espaço tridimensional (THUN, 2000, p.192). Isso significa que, além da exposição horizontal dos dados (diatopia), consideram-se os dados na sua perspectiva vertical, eixo sociolinguístico. No presente estudo, a cartografia assume uma posição apenas auxiliar e secundária, em vista do reduzido número de pontos. O espaço aparece, no entanto, na sua perspectiva macrolinguística, focando a região do Alto Uruguai no seu conjunto de relações ecolinguísticas, às quais Lia Varela (2008) atribui possibilidades adicionais de leitura e visualização também no campo das políticas linguísticas. Destacamos o mapa não como simples ilustração, mas como meio de representar fenômenos sociolinguísticos no espaço geográfico pesquisado e que seriam impossíveis de serem percebidos individualmente. Para o aprimoramento destas questões teóricas e metodológicas, realizou-se um estágio de pesquisa na Universidade de Kiel,

Alemanha, com a orientação do Prof. Harald Thun, no âmbito de um doutorado-sanduíche – convênio Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a *Christian-Albrechts-Universität zu Kiel (CAU) / Romanisches Seminar*, no período compreendido entre novembro de 2007 e março de 2008.

Para o objetivo de identificar macro tendências que reflitam a abrangência coletiva de determinada variante bem como o comportamento sociolingüístico-cultural nas respectivas comunidades de fala, no que se refere à manutenção ou perda do *talian*, faz-se necessário lidar com **diferentes dimensões de análise**, pois, segundo Tarallo (1985, p.62) “é somente através da correlação entre fatores lingüísticos e não-lingüísticos que se chega à conclusão de como a língua é usada e de como é constituída”. Para tanto, a escolha dos informantes ou sujeitos da pesquisa segue a definição das dimensões e parâmetros¹¹⁸ de análise da variável <manutenção/substituição do *talian*>, que estamos enfocando. O quadro a seguir dá um resumo das dimensões e parâmetros considerados neste estudo e que serão detalhados na sequência:

Quadro 1 - Dimensões e parâmetros de pesquisa.

DIMENSÃO	PARÂMETROS		
Diatópica	<ul style="list-style-type: none"> • Ponto 1 – Erechim • Ponto 2 - Getúlio Vargas • Ponto 3 - Jacutinga • Ponto 4 – Severiano de Almeida 		
Diageracional	<ul style="list-style-type: none"> • Geração I (GI) com falantes entre 20 a 35 anos • Geração II (GII) com falantes acima dos 50 anos 		
Dialingual	<ul style="list-style-type: none"> • Bilíngues (Bi) • Monolíngues (Mono) 		
Diagenérica	<ul style="list-style-type: none"> • Falante do sexo masculino (M) • Falante do sexo feminino (F) 		
Diastrática	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <ul style="list-style-type: none"> • Nível de escolaridade </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>Cb: Falantes com nenhuma ou até 8 anos de escolaridade</p> <p>Ca.: Falantes com mais de 8 anos de escolaridade</p> </td> </tr> </table>	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de escolaridade 	<p>Cb: Falantes com nenhuma ou até 8 anos de escolaridade</p> <p>Ca.: Falantes com mais de 8 anos de escolaridade</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Nível de escolaridade 	<p>Cb: Falantes com nenhuma ou até 8 anos de escolaridade</p> <p>Ca.: Falantes com mais de 8 anos de escolaridade</p>		
Diafásica	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência do português e do <i>talian</i> em ambientes formais e informais 		
Diarreferencial	<ul style="list-style-type: none"> • Comentários lingüísticos e metalingüísticos obtidos através de entrevistas, conversas e escritos coletados na região. 		

¹¹⁸ Lembrando novamente, com Thun (2000, p. 191), que distingue entre dimensões e parâmetros. É parâmetro toda variável (lingüística ou extralingüística), analisada com sistematicidade, que se considera individualmente, como, por exemplo, *geração II* ou *mulheres*. A dimensão é um agrupamento de dois ou mais parâmetros que se encontram em relação opositiva.

3.2.1 Dimensão Diatópica

Neste estudo, a análise pluridimensional assim como a pluralidade de pontos de inquérito, representada inicialmente por quatro localidades¹¹⁹ da região do Alto Uruguai Gaúcho, vale como estratégia de aprofundamento do olhar sobre os fenômenos/estados da língua em questão. Vale lembrar que a maioria dos estudos de manutenção e substituição linguística (*language shift*) são de caráter pontual (GAL, 1979; LAMBERT, 1972).

Em nosso caso, comparamos esses processos em uma rede de pontos constituída pelos principais núcleos de colonização italiana na região do Alto Uruguai Gaúcho que se distinguem pelas características e condições de uso da língua. È nesse aspecto que procuramos um diferencial na pesquisa: na avaliação do impacto dos diferentes fatores de manutenção ou substituição linguística apresentados pela literatura (ver seção 2.3, cap. 2) conforme se distingam em uma localidade ou outra. Para o estabelecimento destes pontos, tomou-se em consideração a história e geografia do povoamento de toda a região colonial de Erechim, utilizando para tanto dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Regional de Erechim, Escritório Regional da EMATER/RS, bem como dados coletados junto à Academia de Letras dos Municípios do Rio Grande do Sul (ALMURS), em Porto Alegre, junto às Prefeituras Municipais e em pesquisas¹²⁰ anteriores. Também serviram como fonte de referência os dados coletados através dos *sites* das prefeituras envolvidas e do *site* da sociedade italiana *Massolin de Fiori* de Porto Alegre.

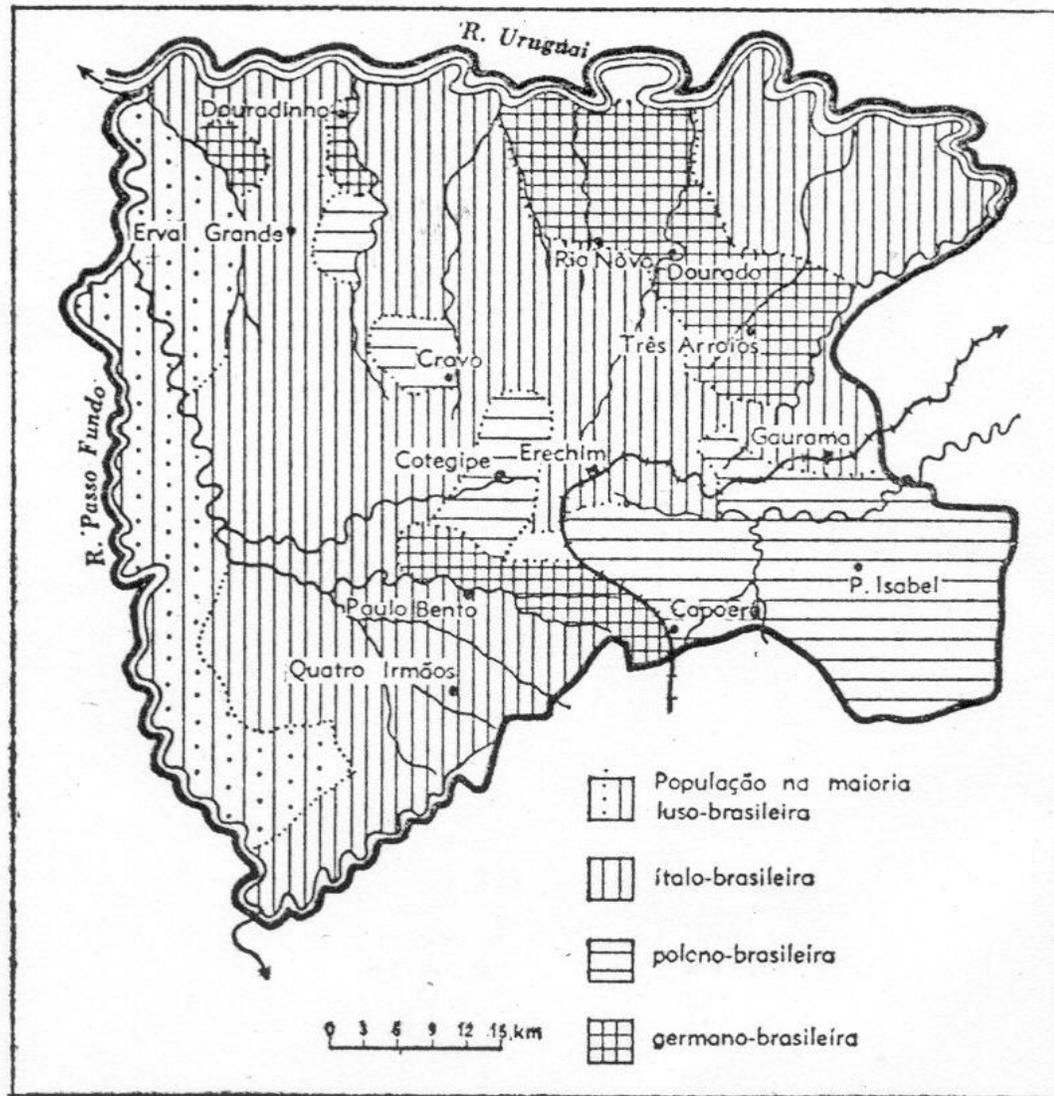
Para a delimitação das comunidades com maior representatividade do elemento italiano, partiu-se do mapeamento do conjunto das etnias da região, equivalente à antiga colônia Erechim, incluindo alemães, israelitas, poloneses e nativos, feito por Roche (1969, p. 138), em seu estudo sobre a colonização alemã no Rio grande do Sul.

Esse trabalho de identificação das comunidades foi dificultado pela ausência de censos e pesquisas científicas que retratassem o percentual de descendentes das diferentes etnias que compõem o cenário da pesquisa. Os dados constantes nos organismos citados acima, além de incompletos e ancorados em um conhecimento baseado na suposição, muitas vezes diferiam entre si, de forma que, para viabilizar o presente projeto, a única fonte oficial existente foi o mapeamento de Roche (1969, p.138), que pode ser visualizado no mapa 4, na sequência.

¹¹⁹ Os pontos pesquisados foram inicialmente formados pelo deslocamento dos imigrantes (Serra Gaúcha) italianos e, principalmente, pelos seus descendentes na primeira metade do século XX, designando um grupo social formado por descendentes de italianos, quer puros ou mistos.

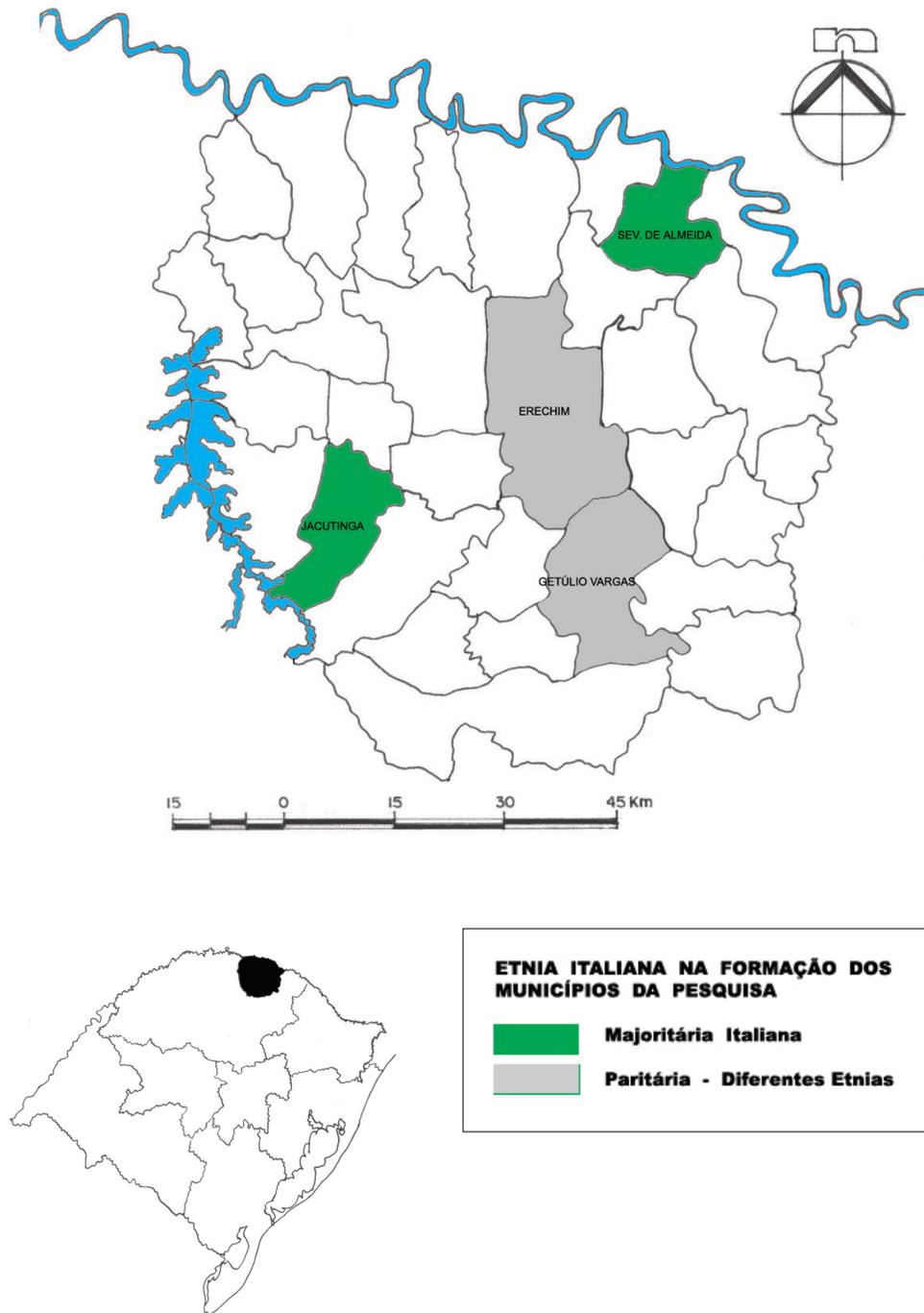
¹²⁰ Para tanto, ver Confortin (1998) e Cassol (1979).

Mapa 4 – Área de ocupação das diferentes etnias no Alto Uruguai Gaúcho, segundo Roche (1969, p. 138).



Fonte: Jean Roche, 1969, pág. 138.

Mapa 5 – Localização dos pontos de inquérito da pesquisa com a respectiva formação étnica.



Fonte: Adaptação da autora (Mapa do Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo. Erechim, 1997).

Identificados os pontos de colonização italiana na região do Alto Uruguai Gaúcho, optamos por eleger quatro localidades (ver mapa 5), sendo dois pontos de formação majoritária italiana e dois pontos de formação paritária: italiana, alemã, polonesa, israelita e nativa. Os quatro pontos selecionados são: Erechim, (situado no centro da região), Jacutinga, (a oeste), Severiano de Almeida, (ao norte) e Getúlio Vargas (mais ao sul). Destes municípios, Erechim é a cidade polo da região, tanto por sua localização – sua configuração propicia a confrontação com boa parte dos municípios da região que polariza, quanto por sua pujança econômica nos setores agropecuário e industrial. Getúlio Vargas identifica-se como município de formação histórica semelhante a Erechim; constituindo-se atualmente quase como que parte deste, Severiano de Almeida e Jacutinga como municípios, ainda hoje, considerados mais rurais do que urbanos e com a presença de uma forte colônia italiana. Na síntese histórica e cultural dos municípios incluídos, procuramos colocar em evidência aquelas informações mais relevantes para a análise e compreensão do objeto da pesquisa, ou seja, o que estas informações podem ter significado no atual grau de manutenção ou substituição da língua alóctone em questão.

Em suma, os pontos da pesquisa apresentam distintas configurações, ou seja, os **pontos 1 e 2** (englobando ao municípios de **Erechim** e **Getúlio Vargas**) são considerados urbanos, com uma reduzida população rural, e a cada ano apresentando-se mais rarefeita.

Vale salientar que no ponto 2, município de Getúlio Vargas, não foram realizadas entrevistas diretas, como se verá na análise, mas apenas o levantamento por escrito, através do questionário do BIRS. Pela própria proximidade e localização geográfica em relação ao ponto 1, e pelas características mencionadas, julgamos que não haveria prejuízo maior para a análise, pois queríamos contrastar os pontos 3 e 4, efetivamente mais isolados e homogêneos etnicamente, com um grande centro urbano como Erechim, o ponto 1.

Jacutinga (ponto 3) e **Severiano de Almeida (ponto 4)** constituem, de fato, duas grandes áreas rurais, mas com distintas características diatópicas em relação aos índices de bilinguismo italiano/português. Em relação às ditas zonas rural e urbana, o limite da divisão, em Severiano de Almeida, por exemplo, não é mais a tradicional linha física (geográfica), pois esta se encontra minimizada por fatores como melhoria nas condições de locomoção e acesso, mudanças na esfera de produção agrícola e nas relações culturais (como já exposto na seção 3.2.1.4 da descrição do município) o que influi, significativamente, na conformação urbano/rural.

De um modo geral, em nosso estudo, a variação no espaço é tratada em termos das diferenças entre a fala do meio urbano e a do meio rural. Costuma-se afirmar que pontos mais isolados permanecem com um menor grau de substituição linguística, enquanto que pontos mais urbanizados ou mais recentes atingem um grau maior de substituição. A regra é de que as variáveis [+ ita] são mais conservadoras e, portanto, mais resistentes à perda linguística, no meio rural. Basicamente, o binômio urbano – rural corresponde ao contraste bilíngue *versus* monolíngue [+ ita] *versus* [+ ptg] e colono *versus* citadino. Entretanto, várias e diferentes questões, além das já vistas nos parágrafos acima, podem ser avaliadas aqui. Onde, como, quanto e quem reflete mais uma maior ou menor influência da língua oficial? Uma entre as variáveis intervenientes nessa configuração linguística está ligada ao país de origem, onde por primeiro a língua dos imigrantes surgiu. Esses imigrantes fazem uma particular associação entre língua e terra (aqui entendida como espaço geográfico) e isso pode levá-los a manter a língua com tenacidade, pois, de uma forma identitária, estariam preservando a nova terra também, como na terra de origem. Diferentemente, imigrantes podem querer ajustar-se à língua do novo país, ou por intuir que a sua língua materna será mantida no país de origem ou por encontrar, no novo, condições de vida que o antigo não mais lhes oferecia, passando, então, a identificar-se com aquele.

A hipótese, enfim, que sustentamos aqui, é a de que a zona rural concentra um maior índice de falantes do *talian* [+ ita], enquanto a zona urbana caminha para um *continuum* sempre mais em direção ao monolingüismo em português [+ ptg].

A seguir, apresentamos uma descrição mais detalhada de como se estrutura histórica e socialmente cada umas das localidades da pesquisa.

3.2.1.1 Ponto 1 – Erechim

As primeiras incursões na região da “Colônia de Erechim” (mapa 5) datam do fim do século XIX e são atribuídas aos índios *Kaingangs*, aos caboclos, aos birivas¹²¹ e, mais tarde, aos imigrantes. Em torno de 1893-94, iniciou-se na região, um fluxo migratório constituído de

¹²¹ Segundo Cassol (1979. p.17 e 127), “a penetração foi feita pelo Passo do Goyo-Em, conhecido há muito pelos *Kaingangs*, índios dóceis que recebiam os estrangeiros chamando-os birivas – que significa “estrangeiros” na língua dos Guaianás (integrantes do grupo linguístico Je). Os birivas estabeleciam-se em lugares propícios onde faziam suas roças.”

fugitivos da Revolução de 1893, vindos especialmente das regiões mais assoladas pelos maragatos. Em 1909, já havia várias famílias designadas pelo apelido de birivas.

Com o ciclo migratório, no início do século XX, vieram para cá italianos, alemães, poloneses e judeus. Em menor proporção, chegavam também austríacos, russos, portugueses, espanhóis, suecos e holandeses. Segundo o Histórico de Erechim (1979, p. 28), no ano de 1908 a colônia atinge o número de 226 pessoas, com 31 famílias de russos, alemães, franceses, austríacos e outras nacionalidades. “*Terra de Todos*”, quando o município é fundado, o percentual de estrangeiros e descendentes é de 56%. Havia uma clara política de incentivo à colonização da região, e a imigração espontânea deu-se naturalmente.

Os primeiros italianos começaram a chegar por volta de 1910. Pouco depois da fundação do município, já constituíam a maioria da população da cidade. Provinham, em grande parte, das colônias velhas em torno de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Antônio Prado e São Marcos, onde haviam chegado há 30 anos e onde não encontravam mais terra disponível para seus filhos. Outros, numa menor parcela, saem direto da Itália e atravessam o Atlântico para aportar na colônia Erechim.

De acordo com as pesquisas (CASSOL, 1979, p. 132), em 1926 o município contava com 1500 habitantes (do total de 3000) de descendência italiana, tanto na cidade como no interior, sendo 90% filhos de italianos provenientes da região do Vêneto. Predominava, portanto, uma relativa homogeneidade linguística, representada pelo dialeto vênето. Apesar disso é possível encontrar isoladamente, segundo Confortin (1998, p.75) informantes de outra base dialetal, como o **cremonês**:

Parlon poc in cramonés, parché li altri capís mia. El pupa co'l aveva bevest um tichitin, el restea fasser e el diseva: andon, tosat cantar talian.

Trad.: Falo pouco o cremonês, pois os outros não o entendem. O pai, quando havia tomado um pouquinho, ficava faceiro e dizia: Vamos rapazes, cantar em italiano.

Além disso, Confortin (idem, p.76) também encontrou falantes do dialeto **vicentino**:

El mio pupa è venuto de 'Itàlia cola imigrassion italiana e se há radicato in Caxias; sono desimbarcati nel porto de Rio Grande e de là sono venuti a Porto Alegre, depoi hanno gallegiato per el Rio Taquari e quando sono rimasti, sono arrivati nel confin de San Sebastian do Caí, sono desbarcatti.

Trad.: Meu pai veio da Itália com a imigração italiana e se radicaram em Caxias; desembarcaram no porto de Rio Grande e de lá foram para Porto

Alegre, depois navegaram pelo rio Taquari e quando chegaram nos confins do São Sebastião do Caí, desembarcaram.

A constatação da autora foi que na época (1998),

infelizmente, não só os traços dialetais específicos de cada dialeto, como o próprio dialeto italiano comum, a koiné, estão em processo de extinção em toda região (CONFORTIN, 1998, p.76).

Fatos históricos podem nos dar pistas do caminho linguístico percorrido pelos (i)migrantes. Em 20 de setembro de 1915, por exemplo, é fundada a primeira sede social da *Società Mutuo Soccorso Carlo Del Prete*. No Estado Novo, face ao Decreto do Presidente Getúlio Vargas, nacionalizando o nome das sociedades esportivas e sociais, o nome foi alterado para *Clube Esportivo e Recreativo Atlântico*. Desde a sua mudança, até os dias atuais, não houve, por parte de seus associados, nenhuma tentativa de retomar a denominação original. Para se fazer uma comparação com as demais etnias então mais significativas, em 1926, embora os alemães representassem apenas 13,34% da população riograndense, tiveram instalado o vice-consulado da Alemanha, em Erechim, algo que não se sucedeu com as demais etnias.

A Colônia Erechim (município de Passo Fundo) foi criada em 06/10/1908, pela proposta da Diretoria de Terras e Colonização. Situada na região do Alto Uruguai e abrangendo aproximadamente todo o território que posteriormente constituiria o município de Erechim, foi fundada não apenas pela insuficiência das duas únicas colônias com terras disponíveis para a colonização – Ijuhy e Guarany (Santa Rosa), como também para regularizar a instalação de particulares que para cá se tinham estabelecido tumultuadamente, atraídos pela grande fertilidade das terras¹²² e pela presença da estrada de ferro.

De 1909 a 1911 foram inauguradas as estações de Erechim, Erebango, Boa Vista, Barro, Viadutos e Marcelino Ramos. De 1912 para 1913 ficou concluída a monumental ponte sobre o Rio Uruguai estabelecendo-se deste modo, ligação direta do nosso Estado com Santa Catarina, Paraná e São Paulo (STUMPF, et al., 1952, *apud* Cassol, 1979, p.29).

Dez anos após ter sido criada como colônia, em 1918, Erechim desmembrou-se do município de Passo Fundo, formando o território designado pelo nome de Região do Alto Uruguai. Erechim (registrado com *ch*) ou *Erê-xim* (em tupi-guarani) é o nome atribuído pelos

¹²² Conforme Relatório da Secretaria das Obras Públicas/ Diretoria de Terras e Colonização –(1909), Porto Alegre, OP 101 in Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

indígenas a um lugar onde existia um pequeno campo que, ao que tudo indica, ficava nas proximidades de um rio, também conhecido como rio Erechim.

Geograficamente, o município de Erechim está localizado na Região Alto Uruguai Gaúcho, Centro-Norte do Estado do Rio Grande do Sul, no Planalto Meridional, fazendo fronteira com o Estado de Santa Catarina. Possui uma área de 430.764 quilômetros quadrados e sua altitude é de 768m acima do nível do mar. Limita-se, ao norte, com os municípios de Aratiba, Mariano Moro e Severiano de Almeida; ao sul, com Getúlio Vargas, Sertão e Passo Fundo; a leste, com Viadutos, Três Arroios e Gaurama e a oeste, com Paulo Bento, Jacutinga, Barão de Cotegipe e Ronda Alta. Dista da capital do Estado, Porto Alegre, 369 km, sendo ligado a esta, ao centro do país e aos países do Prata pela RS-153 e BR-475; das capitais do sul, dista 639 km de Florianópolis, 506 km de Curitiba e 904 km de São Paulo.

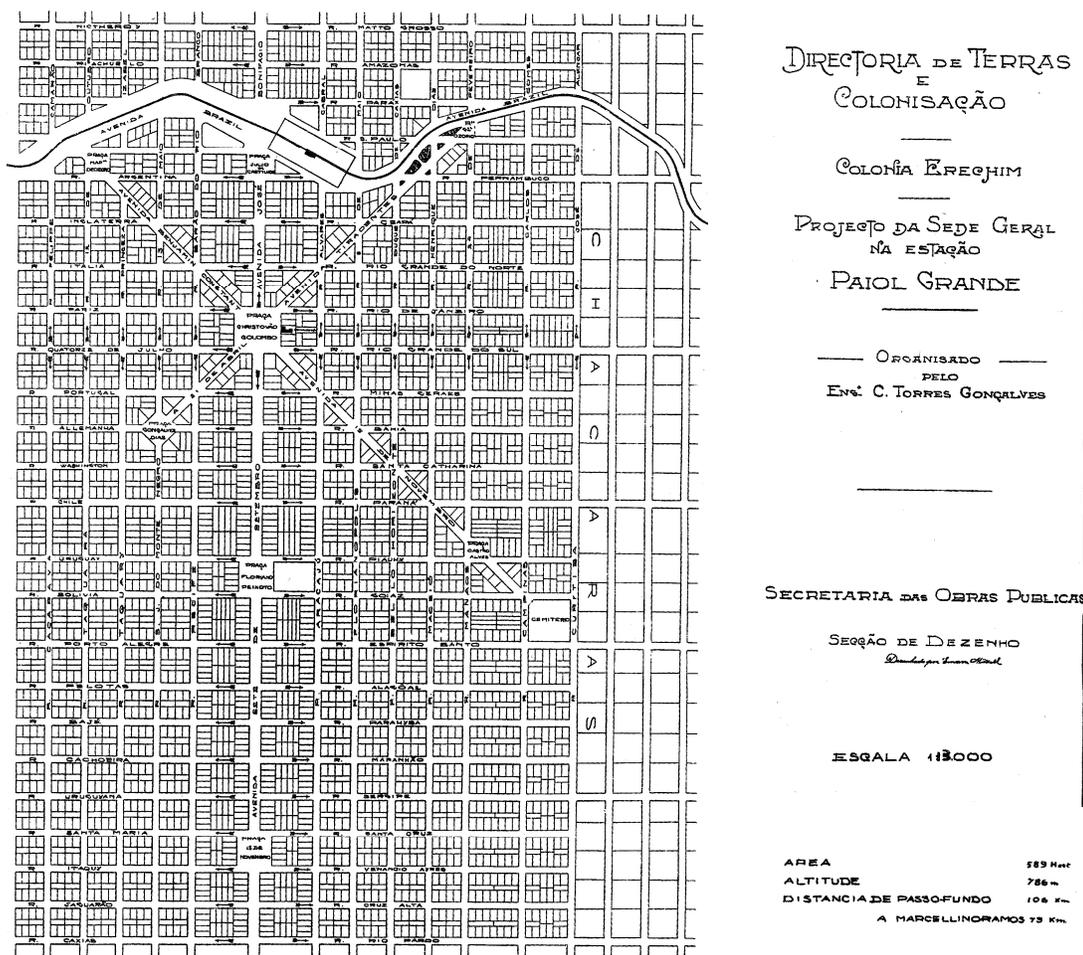
De acordo com a classificação do IBGE (Tomo 5, nº 22), Erechim pertence à microrregião homogênea nº 326, colonial de Erechim. É a cidade polo da região que abrange 32 municípios. Sua configuração (alongada no sentido N-S) propicia a confrontação com boa parte dos municípios da região que polariza, o que lhe confere uma posição estratégica vantajosa. Além disso, Erechim é a única cidade do interior do Estado que foi concebida à luz dos ideais republicanos e com a concepção urbanística de traçado xadrez da cidade de Washington, conforme mapa 6 abaixo.

Erechim, como toda região do Alto Uruguai, é constituída por minifúndios, embora hoje e cada vez mais, formem-se latifúndios, especialmente nas áreas mais propícias à mecanização. O regime é ainda o da pequena propriedade e as culturas são diversificadas.

No setor agropecuário, a atividade é intensa, contribuindo para isto os diversos silos implantados, que colhem, armazenam e distribuem os principais produtos da lavoura. Na pecuária, destacam-se os rebanhos de suínos, de gado leiteiro, de gado de corte, muare e aves. A produção do leite é elevada e destina-se à industrialização e ao fabrico artesanal. Hoje, na região, há indústrias de queijo com categoria até de exportação. Neste setor, Erechim é um dos mais ricos municípios do Rio Grande do Sul: existem granjas e fazendas-modelo dotadas de modernos aparelhos e alta tecnologia. Isto permite o emprego dos mais modernos métodos de trabalho, do que resulta maior produção e menor custo. Na área terciária, na década de 70, foi instalado o Distrito Industrial onde, através de incentivos fiscais, instalaram-se diferentes indústrias que propiciaram à população um número significativo de novos empregos, mas que, também, aumentou o cinturão populacional à procura de facilidades oferecidas pela “cidade grande”, o que está mudando as “feições” típicas de uma cidade tranquila de interior até a década de 1970, para “feições” tipicamente urbanas de uma cidade

que cresceu rapidamente sem o devido acompanhamento do serviço de obras e serviços de infraestrutura urbana.

Mapa 6 - Traçado viário da cidade de Erechim.



Fonte: Plano Viário inicial de Paiol Grande, que consta no Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1914, cedido por Antônio Pereira de Souza à EDELBRA – Indústria Gráfica e Editora Ltda. Erechim, 2000.

No setor da Educação e Cultura, Erechim conta com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. A universidade, como um todo, conta hoje com cerca de 17.000 alunos de curso superior. No campus de Erechim, funcionam 27 cursos de nível superior com 4600 alunos de graduação e 600 alunos de pós-graduação. Nas décadas de 1970 e 1980, a universidade, estabelecida em 1968 como Centro de Ensino Superior de Erechim, exerceu um papel de transformação sócio-econômica e cultural na região. A grande maioria dos jovens, que necessitava deslocar-se para estudar, acabava permanecendo em Erechim, em virtude da precariedade das estradas e a falta de transporte coletivo às suas

idades de origem. Esse fator contribuiu fortemente para a redução do índice demográfico de cidades circunvizinhas.

Fenômeno parecido ocorreu na rede de escolas públicas, em relação ao interior. Na década de 1970/80, como todo município do Rio Grande do Sul, Erechim também passou por um processo de regimentação de escolas de ensino fundamental, estrategicamente colocadas, denominadas “escolas-polo”. Isso diminuiu significativamente o número de pequenas escolas do interior, que faziam parte do núcleo que agregava seus moradores em torno da igreja, do salão de festas e da escola. O pequeno núcleo desintegrou-se, assim, com a retirada de seu principal elemento de aglutinação, a escola. Cabe a pergunta sobre as consequências dessas mudanças para a língua de imigração e o bilinguismo. Que influências pode ter ocasionado na escolha e manutenção da língua?

As escolas particulares de ensino médio e fundamental encontram-se localizadas na sede do município e são em número de onze. Em todas essas escolas privadas (e também nas públicas), o único meio de transmissão do ensino é a língua oficial, ou seja, a língua portuguesa. Línguas estrangeiras (inglês, espanhol e francês) figuram apenas como disciplinas isoladas. As línguas de imigração não fazem parte dos currículos escolares, apesar de uma tentativa. A iniciativa não teve acolhimento por parte dos pais que preferiram optar apenas pela língua inglesa, salientando que daria mais futuro para a vida profissional dos filhos. Não sabemos exatamente como foi o desenvolvimento desse processo; apenas nos perguntamos se havia suficiente esclarecimento e consciência do real significado de ser bilíngue em português e na língua de imigração *talian*.

Ainda em relação ao estudo de línguas, os alunos com maiores condições financeiras costumam frequentar centros de línguas estrangeiras, tais como CCAA, Yazigi, Wizard ou Positivo, que se concentram no trabalho com as línguas ditas de maior prestígio, como inglês, francês e espanhol. As línguas-teto oficiais de origem imigratória, como o alemão, o hebraico, o polonês e o italiano são trabalhadas através das associações culturais e sociais, como a FAINORS, no caso dos italianos. Nessas entidades, o objetivo é a formação na língua oficial do país de origem. Em entrevista dada a esta pesquisadora, a secretária municipal de educação, em 2007, assim se pronunciou:

Foi oferecido a uma comunidade de formação tipicamente italiana, situada no bairro Atlântico, a oportunidade de seus filhos estudarem a língua italiana na escola. Os pais, consultados, preferiram uma maior carga horária da língua inglesa em vez de reservar um espaço para o ensino da língua italiana. O

dialeto italiano, no caso, o vêneto, nem sequer foi cogitado, até porque a Secretaria Municipal de Educação nem teria professor capacitado para tal.

Apesar desse fato, Erechim conta hoje com a Federação das Associações Italianas do Norte do RS – FAINORS, que incentiva o ensino da língua e cultura italianas em toda região do Alto Uruguai (mantém professor de italiano-padrão em escolas de ensino fundamental dos municípios que assim o desejarem); também com o Comitê das associações vênetas do Rio Grande do Sul (COMVERS), que organiza anualmente um programa sócio-cultural, envolvendo suas filiadas (situadas em municípios próximos) em atividades locais e com a participação de grupos, orquestras e companhias italianas. O resultado disso tem sido a multiplicação de grupos de dança e canto, de sociedades e associações, em toda região – todas elas com o mesmo objetivo de difundir aspectos da cultura italiana, com destaque para a tradição vêneta, já que a maioria da população da área tem suas raízes plantadas na região do Vêneto. Graças a isso, também tomou impulso o relacionamento institucional entre municípios gaúchos e municípios da região do Vêneto, através de acordos e convênios, como o *gemellaggio*¹²³, com a localidade de *Castelfranco*, na região do Vêneto, com as associações: *Trevisani nel Mondo*, *Bellunesi nel Mondo*, *Circolo Vicentini nel Mondo* (a mais antiga) e a *Associazione della Gioventù Veneta di Erechim*.

No último censo de 2000, a população geral do município era de 90.332 habitantes, sendo 82.018 na zona urbana e 8.314 na zona rural. Do total de habitantes, 43.539 são homens e 46.793 são mulheres. Já no ano de 2004, o total da população passou para 94.955, sendo 89.510 na área urbana e 5.445 na área rural, com uma densidade demográfica de 23,27 habitantes por km² (Fonte: FEE/IBGE). Atualmente, estimativas apontam para uma população de 100 mil habitantes.

No terreno cultural, Erechim possui o Centro Cultural 25 de julho, patrimônio municipal, considerado o melhor espaço acústico do interior do Estado. A FRINAPE (Feira Regional Industrial de Agro-negócios), hoje realizada a cada dois anos, apresenta o que é produzido no município nos diferentes setores da economia e serviços e mantém um espaço (Casa da Cultura) especialmente construído para as cinco etnias que formaram o município, ou seja: italiana, alemã, polonesa, israelita e nativa, que o utilizam com demonstrações de danças típicas, cantos, gastronomia e exposições culturais.

¹²³ *Gemellaggio*: Tratado de amizade entre as duas localidades dos dois países, com o objetivo de estreitar laços econômicos, sociais e culturais.

3.2.1.2 Ponto 2 - Getúlio Vargas

A 15 de julho de 1909, a Diretoria de Terras e Colonização demarcou à margem direita do rio dos Índios, atual rio Abaúna, a 5.587 metros a noroeste da estação férrea de Erechim, exatamente onde hoje está locada a cidade de Getúlio Vargas, o marco inicial do então povoado denominado Erechim. Em fevereiro de 1910, encetou-se ali a construção de algumas casas. As primeiras foram destinadas ao escritório da Comissão de Terras, enfermaria, depósito de materiais e dois barracões para a hospedagem de imigrantes. Em seguida, chegou à Colônia (atual Getúlio Vargas) a primeira turma imigratória composta de 36 colonos, sendo quatro famílias com 28 pessoas e 8 solteiros.

Na verdade, a história da colonização de Getúlio Vargas confunde-se com a história de colonização de Erechim, já que o marco inicial de Erechim era a atual cidade de Getúlio Vargas. Toda uma região que compreendia hoje a atual região do Alto Uruguai Gaúcho era denominada de a grande Colônia Erechim, com sede na hoje Getúlio Vargas.

Em 1911, já contava com uma população de 14.000 habitantes. Para o desenvolvimento desta colônia muito contribuiu a estrada de ferro em construção São Paulo – Rio Grande, com nove estações: Erechim, Erebangó, Capoeirê, Boa Vista, Baliza, Barro, Viadutos, Canavial e Marcelino Ramos. Em 1915, a população da colônia já ascendia para 27.359 habitantes, dos quais 7114 eram brasileiros, 5721 poloneses, 246 suecos, 3652 alemães, 1827 italianos, 722 austríacos, 106 espanhóis, 74 franceses, 734 portugueses e 7863 de diferentes nacionalidades (Histórico de Erechim, 1979).

Já em 1915, Getúlio Vargas começa a perder a liderança que até então vinha mantendo na região com a transferência da Sede do escritório da Comissão de Terras para Paiol Grande, hoje Erechim. Essa liderança foi sacramentada com a elevação à categoria de município de Erechim o território constituído pelo 8º distrito de Passo Fundo, com sede na Vila Boa Vista, ex Paiol Grande (hoje Erechim) e não o então Erechim (hoje Getúlio Vargas). Os motivos que levaram a esta escolha são ignorados, mas há quem diga que foram motivos políticos, muito mais do que práticos. Com isso, Getúlio Vargas perde todo impulso urbanístico que passa para a então Boa Vista, iniciando seu processo de decadência. Foi, então, uma atitude política que tirou a sede político-administrativa de Getúlio Vargas (na época Erechim) e passou a mesma para Erechim (na época Vila Boa Vista).

Em 1917, quando reivindica sua emancipação, Erechim (atual Getúlio Vargas) tem uma população de 20.000 habitantes, sendo 7.000 brasileiros, 6.000 poloneses e russos, 4.000 alemães, 2.000 italianos, 1.000 austríacos, suíços, espanhóis, franceses e portugueses. No

entanto, a partir da data de transferência do escritório sede da Comissão de Terras para a então Vila de Bela Vista, todas as benfeitorias do Estado e da União tinham como destino este território, e não o território de Erechim (na época).

Getúlio Vargas ocupa hoje um espaço geográfico de 286.564 km² e uma população de 16.095 habitantes, sendo 82,65% na zona urbana e 17,35% na zona rural. Possui uma densidade demográfica de 56,2 habitantes por km². Dista da capital do Estado, 333 km e da cidade de Erechim, seu núcleo de referência, 35 km. Suas vias de acesso são a RS 153 e BR 475.

O município está voltado à atividade primária e, semelhante a Erechim, constitui-se de minifúndios com regime de pequenas propriedades. Indústrias que empregavam um significativo número de pessoas cessaram suas atividades, como a Serramalte, dois curtumes e indústrias de enlatados. O que se observa é um contínuo esvaziar de indústrias, comércios e de pessoas, que não mais vêm Getúlio Vargas como um local de novos investimentos.

Costuma-se dizer que Getúlio Vargas vem constituindo-se em dormitório de Erechim, isto é, como há pouca oferta de emprego e estudo em nível de terceiro grau, a população, principalmente os mais jovens, deslocam-se todos os dias para trabalhar e estudar em Erechim, somente retornando à noite, para dormir.

3.2 1.3 Ponto 3 – Jacutinga

Inicialmente, Jacutinga pertenceu à Fazenda Quatro Irmãos, concedida pelo governo federal à Empresa Inglesa *Jewish Colonization Corporation* - ICA, com sede em Londres. As primeiras famílias israelitas chegaram por volta de 1911 a 1921 e lidavam com a extração da madeira. Com a instalação de serrarias para a exploração de pinhais, foram surgindo pequenos núcleos constituídos por grupos de famílias e por pequenos comércios até a formação de vilas: uma dessas vilas é hoje o município de Jacutinga. Inicialmente, contou em sua formação com algumas famílias judaicas provenientes de Quatro Irmãos que, depois de concluído o ciclo maior de retirada da madeira, retornaram a São Paulo ou ao país de origem. Assim, a pequena vila começou a receber seus primeiros moradores de fato, os imigrantes que compravam seus lotes através da ICA. O primeiro grupo a aportar no município foram os italianos, por volta de 1930; vinham, em sua maioria, de Guaporé/RS.

O distrito foi criado em 1952, pelo então prefeito de Erechim, Sr. Ângelo Emílio Grando. Em junho de 1964, à época do governo Ildo Meneghetti, foi elevado a município,

instalação que ocorreu a 10 de janeiro de 1965. O nome *Jacutinga* (que significa jacu branco) deve-se à grande quantidade existente na região de uma ave denominada de jacutinga, o que levou aos tropeiros e moradores identificarem o vilarejo pelo nome da ave.

O município caracteriza-se pela sua condição de colônia e por ter sido povoado, essencialmente, por descendentes de imigrantes italianos (80%), alemães (15%), poloneses, israelitas e mestiços (5%)¹²⁴. O grau de bilinguismo da região varia de localidade para localidade, porém mais dentro dos diferentes dialetos italianos do que de outras línguas de imigração. Isso faz com que o próprio português tenha uma característica específica, resultante dos diferentes dialetos italianos em contato entre si e com o português.

Em relação à distribuição demográfica, possui pequenas comunidades, todas com população inferior a 500 habitantes (Diagnóstico do Município de janeiro de 1987). A população estimada, hoje, segundo dados do IBGE, é de 3.825 habitantes, sendo 2.315 na área urbana e 1.510 na área rural. No ano de 1996, o município contava com uma população de 4.367 habitantes. Segundo o censo de 2000, a população total era de 4.249 habitantes, sendo 2.110 homens e 2.139 mulheres. Desta população total, 2.135 residia na zona urbana e 2.114 na zona rural, com uma densidade demográfica de 17,7 habitantes por km².

Já o recenseamento de 1980, apontava um total de 6.535 habitantes, sendo 2.515 na zona urbana e 4.020 na zona rural, concentrando-se o maior percentual na faixa de 25 a 49 anos. Desde o período de 1970, está havendo acentuado êxodo rural (e também urbano), pois os jovens, principalmente, procuram outras cidades em busca de trabalho, de escolas e de melhores condições de vida. O aumento da migração é devido a pouca terra existente na região e à expectativa de melhores condições de trabalho no Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, para onde as famílias, sobretudo as de prole numerosa e com maiores condições econômicas, estão se transferindo. Atualmente, Jacutinga cresce economicamente, graças a empresários que investem em silos para o armazenamento do cereal colhido.

Localizado a uma altitude de mais ou menos 650 metros em nível do mar, possui uma área de 214,33 km² e a via de acesso pela RS 211. A área total do município limita-se a Norte com Ponte Preta, pequeno município agrícola; ao Sul com Ronda Alta e Quatro Irmãos, antigo município sede e hoje com uma população bem mais reduzida e formada apenas por extensas granjas e trabalhadores braçais. O limite a Oeste é dado por Campinas do Sul, também município de área e população reduzidas, formado pela junção de pequenas

¹²⁴ O dado é da Prefeitura Municipal de Jacutinga.

propriedades com agricultura familiar. A Leste, também com Quatro Irmãos e Paulo Bento, antigo distrito de Erechim e há pouco tempo emancipado, com características semelhantes a Quatro Irmãos.

Na rede de ensino, Jacutinga conta com três escolas de ensino infantil, sendo uma municipal e uma estadual; três escolas de ensino fundamental, sendo uma estadual e duas municipais; uma escola estadual de ensino médio e uma escola estadual para jovens adultos. Em uma das escolas de ensino fundamental, pertencente à rede municipal, existe no currículo escolar o **ensino da língua italiana** nas quatro primeiras séries. Há que se salientar, que também Jacutinga sofreu o processo de encerramento das pequenas escolas rurais multisseriadas, com classes plurisseriadas, que por falta de um maior número de alunos e vontade política, viu desfalecer esses pequenos núcleos compostos pela escola, a igreja católica, o cemitério, o salão paroquial, a cancha de bochas e de futebol. Hoje, com a escola fechada, desfaz-se o núcleo organizacional das pequenas comunidades rurais, contribuindo fortemente para o aumento do êxodo rural.

No que se refere à religiosidade, o município recebe influência marcante da igreja católica em sua organização paroquial, com forte influência na vida familiar, social e política, refletindo-se na conduta dos católicos e nas atitudes conservadoras em relação à moral e aos bons costumes. Esse conservadorismo vem de uma prática, até hoje presente, com a realização de procissões, festas em homenagem a Nossa Senhora com romarias, encontros para a reza do terço, retiros na igreja matriz, encomenda de missas para salvar as almas, para chover, para uma boa colheita, benzimento de ramos de oliveira para queimar nas trovoadas, práticas pelas quais o clero mantinha e ainda mantém um forte laço religioso entre os colonos e a população em geral.

Conforme informações da prefeitura municipal, Jacutinga realizou em agosto de 2008 o *gemellaggio* com a cidade de *Pederobba*, província de Treviso, Itália, com o objetivo de estreitar laços econômicos, sociais e educativos entre os dois municípios. Igualmente, a prefeitura promove festas italianas como a famosa Festa do Porco Desossado, incentiva a realização dos *filós* e mantém o coral de adultos com cantos no italiano-padrão e no dialeto vêneto. Possui, também, o museu do imigrante, uma antiga casa de arquitetura colonial italiana, com utensílios que marcaram os primeiros anos de vida na colônia.

Não há, nas ruas da cidade, estabelecimentos comerciais e públicos registrados com nomes na língua italiana, mas há muitos com sobrenomes em italiano. Igualmente, no interior da igreja católica, localizada em um terreno elevado, no centro da cidade, próxima à prefeitura municipal, não há escritos na língua italiana-padrão e nem no dialeto vêneto, mas a grande

maioria dos sobrenomes das famílias que contribuíram na construção da igreja é de origem italiana.

3.2.1.4 Ponto 4 - Severiano de Almeida

A Companhia de Colonização *Luce Rosa*, que contribuiu notavelmente na obra colonizadora de nossa região, fundou os povoados de Três Arroios, Nova Itália (hoje Severiano de Almeida), Sede Dourado e Rio Novo (hoje Aratiba). Dividiu-os em lotes urbanos e chácaras com os devidos arruamentos. Entre 1915 e 1917, providenciou pela demarcação de lotes rurais de 25 ha que foram divididos de tal forma que todos ficassem servidos de boa aguada, embora em uma região bastante recortada e acidentada, com vales profundos e floresta subtropical.

A partir de 1915, a *Luce Rosa* começou a vender os lotes rurais a imigrantes, principalmente de origem italiana e alemã, das chamadas “Colônias Velhas”: Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, Cachoeira do Sul, Silveira Martins, onde já se fazia sentir o excedente demográfico no meio rural. A *Luce Rosa* devotou especial atenção na congregação dos núcleos. Dividiu os imigrantes segundo a mesma origem étnica, costumes e religião a fim de não criar quistos raciais e facilitar a própria comunicação, uma vez que tanto alemães quanto italianos falavam praticamente só o seu dialeto.

Nos princípios do ano de 1917, foi determinado que toda zona desde Três Arroios até o rio Uruguai seria região exclusivamente católico-alemã¹²⁵. Todavia, com a grande afluência de italianos a *Luce Rosa* resolveu fixá-los mais ao norte desta área, reservando, privativamente, a eles o futuro povoado de Nova Itália. A zona de Três Arroios permaneceu predominantemente de origem alemã.

A Companhia Colonizadora proveu abrigo (galpões) aos colonos quando de sua chegada. Preocupou-se com educação e atendimento religioso para todas as sedes coloniais. Contribuiu com somas significativas na construção de igrejas. Doou o terreno para a construção do Convento das Irmãs Franciscanas em Três Arroios.

Conforme assegura a tradição oral, a origem do topônimo *Nova Itália* está intimamente relacionada a um grupo de nove colonos que, no final de 1916, veio junto para ver as terras da *Luce Rosa* - as quais já estavam devidamente demarcadas. Embora não constando em nenhum

¹²⁵ Livro Tombo I da paróquia de Três Arroios, fl.4.

documento, vários depoimentos de pessoas conhecedoras da história da época insistem no fato de que estes colonos eram todos descendentes de italianos ou mesmo italianos de origem, razão pela qual José Pedron, um dos integrantes do grupo, teria, junto ao acampamento da companhia, afirmado: “*Semo tuti taliani. Ghe metemo nome Nova Itália*”, o que recebeu o consentimento de todos.¹²⁶

A Cia. *Luce Rosa* muito auxiliou na abertura de estradas para a introdução do braço colonizador. Em bem pouco tempo, abriu-se um trecho que partia do povoado Barro à Nova Itália numa extensão de 25 km, facilitando a entrada de veículos que pudessem transportar as mudanças que advinham das chamadas colônias velhas. Já em 1920, contava a colônia Nova Itália com 100 famílias. O próximo número registrado consta do ano de 1960: uma população de 4625 habitantes, sendo 326 da zona urbana e 4299 da zona rural. Em 1980, o total da população era de 4436 habitantes, sendo 485 da zona urbana e 3951 da zona rural. É perceptível o decréscimo gradativo da população a partir dos anos 70. Em contraposição, observa-se um gradual crescimento da população no meio urbano desde 1950. O que se observa, principalmente de 70 para 80, não é uma geométrica transferência populacional do meio rural para o urbano dentro do próprio município, mas uma considerável evasão para outros municípios e estados. Atualmente, o município conta com uma população estimada de 3979 habitantes; em 2004 contava com uma população total de 3784 habitantes, sendo 1208 na zona rural e 2576 na zona urbana. Segundo o censo do ano 2000, havia uma população de 4152 habitantes, sendo 1165 na zona urbana e 2987 na zona rural, do total de habitantes, 2073 eram homens e 2079, mulheres.¹²⁷ A densidade demográfica é de 23,6 habitantes por km².

O decreto nº 7.199 do ano de 1938 estabeleceu a divisão administrativa e judiciária do Estado. Por esta, o município de Erechim ficou dividido em 11 distritos, entre eles, Nova Itália. O mesmo decreto elevou a sede municipal à categoria de cidade e a dos distritos à categoria de vila. Outro decreto do mesmo ano alterava o nome de Nova Itália para Severiano de Almeida. A troca de Nova Itália para Severiano de Almeida foi uma homenagem da câmara de vereadores ao saudoso engenheiro, chefe da Comissão de Terras para demarcação da Colônia Erechim. O distrito de Severiano de Almeida teve recobrado seu antigo nome *Nova Itália*, a 17/12/1956, pela lei municipal nº 596. É no mínimo estranho esse fato, já que o ano de 1956 não estava distante do final da Segunda Guerra Mundial! Com a emancipação, ocorrida em 1963, através de plebiscito popular, voltou definitivamente para Severiano de Almeida. A instalação oficial do município ocorreu a 12 de abril de 1964, tendo como

¹²⁶ Os dados sobre Severiano de Almeida foram obtidos em Benincá, 1990.

¹²⁷ Fonte FEE/IBGE – censo 2000.

primeiro prefeito o Sr. Orlando Mattia. Hoje, o município é formado por dois distritos: a sede, Severiano de Almeida e o distrito de Mirim. Existem, ainda, 12 pequenas comunidades no interior.

O desenvolvimento da colônia Nova Itália se dá à sombra da igreja católica, ou seja, a partir da direção por ela apontada. A primeira capelinha foi erguida em 1918, pelos moradores, com ajuda e madeira fornecida pela Cia “*Luce Rosa*. Do ano de 1970, em uma população de 5255 habitantes (2689 homens e 2566 mulheres), 5089 são católicos e 166 protestantes tradicionais. Em 1980, de uma população de 4436 (2303 homens e 2133 mulheres), 4164 são católicos, 222 protestantes tradicionais e 36 protestantes pentecostais.¹²⁸

É muito significativo o número de sacerdotes, religiosos e religiosas nascidos em Severiano de Almeida e região. Hoje, há no município três igrejas: católica, com 90% da população, Luterana, com 7% da população (localizados na Linha 12) e a Assembléia de Deus com 3% da população (pessoas da cidade, pobres e de pele escura).

Muito vinculado à religião estava o aspecto educacional. As Irmãs Franciscanas no ano de 1936, instalam uma “Escola Paroquial”. Já no primeiro dia foram matriculados 140 alunos¹²⁹. Destes, 72 eram para a primeira classe. O Colégio Cristo Rei (assim denominado) situava-se na encosta acima da atual Igreja Matriz. Em 1939, o número de alunos subiu para 200, divididos em quatro cursos. Além do colégio da sede, o distrito contava com mais de 14 aulas disseminadas em seu território. Sete destas foram subvencionadas em junho de 1938 pelo executivo municipal que, para tanto, apelou a um suplemento de verbas do Tribunal de Contas. Em 1939, o número total de alunos do distrito passava de 650.

A questão financeira era uma das grandes polêmicas. As Irmãs mantiveram o estabelecimento de ensino sem subvenções, quer estadual ou municipal. Recebiam tão somente um pequeno subsídio por parte da minoria dos pais dos alunos, pois a grande maioria era pobre. Em 1940, contavam com 170 alunos distribuídos em quatro cursos e atendidos por quatro professoras as quais eram pagas pelas irmãs.

Em 1958, o distrito contava com 9 estabelecimentos de ensino, todos de 1ª à 4ª séries. Em 1968, passa a funcionar o Grupo escolar da Sede, atendendo a uma clientela também de 1ª a 4ª séries. O 5º ano primário continuou na Escola Particular Cristo Rei, que mais tarde, passa para o Estado com a denominação de Escola Estadual de 1º e 2º graus Dr. José Bisognin.¹³⁰

¹²⁸ Fonte IBGE Recenseamento Geral, 1970 e 1980.

¹²⁹ Cf. Crônica 6, p.373 de 1936, contida no Arquivo do Provincialado das Ir. Franciscanas de M. Auxiliadora, com sede em Passo Fundo.

¹³⁰ Os dados sobre a história do município estão em Benincá (1990).

Severiano de Almeida localiza-se na porção centro-norte do Rio grande do Sul, nas adjacências do leito do rio Uruguai e tem uma área total de 234 km quadrados. A topografia é predominantemente acidentada com 85% de áreas montanhosas, 10% de áreas onduladas e 5% de áreas planas. A topografia é, portanto, inviável para a mecanização. Acrescente-se a isso que, por ocasião da colonização do município, não houve preocupação em fracionar os lotes de forma racional, viabilizando a sua exploração econômica; a grande maioria das propriedades apresenta problemas para exploração agrícola, especialmente considerando os perigos da erosão. Todos esses aspectos de localização contribuem para o isolamento do município, acentuado pela dificuldade de acesso viário.

Quanto aos aspectos geográficos, limita-se com Erechim, Mariano Moro, Marcelino Ramos, Três Arroios, Viadutos –no RS- e, também com Santa Catarina – Rio Uruguai. São centros urbanos mais próximos: Erechim (35 km), onde são adquiridos implementos agrícolas e máquinas, insumos para agropecuária e artigos de comércio em geral. Também são comercializados os produtos agropecuários produzidos. Concórdia – SC (52 km), cidade onde também são estabelecidos contatos comerciais. Marcelino Ramos-RS (38 km), onde está localizada a agência do Banco do Brasil que jurisdiciona o município de Severiano de Almeida. Gaurama – RS (26 km), onde, até bem pouco tempo atrás, eram efetuados todos os serviços jurídicos (Fórum, Cartório Eleitoral e Registro de Imóveis).

O distrito era essencialmente agrícola e suas terras, de grande fertilidade, com produção de milho; feijão; trigo e batata. Severiano de Almeida aparecia, nesta época, como um dos maiores produtores de fumo da região. No cenário econômico, notabilizava-se a atividade industrial e comercial. Dentre os principais estabelecimentos industriais destacavam-se: Cooperativa de Fumo Nova Itália (na época com 1500 sócios e um movimento anual de 50 milhões de cruzeiros), moinho hidráulico; fábrica de queijo parmesã; engenho de madeira e moinho. Hoje, há apenas pequenos e médios estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e, devido à configuração do solo, os mini-produtores cultivam o milho, soja, trigo, feijão, arroz, cana-de-açúcar em médias e pequenas proporções. São mais viáveis as implantações de pomares, as atividades ligadas à exploração da pecuária – aves, suínos, ovinos, equinos e, especialmente, da pecuária leiteira e, por independer diretamente do cultivo do solo, a apicultura está em grande desenvolvimento, inclusive sendo exportado seus derivados. A produção agropecuária do município é destinada ao consumo do próprio município, em grande parte e, o excedente comercializado nos municípios mais próximos.

Como preservação da cultura, Severiano de Almeida possui a Casa de Cultura Italiana, o Grupo de Danças Nova Itália e o Coral Italiano São Caetano. Entre as festividades que objetivam a vivência da língua e dos costumes italianos citam-se o Festival Estadual do Leitão Assado, Romaria das Capelinhas, Festa Italiana, Festival da Cana de Açúcar, Festa do Vinho, Festa do Padroeiro e do Motorista da Igreja São Caetano e o Festival de Corais Italianos. A família Zortéa, na Linha Cerro do Meio Dia, construiu o *Recanto Nova Itália*, onde serve café colonial e *brodo*.

Nas escolas municipais e na escola estadual da sede, há o ensino do italiano-padrão nas quatro primeiras séries. Para os adultos, a Prefeitura Municipal mantém cursos de ensino do italiano-padrão em convênio com a FAINORS. O município também institucionalizou o *gemellaggio*, tratado de amizade e de cooperação de diversas áreas com o município de, *Celtre*, da região do Vêneto, na Itália. Também mantém o coral vênето São Caetano e o respectivo grupo de dança italiana.

Como nos demais municípios de formação majoritária italiana, os imigrantes que se estabeleceram em Severiano de Almeida também eram falantes do dialeto italiano de segunda ou terceira geração e se caracterizavam por certa homogeneidade linguística de origem vêneta. No entanto, Confortin (1998) identificou, entre seus informantes, a presença de um falar italiano com características mais fortes do **belunês**:

Par ligar lê vigne, se taia a stropa cola britola stort, a rincia, la facoleta. I cai cress e li se tac su par el fer coi riss, i risset, dopo trà fora lê pich de ua.
Trad.: Para amarrar as parreiras, corta-se a vime com uma facoleta, um canivete torto. Os ramos crescem e prendem no ferro com as gavinhas, depois surgem os cachos de uva (CONFORTIN, 1998, p.75).

Em nossas próprias entrevistas, identificamos a existência de possíveis descendentes de imigrantes originários de regiões outras, que não do vênето:

Inf A Tem alguma diferença por causa das origem da...do...da região da Itália, tem o *trevisan*, tem i *tirolési*, tem i *treventio*, tem o ...o...i *napolitani* e então por isso tem a diferença (GII f bi Ponto 4).

Inf B *Compreendo a mesma coisa né, mas tem uma diferencinha* (GII bi Ponto 4).

A localização geográfica desses descendentes é descrita, pelos informantes, como “o interior do interior”, nas chamadas linhas essencialmente rurais. O número de falantes é reduzido e se restringe a famílias tipicamente constituídas, habitando em um mesmo espaço

físico, desde avós a netos, bisnetos, apontando aí dois fatores preponderantes: a força do isolamento e o poder da transmissão intergeracional.

3.2.2 Dimensões Diageracional e Dialingual

Como vimos no quadro 1, a dimensão diageracional (em nosso estudo) envolve dois diferentes grupos etários, ou seja:

- Geração I (GI), com falantes entre 20 e 35 anos.
- Geração II (GII), com falantes acima de 50 anos.

Para a definição destas duas gerações, é preciso levar em consideração os seguintes aspectos:

A geração I (GI) que, presumivelmente, pelo menos parte dela, é fruto de uma geração que viveu em um período de retorno às raízes, de transição, entre a valorização da cultura e da língua dos imigrantes italianos, provocada por fatos que vão desde as comemorações dos 100, 130 anos de colonização italiana no Rio Grande do Sul, até a atitude positiva da mídia de manutenção dessa herança sócio-linguística-cultural e outra parte, que vive sob a atitude de inoperância, de desconhecimento do significado e valor desta herança.

À geração II (GII), associam-se duas situações distintas. Uma, constituída pela geração nascida nos anos 1950/5 (em relação a 2007), fruto ou vítima do período denominado de “apagamento” ou anulação linguística e cultural. As palavras “medo”, “resignação” e “vergonha” tão presentes na década de 30, durante o Estado Novo, foram substituídas por um véu de invisibilidade sobre tudo o que dizia respeito à origem, língua e cultura dos imigrantes. Esta população de falantes, hoje com 55/60 anos, além de terem passado sua juventude em um período de ditadura e opressão política na década de 60/70, também tiveram negados seus direitos à língua e à cultura de seus antepassados, não mais por repressão, caso viessem a falar a língua, mas por total desconhecimento e capacidade de fazê-lo, já que o modelo da língua não se fez presente em sua infância e juventude. Outra, constituída pela geração acima dos 50 anos, embora sofrendo com o chamado período do Estado Novo da era Vargas - de repressão da língua e da cultura dos imigrantes, provavelmente já havia adquirido a habilidade de fala do dialeto e, portanto, possam ainda ter conservado seu uso, em grau maior ou menor.

Vinculado à dimensão **diageracional**, a dimensão **dialingual** constitui a “coluna vertebral” para a pesquisa estatística, já que esta dimensão nos auxilia, primeiramente, a

identificar o percentual de falantes **monolíngues** e **bilíngues** nas gerações GI e GII e, após, pela análise qualitativa, relacionar os fatores preponderantes nessa configuração linguística.

As dimensões diageracional e dialingual, então, podem sinalizar, pela comparação do estado atual da língua entre GI e GII, uma mudança em curso, p.ex. de um estágio bilíngue *talian*/português entre a GII para um monolinguismo em português na GI, mostrando, nessa passagem, o índice de manutenção e perda da língua de origem nos diferentes pontos da pesquisa. **A hipótese é de que a GII seja bilíngue (bi) *talian*/português, e de que a GI seja monolíngue (mono) em português.**

3.2.3 Dimensão Diagenérica

Francisco Moreno Fernández (1996, p.92) nos adverte que embora o fator “sexo dos falantes” nos Atlas linguísticos mereça ser tratado com certo rigor, seja por seu interesse ou por sua complexidade, não é um dos problemas principais da geolinguística e da sociolinguística atual.

No entanto, é inegável a importância da dimensão diagenérica já que pode nos auxiliar a precisar em que medida e de que forma a manutenção ou a substituição linguística são determinadas ou são impulsionadas diferentemente por **homens** e **mulheres**. O que isso revela sobre as relações entre homens e mulheres e os papéis sociais desempenhados na sociedade? Os estudos de Labov (1972) apontam ser a mulher mais sensível às normas de prestígio; Fasold (1990) cunhou o que se conhece por “modelo sociolinguístico de sexo” e Chambers e Trudgill (1980, p. 97-98) afirmam que “[...] *la aceptación y difusión de los medios de comunicación social, especialmente la televisión, está haciendo que el modelo de referencia sea en mismo para cualquier hablante de cualquier comunidad, sea hombre o sea mujer*”.

Pelo que vimos, de um modo geral, para uma facção de cientistas, comportamentos e aptidões por determinadas áreas do conhecimento seriam inerentes ao sexo. Segundo outros, tais características são construídas a partir do modo como cada sociedade interpreta o sexo, o que é conceituado de **gênero**, também por isso a escolha da denominação **diagenérica**. Cada vez mais, os novos estudos sobre critérios de amostras questionam as categorias – sexo, idade, escolaridade, etnia, classe social etc. – que são estabelecidas de modo apriorístico e estanque, não considerando uma visão mais holística do fenômeno (contexto) ligado a tais categorias. Bortoni Ricardo (1985) contesta a generalização, comum na sociolinguística, de que as

mulheres tendem mais ao uso das formas-padrão. Segundo a autora, o comportamento linguístico encontra-se estreitamente ligado a seu papel no grupo social, grau de influência, nível de pertencimento, exclusão ou inclusão etc. Fica claro que o comportamento de mulheres ou homens não é independente do grupo social ao qual pertencem e também da rede de comunicação da qual participam.

O fato é que, a partir do momento em que as diferenças biológicas se convertem em desigualdade, estereótipos e preconceitos são gerados e perpetuados através da língua. As consequências da imagem do que é ser mulher ou homem afetam as relações sociais e vão sedimentando uma determinada realidade. Essa questão, como nos diz Fernández (1996), é complexa e, mesmo não sendo uma das principais, perfaz o conjunto dos fatores que estão implicados na questão também da substituição linguística de uma língua por outra.

De modo geral, os papéis sociais de ambos, o pai, o chefe da família, portanto, o que faz a ligação cidade/campo, e a mãe, a responsável pelo ambiente familiar e, portanto, a que só sai “raríssimas vezes”, sinalizam a distinta posição em relação à manutenção do português e do *talian*. O homem, introduzindo a mudança, já mesclando expressões do português no dialeto italiano, e a mãe, conservando a língua de origem.

Em virtude do exposto, é de se supor, como hipótese, que a mulher, principalmente a da geração GII, mantém a língua de origem em maior grau, e o homem introduz a mudança.

3.2.4 Dimensão Diastrática

A clássica distribuição dos grupos de informantes em **Ca** (classe alta) e **Cb** (classe baixa) pode, de forma genérica, nos oferecer uma visão macro analítica desta dimensão nos diferentes pontos da pesquisa. Vista sob este prisma, a dimensão **diastrática** revela indícios da visão popular e leiga de que o falante do dialeto italiano pertence à classe social de nível mais baixo, é “colono” e fala “tudo errado”, levando a marca do preconceito e da estigmatização que, às vezes, ele mesmo ajuda a construir e manter. No entanto, temos dúvida de que esse fenômeno diastrático esteja, ainda hoje, tão fortemente demarcado pelo critério distribucional de classe alta e classe baixa. A dúvida é se as diferenças sociais ligadas ao padrão de vida mais elevado e mais baixo possam significar uma definição de parâmetros de maior substituição ou de maior manutenção da língua de origem. Parece haver elementos

significativos, tanto na literatura mais recente (FISHMAN, 2006; SKUTNABB-KANGAS & PHILLIPSON 1996; BORTONI-RICARDO, 1985), quanto em nossas entrevistas, que nos induzem a analisar esta dimensão em termos de consciência linguística (*language awareness*) do que representa para o indivíduo, em termos cognitivos, culturais e emocionais a aquisição e consequente manutenção de sua língua de origem. Incluir a dimensão diastrática pode nos ajudar a registrar de forma sistemática, comprovando com dados, a posição social dos atuais falantes do dialeto italiano, mesmo tratando-se de uma amostra.

A hipótese é de que as diferenças entre manutenção ou perda linguística estão ligadas à classe social e de que existe uma correlação entre falante de talian pertencente à Cb e monolíngue em português pertencente à classe Ca.

3.2.5 Dimensão Diafásica

Thun & Elizaincín (2000, p.11), descrevendo o porquê da escolha da **dimensão diafásica**, lembram muito bem que toda a fala é fásica, ou seja, realiza-se dentro de um determinado estilo. Enquanto houver situações comunicativas e determinadas intenções expressivas, sempre haverá possibilidades de escolhas pelo falante. Thun & Elizaincín fazem o mapa das isofásicas (2000, p.17) no *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* (ADDU), mostrando que a variação diatópica do comportamento linguístico de Ca e Cb é notável. Porém, fazem a análise relacionando diferentes estilos linguísticos, ou seja, na leitura, na escrita e na conversação e o uso de determinadas realizações fônicas presentes nos estilos dos informantes. Em nossa pesquisa, entram outras questões, também relacionadas às classes sociais, mas direcionadas à escolha linguística dos informantes nos respectivos espaços de uso das línguas implicadas. Ou seja, onde a língua portuguesa e a italiana são faladas? Em que situações **formais** e **informais**? Se, por um lado, a linguagem formal (a que utiliza a língua portuguesa) é usada por aqueles que possuem um *status* maior na sociedade e, assim, atribuem-se um maior *background* social e econômico, por outro lado, a carga de riqueza emocional que existe na língua cotidiana não está presente naquela, o que poderia fazer com que também a Ca passasse a usar a língua minoritária como fator de identificação. Estaria, então, iniciando um novo modo de olhar para a dimensão diafásica? Estaria, a língua minoritária, passando por um processo de mudança nas relações de usos das línguas tanto em ambientes formais quanto informais? E, ainda, a mudança incluiria indivíduos da Ca?

Digamos, por ora, que se o *talian* é, hoje, em comunidades mais isoladas, falado no lar, na saída da missa, no armazém e também nas ruas (como tive a oportunidade de ouvir nos pontos 3 e 4), o mesmo não posso afirmar do ponto 1, onde não observei esses fatos, mas que, nas entrevistas, sobressaem outros elementos indicativos de mudança em vista.

Durante as entrevistas, foi possível verificar que o uso do *talian* está condicionado a situações específicas, mas certamente ainda informais, diferentemente do português, usado para todas as situações, tanto formal quanto informal. A dimensão diafásica é abordada, neste estudo, de um lado através das entrevistas (ver 3.3), e de outro por meio da observação *in loco*, por ocasião das saídas a campo.

A hipótese é de que o talian mantém-se nos ambientes informais (pequenas comunidades e na família) e o português em ambientes formais (sociedade maior).

3.2.6 Dimensão Diarreferencial

Esta dimensão nos demonstra, de forma especial, como os falantes percebem a sua fala e a do outro e como se relacionam com estas. As entrevistas nos fornecem um excelente material de análise qualitativa, já que nos possibilitam comparar **atitudes** a respeito da língua, da etnia, da cultura e da origem social. Os comentários metalinguísticos de um grupo de informantes sobre si e sobre o outro constituem material de investigação que contemplam a proposição metodológica geral da pesquisa, que é a de comparar atitudes *versus* prática linguística e as implicações dos diferentes fatores na vitalidade ou na perda do *talian*.

Falantes têm diferentes atitudes para com falantes de outras línguas ou de diferentes pronúncias de uma mesma língua, assim como apresentam diferentes comportamentos em relação ao seu próprio bilinguismo. Quer dizer, a possível falta de correlação e incoerência entre atitude e comportamento nos alerta para a complexidade do funcionamento sociopsicológico de comunidades linguísticas. Como essas atitudes e comportamentos são, em sua grande maioria, inconscientes, há uma tendência para a formação de estereótipos daí decorrentes.

Nesse sentido, Thun (2004) refere-se à linguística (através da etimologia popular) e à etnografia popular como auxiliares no exame do uso de determinadas palavras e de sua relação com o uso de uma língua, o que nos permite entrar no saber linguístico. A linguística e a etnografia popular, segundo Thun, nos remetem a uma leitura crítica de

significante/significado de senso comum e ditos perenizados e transmitidos através do exagero, do humor e até da ironia que podem ter um fundo social e conter uma possível explicação para situações tidas como aparentemente inofensivas à existência de uma língua.

As representações assimiladas através da cultura dos antepassados não se inscrevem no imaginário dos descendentes de forma absoluta. Vêm mediadas por outras representações, adquiridas através de vivências que se vão sedimentando de geração em geração, na vida individual e coletiva. Às vezes, manifestam-se articuladamente, apresentando consistência histórica e linguística, em outras, são fragmentos, pedaços de memória, ideias desencontradas, um misto de sentimentos, lembranças, imagens da terra distante reproduzidas no imaginário coletivo e que guardam pouca relação com a realidade. No entanto, perduram e, de alguma forma, podem nos oferecer pistas para elucidar as distintas atitudes dos descendentes de imigrantes italianos em relação à sua língua de origem.

A relação entre os fatos conscientes e os inconscientes constrói o tipo de relação entre a língua e a identidade do grupo étnico. Esta relação não é estática e varia conforme o tipo de poder obtido pelos membros do grupo e o nível de desenvolvimento social e econômico. Assim, após um longo estágio de perda e de estagnação linguística e cultural, levantam-se questões como:

Por que não falamos mais o dialeto italiano? Por que não passamos aos filhos? Onde se perdeu a nossa língua de origem? A gente não se ligou muito prá isso, prá usá uma expressão nossa! Do valor cultural que tinha de transmitir! (entrevista realizada em 19/10/2007 – ponto 1).

A hipótese é a de que atitudes positivas em relação à língua de origem contribuem para manter esta mesma língua, e que atitudes negativas contribuem para a sua perda.

3.3 ETAPAS DA COLETA DE DADOS

A fim de contemplar todo o espectro de fatores e variáveis intervenientes na manutenção e substituição do *talian* (ver cap. 2, figura 2), a coleta dos dados ocorreu em três etapas de pesquisa descritas abaixo:

3.3.1 Pesquisa dos aspectos históricos

A pesquisa dos aspectos históricos do contato linguístico incluiu as seguintes estratégias:

a) identificação e relação dos dados histórico-geográficos provenientes das entrevistas semidirigidas;

b) recolhimento de dados históricos de formação e desenvolvimento dos municípios com o objetivo de reconstruir o percurso histórico da língua de imigração, já constante na seção 3.2.1 (dimensão diatópica). Estão incluídos aqui dados iconográficos de divulgação de uma comunidade, como anúncios, cartazes e painéis em lugares públicos ou na mídia.

Seu objetivo foi a organização de dados possivelmente explicativos das diferentes etapas pelas quais passou a língua de imigração, até o seu atual estágio de manutenção e perda, incluindo a atitude das pessoas em relação ao uso das duas línguas (*talian/português*) em contato. Altenhofen (2006, p.166) mostra, através do estudo das interfaces entre dialetologia e história, que a “perspectiva histórica pode não apenas reconstruir o passado a partir do presente”, mas “como é possível também explicar o presente a partir do passado”. É sob este enfoque que destacamos a pesquisa histórica, dando conta dos fatores histórico-geográficos existentes na época de início (diacronia) da colonização italiana no que eles têm de explicativo para o atual estágio (sincronia) de variação da língua de imigração.

3.3.2 Pesquisa de dados estatísticos e demográficos

Conforme já mencionado na seção 3.2.1 deste capítulo, não há dados estatísticos atuais que nos propiciem uma visão areal de concentração étnica ítalo-brasileira e muito menos do índice de bilinguismo italiano/português da região em estudo. No entanto, a história de formação, de origem de um determinado lugar e de seu contingente populacional, bem como a percepção dos habitantes sobre esse lugar sempre nos revelam um determinado grau de verdade, como, por exemplo, o que escutamos através de uma conversa, durante a viagem de ônibus, por ocasião das entrevistas:

Ah, qui em Severiano de Almeida, si può dire che 90% siamo tuti italiani.

Nom é mas tanto come já è stato antigamente, ma zé ancora molti italiani in questa tera de Jacutinga, si puó dire che in volta de 80 a 90%.¹³¹

Em conversa telefônica com funcionário da prefeitura de Getúlio Vargas, obtivemos a seguinte informação:

Não dá mais para se dizer que há maior número de descendentes italianos, do que alemães, poloneses ou lusos. Temos, hoje, um alto grau de miscigenação, mas isso é um dado sem comprovação científica. E se quiser saber mais, é só falar com o povo nas ruas.

Já em Erechim, o senso popular cristalizou esta máxima:

Erechim é a Capital da Amizade. Nesta terra tem de tudo, gringo, alemão, polaco, judeu, português, nativos e até negros, em menor número.

Em vista dessa tipicidade de informações e de seu caráter empírico, se fez necessário uma base mais segura como ponto de partida e de referência. Fishman (1977, *apud* APPEL & MUYSKEN, 1992, p.13) referindo-se à questão da etnicidade, destaca três dimensões de análise: a da paternidade, a do patrimônio e a da fenomenologia. A dimensão do patrimônio (bens coletivos e herdados de gerações anteriores, como a música, culinária, vestuário, ocupações, comportamentos) pode ser analisada através da pesquisa histórica. A dimensão da fenomenologia (o significado atribuído à paternidade e também aos bens coletivos), mais acentuadamente, através da pesquisa via entrevista semidirigida. Nesta primeira parte da pesquisa de campo, destacamos a importância da dimensão da paternidade, já que nos dá o sentido de continuidade através da descendência herdada, visto estarmos desenvolvendo uma pesquisa que tem como modelo parâmetro de análise os descendentes ítalo-brasileiros. Para tanto, nos utilizamos de uma estratégia para obtenção de dados fidedignos, aplicando o questionário do projeto BIRS (Bilinguismo no Rio Grande do Sul), em anexo, desenvolvido por Walter Koch (UFRGS), entre os anos de 1985, 1986 e 1987.¹³² Esta foi a primeira parte da pesquisa de campo e desenvolveu-se em duas escolas por ponto, sendo uma localizada na zona rural e outra na zona urbana, num total de oito escolas. Em cada escola foram aplicados os questionários para duas turmas de alunos, sendo 5ª e 8ª séries, respectivamente, num total de 16 turmas. O número de alunos de cada escola estava ligado ao número de alunos existente em cada turma. Os informantes foram alunos de 5ª e 8ª séries do ensino fundamental,

¹³¹ Depoimentos espontâneos de moradores obtidos por ocasião de nossa ida aos municípios na coleta dos dados.

¹³² Ver também Altenhofen (1990).

variando entre 10 e 18 anos. No total, responderam os questionários 306 alunos. Desse total, trabalhei com 207 informantes, descendentes de ítalo-brasileiros, seja por parte de pai, de mãe ou de ambos.

A aplicação do questionário foi realizada por esta pesquisadora, no período compreendido entre 12 e 20 do mês de novembro de 2006, em cada sala de aula das escolas envolvidas. O tempo de aplicação foi de mais ou menos uma hora para cada sala de aula. Após a aplicação, foram levantados os dados, articulados e calculados estatisticamente. Os descendentes ítalo-brasileiros foram classificados tendo em vista o sobrenome¹³³, tanto por parte de pai como por parte de mãe ou de ambos. Há que se considerar, no entanto, que por se tratar de dados não coletados através de um censo, sempre serão dados aproximados e probabilísticos, existindo a possibilidade de que haja alguma descendência italiana não identificada pela pesquisadora. É o caso, p.ex., de uma mãe com sobrenome apenas do pai (ver questionário anexo), sendo classificada como não-descendente; esta mãe poderia ter uma mãe ítalo-brasileira, o que mudaria a sua classificação e também poderia alterar o cômputo estatístico. Os resultados desta primeira parte da pesquisa de campo constam no cap. 4 da análise dos dados.

3.3.3 Entrevistas semidirigidas

Na segunda parte da pesquisa de campo, foram realizadas as entrevistas semidirigidas, com pluralidade simultânea de informantes (em número de quatro, sendo dois homens e duas mulheres). Basicamente, há dois fatores que foram levados em conta na realização das entrevistas. O primeiro diz respeito aos critérios observados quando da escritura do roteiro-questionário da entrevista, ou seja, era necessário garantir a aplicação dos critérios de **comparabilidade** e **representatividade** dos dados. A exigência de se obter dados comparáveis e sistematizáveis, obtidos sob idênticas condições possíveis, impõe à pesquisa de cunho geolinguístico o uso de um instrumento adequado, no caso, de um questionário. Questionário (anexo 2.), aqui entendido, como um roteiro composto por uma série de perguntas que auxiliam na realização da entrevista de campo. Para a elaboração desse roteiro, foram utilizados os dados existentes no “Questionário para a elaboração do Atlas Linguístico

¹³³ Para aqueles sobrenomes que apresentavam alguma dificuldade de classificação, solicitamos a ajuda de professoras das respectivas escolas e também da Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul – ACIRS.

do RS” (ALERS)¹³⁴ e roteiro de entrevistas constante na tese de Felício Wessling Margotti (2004) como fontes de referência.

O segundo fator diz respeito ao momento da realização da entrevista; era necessário que a mesma se revestisse de um caráter de **espontaneidade** a fim de que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pudessem sentir-se à vontade para falar sobre o assunto, como em uma conversa informal. Labov (1972) chamou a atenção para o que denominou de “paradoxo do observador”, ou seja, certa influência que o pesquisador pode exercer sobre o comportamento do entrevistado. Esta é uma situação de difícil controle, mas que pode ser naturalizada através de alguns cuidados, como, por exemplo, em nosso caso, a realização da entrevista na própria residência dos informantes e no prédio da prefeitura municipal, outro local de ambiente conhecido. O uso de gravadores de longo alcance (ipod), que não intimidou os falantes, também colaborou na obtenção dos dados. Quanto à língua usada nas entrevistas, intercalou-se entre o português e o *talian*, dependendo do tipo de respostas desejadas.

Na verificação da eficiência do instrumento de pesquisa, realizamos um teste de amostragem quando aplicamos o questionário da entrevista a quatro informantes, simultaneamente, com as mesmas características exigidas para os reais participantes.

Quanto ao acesso aos informantes, pelas dificuldades naturais de contato, foi preciso estratégias ajustáveis à especificidade da pesquisa. É ainda Labov (1972) que sugere que se contate com indivíduos que se disponibilizem a intermediar os encontros entre entrevistados e entrevistador. Esta não foi uma questão muito difícil, tendo em vista os longos anos de atuação na 15ª Coordenadoria Regional de Ensino e na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) de Erechim, onde tivemos a oportunidade de trocar conhecimentos com inúmeros funcionários administrativos, diretores de instituições, tanto da rede pública quanto da privada. Esta rede de relações positivas, construída durante muitos anos, foi de grande valia na hora da aceitação das entrevistas. Não esquecendo que, no decorrer da primeira parte da pesquisa, contatamos com diretores e professores das escolas que conheciam os familiares dos alunos que foram entrevistados, não sendo, pois, difícil, fechar esse elo.

Radtke & Thun (1996, p.43) enfatizam a necessidade de se assegurar a representatividade da pluralidade dos informantes. Para isso, sugerem a realização das entrevistas com pluralidade simultânea. Pensamos que a pluralidade (no caso, sempre com um

¹³⁴ Bunse & Klassmann (1975).

número de 4 informantes) também se enriqueceu com a diversidade de papéis que cada informante escolhido representou na pesquisa, servindo, assim, de fonte inspiradora para novas observações por parte de seus pares. Em cada um dos 3 pontos da pesquisa realizamos 4 entrevistas, cada uma delas com 4 informantes, num total de 16 informantes por ponto, perfazendo um total de 48 informantes entrevistados. As questões (especificadas no questionário) têm um caráter de respostas abertas que funcionaram como uma conversa semidirigida, gravada, que propiciaram o alcance de outras importantes vertentes da variação linguística, quais sejam, prestígio, atitude, identidade e a própria difusão e interfluência linguística. Tomamos o cuidado de, ao iniciar as entrevistas, solicitar que cada um dos informantes respondesse a seguinte pergunta: “Autoriza o uso e divulgação dos dados levantados nesta entrevista?” Isto respalda e legitima a manipulação dos dados na construção da Tese.

3.4 DEFINIÇÃO DOS INFORMANTES PARA AS ENTREVISTAS SEMIDIRIGIDAS

Como vimos, as diferentes dimensões que orientam a pesquisa são explicitadas através de parâmetros de análise que, na sequência, delimitam a escolha dos respectivos informantes e a metodologia de coleta dos dados. Assim é, p.ex., que na dimensão diageracional e dialingual, necessariamente foi preciso ter informantes monolíngues e bilíngues, com idade entre 20 e 35 anos e com 50 anos acima, a fim de que nos fornecessem os dados decorrentes da formação histórica dos grupos e dos pontos. Esses dados são obtidos através de uma entrevista simultânea (sobre pluralidade de informantes, ver RADTKE & THUN, 1996, p. 40-41). Possivelmente, no caso de entrevistas separadas, não teríamos a facilidade de obter, num mesmo tempo, quatro informantes com distintos perfis, o que em muito contribui para não comprometer a exequibilidade da pesquisa (sobre isso, ver ALTENHOFEN, 2004). A entrevista conduziu-se em forma de uma conversação: estratégia simples, conseguida de forma natural, espontaneamente, com pluralidade de informantes, o que por si só já contribui para o enriquecimento da entrevista, uma vez que “minha fala” pode alertar a “fala do outro”, e vice versa, oferecendo excelentes comentários metalinguísticos.

Era preciso, também, que tivéssemos pares de informantes bilíngues com filhos monolíngues e pares bilíngues com filhos também bilíngues. Haveria, então, a possibilidade de comparar os fatores que contribuíram para que a transmissão intergeracional da língua não

ocorresse no primeiro grupo e, ao contrário, ocorresse no segundo. A dimensão diagenérica exigiu que tivéssemos informantes de ambos os sexos, assim como a dimensão diatópica exigiu informantes tanto da zona rural quanto da zona urbana. Para que os dados realmente retratassem a configuração dos pontos escolhidos, delinamos informantes nascidos na localidade ou que viveram $\frac{3}{4}$ da vida na localidade e, obrigatoriamente, os últimos 5 anos. A escolha dos informantes seguiu o esquema abaixo:

<p>GII-bi Filhos mono 2 pares adultos, de 50 a 65 anos, isto é, dois homens e duas mulheres bilíngues, com filhos monolíngues.</p>	<p>Pais bi GI-mono 2 pares de jovens de 15 a 30 anos, isto é, dois homens e duas mulheres monolíngues, com pais bilíngues.</p>
<p>GII-bi Filhos bi 2 pares adultos, de 50 a 65 anos, isto é, dois homens e duas mulheres bilíngues, com filhos bilíngues.</p>	<p>Pais bi GI-bi 2 pares de jovens de 15 a 30 anos, isto é, dois homens e duas mulheres bilíngues, com pais bilíngues.</p>

Fig. 3 - Critérios de escolha dos informantes.

3.5 PROCEDIMENTOS NA ANÁLISE DOS DADOS

Além das dimensões que funcionaram como uma espécie de ordenadores dos fatos linguísticos (diatópica, diageracional e dialingual, diastrática, diagenérica, diafásica e diarreferencial), a análise em cada dimensão de uso e perda da língua como fato/instituição social leva em conta os fatores arrolados pela literatura, conforme especificado no cap. 1. Neste estudo, esses fatores são assinalados como mostra o esquema da figura 4, a seguir:

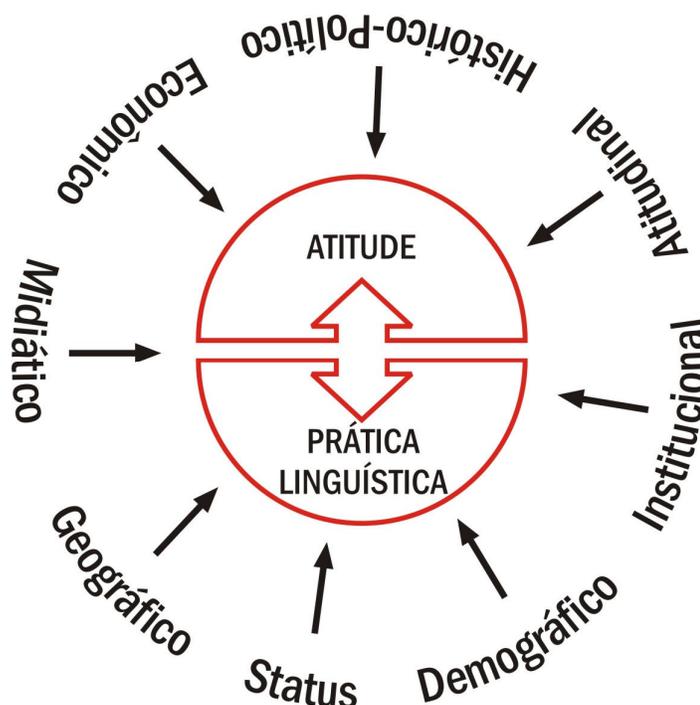


Fig. 4 - Esquema de análise dos fatores determinantes dos processos de manutenção e substituição linguística e que incorpora a relação entre atitudes e práticas linguísticas.

Basicamente, o estudo parte da comparação entre atitudes dos falantes em relação à prática linguística, analisando concordâncias ou discrepâncias entre atitude e prática, a fim de encontrar as possíveis causas ou fatores do atual estágio de vitalidade e perda do *talian*.

Em Schneider (2007), citando Gonçalves (2006), há em torno de 500 métodos diretos ou indiretos para diagnosticar as atitudes de um indivíduo através de medidas verbais, fisiológicas ou comportamentais. Para medir a aferição das atitudes dos falantes em relação ao *talian* e ao português, optou-se pelo método indireto. Esta forma de medida foi introduzida por Lambert (1972) e Lambert et al. (1972). Os autores observaram que o comportamento de indivíduos bilíngues é fortemente influenciado por suas atitudes em torno da língua e da motivação que eles têm para usá-la. Entretanto, a aferição não segue o *matched guise* em escalas de perguntas e respostas explorado por eles, mas sim o seu conteúdo de análise, neste caso, obtido através de perguntas e questões que induzem as respostas de uma forma indireta, observável no comportamento atitudinal e, na prática, no uso da língua. A ênfase é sobre como o indivíduo expõe sua língua como membro de um grupo ou fora deste e como ele reflete sobre o seu uso. Fenômenos como esses, segundo (CARBONI, 2008, p.88), “vêm uma co-ocorrência e uma co-causalidade entre os elementos lingüísticos e os elementos

sociais”, marcando ou delimitando distintos comportamentos linguísticos entre as gerações GI e GII nos diferentes pontos da pesquisa. A forma como cada um dos informantes expõe a sua história vai constituindo uma “história em miniatura” (ALTENHOFEN, 2006, p.176) que, individualmente e em conjunto com as demais, nos possibilitaram uma leitura contextualizada, fazendo uma distinção entre o que é individual e o que pode representar uma tendência coletiva, digna de registro.

O material coletado nos três diferentes tipos de pesquisa (histórica, estatístico-demográfica e entrevistas semidirigidas) permitiu a realização da análise, cujos dados são tratados quantitativa e qualitativamente, respeitando uma relação intrínseca entre aspectos sociais, linguageiros e ideológicos, sendo difícil uma análise pluridimensional e relacional que descartasse um desses componentes. De certa forma, há um ir-e-vir entre atitudes/comportamentos linguísticos e fatores extralinguísticos que ora estabelecem, ora explicam e justificam o atual estágio de manutenção e perda da língua de imigração. A leitura, assim como a análise, é do conjunto, é a visão macro (lembrando ALTENHOFEN, 2006), de um ponto específico que em si comporta elementos do todo. Vale aqui retomar os princípios básicos de análise:

- A atitude do falante em relação à língua define a sua prática linguística, e esta, por sua vez, reflete a sua atitude, já que a fala está intimamente ligada às condições social, histórica e dialética de seu uso.
- Na relação entre atitude e prática linguística há fatores-chave que exercem influência sobre essa relação e entre si mesmos; estabelecendo uma ordem causal entre as estruturas linguísticas e as estruturas sociais.
- A imagem completa é sempre a relação de reciprocidade, entretanto, devido ao enfoque dado, no qual a atitude em relação à língua é o que vai definir a prática linguística e, portanto, constitui o núcleo da pesquisa, limitamos a análise no sentido da comparação atitude *versus* prática linguística para, então, estabelecer quais fatores e em que medida estão contribuindo para a vitalidade ou perda do *talian*.

No entanto, a apresentação da fig. 4 acima nos permite visualizar uma análise cíclica do fenômeno, incluindo, assim, certo nível de reciprocidade, mesmo por que toda nossa fundamentação teórica está baseada na atuação dos fatores em conjunto.

A **transliteração das entrevistas** foi realizada tendo como base as normas para transcrição utilizadas pelo Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta de Porto Alegre (NURC). No que se refere à parte da fala de origem italiana, a transliteração teve

como referência a grafia da língua *talian-vêneto*, já que a referência da escritura de dialetos é sempre a língua de origem, no caso, o italiano-padrão. Abstivemo-nos da transcrição fonética, já que este viés não fez parte de nosso estudo. Neste sentido, a dissertação de Mescka (1983) apresenta um pormenorizado estudo de comparação dos fonemas do “dialeto italiano” e do português e suas interinfluências. Igualmente, Confortin (1998, p.272-281) apresenta uma amostra das interferências linguísticas decorrente das duas línguas em contato, ou seja, o *talian* e o português. Essas questões, portanto, já se encontram devidamente contempladas e serão utilizadas como dados de referência. As palavras que oferecerem situações peculiares e significativas de prática linguística, principalmente as que só se distinguem do italiano-padrão pela pronúncia, incluindo aqui palavras de diferentes variedades dialetais e palavras do português com acentuada pronúncia do italiano, serão devidamente registradas entre colchetes. Esta prática servirá apenas para a identificação de realizações fonéticas de uso proeminente ou que escapam à atenção popular, mas que são fundamentais na análise da prática linguística dos informantes *versus* atitude *versus* fatores de manutenção e substituição da língua de origem.

No que se refere à tradução do *talian* para a língua portuguesa, quando isso se fez necessário para facilitar a apreensão do nível de interferência entre as línguas em contato, nos utilizamos da tradução livre, a qual procurou preservar e expressar “o que o informante quis dizer ao falar”, tendo por base o contexto do momento.

O **tratamento cartográfico**¹³⁵ tem papel secundário e auxiliar como forma de representação e “macroscópio” de tendências da língua na área em estudo. Nos mapas, as referidas configurações dos círculos estão relacionadas a uma escala percentual que vai representar a situação proposta em cada questão. Esses círculos estarão inseridos em uma cruz com quatro campos definidos pelos critérios de idade (diageracional), do bilinguismo (dialingual) e do sexo (diagenérica).

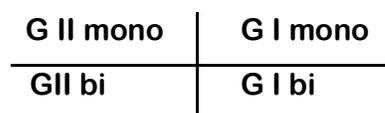


Fig.5 - Representação sintética das dimensões nos espaços da pesquisa.

¹³⁵ A cartografia segue a perspectiva pluridimensional e foi aprofundada em estágio realizado na Universidade de Kiel, Alemanha, sob a orientação do Professor Dr. Harald Thun, no período de outubro de 2007 a janeiro de 2008.

Os quatro compartimentos da cruz representam os quatro grupos pesquisados em cada ponto. A linha horizontal da cruz separa os grupos monolíngues (G Mono) dos bilíngues (G Bi), ficando na parte superior o grupo monolíngue e na parte inferior o grupo bilíngue. A linha vertical da cruz separa os grupos de geração mais velha (GII) dos grupos de geração mais jovem (GI), ficando do lado esquerdo a geração mais velha e do lado direito a geração mais jovem. A dimensão diagenérica encontra-se, pela própria metodologia da entrevista simultânea, distribuída igualmente nos quatro campos da cruz. Via de regra, os quatro compartimentos representam quatro mapas superpostos, ou seja, a representação de quatro realizações simultâneas não só quantitativamente, mas e principalmente no modo como elas se dão.

CAPÍTULO 4

4 ANÁLISE DOS DADOS

Como sugere o próprio título da Tese: **“O *talian* entre o português brasileiro e o italiano-padrão: fatores de manutenção e substituição linguística na Região do Alto Uruguai Gaúcho”**, é preciso, inicialmente, situar o foco de análise deste estudo nos eixos do tempo e do espaço do contato linguístico em questão. O *talian*, uma língua de imigração, com *status* de língua minoritária, na sua relação com a língua oficial, o português, é falado, como já se colocou, desde a chegada dos primeiros imigrantes na Região do Alto Uruguai, por volta de 1910. Vale ressaltar que se trata de falantes descendentes dos imigrantes das antigas colônias em torno de Caxias do Sul (ver 4.1), e não de imigrantes vindos direto da Itália, pelo menos não em número expressivo. Tem-se, assim, um período de tempo de cerca de 100 anos de presença dessa língua em uma área originalmente habitada por algumas populações indígenas, com predominância dos *Kaingang*.

O contato com o português e, mais recentemente, com o italiano-padrão, assume, neste contexto, diversos contornos, dependendo dos fatores extralinguísticos presentes, os quais direcionam, ou para a manutenção ou para a perda da língua de imigração. Na análise dos dados, partimos das escolhas linguísticas dos informantes em comparação com suas atitudes em relação a essas escolhas e o papel dos fatores extralinguísticos considerados nesse processo. As diferentes dimensões escolhidas na pesquisa (diatópica e diazonal, diageracional e dialingual, diagenérica, diastrática, diafásica e diarreferencial) e seus respectivos parâmetros servem como pontos de referência, ou como se queira, uma espécie de lente de aumento para

a identificação de macrotendências da vitalidade ou perda do *talian*, ou mesmo uma forma de ordenar o “caos” aparente da diversidade linguística observada nos contextos em estudo.

O primeiro aspecto a ser analisado é o que diz respeito ao percurso histórico-diacrônico entre um estado inicial X da língua minoritária e o seu uso/manutenção na sincronia (ponto de chegada atual). Trata-se de uma constatação prévia para a qual não se dispõe, infelizmente, de dados fidedignos e representativos, tendo em vista a ausência da questão da língua nos últimos censos demográficos do IBGE.

4.1 PERCURSO HISTÓRICO-DIACRÔNICO DA LÍNGUA DE IMIGRAÇÃO EM CONTATO COM O PORTUGUÊS

Ao falar do percurso histórico-diacrônico do *talian*, é intenção reconstruir um quadro “provável” da evolução do bilinguismo e das atitudes linguísticas vivenciadas pelos descendentes ítalo-brasileiros, de acordo com os diferentes momentos histórico-político-culturais desde o início da colonização italiana na região do Alto Uruguai Gaúcho (1910) até nossos dias.

Da totalidade do *corpus* – 306 questionários respondidos, 207 apresentam sobrenomes que marcam a descendência italiana, seja ela advinda de ambos os pais, apenas do pai ou apenas da mãe. Isso já nos dá um indicativo da percentagem de **descendência italiana na região**, ou seja, **68,84%**, considerando os quatro pontos pesquisados. Individualmente, temos em Erechim, o ponto 1 da pesquisa, um índice de ítalo-brasileiros de 57,69%; em Getúlio Vargas, o ponto 2 da pesquisa, 55,06%; em Jacutinga, o ponto 3 da pesquisa, 82,35% e em Severiano de Almeida, o ponto 4 da pesquisa, 80,28%.

O dado é importante enquanto índice regional demonstrativo da presença da etnia italiana e projeta a dimensão diageracional no espaço do tempo. O maior número de descendentes de italianos está nos pontos 3 e 4, ou seja, os pontos de formação étnica majoritária italiana permanecem mantendo essa formação mesmo após quase cem anos de colonização. A distinção **urbano/rural** segue o índice da população residente e parece sofrer, hoje, as consequências advindas da industrialização. O ponto 4, por exemplo, um município essencialmente agrícola, possui um número significativo de descendentes falantes na zona urbana, a mesma que detém maior percentagem de população. Isso não acontecia há 20 e poucos anos atrás, quando a população rural chegava a 89%. Mesmo alterando a concentração demográfica - hoje se alterou para 68% no meio urbano e 32% no meio rural - o índice de

bilinguismo continua alto entre os descendentes, assinalando para uma possível movimentação de espaço físico nos últimos anos, sem, contudo, ter caracterizado uma perda significativa de bilinguismo, sob um ponto de vista mais geral. Este fato está a indicar que a configuração do meio urbano, no ponto 4, não foi fator preponderante de mudança de atitude dos descendentes em relação à cultura de origem. A dimensão diageracional, no ponto 4, projeta uma escala de manutenção do índice de bilinguismo, embora haja uma redução entre a geração dos filhos e a geração dos pais, conforme veremos nas tabelas 6, 9, 10 e 11.

4.1.1. Variedades dialetais em contato: perdas e ganhos

O que temos na literatura existente (MESCKA, 1983; CONFORTIN, 1998) é que os primeiros (i)migrantes italianos que se estabeleceram na nova colônia italiana da grande Erechim, região norte do Estado do Rio Grande do Sul, falavam somente o *talian*, a língua comum, a coiné. Confortin (1998) destaca que

quase todos os (i)migrantes que no início do século se estabeleceram na região em estudo eram falantes do dialeto italiano de segunda ou terceira geração e se caracterizavam por uma certa homogeneidade lingüística (CONFORTIN, 1998, p.75).

Alguns, entretanto, sobretudo os que vinham diretamente da Itália ou das primeiras colônias (RCI) e que **permaneceram em regiões mais isoladas geograficamente**, traziam seus dialetos, ou seja, o cremonês, o tirolês, o mantuano, o belunês, o feltrino, o trevisano, o vicentino, o bergamasco e talvez ainda outros. No depoimento de um dos informantes da presente pesquisa, vemos que

Inf. B – Até a quarta imigração pra cá, eles ainda só falavam o dialeto. A família Zanella quando veio para cá, saiu do norte da Itália, divisa com Beluno e quase com a Áustria, também eles só falavam o dialeto, porque vieram em 1894, eles não tiveram contato com a língua italiana (GII bi Ponto 1).¹³⁶

Note-se que os termos **dialeto** e **língua italiana** revelam, aqui, uma clara distinção que o informante faz entre dialeto e língua italiana padrão. Pode-se subentender que o dialeto não é visto como língua, daí não ser tido como língua italiana. Mas também vale lembrar (cap. 2)

¹³⁶ Normas para a transcrição das entrevistas com os informantes da pesquisa: o que está em *talian*, em itálico; o que está em português, normal; o que está em italiano-padrão, itálico sublinhado. A tradução, sempre que se fizer necessária, será também em letra normal. Os sinais usados para marcar situações importantes no contexto da entrevista seguem os propostos pelo Projeto NURC/RS, “A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre”.

de que os imigrantes, em sua maioria, não se identificavam como italianos, mas sim como cremoneses, friulanos, mantuanos, bergamascos, vicentinos e, portanto, falando na língua da região específica, no “dialeto”, que não era “o italiano”, ou seja, o italiano-padrão que mais tarde predominou em toda a Itália. Essa percepção da variação dialetal (nem sempre tão distinta) mostra-se mais saliente pelos grupos GII mono e GII Bi dos pontos 3 e 4, embora também haja referências a essa questão pelo grupo GII do ponto 1, como no depoimento acima. É certo que a ênfase é dada pelo grupo GII. São esses informantes que fazem alusão à existência de mais do que um “dialeto”, transmitido por uma cultura predominantemente oral e presente nos depoimentos abaixo:

Inf. A – Eu tinha, por exemplo, o falecido pai, o falecido *nono*, quando eles se encontravam eu não entendia patavina nenhuma que eles diziam. O que eles falavam? Era o vicentin e o cremonês. Que não era o nosso dialeto aqui. Que eu até tentei aprender, mas era completamente diferente (GII bi Ponto 3).

Vale lembrar que GII equivale à faixa etária acima dos 50 anos, aqueles que ainda ouviam dos pais e avós as diferentes variantes dialetais. O mesmo informante, mais adiante na entrevista, volta à questão:

Inf. A – Por exemplo, esses que eu estava dizendo de Parisi, eles em vez de dizê “*non ghene mia pi*”, eles diria “*non ghene pu*”, é...a, a panela também que é *pignata*, eles dizia ...é outra palavra, eles vieram mais do norte da Itália (GII bi Ponto 3).

A prevalência do emprego de variedades dialetais, reflexo, em grande parte, da situação linguística da própria Itália do século XIX, ainda carente da presença mais forte do italiano-padrão como o conhecemos hoje, é o que também encontramos em um depoimento dos antigos imigrantes italianos da região de Erechim, colhido por Confortin (1998, p. 31),

Inf. 1 - *Tei primi ani se parlava tut talian. Quanto al dialeto, cada um parlava el suo. Nela nostra region gavivimo i belunesi, i vicentini, i mantoani, i trevisani, i bergamaschi, i feltrini, i cremonesi e de altri, ma tuti se capia. Se um diseva: 'Cosa tu a fat?' e nantro 'Gheto fato che ti?', se as capia instesso. Ghin gera taliani dela alta Itália e dela bassa Itália. Col tempo i dialeti se ga giuntà um poc e ga predomina a lengua pi parlada: el véneto* (Inf. 1 – Viero).

Trad. Nos primeiros anos falávamos somente o italiano. Quanto ao dialeto, cada um falava o seu. Na nossa região havia os beluneses, os vicentinos, os mantuanos, os trevisanos, os bergamascos, os feltrinianos, os cremoneses e outros, mas todos se entendiam. Se um dissesse: “Que tu tens feito?” e o outro “O que tu fizeste?”, nos entendíamos o mesmo. Havia italianos da alta Itália e da baixa Itália. Com o tempo os dialetos uniram-se um pouco e predominou a língua mais falada: o vêneto.

Essa mesma concepção de “dialeto” como outro “tipo de italiano” se confirma nos nossos dados, como mostra o seguinte excerto do informante A, do grupo GII bi Ponto 4:

Inf. A – Na região de Parisi, lá seria o cramonês [cremonês]. É outro tipo de italiano [...] porque tem outro em Vila Paris, porque em Paris tem o Bonatti lá que tem outro italiano, como é que é o nome do italiano deles? (GII bi Ponto 4).

No mesmo ponto 4, ao serem indagados sobre a existência de pessoas que falavam melhor (e diferente) o italiano, os informantes D e B reforçam as diferenças dialetais; o informante B, inclusive, diz que compreende as diferenças:

Inf. D – De um jeito diferente das vez tem (GII bi Ponto 4).

Inf. B – Um jeitinho diferente tem só que quando no fim cai na mesma. Tem alguma diferença por causa das origem da, da região da Itália, tem o trevisan, tem o tirolês, tem o trentino, tem o, o, o napolitano e então por isso tem a diferença. Compreendemo a mesma coisa né, mas tem uma deferencinha (GII bi Ponto 4).

Todos os informantes do grupo GII, independente do ponto pesquisado, ressaltam a presença de mais do que uma variante dialetal do italiano:

Inf. D – Dialeto, o meu, por exemplo, dialeto é o belunês, de Beluno (GII mono Ponto 4).

Inf. B – A família de descendente do pai é bérghamo, bergamasco (GII mono Ponto 3).

Inf. C – Também me falaram que o meu é bergamasco (GII mono Ponto 3).

O mesmo informante B, mais adiante na entrevista, continua:

Inf. B – Tem gente ainda, os mais antigos, eles mantêm a língua deles, por exemplo, os bergamasco. Falando, **um cede um pouco de um lado, outros do outro e ficô quase uma língua só...** Só os mais velhos se distinguem quem é bergamasco e quem é belunese, trentini ou outro. Os mais jovens não, não se distingue (GII mono Ponto 3).

O que chama a atenção é o processo de nivelamento linguístico entre as variedades dialetais em contato, a que alude, de certo modo, o informante acima, quando afirma que “um cede um pouco de um lado, outros do outro e fico quase uma língua só”. Como ainda dá para perceber, nesse primeiro período, marcado pelo início da colonização italiana na região, cerca de 1910, até o período em que se dá um maior contato entre as próprias variedades dialetais italianas e com a língua portuguesa, ocasionado pela maior proximidade física, necessária à integração, os grupos mantinham a língua de origem, a mesma que trouxeram da região da Itália de onde vieram. Entretanto, esse período não foi longo e apenas existiu ou resistiu onde as comunidades eram mais isoladas, daí ser mais acentuada a constatação da existência das diferentes variedades dialetais pelos informantes do grupo GII, portanto os mais antigos, e

também os situados em pontos mais isolados, os pontos 3 e 4, confirmando a asserção de Romaine (1995, p.44) de que o grau de isolamento de uma comunidade um importante fator na manutenção da língua.

Não obstante a percepção da diversidade dialetal, ainda na memória da GII, o processo de convergência/nivelamento linguístico dessa diversidade parece ter se concretizado de tal forma, a criar um sentimento de identidade em torno de uma variedade, o “nosso dialeto”, como mostra o seguinte depoimento do inf. B, GII bi Ponto 1:

Inf. B – [...] eu estive lá no norte da Itália e eles fazem questão que a gente fale o vêneto, principalmente da geração dos 45-50 anos para cima, geração...seria mais antiga. E o que a gente observou foi que eles introduziram no dialeto deles já algUMas palavras do itaLIano e nós introduzimos no **NOSSO dialeto** algumas palavras já mais abrasiladas. Mas eu diria que 80% do que eles falam e do que nós falamos, a gente tem uma perfeita sintonia e ainda se preserva. O que eles se admiram é que o dialeto que nós falamos é um ARQUIVO histÓrico, **ele é PURO!** (GII bi Ponto 1).

Pelo acima exposto, e segundo depoimentos de visitantes italianos, os que realizaram intercâmbio e permaneceram mais tempo nos pontos pesquisados, o falar italiano na Região do Alto Uruguai Gaúcho preserva expressões e construções sintáticas já em desuso no país de origem, mostrando, exatamente, a forma primeira, aquela dos antigos imigrantes, justamente a que permaneceu mais isolada e que sofreu menor influência externa. Tal comportamento é explicado na dialetologia (ALTENHOFEN, 2006, p. 170) como típico de “áreas laterais” ou “ilhas linguísticas particulares”, identificadas como mais conservadoras e arcaicas, do que, por exemplo, os grandes centros (urbanos)”. Compare-se o português falado no Brasil e na matriz de origem, Portugal.

Mesmo assim, entre os próprios imigrantes, a força numérica de uma determinada variedade dialetal foi um fator preponderante da sua manutenção:

Inf. B – Eu me permito aqui inserir um episódio, assim que para mim é engraçado e revelador. Um mano meu se casou com uma descendente de italianos, mas era de uma outra região, então ela ainda guarDAva aquele sotaque, aquela pronúncia que era diferente de nós, do meu irmão, da minha família que tínhamos uma determinada pronúncia. Eu vou te dar um exemplo. E eu era criança quando, enfim, ela veio morar, se casou com o meu mano e veio morar na nossa família durante algum tempo. E, se nós falávamos assim: *i porchi*, ela dizia *i porch* (GII mono Ponto 1).

O informante D, do mesmo ponto 1, lembra de fato semelhante:

Inf. D – Cremonês! Na nossa região tem um dialeto cremonês e eu tenho um sobrinho, casado com uma sobrinha minha, em Saracura – Ceorim. Ceorim é que eles não são do vêneto, eles têm uma pronúncia mais seca, nós falamos *porchi* e eles *porch*. É mais seca, elas nao têm, parece, o terminal do nosso

dialeto italiano que é o vêneto. Pelo menos a denominação que o pessoal dá da comunidade onde moram meus irmãos e eu conheci vários, era uma família muito grande, diz *i cremonèsi*, eu não saberia identificar bem de onde é esse dialeto, mas existia e a gente identificava com toda clareza, na pronúncia, no soTAque .(GII mono Ponto 1).

O informante B explica como, com o tempo e a convivência, a variedade dialetal do cremonês é substituída pela língua comum local, o *talian*, ou seja, a nova “nora” é uma em meio uma enorme família de *talian*:

Inf. B – Ela ficou conosco uns três a quatro anos, depois então meu irmão foi morar por conta ((riu)) mas o que eu posso te acrescentar e creio que significativamente, é que quando ela saiu, não éramos nós que falávamos como ela, ela é que acabou, digamos, assumindo o falar, uma fala, uma pronúncia que no fim era *i porchi* também para ela também (GII mono Ponto 1).

Embora sendo um exemplo isolado, ele representa o que de maneira mais ampla aconteceu com as diferentes variedades dialetais em contato: a predominância de uma ou de umas, no caso as que possuíam maior número de descendentes, sobre as demais, e os consequentes processos de nivelamento em favor da variedade mais forte. Esse dado vai confirmando a relação que Gibbons & Ramirez (2004, p.66) fazem entre o alto número de falantes e a igualdade dos demais fatores na manutenção de uma língua, ou seja: se em uma comunidade houver um alto número de falantes e se os demais fatores forem iguais aos de outras comunidades com um número menor de falantes, a língua da comunidade com maior número de falantes tem grandes possibilidades de ser mantida, transmitida e aprendida. Romaine (1995) também destaca a concentração demográfica entre os fatores especialmente relevantes na manutenção de uma língua (os outros dois são o suporte institucional e o *status* da referida língua).

Os dados acima mostram que existe o reconhecimento que se trata de variedades dialetais, de “dialetos”, o que exatamente quer dizer ou o que significa o dialeto é que não se explica claramente, porém pressupõe-se como desvio da norma padrão ou como “língua falsa”, como também é conhecido. Nesta pesquisa, quando nos referimos aos termos “variedade dialetal” ou “dialeto”, estamos seguindo a aceção dada por Altenhofen (2008, p.31), entendendo-os como o “domínio e uso coletivo de uma determinada variante ou “modo de falar”, como sugere o próprio significado original do termo dialeto, em grego [= modo de falar]”. “O uso coletivo” pode-se entender como próprio de uma comunidade, independente de sua força numérica ou *status*, mas não sem efeitos na sua manutenção ou perda. O “dialeto” de cunho vêneto, o *talian*, é, nesse sentido, uma língua compositiva, resultante de processos de nivelamento e de trocas linguísticas, e que, em distintas comunidades, não se

constitui em um modo de fala único e homogêneo, mas sim formado por diversas variedades de fala que apresentavam diferenças entre si. Essa relação nem sempre se apresenta clara entre os próprios descendentes, como nos demonstram alguns informantes:

Inf. A – Não sei, mas eles até, esses nossos pais aí que falavam italiano, inventavam as palavra...porque realmente, uma enxada [en'sadɐ.], chamavam de *sapa* ['sap..] (GII bi Ponto 2).

Inf. B – Mas era, era no vêneto, eles trouxeram de lá (GII bi Ponto 2).

Inf. A – Trouxeram de lá, mas tinha alguma coisa que eles inventavam (GII bi Ponto 2).

Inf. D – É, com o tempo a língua foi se introduzindo outras palavras que eles não trouxeram de lá....que não havia lá (GII bi Ponto 2).

O informante A, ao dizer que os pais inventavam palavras, traz o exemplo de *sapa* ['sapɐ] do italiano-padrão *zappa* e do português “enxada”. No dicionário de Stawinski (1987), encontramos *sapa*; em Tonial (1997), *sapa*, *zapa* e, ainda, *ensada*. Este termo, segundo Bunse (1975), existia na área dialetal do norte da Itália. Era, portanto, um termo do italiano dialetal. O informante A parece não ter claro quais termos que foram “inventados” pelos pais a fim de nomear instrumentos e situações para os quais não possuíam expressões equivalentes na língua de origem. Diferentemente, para o informante B, a palavra era proveniente da região do Vêneto. Esse diálogo pode cogitar de certa tendência de desconhecimento da origem da própria língua. Reforça-se, assim, a pergunta inicial sobre até que ponto o nível de percepção da própria língua de origem e o grau de consciência linguística dos informantes têm sido um obstáculo ao seu desenvolvimento e podem prejudicar sua subsistência?

Pelo que já vimos até o momento, no percurso histórico-diacrônico da língua de imigração, o fator isolamento destacou-se como forte mantenedor das variedades dialetais, enquanto que a distribuição e a concentração demográfica contribuíram para fazer prevalecer uma variedade sobre outras. Aliado a estes dois fatores ou em consequência destes, a falta de uma consciência da e sobre a própria língua falada facilitou a sua substituição ou perda. Já foi constatado (IOTTI, 1996; FROSI, 2003) que, nesse primeiro período, não houve nenhuma preocupação no que tange à conservação dos dialetos de origem; a preocupação primeira era com a sobrevivência e com a integração à nova realidade. Essa mesma integração que fez com que, gradativamente, se constituísse uma língua comum, na qual foram não só incluídos empréstimos da língua portuguesa, mas também a criação de novos termos para aquelas coisas, situações e sentimentos para os quais não existiam palavras na língua de origem. De

acordo com Weinreich (1964, p.54) “a necessidade de designar novas realidades, fenômenos, lugares e conceitos é, obviamente, a causa universal da inovação lexical”. Neste quadro, as distintas variedades dialetais perdiam gradativamente seus contornos característicos e como resultado desse comércio linguístico-cultural, uma nova forma de comunicação surgia, mais por necessidade do que por livre escolha, como veremos a seguir.

4.1.2. O contexto histórico-político

O perfil que essa língua de comunicação vai adquirindo é resultado, também, da política linguística adotada pelo poder constitucional em decretar, para todo país, a língua portuguesa como a única forma oficial aceita de expressão (oral e escrita) de comunicação. Não há como negar o que uma lei de tamanha poder e abrangência não possa ter interferido na trajetória das demais línguas faladas no país de então. Para nós, descendentes, resta a constatação, não só através da história (ver cap.2, seção 2.3.1 e 2.3.2) e de nossa atual condição de bilíngue passivo, mas também de depoimentos dos informantes desta pesquisa e de outros descendentes de imigrantes, que concederam entrevistas no estudo de Confortin (1998) e ao Arquivo Histórico “Juarez Miguel Illa Font”, da Secretaria de Cultura do município de Erechim¹³⁷ e que fazem referência a essa questão. A título de ilustração, vejamos como se manifesta esse descendente de uma das primeiras famílias de colonizadores italianos do município:

[...] na época da Segunda Guerra Mundial, a gente não podia dizer *bom giorno* na rua; proibiram falar em língua alemã e italiana, era uma tristeza; houve aqui muitos abusos....Me lembro de um tio meu (Dal Bianco) – ele só sabia falar em italiano. Chegou aqui, perguntou por um amigo dele, um compadre e perguntou em italiano: *Bom giorno*, comé que vai? Foi preso na hora...Ficou três dias preso nos porões da prefeitura. A gente tinha que se cuidar muito, o desarmamento era geral, recolhiam rádios (Valdir Pessot; informante do Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font do município de Erechim).

Este comportamento (percepção, ponto de vista ou atitude) aparece em 90% dos depoimentos de nossos informantes da pesquisa, sobressai-se, porém, no parâmetro “mais velhos” (50 anos acima) do grupo GII bi ou mono e, com maior acentuação, nos pontos 3 e 4. Os dados aqui utilizados sinalizam, ou melhor, denotam, a inexistência, de certo modo, de

¹³⁷ O arquivo encontra-se na Biblioteca Pública do município de Erechim e guarda o registro oral e escrito de inúmeras entrevistas realizadas com os descendentes mais antigos dos primeiros colonizadores da região, das diferentes etnias formadoras da atual população.

uma consciência linguística (*language awareness*), o que pode ter contribuído para a fragilização das variedades dialetais. Por outro lado, qualquer desvio de uma norma local majoritária certamente chamava muita atenção. Além disso, a proibição do uso das línguas de imigração ocorrida na década de 1930, aliada à falta de uma percepção mais clara do significado social do uso e manutenção da língua proibida, apresenta-se como uma barragem que abre suas comportas e solta um imenso rio de águas que tudo leva, e que, na superfície, tudo hegemoniza.

Assim é que nessa avalanche de agressões às línguas de imigração ocorre o reforço do meio institucional com a adoção do português em todos os órgãos de imprensa e também nos púlpitos (ano de 1938, segundo RIBEIRO, 2002). Este fato repercute de maneira distinta, em espaços mais urbanizados, como nos pontos 1 e 2, e em espaços mais isolados, como nos pontos 3 e 4.

Nos pontos 3 e 4, principalmente, as comunidades italianas encontraram na igreja católica o seu único ponto de apoio. Ao conseguirem se estabelecer, ergueram capitólios e capelas, escolheram santos padroeiros e, com a presença do padre leigo, aos domingos se reuniam para o rosário e a incipiente vida social. A esfera religiosa era vivenciada através da fala linguístico-dialetal, tanto mais preservada quanto mais isolada.

Agrupadas ao redor das capelas e sendo linguisticamente heterogêneas, as línguas em contato começaram a sofrer alterações, pequenas mudanças necessárias para um entendimento comum. Foram os próprios padres católicos, em suas pregações, preocupados com a preservação da fé e dos princípios cristãos, que contribuíram significativamente na construção de uma língua comum, uma língua geral como forma de manter um diálogo entre os paroquianos, isso não só através dos púlpitos, mas, também, através dos jornais católicos. Nestes, houve uma das “primeiras manifestações do fenômeno linguístico que seria denominado posteriormente de *coiné*, ou seja, a mescla dos diversos falares dialetais, já cristalizados na forma impressa, antes mesmo que o uso a consagrasse” (RIBEIRO, 2005, p.18). Outros fatores também serviram para aproximar grupos dialetais distintos: de forma muito especial os rituais coletivos, como os casamentos, os *filós*, as festas religiosas e, mais tarde, os jornais que começaram a circular na região a partir da década de 1920. Primeiramente, em edição bilíngue: língua dialetal e português e, após 1938, em português.

Nessa modificação, as interferências nem sempre foram vistas e entendidas como um fator positivo de criação, mas, normalmente, como deterioração de uma língua e, conseqüentemente, com a elevação de uma e com a negação de outra. No processo, foi vencendo a língua oficial do país anfitrião, no caso, o português. Há que se destacar aqui, o

papel preponderante da escola (ver cap. 2, seção 2.3.7) nesse avanço do português e na perda das variedades dialetais de origem. No entanto, ainda verificamos, através dos dados desta pesquisa, uma variedade do italiano que permaneceu como língua materna e como língua da família e da comunidade, mesmo que em número não expressivo. De outra forma, traços da língua de origem italiana também persistem nas marcas deixadas na própria língua portuguesa, principalmente na pronúncia. Assim, é comum, ainda hoje, identificar a origem dos alunos das escolas de ensino fundamental e médio de toda região e até da própria universidade de Erechim (URI), através da variação linguística, como, por exemplo, a ocorrência de tepe [*baro*] em lugar de vibrante [*barro*], realização estigmatizada e com profundo preconceito social.

Foi essa língua geral - a coiné, de cunho vêneto, que era usada não só nas motivações religiosas, mas também nas transações sociais, na comunicação jornalística e nas primeiras literaturas escritas, basta lembrar de *Nanetto Pipetta*. A construção da imagem e identidade dessa coiné tem muito a ver com a sua difusão em uma literatura escrita como a do *Nanetto Pipetta*, inicialmente veiculada em fascículos através do jornal Correio Riograndense (ver SANTOS, 2001) e conforme seção 2.3.6 (cap. 2). A isso se liga a questão da própria denominação dessa língua brasileira, derivada de uma base vêneto-lombarda. Paulo MASSOLIN, Presidente da Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul (FIBRA), em ofício dirigido à comunidade *taliana*, explica o histórico da origem da escrita e da denominação *do talian*. São datas representativas de afirmação desta língua:

1924 - 1925 Aquiles Bernardi (Frei Paulino de Caxias) no Staffeta Riograndense, hoje Correio Riograndense, escreve e publica, em capítulos, a história de *Nanetto Pipetta*. O *Capitolo Uno* acontece exatamente em 23 de janeiro de 1924. A primeira edição do livro é de 1937.

1965 - 1967 Aquiles Bernardi, no Correio Riograndense, escreve e publica, em capítulos, a *Stória de Nino – Fratelo de Nanetto Pipetta*. A primeira edição do livro é de 1976.

Alberto Vitor Stawinski (Frei Alberto) lança a Gramática e Vocabulário Vêneto – Português (EST- UCS) suplemento da obra de *Nanetto Pipetta*.

1987 Alberto Vitor Stawinski (Frei Alberto) escreve a obra Dicionário Vêneto – Riograndense – Português (EST- UCS – Correio Riograndense).

1989 (29/07/1989) Primeiro encontro dos escritores do Talian- 29/07/1989 – *Societa Taliana Massolini Dei Fiori. Societa Taliana* em Porto Alegre – Criada proposta para escrita padronizada do *Talian*, que foi adotada pelo Clube dos Editores do Rio Grande do Sul.

1993 (31/07/1993) Primeiro Encontro da Imprensa Vêneta do Brasil- 31/07/1993, na cidade de Serafina Corrêa – RS.

Palestrantes: Renato Nichetti (Bento Gonçalves/RS), Arcângelo Zorzi Neto (Caxias do Sul/RS), Silvino Santin (Santa Maria/RS), Rovílio Costa (Porto

Alegre/RS), Júlio Pozenatto (Porto Alegre/RS), Honório Tonial (Erechim/RS), Roberto Arroque (Serafina Corrêa/RS), Darcy Loss Luzzatto (Porto Alegre/RS), Geraldo Peccin (Serafina Corrêa/RS), Newton Bortolotto (Criciúma /SC) e Sérgio Massolini (Serafina Corrêa/RS).

CRIADA COMISSÃO DE ESTUDO PARA UNIFICAÇÃO GRÁFICA DO TALIAN.

Coordenador da Comissão: Paulo Massolini (Serafina Corrêa/RS).

Participantes: Frei Rovílio Costa (Porto Alegre/RS); Mario Gardelin (Caxias do Sul/RS); Júlio Pozenatto (Porto Alegre/RS); Silvino Santin (Santa Maria/RS); Roberto Arroque (Serafina Corrêa/RS); Honório Tonial (Erechim/RS); Darcy Loss Luzzatto (Porto Alegre/RS); Edy Damian (Urussanga/RS); Newton Bortolotto (Criciúma/SC).

1994 (21/04/1994)_Terceira reunião de unificação da grafia do *Talian* – em Caxias do Sul/RS. O evento aconteceu concomitante ao lançamento do livro “*Canti Rusteghi*” de José Clemente Pozenato com tradução de Cleudes Piazza Ribeiro._A primeira reunião aconteceu na Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa/RS e a segunda reunião aconteceu na *Massolin Dei Fiori, Società Taliana* de Porto Alegre/RS. Na terceira reunião, houve um **consenso ortográfico sobre a escolha do nome da nova língua que passaria a chamar-se *Talian* ou *Vêneto – Brasileiro*.**

1994 (30/07/1994) Segundo Encontro da Imprensa Italiana no Brasil, na cidade de Serafina Corrêa/RS.

Palestrantes: Frei Rovílio Costa (Porto Alegre/RS); Darcy Luzzatto (Porto Alegre/RS); Roberto Nardi (São Paulo/SP); Moacir Molon (Caxias do Sul/RS); Pedro Calvi (Caxias do Sul/RS); Cleudes Piazza Ribeiro (Caxias do Sul/RS); Azir Beltran (Bento Gonçalves/RS); Pedrinho Culpí (Curitiba/PR); Darcilo Canavese (Veranópolis/RS); Nicola Gava (Nova Veneza/SC); Diomedes Rossatto (Faxinal do Soturno/RS); Conceição Barindelli (Curitiba/PR); Ettore Beggato (Veneza/Itália) e Sérgio Massolini (Serafina Corrêa/RS). Neste Encontro a Comissão da Unificação da Grafia do *Talian* apresentou seu trabalho e os participantes oficializaram a Grafia do *Talian*. Na mesma data, foi lançado o livro “*Talian (Vêneto Brasileiro) noções de gramática, história e cultura*” de Darcy Loss Luzzatto com revisão de Rovílio Costa.

1995_Lançamento do livro “*Adesso Imparemo – Abecedário do Talian*”. de Honório Tonial. Coordenação de Darcy Loss Luzzatto e revisão de Rovílio Costa e Júlio Pozenato.

13/06/1997_Lançamento do livro “*Talian (Vêneto Brasileiro) sem Mestre*” de Darcy Loss Luzzatto.

04/10/1997 Lançamento do “*Dicionário Português – Talian*” de Honório Tonial.

31/05/2000 Lançamento do “*Dissionário Talian (Vêneto Brasilian) – Português*” de Darcy Loss Luzzatto.

Sabemos que antes, concomitante e principalmente depois destas datas, opiniões e debates aconteceram. Muitas pessoas escreveram no *talian*. Revistas, jornais, contos, poesias, romances, livros históricos, da saga da imigração, do cotidiano, de entrevistas e depoimentos, sobre famílias, usos, costumes, tradições, etc. Também foram escritas no *talian* letras musicais, peças teatrais, missa entre tantas outras significativas manifestações.

Importante relatar o acontecimento histórico e marco de resgate cultural da língua, quando em 18/07/1988, o prefeito Sérgio Massolini, da cidade de Serafina Corrêa/RS, assinou o decreto 43/88 que instituiu o *Dialeto*

Vêneto, entende-se como talian, como língua oficial na semana comemorativa ao aniversário do município.

Não podemos omitir, além dos já citados, outros nomes que fazem parte da história do registro do *talian*: Pe. Antônio Galioto, Pe. Carlos Porrini, Ângelo Giusti, João Leonir Dall'Alba, Ricardo Domingos Liberali, Luis De Boni, Ítalo João Balen, Clementino Marcuzzo, Itálico Marcon, Mário Gardelin, Sérgio Grando, Marcelino Dezen, Helena Confortin, Geraldo Sostizzo, Paulo Bortolazzo, Ary Vidal, Cláudio Chiaradia Lazarotto, E. Grigolo, Rafael Baldissera, Antônio Baggio, Luis Bavaresco, João e Nadir Tonus, Solange Soccol, Mário Michelin, Cecília Bataglin Ignazzi, Ulderico Bernardi e Aldo Toffoli, Claudino Pilotto, Antônio Alberti, Antônio Martellini, Giovanni Meo Zílio, José Curi, Newton Pasin, Ademir Bacca e Harry Dalla Colletta, Valdir Anzolin, Valmor Marasca, Giulio Franchetto, Carino Corso, Roni Dall'Igna, Vitalina Frosi e Ciro Mioranza, Geraldo Peccin, Duarte Rottava, Diomedes Rossetto, Loraine Slomp Giron, Pedro Parenti, Setembrino Rubbo, Claudio Dalla Coletta, Olívio Manfroi, Arlindo Battistel, (Frei Parceiro de Rovílio Costa), José Itaqui entre tantos outros nomes não menos importantes, que também deveriam ser lembrados. Justiça se faça aos radialistas e àqueles que pertencem à nossa Federação (FIBRA) a Associação dos Difusores do Talian (ASSODITA).

(Ofício de Paulo Massolin, Presidente da FIBRA, datado de 4 de junho de 2009)

Paulo Massolin encerra seu ofício lembrando a importância desses nomes e fatos para o inventário do *talian* que está sendo realizado pelo Instituto Vêneto, através da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Como se vê, o *talian* é resultado de um projeto mais amplo de política de gestão da língua de imigração pela comunidade de fala, e que inclui medidas de normatização, como dicionários e gramáticas.

A respeito da identificação e denominação da língua ainda falada pelos descendentes de italianos, a grande maioria de nossos informantes, ao serem indagados sobre o nome da língua de origem, respondeu: “Chamamos de dialeto italiano”. Alguns complementavam:

Inf. A – Em virtude de que os nossos bisavós foram oriundos da Itália, mas com o passar do tempo, perdeu-se um pouco desse **italiano puro** e acabou tornando-se uma **mistura de línguas** (GI bi Ponto 1).

Inf. B – Eu identificaria de duas formas. **O talian, como atualmente estão chamando** né... e o dialeto, que é como eu conheci desde que aprendi a falar a língua italiana **no dialeto vêneto** (GII bi Ponto 1).

Inf. D – Ele é o **dialeto vêneto**, mas a denominação que a gente mais ouve e mais atribui é o **dialeto italiano** mesmo, sem especificar de onde é esse dialeto (GI Imono Ponto 1).

Os depoimentos têm em comum que se trata de um dialeto, prioritariamente o vêneto, diferente da língua italiana. A denominação *talian*, “como [outros] atualmente estão chamando”, parece ser externa ao grupo local, vinda de fora.

Rovílio Costa (1986, p. 17) explica a despreocupação com o idioma de origem e a formação dos dialetos regionais como decorrentes de dois fatores: 1) o abandono da pátria de

origem sofrido pelo imigrante italiano permitiu a abertura da colonização à aculturação e consequente não-manutenção da consciência de povo italiano no Brasil e 2) sem apoio brasileiro, sentiam-se desligados da realidade local. Segundo o autor, viviam a condição de “imigrantes deserdados e brasileiros abandonados”.

Portanto, o próprio surgimento da imprensa escrita na região de Caxias e a sua divulgação através do uso de uma língua comum aceleram a implantação desta mesma língua. Segundo depoimentos dos informantes da pesquisa, a literatura mais representativa da época “*Vita e Stòria de Nanetto Pipetta*”, veiculada em capítulos pelo jornal Correio Riograndense, também circulava na região do Alto Uruguai. A grafia nem sempre mantinha o mesmo padrão de registro para uma mesma palavra, tanto que nos próprios dicionários de Alberto Vitor Stawinski (1987) e de Honório Tonial (1997) há mais do que um registro para um mesmo vocábulo, permitindo concluir que são registros de pronúncias distintas para um mesmo significado. Na região da grande Erechim, o jornal “A Voz da Serra”, de 1929, surge já na língua portuguesa e começa a ganhar alguns textos, de forma esporádica, no dialeto vêneto por volta da década de 1960, com Honório Tonial¹³⁸.

Por um bom período de tempo, mais aproximadamente até a década de 1960, não houve significativas manifestações em torno da manutenção das variedades dialetais italianas ainda presentes. Pelo contrário, o que aconteceu foi um contínuo decréscimo de uso de variedades, relegando-as a um plano exclusivamente familiar ou de comunidades restritas. Confortin (1998, p. 76) diz que o que se constata hoje (1998), portanto há 11 anos atrás (2009), “é que não só os traços dialetais específicos de cada dialeto, como o próprio dialeto italiano comum, a *coiné*, estão em processo de extinção em toda região.” É exatamente com Honório Tonial que surgem os primeiros pronunciamentos em defesa do uso do dialeto italiano comum. Cria-se, a partir deste período, um grupo voltado à manutenção do dialeto comum à região, o *talian* de cunho vêneto (Tonial toma como *talian vêneto*). Cria-se, porém, a partir desse período, em maior número, associações (ver cap. 2, seção 2.3.6) em defesa do uso do italiano-padrão, como se para a existência de um fosse preciso eliminar o outro. Inicia-se, assim, a outra luta do dialeto, não para sobreviver ao português, mas para encontrar espaço entre o português e o italiano-padrão.

¹³⁸ Honório Tonial: erechinense, professor e escritor; um dos pioneiros na defesa do uso do dialeto italiano mais falado na região do Alto Uruguai gaúcho, o *Talian Vêneto*, como ele mesmo o denominou.

4.2 ESTADO ATUAL DA LÍNGUA DE IMIGRAÇÃO

4.2.1. Manutenção e perda linguística na perspectiva pluridimensional

Um primeiro dado, de ordem mais qualitativa, sobre o estado atual de língua de imigração pode ser visto já no primeiro contato com a comunidade, através de anotações de campo. Ao tomar o ônibus em direção a Jacutinga, o ponto 3 da pesquisa, foi impossível não se encantar com a belíssima paisagem característica da região, desenhada por montes e vales, bem como deixar de observar o modo de falar de meus companheiros de viagem.

Não é difícil, nesse contexto, ainda hoje, verificar a presença do *talian* no seu uso real, familiar ao meu ouvido de bilíngue passiva:

- *Ma, che belo giorno che fa incói!*

Trad.: Mas, que belo dia que faz hoje!

- *Si, la colônia già stea bel che piena di tanta piova. Ghetu fato cossa via per Eressim [Erechim]?*

Trad.: Sim, a colônia já estava cheia de tanta chuva. O que você fez em Erechim?

Ao mesmo tempo, fica também evidente a influência do novo meio, brasileiro, através da alternância de código (*code-switching*)¹³⁹, fenômeno normal de bilíngues que dominam duas línguas, no caso, *talian* e português. Nessas falas, cabe distinguir entre o que é alternância entre um código e outro e empréstimos do português:

- *La nona stea em una caseta separada, da rente, banda del pai e éla andea tela carossa [carrossa] non volea caminar, sol che descansar-se, con i cavei tuti desgrenhadi!*

Trad.: A avó ficava em uma casinha separada, perto, no lado do pai e ela andava de carroça, não queria caminhar, só descansar-se, com os cabelos desalinhados!.

Vejamos como se realiza ou como se constata a interinfluência das duas línguas em questão. O termo *separada* é um empréstimo do português; no *talian* = *separata*. A palavra *pai* é outro empréstimo do português; no *talian* = *pupà*. *Descansar(se)* também é empréstimo

¹³⁹ *Code-switching*: justaposição, dentro do mesmo discurso, de alternância de passagens pertencentes a dois sistemas ou subsistemas gramaticais diferentes (GUMPERZ, 1992, p.59, *apud* ROMAINE, 1995, p. 121). Mais entendido entre frases, é consciente e tem objetivos. Podem e ocorrem tanto em comunidades bilíngues quanto monolíngues.

do português; no *talian* = *ripozarse*. *Desgrenhadi*: do português “*desgrenhado*”, com morfossintaxe do italiano marcando o plural.

O resultado do contato não é evidente somente na forma intrassentencial (*code-mixing*) como vimos acima, mas também na forma interssentencial (*code-switching*), onde o falante inicia uma frase em português e termina em *talian*:

- Que faz quieto...*te ensogne con la morosa?*

Trad.: Por que está quieto...está sonhando com a namorada?

Empréstimos são fenômenos naturais em qualquer língua, seja inglês, francês, alemão, português ou *talian* e tanto podem ocorrer na fala do monolíngue quanto na fala do bilíngue. Romaine (1995) afirma, no entanto, que se por um lado o empréstimo de uma língua para outra pode ocorrer a partir da competência monolíngue, por outro lado o *code-switching* implica algum grau de competência nas duas línguas.

As falas acima registradas nos mostram que o contato linguístico gera situações muito complexas, e as definições terminológicas empregadas nos estudos para as diferentes formas de comunicação usadas pelos bilíngues acabam dependentes dos matizes do ponto de vista do pesquisador. Assim é, por exemplo, que Pfaff (1979, p.295, *apud* ROMAINE, 1995, p.124) utiliza *code-mixing* como um termo neutro, tanto para empréstimo quanto para *code-switching*, diferente de Singh (1985, p.34, *apud* ROMAINE, 1995, p.124) que considera *code-mixing* como a alternância intrasentencial e usa *code-switching* para qualquer situação de diglossia. Se Romaine, como vimos no parágrafo anterior, afirma que a realização de *code-switching* exige algum grau de competência nas duas línguas, Weinreich sempre deixou claro que o bilíngue ideal é aquele que não “mistura” os dois códigos. Ele denomina *interferência* os desvios da norma de qualquer uma das línguas que ocorrem na fala dos bilíngues, mas explica e ressalta esses desvios como resultantes da familiaridade com mais de uma língua, portanto, como resultado do contato linguístico.

Sem dúvida, o contato linguístico havia deixado marcas no comportamento linguístico daqueles descendentes, e via-se marcado ali, através de suas falas, não só a herança de traços fisionômicos e culturais, mas também da língua. No entanto, há uma diferença substancial entre essa constatação empírica e o poder afirmar a existência de bilinguismo português-italiano e, mais do que isso, perguntar-se sobre o grau de bilinguismo ainda presente na região. Como identificar um indivíduo bilíngue ou, além disso, em que grau ele é bilíngue? Essa resposta torna-se primordial, já que o grau de bilinguismo individual está correlacionado

ao grau de manutenção parcial ou predominante da língua em uma dada comunidade e que, por sua vez, é decorrente de diferentes fatores identificados como causadores desse fenômeno.

A primeira questão a ser revista é sobre o próprio conceito do que seja bilinguismo, que vem sofrendo mudanças e, não raro, controvérsias entre linguistas, etnólogos, psicólogos, sociólogos e antropólogos, pois não há, ainda, um modelo teórico para tratar de todas as disciplinas interrelacionadas. Conforme acentuamos no cap.1, o ponto em que o falante de uma segunda língua torna-se bilíngue e o seu grau de competência em uma ou mais línguas é arbitrário, complexo e difícil de ser determinado. Dessa forma, e tratando-se de uma pesquisa macroanalítica, de comparação de pontos, adotamos um conceito não absoluto, mas sim relativo de bilíngue, ou seja, o bilinguismo como uso alternado de duas ou mais línguas, como uma característica individual que pode ocorrer em graus variáveis (cf. MACKEY, 1972 e TITONE, 1993), desde uma competência mínima até um domínio completo de mais de uma língua, incluindo, também, o bilinguismo passivo como tendo um determinado grau de bilinguismo, principalmente nas habilidades receptivas. Para efeito de exigências da presente pesquisa, nos limitamos a medir o grau de bilinguismo dos entrevistados na habilidade de **fala**, sem detalhar o grau de “perfeição” – fonológico, gramatical, lexical, semântico e estilístico (TITONE, 1993) dessa habilidade.

Cabe distinguir entre grau de bilinguismo (quão bilíngue alguém é) e índice de bilinguismo (da localidade ou das gerações), ou seja, o grau pressupõe gradação de habilidades, enquanto o índice é um indicador de número de falantes.

Assim sendo, quando da primeira parte da pesquisa realizada através do questionário por escrito do BIRS, em oito escolas dos quatro pontos, com um total de 207 entrevistados (ver cap.3), foi possível constatar o índice de bilinguismo. Há que ponderar que, aqui, não há nenhuma asserção sobre o grau (ver adiante).

Tabela 6 - Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006, a partir da aplicação do questionário do BIRS.

Índice de Bilinguismo Italiano/Português– Dimensão Diageracional				
FALANTES (%)	MUNICÍPIOS - REGIÃO ALTO URUGUAI			
	ERECHIM	.GETÚLIO V.	JACUTINGA	SEVERIANO
POR GERAÇÃO				
PAIS (GII)	61.50	76.27	95.60	100,00
FILHOS (GI)	53.30	53.06	75.00	92.98
INTERVALO/PERDA	8,20	23,21	20,60	7,02

Na tab. 6, há uma perda linguística na dimensão diageracional, em todos os pontos. Esse dado pode comprovar uma tendência generalizada de perda linguística de geração a geração, mesmo em um ambiente bastante favorável à manutenção da língua de origem. Isso também foi verificado nos dados do projeto BIRS, por Altenhofen (1990), em todo Rio Grande do Sul, e por Confortin (1998), na Região do Alto Uruguai Gaúcho.

Entretanto, ao se verificar o intervalo existente entre as gerações, nos quatro diferentes pontos, chama a atenção que Erechim, justamente o ponto mais urbanizado, e Severiano de Almeida, o ponto mais rural e mais isolado, tenham a situação mais estável (8.20 e 7.02, respectivamente), ou seja, apresentam a menor perda da língua minoritária entre as gerações GII e GI. Em outras palavras, nesses dois pontos há uma maior transmissão intergeracional. O que, no entanto, explicaria essa disparidade entre Getúlio Vargas e Jacutinga de um lado e Erechim e Severiano de Almeida de outro? As hipóteses variam para cada ponto. No caso de Severiano de Almeida, prepondera o isolamento e a homogeneidade étnica como fatores de manutenção. Mais enigmático e instigante é o comportamento linguístico verificado em Erechim.

Obviamente, para cada caso há fatores determinados pelo contexto. Assim é que precisamos ver a manutenção intergeracional do *talian*, em Erechim, através da compreensão das dinâmicas sócio-culturais deste contexto multilíngue particular em um período particular na sua história (SKUTNABB-KANGAS, 1988). Erechim, por exemplo, a partir da década de 1970, vem construindo uma atitude positiva em relação à manutenção de sua diversidade étnica-linguístico-cultural, e, no caso da italiana, através de instituições, principalmente nas áreas de negócio e lazer, com o uso da língua italiana (Federação das Associações Italianas do Norte do RS (FAINORS), Comitê das Associações Vênetas do Rio Grande do Sul (COMVERS) e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)). Embora a ênfase seja dada ao uso e à aprendizagem do italiano-padrão, a manutenção do *talian* tem sido vista, nos últimos tempos, como fator de identidade, de conhecimento e culto às origens. É preciso dizer, também, que embora se tratando de um município com índice relativamente baixo de descendentes falantes, se comparado aos municípios de Jacutinga e de Severiano de Almeida, a transmissão intergeracional desponta como um carro-chefe na manutenção da língua.

Agora, retomando o intervalo de perda aproximado entre os municípios de Getúlio Vargas e Jacutinga (23,21 e 20,60, respectivamente), e analisando os dados desses municípios, verificamos que ambos apresentam um alto decréscimo demográfico, principalmente a partir da década de 1980, conforme se pode verificar no item 4.3.4.1

(Concentração, distribuição e crescimento demográficos), o que indica a possível saída de descendentes italianos e falantes da língua de origem. Os fatores que causaram esse êxodo nos municípios já foram apontados no cap. 3 como sendo, principalmente, a escassez de emprego, a necessidade de estudo superior e a falta de terras para os filhos fixarem moradia e obter renda.

Por outro lado, um possível indicador do **grau** de bilinguismo é a pergunta sobre a frequência de uso do *talian*, conforme dados da tab. 7:

Tabela 7 - Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006: frequência de uso do *talian* – G1.

Frequência de uso do <i>talian</i> pela geração G1								
FALANTES (G1) (por zona e nº total)	MUNICÍPIOS - REGIÃO ALTO URUGUAI							
	ERECHIM		GETÚLIO V.		JACUTINGA		SEVERIANO	
	U	R	U	R	U	R	U	R
Todos os dias	4	0	1	1	4	4	8	0
Muitas vezes	8	0	4	2	6	7	20	1
Raramente	7	5	13	5	11	10	17	7

A partir desses dados, é preciso relativizar os dados anteriores sobre índices de bilinguismo. Se somar “todos os dias” e “muitas vezes” como chances de transmissão e manutenção da língua, teremos um número de 70 (12+8+21+29) que, se comparado ao “raramente” – 75 (12+18+21+24) considerado como perda virtual da capacidade de transmissão intergeracional futura, vemos que as chances de manutenção são menores, mas diferenciadas entre os pontos:

Tabela 8 - Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006: frequência de uso do *talian* – falantes por ponto.

Frequência de uso do <i>talian</i> (por número total de falantes em cada ponto)	MUNICÍPIOS - REGIÃO ALTO URUGUAI			
	ERECHIM	GETÚLIO V.	JACUTINGA	SEVERIANO
Todos os dias e Muitas vezes	12	8	21	29
Raramente	12	18	21	24

Obs. A distinção diazonal foi desconsiderada por não oferecer diferenças comparáveis e significativas.

Severiano de Almeida apresenta a maior probabilidade de transmissão e manutenção do *talian*, o que confirma a força dos fatores já apontados acima, ou seja, o isolamento geográfico e a homogeneidade étnica. No entanto, se tomar “todos os dias” como chance mais

clara de manutenção, a perda é maior em todos os pontos, inclusive em Severiano de Almeida, basta verificar este número (em negrito) na tab. 7, acima. Esses dados ilustram como os fatores que se apresentou no cap.2 são dependentes do contexto e, por isso, necessitam ser relativizados.

Há, ainda, uma outra interpretação na análise do que significam os índices de respostas “raramente”. Há uma diferença entre “falar uma língua” e ter “noções de uma língua”. O discurso politicamente correto de que “como descendente de italianos é preciso ter, pelo menos, uma noção da língua de origem” não significa que de fato houve a transmissão intergeracional desta língua. **Está decretada, infelizmente, com estes dados, a morte pelo menos parcial da língua em curto ou médio prazo.** Esse dado alarmante levanta a questão de quais seriam as chances de revitalização do *talian*.

A título de exemplificação, vejamos a comparação, em forma de gráficos, da relação entre os pontos 3 e 4 quanto aos índices de bilinguismo da GI e sua relação com a descendência italiana, como um dos fatores de manutenção da língua de imigração:

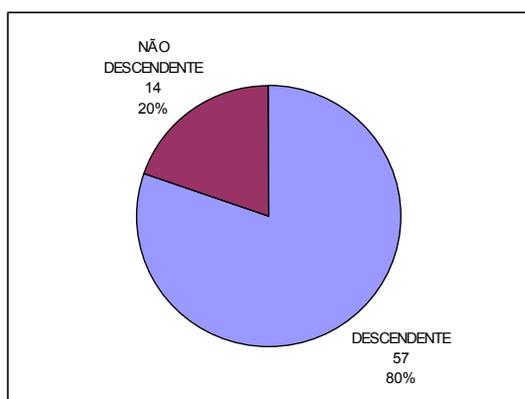


Gráfico 1 – Índice de descendência italiana no Ponto 4.
(Total de entrevistados = 71)

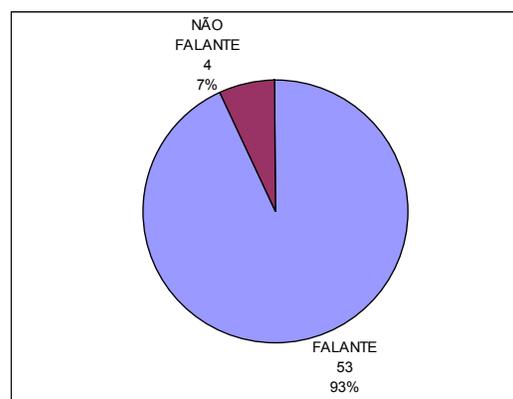


Gráfico 2 – Índice de bilinguismo ítalo-bras. da GI no Ponto 4.
(Total de entrevistados = 57)

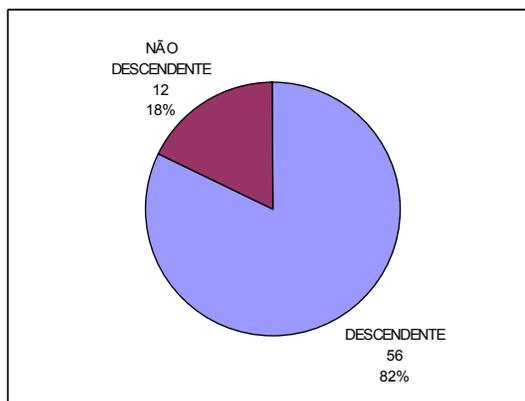


Gráfico 3 – Índice de descendência italiana no Ponto 3.

(Total de entrevistados = 68)

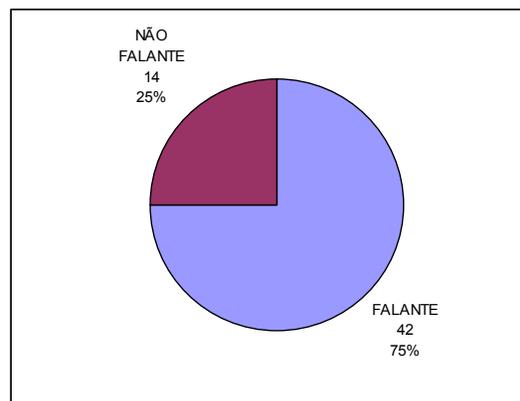


Gráfico 4 – Índice de bilinguismo ítalo-bras. da GI no Ponto 3.

(Total de entrevistados = 56)

Diferente é a situação do bilinguismo no ponto 1, município de Erechim, lembrando que esta equivale, na pesquisa, ao ponto mais urbanizado e heterogêneo etnicamente:

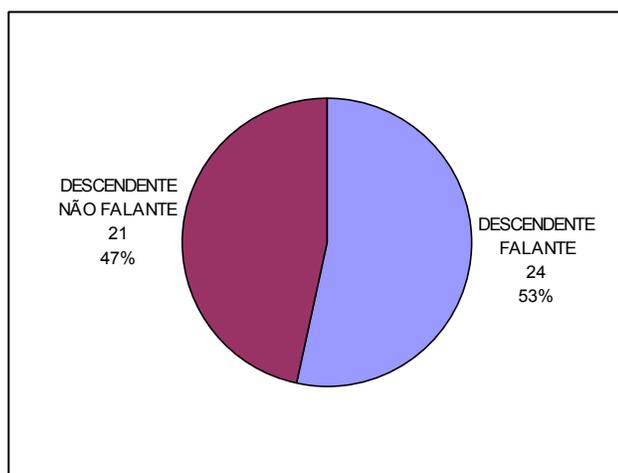


Gráfico 5 – Índice de bilinguismo entre os ítalo-bras. da GI no Ponto 1.

(Total de entrevistados = 45)

Esses resultados podem nos fornecer alguns dados que projetam uma possível mudança em curso com um redesenho da dimensão diageracional, com distintas configurações entre o ponto 1 e os pontos 3 e 4. Conforme a tab. 6, há um grau maior de manutenção do *talian* nos pontos 3 e 4, com ênfase maior neste último, e um grau menor de manutenção no ponto 1. No entanto, se levarmos em consideração a transmissão linguística entre as gerações (GII para a GI), focalizando a transmissão pelos casais bilíngues, vimos que os pontos 1 e 4 são os que se apresentam como os mais constantes na manutenção da língua de origem, apresentando um nível mais baixo de substituição (ver intervalo na tab. 6).

Obviamente, esses resultados não estão levando em consideração o grau de proficiência bilíngue de nossos entrevistados, que foge ao escopo da presente pesquisa.

Na dimensão diagenérica, os dados da tab. 6 também podem servir como ponto de partida de análise, no sentido de verificarmos se há diferença de manutenção da língua de origem. Vejamos os dados:

Tabela 9 - Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006, a partir da aplicação do questionário do BIRS, por gênero.

Índice de Bilinguismo Ita/Ptg – Dimensão Diagenérica				
FALANTES (%)	MUNICÍPIOS - REGIÃO ALTO URUGUAI			
	GERAÇÃO DOS PAIS (GII)	ERECHIM	GETÚLIO V.	JACUTINGA
MASCULINO	56.25	70.96	95.74	100.00
FEMININO	66.66	82.14	93.33	100.00

Os dados mostram que nos pontos 1 e 2, justamente os mais urbanizados e heterogêneos etnicamente, há uma leve diferença de maior manutenção exatamente na geração feminina (10.41% em Erechim e 11.18% em Getúlio Vragas). Por outro lado, nos pontos 3 e 4, mais rurais e homogêneos etnicamente, não se constata diferença significativa (2.41% em Jacutinga e nenhuma diferença em Severiano de Almeida).

Essa diferença de comportamento entre os pontos 1 e 2 de um lado, e 3 e 4 de outro, reflete a relevância do contexto (dimensão diatópica) ao qual estão vinculados diferentes fatores, entre os quais, a força demográfica e a localização geográfica. Em outras palavras, poderíamos afirmar que homens e mulheres parecem se comportar diferentemente sob condições e contextos diferentes. Segundo os dados, isso significa que não é possível afirmar categoricamente que homem ou mulher mantêm mais a língua de imigração, mas sim que homem e mulher apresentam diferentes resultados de acordo com diferentes contextos e fatores de uso. Ou seja, o papel do contexto é incontestável!

Essa relação de um comportamento não uniforme fica mais evidente quando correlacionamos a dimensão diageracional com os dados da geração dos jovens (GI), conforme tab. 10, abaixo:

Tabela 10 - Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006, a partir da aplicação do questionário do BIRS.

Índice de Bilinguismo Ita/Ptg – Dimensão Diagenérica				
FALANTES (%)	MUNICÍPIOS - REGIÃO ALTO URUGUAI			
	GERAÇÃO DOS FILHOS (GI)	ERECHIM	GETÚLIO V.	JACUTINGA
MASCULINO	33.33	57.70	35.72	41.50
FEMININO	66.66	42.30	64.28	58.50

A tab. 10 confirma, de certo modo, uma maior manutenção do *talian* entre as jovens, portanto, gênero feminino. Nos pontos 1 e 3, essa diferença chega a quase o dobro (33.33% contra 66.66%) em Erechim; e (35.72% contra 64.28%), em Jacutinga

Esses dados, por sua vez, servem para relativizar também o papel dos fatores, grau de urbanização e homogeneidade étnica, pois se verificam tendências semelhantes entre jovens feminino e masculino, tanto do meio rural quanto do meio urbano. Mais difícil é encontrar uma explicação para o comportamento dos jovens no ponto 2, onde, ao contrário, parece haver uma maior manutenção do *talian* no gênero masculino. Apesar de mais heterogêneo etnicamente e mais urbanizado do que os pontos 3 e 4, é preciso registrar que a saída de pessoas da localidade tem levado a um esvaziamento da população falante no ponto 2, em maior número do gênero feminino. A diferença de percentuais pode estar vinculada à maior saída das mulheres jovens e consequente maior permanência dos homens jovens falantes da língua de imigração (ver dados do IBGE, cap. 3, nos dados do município). Essa possível explicação é corroborada por depoimentos dos informantes, conforme registrado em uma das entrevistas:

Inf. B – O processo de reunificação rural/urbano, ele está acontecendo. Então, o urbano está chegando lá. O filho do colono e principalmente a Filha, esse é um dos problemas sérios... Todos os pequenos municípios da região do Alto Uruguai têm mais homens do que mulheres. Só Erechim tem mais mulheres do que homens. Isso significa que o êxodo do campo prá cidade é primeiro as mulheres. E elas vêm, absorvem esta cultura, continuam no fim de semana indo para o interior, namorando com um cara do interior e quando chega na hora de “-Vamo casá? –Sim, só se tu vié morá na cidade (GII mono Ponto1).

Se considerarmos apenas a diferença entre os percentuais de falantes ita/ptg entre GII (tab. 9) e GI (tab. 10), chegamos a um quadro onde podemos constatar a amplitude da perda linguística nos diferentes pontos da pesquisa, conforme representado na tab. 11:

Tabela 11 - Pesquisa realizada nas escolas urbanas e rurais dos quatro pontos – Região do Alto Uruguai – 2006, a partir da aplicação do questionário do BIRS.

Perda do <i>talian</i>, na comparação entre GII e GI				
FALANTES (%)	MUNICÍPIOS - REGIÃO ALTO URUGUAI			
	ERECHIM	GETÚLIO V.	JACUTINGA	SEVERIANO
GII e GI				
MASCULINO	12.92	13.26	60.02	58.50
FEMININO	00.00	39.84	29.05	41.50

Na análise vertical, verificamos ainda mais claramente uma maior manutenção do *talian* entre falantes do gênero feminino, com exceção, novamente, do ponto 2 (maior manutenção dos homens).

No plano horizontal, por outro lado, chama a atenção o elevado índice de perda significativa, dos pontos 3 e 4 onde, conforme vimos, se esperaria uma maior manutenção, exatamente por se tratar de comunidades mais rurais e com maior força demográfica da etnia italiana. Mais de 60% chega a ser um dado preocupante em termos de manutenção da língua.

Como explicar que os pontos 1 e 2, os mais urbanizados e com menor proporção de falantes bilíngues ita/ptg, se registrem os menores índices de perda linguística? Uma hipótese é a de que, em parte, isso se explique por uma maior consciência linguística. No que se refere ao ponto 1, é preciso acrescentar que grande parte dos falantes provém de áreas rurais, isto é, veio à cidade em busca de emprego e estudo. Para o ponto 2, vale justamente o contrário, devido à maior saída de pessoas que migram para outras áreas e que atinge sobretudo as mulheres jovens.

4.2.2 Mudança em curso: transmissão intergeracional

Comparando, por fim, os dados das gerações GII e GI, têm-se uma relação entre manutenção e perda da língua de imigração, observável em tempo aparente. Em outras palavras, é possível observar, nessa comparação, uma mudança em curso no uso ou manutenção linguística do *talian*, como é discutido a seguir.

A aquisição do *talian*, via transmissão transgeracional, pode ser observada em números na tab. 12, a seguir.

Tabela 12 – Pesquisa realizada nos 4 pontos da Região do Alto Uruguai Gaúcho-2006, a partir do questionário do BIRS.

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DO TALIAN						
DESC. ÍTALO-BRASILEIROS		ERECHIM	GET. VARGAS	JACUTINGA	SEVERIANO	TOTALS
PAI/MÃE						
1	PAI/MÃE NÃO FALANTES	8	2	3	0	13
	Filhos FALANTES	0	2	0	0	2
	Filhos NÃO FALANTES	8	0	3	0	11
2	PAI/MÃE FALANTES	12	10	34	30	86
	Filhos FALANTES	12	7	29	29	77
	Filhos NÃO FALANTES	0	3	5	1	9
3	PAI NÃO FALANTE	6	11	1	1	19
	Filhos FALANTES	0	1	0	1	2
	Filhos NÃO FALANTES	6	10	1	0	17
4	PAI FALANTE	6	8	10	15	39
	Filhos FALANTES	5	5	7	13	30
	Filhos NÃO FALANTES	1	3	3	2	9
5	MÃE NÃO FALANTE	7	7	1	2	17
	Filhos FALANTES	0	2	0	0	2
	Filhos NÃO FALANTES	7	5	1	2	15
6	MÃE FALANTE	6	11	7	9	33
	Filhos FALANTES	6	7	4	7	24
	Filhos NÃO FALANTES	0	4	3	2	9
Número de descendentes		45	49	56	57	207

Os números visualizados na tab. 12 e abaixo representados graficamente nos demonstram a clara relação da transmissão linguística na família, isto é, entre jovens descendentes de ambos os pais ítalo-brasileiros, de somente pai ítalo-brasileiro e de somente mãe ítalo-brasileira.

Alunos descendentes de famílias onde pai e mãe descendentes de italiano falam a língua no lar, em sua grande maioria, também falam esta língua. Estabelecendo-se uma relação em termos de proporção entre famílias compostas de pais e mães falantes e famílias onde somente os pais ou onde somente as mães são falantes, verifica-se um maior índice de descendentes falantes nas famílias onde pai e mãe falam a língua de origem, ou seja: das 86 famílias onde tanto o pai quanto a mãe falam a língua, 77 jovens descendentes falam a língua, numa proporção de 89,53%; das 72 famílias onde somente o pai ou somente a mãe falam a língua de origem, 54 jovens descendentes falam a língua, numa proporção de 75%.

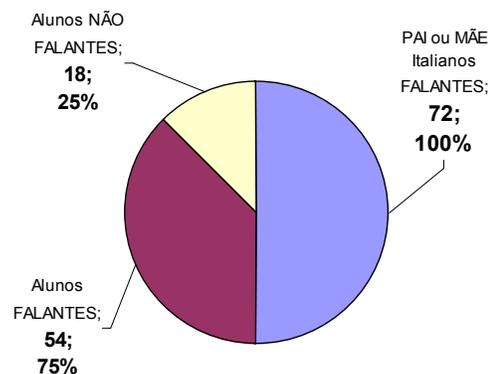
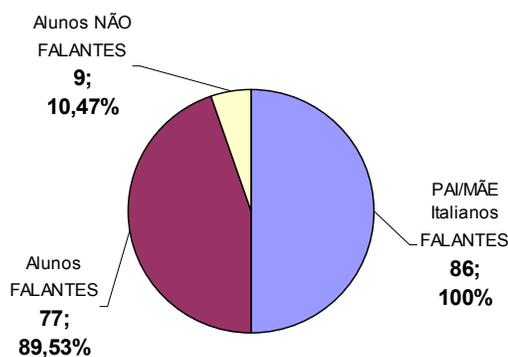


Gráfico 6 – Índice de Bilinguismo dos 4 pontos. Descendência Italiana de **Pai e Mãe**.

Gráfico 7 – Índice de Bilinguismo dos 4 pontos. Descendência Italiana de **Pai ou Mãe**.

Há, portanto, uma elevada proporção de falantes quando ambos, pai e mãe falam a mesma língua no ambiente familiar. Aqui encontramos uma das possíveis explicações de o porquê ser o município de Severiano de Almeida o detentor do maior percentual de jovens falantes, embora Jacutinga detenha o maior percentual de descendentes de italianos. Confirmamos isso na mesma tab. 12, onde vemos que no município de Severiano de Almeida, das 30 famílias cujos pais e mães falam a língua de origem, 29 descendentes falam a língua.

Na tab. 12, podemos constatar ainda que tanto alunos descendentes de famílias italianas onde pai e mãe não falam a língua de origem, quanto descendentes de famílias onde somente o pai é de origem italiana não falante ou somente a mãe, continuam, em sua grande maioria, não falantes da referida língua¹⁴⁰.

Em Erechim, por exemplo, embora sendo um município com índice relativamente baixo de descendentes falantes, se comparado a Severiano de Almeida e Jacutinga, quando pai e mãe falam a língua italiana – num total de 12 famílias, os filhos, em número de 12, também falam a língua. O contrário também é verdadeiro, isto é, das 8 famílias descendentes de italianos não falantes, os 8 alunos descendentes igualmente não falam a língua de origem. Este fator aparece idêntico nos quatro pontos, independente de outros fatores geográfico, econômico, histórico-político, etc. e independente da perda linguística já vista através da tab.

¹⁴⁰ Romaine (1995) traz um exemplo ocorrido em Wales, através de tabela (p.42), onde se vê claramente a relação de crianças falante e não falantes de Welsh, como descendentes de ambos os pais falantes, somente mãe, somente pai ou nenhum dos dois falantes. Famílias onde ambos os pais falam Welsh, 91,2% dos filhos são falantes; quando ambos os pais não falam a língua, 7,2% são falantes. A autora afirma: “*Where a mixed language community exists, the loss rate is highest.*”

11. Confirma-se, portanto, por esses dados, que a transmissão intergeracional (FISHMAN, 1967; ROMAINE, 1995) é um fator decisivo na manutenção ou na substituição da língua de origem, apresentando-se como o resultado, principalmente, de casamentos endogâmicos.

De qualquer maneira, em linhas gerais, à medida que as coletividades, como visto no item 4.2.1, perdem expressividade numérica e se dá a transição geracional, a tendência parece ser a de um progressivo desaparecimento do uso do *talian*.

4.3 AFINAL, O QUE MANTÉM OU SUBSTITUI O *TALIAN* E O BILINGUISMO?

4.3.1 *Status* e relações econômicas: o valor de mercado do *talian*

A trajetória de existência do *talian* vem marcada pela própria trajetória de vida dos (i)migrantes em sua experiência cotidiana no contexto histórico e político da região em estudo. Nesse sentido, a língua passa por diferentes estágios de *status*, acompanhando imigrantes e descendentes desde o período de conquista da simples sobrevivência até o período de expansão financeira, política e cultural, advindo a partir da comemoração dos 100 anos de colonização italiana (1975).

Como vimos no cap. 2, a língua adquire valor sempre que estiver ligada a um contexto que suporta valores concretos subjacentes. O valor de mercado do *talian* é inerente ao seu *status* de língua de imigração, até hoje sem reconhecimento de língua oficial e, por um período de tempo (Campanha da Nacionalização na década de 1930), proibida de ser falada em público, relegada ao ambiente familiar e marcada pejorativamente como “dialeto”, “língua errada”, “língua de colono grosso”, “língua falsa”, portanto, uma língua restringida ao ambiente familiar, privado ou, ainda, em ambiente de interior, rural:

Inf. B – Na verdade, aí tem um cunho cultural né. Eu morei...-saí da cidade e fui morá no interior com 2 anos de idade. Foi onde eu aprendi a falá um pouco do dialeto, porque a gente ouve falá no dia-a-dia, falá no dialeto italiano. E quando eu vim pra ciDAde, eu mistuRAva basTANte e aí me chamavam de coLONO! E passô a sê **pejorativo** a gente tê **soTAque italiano**. E foi uma das razões porque muitos de nós **não transferiu pra os filhos este dialeto** (GII bi Ponto 1).

A Campanha Nacionalista da década de 1930, a escola, o rádio, a imprensa e outras formas de obrigatoriedade de uso do português fizeram com que os descendentes dos imigrantes cultivassem a noção de ser um “crime” a transmissão da língua de origem aos

filhos. Essa marginalidade cultural fez com que o descendente se calasse em relação à língua e passasse a falar o português, mesmo que com fortes características do italiano na pronúncia do léxico e no uso da sintaxe.

Esse *status* de “prima pobre”, i.e., da variedade dialetal como língua das classes socialmente menos favorecidas, foi consequência e não causa do poder. É bom lembrar que, ainda na Itália, o *contadino* (camponês) também era visto de forma pejorativa, como um homem grosseiro e rude – *contadino, scarpe grosse e cervello fino* (camponês, sapatos grossos e cérebro fino). No sul do Brasil, esse “camponês” imigrante permanece ligado à terra e desenvolve um *ethos* camponês próprio, agrário, tendo a língua como seu tradutor. O *linguistic capital* (capital linguístico, segundo Bourdieu) desses colonos resumia-se a uma língua que era usada por grupos que possuíam baixo poder social, econômico, cultural e político, na relação sociedade local *versus* sociedade mais ampla. Indivíduos que se apoderam desse capital linguístico têm poucas condições de conseguir um espaço melhor na sociedade.

A pesquisa nos mostra que o *talian*, a língua de origem, era bem aceito e tinha reconhecimento próprio na comunidade local, interiorizada, onde todos se conheciam e tinham orgulho de sua origem e de sua língua:

Inf. D – O aprendizado que a gente teve do italiano, foi uma coisa assim, aconteceu porque falavam,...- e **não era ridicularizado**, como diz o informante B, principalmente nós, que saímos da colônia e viemos para a cidade, a **discriminação do soTAque**, soTAque **típico do italiano** era uma coisa **terrível na relação com a cidade**. Isso sim eu senti um embaque, um choque violento quando vim para a cidade (GII mono Ponto 1).

A saída do mundo agrário acarreta dificuldades de comunicação, não só pelo uso do *talian*, mas pelas interferências, principalmente fonéticas, da variedade dialetal italiana no português, a língua exigida na comunidade maior:

Inf. B – No falar e escrever assim... a gente percebe que na nossa cidade a gente fala assim, vai a Erechim, a Mariano Moro, a gente tem um **sotaque mais grosso**, aquela coisa mais...não pronuncia bem os erres, o caro [‘karo] o buro [‘buro] a gente tem uma certa dificuldade, mas é como a gente aprendeu, e veio vindo, na própria escola a gente aprendeu assim, ninguém disse pra nós que tinha que pronunciá carro forte pra não ficá feio. Então a gente não pronuncia só que na hora da escrita é tudo bem certinho, só que na hora da pronúncia a gente tem ainda esta dificuldade, quando a gente é mais novo não, ma quando tu vai crescendo e vai in volta ((alguém diz: sai daqui e vai pra outra cidade, sofre!)) tu ouve as outras pessoas falarem que têm assim um português culto sabe... que falam tudo certinho e a gente muitas vezes come a metade das palavras, claro ma a gente não sente a vergonha, mas a gente nota que foi erado [e’rado], desde o começo né, desde que a gente aprendeu em casa, na escola e agora teria necessidade de mudá, mas fica mais difícil...depois que a gente cria raízes (GI bi Ponto 4).

A informante D, do mesmo grupo GI bi do ponto 4, acrescenta: “Uma que todo mundo fala aqui a mesma coisa... e mudá!?” Percebe-se, nesta atitude, que quando a língua tem um índice de concentração demográfica significativo, ou seja, quando é falada pela maioria da população, ela tem aceitação e é reconhecida como fator de identidade. No entanto, fora desse convívio ela deve ser substituída, já que não será aceita:

Inf. B – Que nem, a minha irmã, ela saiu daqui e foi dá aula em Erechim. Uma professora, falava tudo que nem nós, comia palavras. Um dia a diretora chamô ela e disse: “Oh, **tu não pode falá assim**, os teus alunos, como você vai falá eles vão falá!” Então ela teve que se adaptá, mudá até o jeito de falar dela. Hoje ela vem pra casa com nós, ela tem um jeito muito bonito de falá, assim, ao nosso português, é bem diferente! (GI bi Ponto 4).

As interferências de códigos no comportamento bilingue podem ser consideradas como falha ou como fator de *status*, dependendo do grau de articulação com que os indivíduos conseguem se expressar e de sua posição social (LAMBERT, 1972). No contexto maior, níveis de bilinguismo são dispostos em hierarquias sociais que, de uma maneira geral, são oficialmente reforçados, ou seja, em Severiano de Almeida, fala-se o *talian*, em Erechim, fala-se português! Ainda, fala-se o português sem marcas do *talian* na pronúncia. Indivíduos que se apoderam desse capital linguístico têm melhores condições de conseguir um espaço melhor na sociedade.

Se pensarmos nas funções de Fasold (apud CALVET, 2007, p.51), o grau de uso, que se refere à percentagem de falantes do *talian* (o *corpus*), vem estritamente ligado ao seu grau de reconhecimento na comunidade (o *status*), através das possibilidades que tem a língua para cumprir as possíveis funções desejadas, traduzindo o seu grau de funcionalidade.

Essa funcionalidade revela-se na fala do entrevistado B, a seguir, que embora tendo o *talian* como primeira língua, “*fala pouco, porque não tem com quem falar*”. Fica demonstrado, mais uma vez, o uso e funcionalidade do *talian* no ponto 1, município de Erechim. A aquisição da língua materna minoritária em contato com a língua dominante majoritária passa pelo processo de “dominância relativa das línguas” (ou configuração de dominância, cf. WEINREICH 1964, p. 75). No caso do entrevistado B, somente o retorno ao interior é que propicia *status* à língua de origem, já que se alia a posição social ao grau de articulação do *talian* a fim de poder suprir a necessidade de conseguir algo:

Inf. B – *Parlo poco perchè non se gà, non se gà...con chi parlare...Magari, quando se và in tela colônia, in tel interior se parla un poco. E quando so ndato a San Valentim lavorare in tela cassa [Caixa] ecoNÔmica, go [...] necessitado parlar novamente il dialeto, se nò non se conseguia mia la simpatia e la confianssa dei coloni pra ciapar sui soldi. Lora, gò imparà*

novamente parlar italiano, che lori dizea:- “Daghe i soldi che questo è di nostri! (GII bi Ponto 1).

Trad.: Falo pouco porque não se tem, não se tem...com quem falar...Mas quando se vai à colônia, no interior, se fala um pouco. E quando fui a São Valentim, trabalhar na Caixa Econômica, eu...[...] necessitei falar novamente o dialeto, senão não se conseguia a simpatia e a confiança dos colonos para pegar o seu dinheiro. Então, eu comecei novamente a falar italiano, que eles diziam: “Dêem o dinheiro que este é dos nossos!(GII bi Ponto 1).

O mesmo entrevistado, no entanto, ao se referir à sua competência em português, atribui à língua de origem a sua dificuldade em aprender a língua oficial, sem interferências de pronúncia da língua materna. Observa-se, em comparação com o depoimento anterior, que se o *talian* foi exaltado, mesmo sendo uma situação específica, o português, portador de interferências fonéticas oriundas do *talian*, foi motivo de vergonha:

Inf. B – Eu tive dificuldade de aprendê português, exatamente por causa dessa dubiedade português-italiano. E eu cresci com sotaque e só fui perder esse sotaque com 17, 18 anos e eu passei muita **vergonha**, porque era muito criticado pelo **sotaque** que a gente tinha e isso me fez NÃO gostar do português. Nunca fui bom em português ((risos e comentários laterais dos demais informantes, dizendo: “como ele pode ser ruim em português se faz discursos tão brilhantes”)) embora a gente procure falar corretamente, mas gramaticalmente eu tenho muita dificuldade, exatamente em função disso. Mas...isso é verdadeiro, eu realmente sempre falei com bastante sotaque e tive muita dificuldade em aprende falá português (GII bi Ponto 1).

As interferências fonéticas do *talian* no português foram motivo de vergonha, pelo entrevistado, e de discriminação pela comunidade próxima. Algumas formas são lembradas pelo grupo GII, do ponto 1:

Inf. B – O *ao til* e o *r*, principalmente: *kora'sson*; *ir'mon*; *'pon*; *'karo* em vez de carro...A pronúncia do /ch/ por /s/ como em Sico em vez de Chico (GII bi Ponto 1).

Inf. A – Meu pai também falava assim : o *'Zeferson* em vez de Jéferson, a *Zóisse* em vez de Joice (GII bi Ponto 1).

O “falar com sotaque” é uma expressão ressaltada por todos os informantes dos grupos GI e GII dos três pontos da pesquisa onde foram efetuadas as entrevistas, significando, no ambiente de convivência, desprestígio, inferioridade, falta de cultura, e projetando, na pessoa falante, o estigma de “colono grosso.” Ressalte-se, nesta situação particular do entrevistado B que, no primeiro caso, o *talian* funcionou como fator de “*status*” para o entrevistado, já que era importante dominar esse conhecimento naquele ambiente (uma cidade pequena, isolada, constituída predominantemente de descendentes de italianos, com uma significativa porcentagem no meio rural). No segundo caso, agora em um ambiente fundamentalmente urbanizado, composto por uma formação paritária de diferentes etnias, não o *talian*, mas a simples interferência fonética deste no português funcionou como fator de

estigmatização. Fica evidente uma profunda relação, no mundo urbano, entre (+ ptg) = (+ status) e, no mundo rural (+ ita) = (+ status). Por outro lado, o mesmo ambiente urbano que eleva o *status* do português, desprestigia este mesmo português quando portador de interferências fonéticas do italiano. A hipótese de que ambientes mais isolados concentram um maior índice de falantes do *talian* [+ ita] e ambientes urbanizados comportam um *continuum* sempre mais em direção ao monolinguismo em português [+ ptg] parece se confirmar. Isso equivaleria a dizer que ambientes mais urbanizados tendem ao monolinguismo em português, como nos pontos 1 e 2, e que espaços mais isolados, como os pontos 3 e 4, tendem ao bilinguismo ita/ptg.

Assim, o grau de reconhecimento do *talian* está intrinsicamente ligado ao grau de seu uso e funcionalidade (ver seção 4.3.5 e 4.3.6, derivando daí a sua atual condição de existência, diferentemente nos pontos 1 e 2, 3 e 4. Isso vem a confirmar o que Dorian (2006, p.437) diz sobre o reconhecimento oficial de uma língua, no caso, podemos dizer que mesmo uma língua não oficial, falada por um grupo minoritário, em um espaço em que ela é reconhecida, como no ponto 4, e aceita por sua população, tem seu *status* garantido e pode ter a sua continuidade assegurada. É o que já vimos na fala do informante B, do município de Severiano de Almeida, nosso ponto 4 da pesquisa, e que ressaltamos aqui:

Inf. B – Eu tenho orgulho! Pode ser chamado “meio grosso”, aquele lá da colônia é grosso, mas é o nosso jeito de ser, pra nós aqui é prazeroso! (GI bi Ponto 4).

Em termos de *status* institucional, o *talian* foi reconhecido pela Lei nº 13.178, publicada no Diário oficial do Estado em 10/06/2009, como integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado. A par disso, o *talian* é a primeira língua de imigração que está sendo inventariada (2009) através do IPHAN, com execução pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) é instrumento de levantamento e registro das línguas faladas pelas comunidades brasileiras. As línguas inventariadas são constitutivas da história e da cultura do Brasil e devem ser entendidas como referências culturais da nação, tal qual ocorre com outros bens de natureza material ou imaterial. O inventário visa a dar visibilidade à pluralidade linguística brasileira e a permitir que as línguas sejam objeto de uma política patrimonial que colabore para sua manutenção e uso. Esse fato representa um passo no avanço do *talian* a caminho da valorização e reconhecimento de seu *status* como uma das línguas de imigração faladas no Brasil. Seu destino, no entanto, em termos de uso e função, ainda vai depender do que a sua comunidade

de falantes, em diferentes regiões, assim decidir. Estamos em um período em que se observa uma conjunção de fatores a favor da manutenção e revitalização do *talian*. Resta saber como a comunidade de falantes vai gerenciar essa nova fase de, por assim dizer, “vitrine” da diversidade linguística.

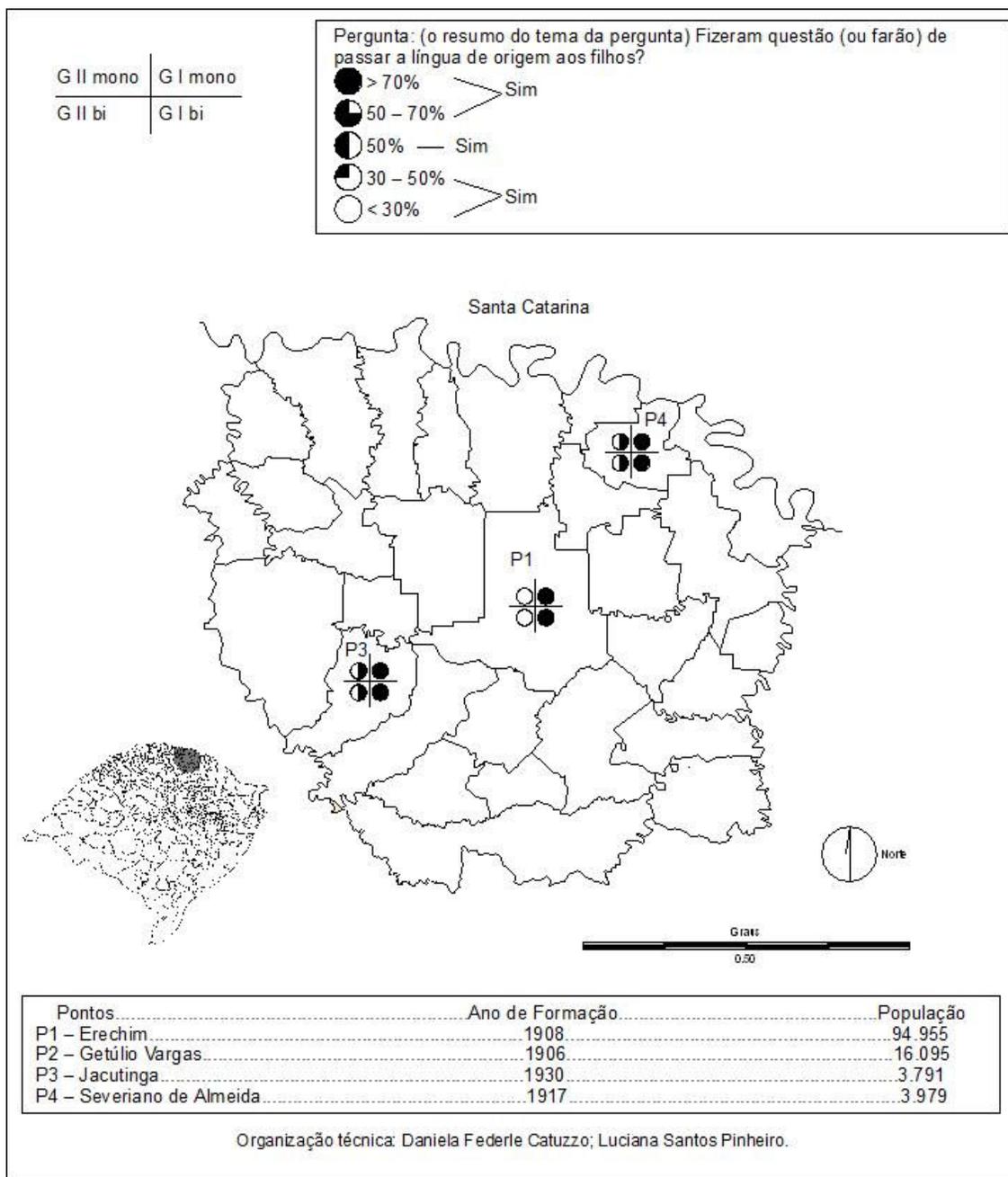
4.3.2 A comunidade de fala face às mudanças histórico-políticas

Inf. A – Mas aquilo que nós não fizemos com os nossos, os nossos estão fazendo com os deles. Por que...os seus netos ((referindo-se a inf. D)) e a minha neta falam tão bem o italiano quanto o português, e com uma estratégia simplíssima que a minha filha adotou: ela só atende a neta, evidente que com exceções, quando ela fala em português com ela e ela só responde em português. Com o pai ela só fala italiano e ele só responde italiano. E a simbiose interna é feita ao natural, ela transita de uma para outra com uma tranquilidade normal, porque as duas estão internalizadas como língua paterna. Não houve nenhuma dificuldade de aprendizagem. Lógico, agora a dificuldade será com a escrita, será também ensinada a escrever (GII bi Ponto.1).

Tomado isoladamente, o depoimento acima pode ser visto como um exemplo de atitude positiva e aquisição bilíngüe bem-sucedida em um determinado contexto familiar. Se observarmos a sua recorrência no conjunto de nossas entrevistas, conforme mostra o mapa 7 abaixo, o mesmo depoimento ilustra uma mudança de atitude, da geração GII para a geração GI, em relação à transmissão da língua de origem. Indagados sobre a importância de transmitir a língua de origem aos filhos (mapa 7), observa-se uma clara mudança de atitude entre os grupos GI e GII, indistintamente da dimensão diatópica.

A partir do mapa 7, a seguir, fica claro que a dimensão diageracional apresenta importantes sinais de revitalização no grupo GI (jovens bilíngües ou monolíngües até 35 anos), nos três pontos da pesquisa e se impõe como representante mais decidido na continuidade da língua de origem. Vale ressaltar, para fins de ações de promoção da educação bilíngüe, que essa faixa etária equivale ao período em que normalmente se constituem as famílias (25-35 anos), portanto o momento em que os pais fazem as decisões sobre a educação dos filhos, o que naturalmente inclui a escolha da língua que irão ensinar aos filhos. Esta constatação é explorada em uma experiência no País de Gales (www.twf.com), onde se desenvolveram ações de promoção de educação bilíngüe em inglês e galês através do trabalho de parceiras (EDWARDS & NEWCOMBE, 2006).

Mapa 7 - Transmissão Intergeracional da Língua de Imigração.



Apesar das atitudes positivas, ainda permanece ao menos a consciência dos estigmas associados à “língua da colônia”. Perguntados se têm orgulho ou vergonha desse modo de falar, o grupo GI do ponto 4, assim se pronunciou:

Inf. D – Com certeza, com certeza eu tenho orgulho! (GI bi Ponto 4).

Inf. A – E muito, a gente está cultivando as raízes! (GI bi Ponto 4).

Inf. B – Eu tenho orgulho! Pode ser chamado meio grosso, ((risadas e comentários paralelos)) “aquele lá da colônia é grosso”, mas é o nosso jeito de ser, pra nós aqui é prazeroso, ((aqui todos concordaram que sim, que é prazeroso)) tem uma conversa meio italiano meio português misturado e se cata umas palavras em italiano, outras em português e vai se levando, pra nós é gostoso e se dizem que não tem cultura, eu acho que não, acho que é uma cultura que nós temo! (GI bi Ponto 4).

Segundo o informante B acima, ser identificado através da expressão “aquele lá da colônia é grosso” está ligado ao “nosso jeito de ser”, que contém o falar “misturado”, “meio italiano, meio português”, enfim, “a cultura do lugar”. O que, porém, teria provocado essa mudança de postura ou de atitude na geração GI?

Diferente é a situação, ou melhor, a percepção acerca do fracasso ou êxito da transmissão do *talian* entre os membros da GII. Aí, parece aflorar uma espécie de sentimento de cobrança pela GI, como se evidencia no depoimento a seguir.

Inf. C – O meu pai também fala italiano e eu insisto que ele fale com a minha filha o italiano, que ensine a ela. Eu sinto que nele também existia um certo preconceito em relação ao italiano. Eu insisto e então ele está falando com a vó, minha mãe, em italiano, pra ensiná minha filha. Mas também houve uma certa resistência por parte do pai dela, meu marido, de querer que ela falasse o italiano (GI mono Ponto.1).

Mais acentuada aqui, foi a não-intenção, a atitude de não passar a língua de origem aos filhos, p. ex., no grupo GII do ponto 1.

Como já vimos, os quatro pontos pesquisados, assim como toda a região da grande colônia Erechim, tiveram como marco inicial de colonização as décadas de 1910 a 1920, não ficando distante, portanto, da Campanha de Nacionalização do ensino (década de 1930) que levou à proibição da fala dialetal italiana e tornou o uso da língua portuguesa obrigatório. Pelos depoimentos dos informantes dos três pontos com entrevista (1, 3 e 4), a ida à escola já acontece com e pela língua portuguesa. Esse fato demonstra que, nessa região, não houve ensino público na língua italiana. O que houve, e isso em situações isoladas, foi o ensino particular da língua italiana, a que poucos tiveram acesso. A língua portuguesa foi, portanto, imposta pelo poder **político-administrativo** em um período da história do Brasil que visava à nacionalização do país em torno de uma única língua nacional, o português. Na formação do mito da nação brasileira, unida por uma língua comum, pode-se ver refletido um processo recorrente em várias partes da Europa do século XIX. Porter (Introdução, p. 25, *apud* BURKE e PORTER, 1993) dizem que, se esse “processo foi emancipador, em alguns sentidos, em outros se mostrou mistificador, pois serviu para negar as diferenças internas, de origem, riqueza, classe e *status*”.

Esses fatores extralinguísticos contribuem para a perda e desprestígio da fala dialetal italiana. Há a segregação dentro do próprio grupo de imigrantes, isto é, forma-se um novo grupo de descendentes: os que se localizam nas cidades, portanto mais urbanos e enriquecidos, que veem os menos favorecidos e rurais como *colonos*, no sentido pejorativo do termo, inferiorizando-os social e linguisticamente, seja pelo falar dialetal italiano, seja pela fala do português com forte pronúncia italiana (ver FROSI, 2003). Esses dois fatos unidos, o domínio do português e a posição social-financeira dão origem a um estigma social que marcou os descendentes ítalo-brasileiros durante muito tempo e talvez até hoje. Como o controle da imposição do português foi maior nos centros urbanos, foi nestes que a língua mais rapidamente se amoldou às novas regras emanadas do poder oficial:

Inf. C – E o meu avô então, era muito teiMOso. Ele não obedecia, falava italiano, não fazia o que mandavam e então ele foi preso três vezes! E aí vinha para cá (Erechim) com o trem. E era o único, segundo dizem, que tinha um rádio. Um radiAO grande e tinha uns tipos de microfones, que não dava pra todo mundo ouvi. Mas afinal, ele tinha aquele bendito rádio. Tinha um sistema de comunicação... - e o padre Caetano Zeofrida, também era italiano, e cada vez que o meu avô ouvia que os italianos tinham afundado um navio americano ou qualquer um que não era do eixo Alemanha, Japão, Itália, ele comunicava os outros e o padre comemorava tocando o sino ou soltando foguete. E os outros ficavam LOcos! Daí então eles descobriram que era do rádio do meu avô, então ele foi preso mesmo por mais tempo, e daí **ele se rendeu e depois ele não falou mais em italiano**. Teve que se rendê. E daí, claro, se eles não podiam mais falá porque tinham os policiais...ou tu falava português ou tu... eles eram violentos, esse pessoal aí do Getúlio, eles prendiam, batiam... **tinham que falá em português ou ficá quieto**. Aqui na região, a proibição de quem lidava com o público, de não podê falá no dialeto **prejudicou também a aprendizagem da geração seguinte**, nos que moravam mais no urbano (GII mono Ponto1).

É no espaço urbano que mais rapidamente se faz o controle do uso do *talian* e, por consequência, onde mais rapidamente ocorre o controle de suas funções externas (WEINREICH, 1964), relacionadas ao número de áreas de contato que abrangem todos os meios pelos quais as línguas são adquiridas e usadas e a variação de cada área em duração, frequência e pressão. Como os meios incluem o uso da língua em casa, na comunidade, escola e demais meios de comunicação em geral, é certo que esses fatores foram bem mais fortes no ambiente mais urbanizado, já que era ali que o descendente bilíngue estabelecia uma maior quantidade e frequência de contatos. O uso da língua, então, faz-se não por escolha, mas por imposição:

Inf. B – A questão né, da transição, da comunicação entre a primeira geração dos italianos com o universo mais formal das autoriDAdes, gerou muitas dificuldades né, e nós tivemos **dificuldades muito específicas e graves durante o período do Estado Novo**, onde se decretou que tinha que haver a comunicação em **língua PERMITIDA, língua oficial** (GII mono Ponto1).

A língua permitida é a língua oficial do país, o português. Esta é a única língua que passa a ser aceita como veículo público de transmissão, apoiada política e institucionalmente, com severas penas impostas àqueles que não cumprirem as novas regras do uso linguístico. O fato não só marcou o comportamento linguístico dos descendentes na época do decreto-lei, como também transferiu esse mesmo comportamento de repressão às futuras gerações:

Inf. B – A origem de não se ter passado mais cedo a língua para os filhos vem da Segunda Guerra Mundial. O meu avô paTERno e o cunhado dele, Zanella e Risson, saindo da igreja Sao José, que hoje não existe mais, falando em italiano, foram presos por ser da quinta coluna, e ficaram 45 dias presos no porão da prefeitura, que naquela época era a cadeia. E a partir daí...houve **muita restrição em ensiná o italiano** né... Mas a razão maior, pelo menos no meu caso, de não passá pros meus filhos, foi exatamente por se tratar de uma língua que acho até em função da...da...da guerra, que eram tratados de quinta coluna, quem falava o italiano, quem falava o alemão, que o pessoal não tem mais muito interesse em transmiti isso e a gente aprendeu mais de ouvido e...depois pelo fato de que, realmente né, culturalmente foi considerado **quem falava o italiano, pessoas de interior, colono grosso e a gente procurou então, nao transferi para os filhos aquilo que a gente passou e sentiu.** Em compensação, a minha última filha, ela fez italiano e foi pra Itália em razão de que ela participou do processo de cidadania italiana e fomos buscar as origens e aí passamos a entendê um pouco mais da história e aí ela se interessou, mas meus filhos mais velhos, não! (GII bi Ponto1).

A resistência à transmissão da língua não só se efetiva na primeira geração posterior à guerra, mas faz-se sentir também nas gerações que se seguem, como podemos ver na fala da informante A, do ponto 1:

Inf A – Meu pai não me passou porque, com certeza, **ele tem resistência à língua.** Fato: quando nasceu minha primogênita, primeira neta dele, ele disse: Por favor, não ensine ela a me chamar de nono, eu quero ser vô, e quando nasceu a primeira bisneta, que também é minha, ele disse: -Me chame de biso tá... Entao, isso é uma resistência (GII mono Ponto1).

A informante A, inclusive, não passou a língua de origem aos filhos, mesmo tendo aprendido a falar a língua, após os 7 anos de idade, com a avó Ernesta. Retornaremos a esta questão mais adiante quando tratarmos do papel da concentração demográfica, especificamente do papel de *i noni* (ver seção 4.3.4.3).

O estabelecimento de uso de uma e outra língua, no caso do português e do *talian*, revela-se como uma marca diatópica, ou seja, na cidade fala-se o português, no interior fala-se o *talian*, e isso é feito quase que inconscientemente, de “forma natural”, como explica o informante D, do ponto 1:

Inf. D – Os pais da Neide são **vô e vó, porque são daqui de Erechim.** Os meus pais são **nona e nono.** Então, quando se fala, vamo lá no nono, são os meus pais, eu vim lá **do interior** né e quem era da cidade, era vô e vó. E isso

até nós ensinamos de uma forma meio inconsciente, mas natural (GII mono Ponto1).

A imposição do português como única língua permitida acarreta outras mudanças relacionadas ao seu uso: era preciso encontrar formas de comunicação na nova língua, ainda desconhecida. A negação da língua de origem impõe o silêncio, seja por não poder falar a língua de domínio, seja por não saber falar a língua imposta:

Inf. C – Eu não sei...a **gente tem uma história negativa do tempo da guerra**. Não só o italiano, mas todos. E lá na nossa região, lá de Viadutos, onde nós tínhamos aqueles bodegões antigos...- lá nós temos, no município, quatro áreas: a dos poloneses, Carlos Gomes; a dos italianos, Barbará, Canavial; a dos alemães, Linha Três, os Birck, então era mais ou menos dividido e todos vinham ali. Eu sempre digo que o self-service, eu imagino que foi a minha vó que inventô, porque ela foi muito inteligente. Porque eles vinham, e só falavam a língua deles. **A minha vó sabia muito bem o italiano e, para bem atendê-los, dominava um pouco de cada língua**. E aquele pessoal do Getúlio Vargas, os soldados que proibiam o povo de falá a língua, eles vinham e ficavam ali vendo quem falava e chamavam os italianos de quinta coluna. Então, o que minha vó fez: o PESSOAL não podia falá e precisava das coisas. Então ela mandô arrancá todos os balcões da loja. Naquele tempo não tinha essas coisas de tudo aberto, era quem vendia, tinha tudo no balcão, uns ficavam do lado de cá e outros do lado de lá. E eles vinham e pediam o que queriam. Ou tecido, café, açúcar, tripa, fumo em corda...então **o pessoal vinha e não falavam**, só apontavam as coisas. Cada um ia e apontava o que queria (GII mono Ponto1).

A fase do silêncio vai, obrigatoriamente, sendo substituída, em parte e não totalmente, pela aprendizagem da língua imposta e, o que se segue, no transcórre da história, traduz o que Mackey (1972) observa sobre as situações que pressionam o bilíngue a usar uma língua em lugar de outra: o bilíngue pode falar a L1, pelo fato de se envergonhar da pronúncia que ele apresenta, ao se expressar na L2 (como vimos na seção 4.3.1), ou pode falar a L2, pelo fato de a L1 não ser popular na comunidade local e não ser aceita na comunidade maior. O domínio preferencial dos dois sistemas linguísticos [ita] e [ptg] e de todos os valores associados ao seu uso passa a ser, primeiro, decretado e, depois, decorrente dessa imposição. Primeiro, por força de lei, após, pelas consequências, quer pessoais ou sociais que esta imposição ocasiona. Ao descendente, só resta um espaço para falar a sua língua de origem: o espaço familiar e a pequena comunidade, distante do controle institucional e do estigma de “língua de colono”. A hipótese de que ambientes informais tendem a fazer uso do *talian*, enquanto que ambientes formais tendem a fazer uso do português, pode ter aqui a sua origem e confirmação.

O depoimento da informante C, acima, também comprova a postura do então Governo da República que, premeditadamente, instaurou as colônias mistas, estabelecendo uma política linguística pautada na crença de que, reunindo imigrantes de origens diferentes, no mesmo

espaço físico e social, estes seriam obrigados a fazer uso do português para garantir a intercompreensão. Parece que, antes da proibição, estava-se construindo uma forma de comunicação que não anulava nenhuma das línguas; estava-se dando início a uma comunidade não só pluriétnica, mas também plurilíngue, onde havia uma intercompreensão plurilinguística. “A minha vó sabia muito bem o italiano e, para bem atendê-los, dominava um pouco de cada língua”. Esse processo é interrompido, drasticamente, pelas imposições históricas e políticas, mais acentuadamente nos ambientes mais urbanizados, com maiores condições de acesso e comunicação, como no ponto 1 e também como nos pequenos centros rurais, os que apresentavam maiores recursos de auxílio à população.

O período histórico que segue o período da proibição não só marginaliza as línguas de imigração e os seus falantes, como também dá visibilidade a outras línguas estrangeiras que passam a ser cultuadas como objeto de poder e acesso a outros bens, aqueles que o *talian* não poderia propiciar:

Inf. D – Por que que também a gente não, como diz o Cassol (Inf. B) não cometeu a violência de ensina o italiano? Porque também se nós fomos fruto, **deixamos de aprender mais a fundo o italiano por força de um momento histórico específico, os nossos filhos vieram num momento histórico diferente, em que o moderno era falar inglês**, o moderno é falar isso, imagine falar o italiano lá do nono... Imagine tentá ensiná isso aos nossos filhos!! Agora que tá começando, de repente, por razões...bá, se eu tivesse aprendido, ou sei lá o que, ma tentássemos nós ensiná aos nossos filhos o dialeto vêneto na idade em que deveria ter sido ensinado, e que nós deveríamos ter tido o capricho de ter ensinado, nós teríamos apanhado da gurizada, teriam fugido de casa, porque onde se viu aprendê esse dialeto, porque **o moderno é o inglês**, o moderno é isso (GII mono, Ponto 1).

Nos pontos 3 e 4, embora sofrendo as mesmas proibições legais, pelo próprio fator de isolamento, concentração demográfica e maior dificuldade de comunicação e acesso, os efeitos são atenuados e até retardados:

Inf. C – Tem a família Detoni, que veio da Itália, que parte ficou aqui no sul e parte em São Paulo. Quando se juntemo ali em Pinto Bandera, nos cem anos de imigrassom [imigração] da família, esses parente nosso que ficaram [ficaram] em São Paulo foram proibidos de fala italiano. **Ninguém mais levô a língua italiana lá em São Paulo. Só essa que veio de São Paulo pra pro sul, então essa falava italiano** (GII bi Ponto 3).

A ausência, no censo do IBGE de 2010, da pergunta sobre “Qual a outra língua falada no lar”, proposta pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística Nacional (GTDLN) e feita pela última vez no censo de 1950, mantém a lacuna sobre uma visão mais clara da amplitude da diversidade linguística existente no país. Por outro lado, o Estado do Rio Grande do Sul, como já vimos, promulgou em 2009 a lei que institui o *talian* como patrimônio

cultural imaterial. Resta a pergunta sobre o real impacto de leis como esta sobre a comunidade de falantes e o modo estes compreendem esse reconhecimento.

4.3.3 Contexto sócio-geográfico: isolamento *versus* urbanização

No Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, editado pela Globo, em 1950, p. 43, lê-se:

É certo que 393.934 pessoas, ou 11,86% da população rio-grandense, falavam o alemão no lar em 1940, e que 295.995, ou 8,91% falavam dialetos italianos. É ainda certo que o Rio Grande do Sul concentra 47,60% dos que falam no Brasil uma língua estrangeira no trato das coisas familiares. Mas, desses próprios dados se infere o rápido desuso da língua paterna pelos descendentes de italiano, de vez que mais nova e maior a imigração itálica que a germânica. Concorrem para esse resultado não só a **semelhança dos idiomas latinos**, mas também o maior **contato com as populações nacionais** da serra e das próprias colônias antigas, com cujo habitantes só se podiam entender em português (grifo nosso).

A formação étnica e histórica de colonização aliada à localização geográfica parece dar sustento à afirmação acima. Segundo o Histórico de Erechim (1979, p.134), em 1950, Erechim se constituiu em um dos municípios rurais de maior densidade populacional, apesar dos desmembramentos sofridos. A sua localização geográfica em muito contribuiu para isso. Todo seu potencial agrícola podia ser rapidamente escoado através da via férrea Santa Maria-São Paulo, facilidade esta excepcional na história das colônias rio-grandenses. O mesmo não ocorreu nos pontos 3 e 4 que necessitavam conduzir via rodoviária sua produção, ou para Marcelino Ramos, que também possuía estação férrea, ou para Erechim.

Igualmente, pela primeira vez no Estado, a ocupação das terras foi planejada. Isso se concretizou através da instalação da sede prevista vários anos antes; da construção e conclusão (1913) da ponte sobre o rio Uruguai, que estabelecia ligação direta do Estado com Santa Catarina, Paraná e São Paulo; da abertura de estradas que ligaria a sede da colônia à capital do Estado e a outras sedes e, ainda, caminhos para os futuros núcleos de povoamento que iriam surgir. Dois destes núcleos seriam Jacutinga e Severiano de Almeida. Estes viveram até o fim da década de 1970, mais precisamente 1978, sem ligação asfáltica, portanto com estradas em precárias condições, muito tortuosas, com muita lama, o que dificultava, em muito, a locomoção e comunicação.

Com a ligação asfáltica e a conseqüente **facilidade de comunicação**, ocorre uma situação um tanto estranha sob o ponto de vista do conceito corrente de que a zona rural é a

maior detentora de falantes de línguas minoritárias pelo próprio fator do isolamento natural. Na tab. 7, os municípios apresentam uma frequência de uso do *talian* que não traz diferenças significativas entre falantes na zona urbana e na zona rural. Talvez, em parte, isso também possa se explicar pelo fato de que com a **nuclearização das escolas**, há uma maior mobilidade de alunos e o espaço físico, neste caso, não seja mais a linha divisória entre urbano e rural.

Outra variável interveniente é o **afluxo de trabalhadores das periferias** (principalmente de Erechim, mas também de outros centros maiores como verificamos nos questionários) que procuram emprego na área rural, em granjas e fazendas. Entre estes há um alto grau de miscigenação, como vimos nos municípios de Erechim e Getúlio Vargas (através dos dados coletados nos questionários) e que, assim, está modificando a realidade rural. Filhos de colonos proprietários rurais estudam em escolas de centro dos municípios, e filhos de trabalhadores de menor condição econômica e com alta mobilidade estudam em escolas mais próximas, ditas escolas polo, situadas em espaços estratégicos de cada município. Há, ainda, a questão de que pelo próprio isolamento geográfico natural dos municípios de Severiano de Almeida e Jacutinga, com maior dificuldade de acesso e consequente expansão nos limites do próprio município, praticamente tanto zona rural quanto zona urbana constituem-se em uma grande área mais rural do que urbana. Coseriu (1964, p. 50), em seu texto “La Geografía Lingüística”, diz que “[...] *los límites lingüísticos no coinciden necesariamente com los límites naturales* [...].”

Se a dimensão diazonal não se mostra significativa no índice de bilinguismo, exatamente pela interinfluência de outros fatores que a minimizam, os limites citadinos, a mudança de um município interiorano para outro, mais cosmopolita, impõe a sua cultura ao novo hóspede, como vemos nas falas dos informantes A e B, dos pontos 1 e 3, respectivamente:

Inf. A – Um exemplo que eu tenho é do **meu avô paterno que quando veio do interior...pra morá na cidade...**em virtude das pessoas só falarem o português e de não compreenderem o italiano, **ele acabou deixando de lado aquela cultura habitual que ele tinha de falá o italiano pra falá o português**, porque muitas pessoas não entendiam o que ele falava. Então ali já começou uma perda de valores, de resgate da língua (GI bi Ponto 1).

Inf. B – É verdade! Eu me lembro também que a gente, criança, falava tudo misturado, via o pai e a mãe falando...eu me lembro que naquela época o Pedro Remonato se **mudou do interior pra cá**, a gente já morava aqui, e eles vieram morá vizinho da gente e os filhos, e eles tinham as quatro filhos primeiros, **as crianças só falavam italiano**, só falavam italiano e então eles queriam brincá com nós e a gente era tudo criança e a gente não se entendia por que eles só sabiam falá italiano, **não sabiam falá português, depois na**

convivência, a gente sempre morou perto, iam aprendendo, começaram a ir pra escola e eles aprenderam.(GII bi Ponto 3).

O mesmo fato já foi destacado pelo inf. D, do grupo GII mono ponto 1 (4.3.2), ao exemplificar como a localização interior/cidade determinou a escolha da língua: no interior, o *talian* (*nono* e *nona*); na cidade, o português (*avô* e *avó*).

Fato semelhante é ressaltado na fala da inf. C, do grupo GII mono: a mudança de lugar ocasionou a perda da língua de origem:

Inf. C – *Ma me faceva bem scoltar la NOna e el NOno e dopo che lei hà vegnesto morar quà en Erechim e...perdemos um pouco o contato con el nono e la nona perché na nostra casa nissuno parlava dopo che lei hà vegnesto quà en Erechim. E... de quela volta solo quando vedève el nono e la nona, ma me fa mal pensar che con tute queste oportunità, noantri non gavemo aproveiTA. E desso se paga soldi, alti e pesadi para aprender quela cosa che gavemo de grassia in casa.* (GII mono Ponto 1).

Trad. :Mas me fazia bem escutar a vó e o vô e depois que eles vieram morar aqui em Erechim e...[...] com o vô e a vó, porque na nossa casa ninguém falava depois que eles vieram morar aqui em Erechim. E...daquele tempo só quando se via o vô e a vó, mas me faz mal pensar que com todas essas oportunidades, nós não aproveitamos. E agora se paga dinheiro alto e pesado para aprender aquilo que tínhamos de graça em casa.

A marca do urbano, na escolha da língua, é o uso do português, da língua oficial:

Inf. D - A tendência de quem vem morar em Erechim é falar o português e estudar as línguas modernas. Eventualmente, cultivar o dialeto vai ser uma coisa quase que exótica (GII mono Ponto1).

O avanço da urbanização transforma não só palavras, mas também espaços e modo de vida:

Inf. D – A separação rural/urbano, decorrente da revolução industrial,[...] nós estamos hoje vivendo um processo de reunificação da indústria com a agricultura. Vou dar um exemplo: a linguicinha camponesa, que é um dos principais produtos da região, começa a ser produzida onde? Lá na pocilga do colono, que não é mais chiqueiro. Até o próprio nome mudou! Galinheiro é aviário, estrebaria não é mais estrebaria, é estábulo. O cavalo como meio de transporte virou fusca ou corcel II. O processo de reunificação rural/urbano, ele está acontecendo. Então, o urbano está chegando lá (GII mono Ponto 1).

A preocupação com as exigências modernas de trabalho, com os investimentos internos para melhorias técnicas, envolve o colono na lógica do novo mercado que se visualiza. Modernidade e tradição iniciam um período de cumplicidade; no meio rural constata-se, em diferentes graus, aspectos mais amplos da sociedade urbana, assim como aspectos da vida rural passam a ser explorados pelo urbano:

Muitas formas tradicionais de produção alimentar e artesanal (vinho, grapa, cachaça, rapadura, doces em geral, dentre outras) estão sendo exploradas por ramos comerciais de centros urbanos. Espaços naturais do meio rural (água,

cascatas, rios, montanhas, florestas, pedreiras, etc.) estão sendo utilizados para o turismo rural (TEDESCO, 2001, p.86).

Não há dúvidas de que a localização geográfica de um município tem forte ingerência na manutenção de seu isolamento, bem como nos fatores que podem torná-lo mais ou menos urbanizado e, com isso, acarretando mudanças em seu modo de vida e em sua forma de comunicação. De um modo geral, a região da pesquisa, como um todo, tende à urbanização (mais marcadamente, nos pontos 1 e 2 e em menor proporção, nos pontos 3 e 4), e esta é que está mantendo ou construindo diferenças na manutenção ou perda do *talian*. Junta-se à localização geográfica e ao grau de urbanização, a concentração e a distribuição geográfica, o que explicitamos na seção a seguir.

4.3.4 Força demográfica da língua: número de falantes e grau de homogeneidade étnica

Vinculados ao fator sócio-geográfico e fortemente dependente deste, estão os fatores demográficos. Boa parte da análise a seguir retoma aspectos abordados na seção 4.2.

4.3.4.1 Concentração, distribuição e crescimento demográficos

Pelos dados do BIRS, analisados por Altenhofen (1990, p. 75-76),

há um paulatino retrocedimento do bilingüismo no Rio Grande do Sul. Os dados apontam que, em 18 anos, a contar de 1967, houve uma redução de 11,75%, na média geral de falantes que dominavam uma segunda língua, ignorando o grau de proficiência. Esse índice baixou de 30,85%, na geração dos pais, para 19,10%, na geração dos filhos em idade de alistamento militar.

Há que se ressaltar, que esse índice diz respeito a todo Estado do Rio Grande do Sul e que, portanto, não retrata significativamente os índices da região em estudo, por ser uma região com maior índice de descendentes de italianos. Entretanto, não deixa de servir como parâmetro de estudo. Altenhofen (1990, p.76) complementa ainda que

a redução do índice de bilingüismo certamente não se explica por uma mera decisão intra-familiar que determina que o filho aprenda apenas o português, como medida auxiliar contra problemas de comunicação e escolarização.

Outras hipóteses necessitam ser levantadas a fim de responder quais fatores implicam mudanças sociais nas comunidades e que afetam os usos, no caso, do *talian* e do português. Retorno, portanto, à pergunta:

- O atual estágio de difusão do português e decréscimo das variedades do italiano, mais acentuado em algumas regiões e menos em outras, está relacionado à dinâmica de estrutura da rede social na qual a força das atitudes tem papel fundamental?

Vejam os o lado demográfico da estrutura da rede social formada pelos imigrantes italianos e seus descendentes. No início da ocupação da colônia Erechim, região que hoje abrange 31 municípios desmembrados e que compõem a região do Alto Uruguai Gaúcho, 56%¹⁴¹ da população era de estrangeiros ou descendentes de estrangeiros, numa clara política de incentivo à colonização. Esse percentual foi sendo acrescido pelos descendentes que se multiplicavam em grande número, tanto que

na região da colônia Erechim, em 1917 havia quase 30 mil pessoas, das quais: 7.000 brasileiros, 6.000 poloneses e russos, 4.000 alemães, 2.000 italianos, 1.000 austríacos, além de suecos, espanhóis, franceses, portugueses e outros de nacionalidades diversas. Já em 1921, havia 40.000 habitantes, na maioria alemã, italiana e polonesa (Histórico de Erechim, 1979, p.128).

Com os desmembramentos, diferentes etnias concentraram-se mais em determinadas zonas, sendo que, segundo o Histórico de Erechim (1979), em 1926, a cidade de Erechim (atual) contava com 1500 descendentes de italianos, sendo 90% filhos de italianos provenientes da região do Vêneto. Não há referência às demais etnias, mas, se em 1926 a cidade contava com 3000 habitantes, segundo o Histórico de Erechim (1979, p.29), então as demais etnias constituíam a outra metade da população. Revendo os dados, podemos observar que, segundo nossa pesquisa estatístico-demográfica, o índice de descendência de origem italiana, em Erechim (57,69%) permanece semelhante ao de 1926 (50%).

Mesmo com posteriores desmembramentos, pelos quais a região da grande Erechim perde espaços de maior concentração étnica, no caso de Jacutinga e Severiano de Almeida (entre 1964 e 1965), principalmente italiana, o índice de descendência italiana pouco se altera, não apresentando diferenças significativas em relação ao índice de formação inicial.

A região que mais tarde constituiu o atual município de Jacutinga teve a formação inicial por descendentes de imigrantes italianos (80%), alemães (15%), poloneses, israelitas e

¹⁴¹ Os dados constantes neste parágrafo foram retirados do Histórico de Erechim (1979), elaborado pelo Centro de Ensino Superior de Erechim – CESE.

mestiços (5%). O índice de descendência italiana também permanece semelhante em nossa pesquisa. Igualmente, a região que constituiu o atual município de Severiano de Almeida teve, em sua origem, a presença majoritária da etnia italiana (de acordo com os dados relatados no cap. 3 sobre os pontos de pesquisa), preponderantemente da região do Vêneto. Portanto, em sua origem, essas duas regiões já se constituem por imigrantes italianos e, especialmente, da região do Vêneto.

Analisando os três pontos, percebe-se que a dimensão diatópica é fortemente marcada pela presença da etnia italiana, porém, a concentração demográfica é bem mais elevada nos pontos 3 e 4, 82,35% e 80,28% respectivamente, sendo que o ponto 1, cai para 57,69%. Vejamos esse fator mais detalhadamente em sua distribuição nos ambientes, rural e urbano.

A concentração e distribuição dessa população situada na grande colônia Erechim ocorre, até a década de 1950, predominantemente em área rural, visto que seus distritos eram marcadamente rurais. É na década de 1950 em diante, com ponto alto na década de 1960, que ocorre a grande virada, como podemos conferir na tab.13.

Tabela 13 - Crescimento demográfico – município de Erechim: estimativas, 1979.

Crescimento Demográfico					
Anos	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total	Urbana (%)	Rural (%)
1918	1.700	36.826	38.526	4,4	95,5
1924	2.750	44.614	47.364	5,8	94,1
1952	16.000	112.000	128.000	12,5	87,5
1956	18.080	78.890	96.970	18,6	81,3
1968	31.900	21.510	53.410	59,7	40,2
1971	35.720	15.200	50.920	70,1	29,8
1975			52.741		
1978			54.346		

Fonte: IBGE, anos de 1968 e 1971. Anuário do Estado do RS.¹⁴²

A tab. 13 demonstra o crescimento demográfico da região da colônia Erechim e da sede do município a partir de 1918. Nela se sobressai uma situação inversa entre a população urbana que se eleva, em 1971, para 70,1%, e a rural que decresce para 29,8%. Essa tendência continua até os últimos anos. Em **2004**, o total da população no ponto 1, Erechim, passou para 94.955, sendo 89.510 na área urbana e 5.445 na área rural, ou seja, **94,3% na zona urbana e 5,7% na zona rural**, com uma densidade demográfica de 23,27 habitantes por km² (Fonte: FEE/IBGE).

¹⁴² Os dados da tabela foram retirados do Histórico de Erechim (1979, p.118) elaborado pelo Centro de Ensino Superior de Erechim – CESE.

Em Severiano de Almeida, ponto 4, para comparar, a população total em **2004** era de 3.784 habitantes, sendo 1208 na zona rural e 2.576 na zona urbana, ou seja, **68% na zona urbana e 32% na zona rural**. Em 2004, a população é menor do que em 1960 (4.625), ou seja, menor do que há 44 anos atrás, diminuindo na zona rural e aumentando na zona urbana. A densidade demográfica é de 23,6 habitantes por km².

Segue por fim, o ponto 3, Jacutinga, que registra, no censo de **2004**, uma população total 3.825 habitantes. Deste total, 2.315 estão na zona urbana e 1510 na zona rural, ou seja, **61% na zona urbana e 39% na zona rural**. Jacutinga também tem sua população reduzida; do ano de 1980 para 2004, aproximadamente em 50%, o que também reduz sua densidade demográfica para 17,7 habitantes por km².

Em suma, o aumento da população dá-se no índice geral e também na zona urbana, mas decresce significativamente na zona rural, embora os pontos 3 e 4 ainda se mostrem mais rurais do que o ponto 1 (39% e 32% respectivamente, contra 5,7%). Comparando-se os três pontos tem-se o seguinte quadro:

Tabela 14 - População rural e urbana com percentagem – três pontos da pesquisa/ano 2006.

Municípios	Anos	População urbana	Pop. Rural	Total	Percentagem (%)	
					Urbana	Rural
Erechim	1980	48.209	12.906	61.115	79	21
	2004	89.510	5.445	94.955	94,3	5,7
Jacutinga	1980	2.515	4.020	6.535	38	62
	2004	2.315	1.510	3.825	61	39
Severiano Almeida	1980	485	3.951	4.436	11	89
	2004	2.576	1.208	3.784	68	32

Fonte: IBGE: censo de 1980, de 2000 e estimativa para 2004.

Historicamente, convém lembrar que Erechim constitui um dos exemplos mais representativos de impulso demográfico devido à colonização. Para isso, em muito contribuiu o planejamento para a ocupação das terras, com a instalação da Inspetoria de Terras, o moderno traçado da cidade, a abertura de estradas e a própria localização ao longo da via férrea Santa Maria-São Paulo, o que permitia escoar os produtos agrícolas, diga-se de passagem, uma facilidade excepcional na história das colônias riograndenses. Como se vê, o fator demográfico da região foi beneficiado pelo fator histórico-político do momento em que privilegiou Boa Vista do Erechim como sede (e não Getúlio Vargas, conforme deveria ter sido) e pelo fator geográfico com suas benfeitorias advindas da força da urbanização. Erechim

foi se constituindo em um ponto de convergência da região, tanto pela facilidade de escoamento de mercadorias quanto pelas benfeitorias existentes.

Às considerações sobre a população rural e urbana, sua mobilidade espacial e social, bem como o crescimento demográfico, soma-se o papel das relações interétnicas e o contingente populacional da região. Se for verdade que a urbanização é um dos fatores que mais aceleram a perda da língua minoritária, também parece configurar-se que no contato interétnico, ou mesmo na constituição de colônias mistas, portanto etnicamente heterogêneas, se observa um processo mais acelerado na direção da substituição do *talian* pelo português (e adstratos, p.ex. do alemão), como previa a política de assentamento de imigrantes da República. Como isso se deu pode ser observado em depoimentos como o que segue, em que o informante descreve a interação dos ítalo-brasileiros no contato com falantes de alemão, na comunidade de Três Arroios, antigamente distrito de Erechim, distante cerca de 30 km:

Inf. A – Eu gostaria de fazer um acréscimo. Antigamente, a política funcionava né... e teve algumas transferências de ordem política...Quando fomos morar em Três Arroios, na cidade, vila, predominava o pessoal de origem alemã, no interior, italiano. Ma lá eu só tinha contato com o pessoal da vila, e...como...não havia com quem falá italiano praticamente na cidade, muito pouca gente, a opção foi a partir dali, ao natural, falar o português e detestá o alemão...e detestá o alemão...porque havia até missa em alemão! E a gente não podia ir porque não entendia nada! e quando o alemão não queria que a gente entendesse alguma coisa...se estava ali...e de repente...todo mundo passava a falá alemão e a gente ficava olhando... Então eu aprendi de alemão 3 ou 4 palavras que são besteiras, mas de alemão eu não sei absolutamente nada (GII mono Ponto.1).

Como não havia com quem falar italiano na cidade, já que o predomínio da etnia era alemã, a opção do informante A foi pela língua comum ao grupo como um todo, o português. No momento em que opta pelo português, em decorrência também deixa de falar o *talian*.

4.3.4.2 Contexto familiar e língua materna

As biografias de aquisição das línguas em contato, português e *talian*, são acima de tudo reflexo do contato familiar, tanto em termos de sua estrutura quanto nas relações sociais de seus membros. Vejamos o que nos diz o entrevistado D, do grupo GII mono Ponto 1, sobre a forma como adquiriu o português e o *talian*:

Inf. D - Então, o que aconteceu: eu saí do interior com 10 anos e meio e fui estudar num seminário de uma congregação de Turin, missionários da Consolata, e aí tive dois anos do italiano gramatical. Tá! Então, **como eu falo o dialeto?** Eu entendo tudo o que falam né, eu falo, mas eu tive uma prática

muito curta. Uma das primeiras razões é por que, na comunidade lá do interior de Santa Teresa, onde eu me criei, eu nasci no Dez, mas depois me criei na Santa Teresa...-, eu acho que **era a única família em que os pais falavam com os filhos em português, mas entre eles falavam italiano. Eu acabei aprendendo falá(r) italiano, ouvindo o pai e a mãe falando e a mistura que eles faziam do esforço deles pra falá(r) em português conosco, por força do contexto histórico, enfim, de todos os condicionantes políticos e companhia.** Eles se esforçavam em falá(r) em português conosco, mas sempre misturado, mas entre eles falavam em italiano e todos os meus amigos, colegas de escola, falavam italiano com a família, com os pais, era italiano puro na família, o dialeto italiano nosso. Lá no meio rural, ainda hoje se fala o dialeto vêneto (GII mono Ponto 1).

Embora o esforço dos pais em transmitir a língua portuguesa, certamente sofrendo as interferências próprias de duas línguas em contato, a força da língua materna, de origem, proporcionou ao informante D um nível de apreensão, de forma espontânea, que tornou possível a sua manifestação oral, mesmo afirmando que “Eu entendo tudo o que falam né, eu falo, mas eu tive uma prática muito curta”. É o meio ambiente favorável à aprendizagem da língua, mesmo em uma provável situação de *code-switching* (entendido como alternância, ou seja, a troca de canal, em poucos instantes, de uma para outra língua) alternando com *code-mixing* (entendido como interferência, ou seja, quando a L2 incorpora traços da L1 no léxico, na sintaxe ou na fonética), o que é dito pelo próprio entrevistado: (“[...] o esforço deles pra falá(r) em português conosco; eles se esforçavam pra falá(r) em português conosco, mas sempre misturado [...]).”

O mesmo entrevistado, mais adiante, retoma o assunto, agora em *talian*:

Inf. D – *Mi gò imparà parlar el dialeto talian quà del nostra region, ascoltando me pare e me mare parlando, perché con noantri i parlea mia talian. Parlea in português, ma tuto meso misturà con italian. Ma la maior parte del italian che hò imparà è stato con i amighi de scola, de comunidade, de pescaria, de laorare anca in colônia né, se laorea bonora, sete, otto anni, il primo presente che se guadagnea l'èra una sapeta de manego curto. E allora, vivendo, con i amighi se... parlava, perché lori parlavan con la só faméia, solo italian. La mea faméia l'èra, non ricordo de otra, de nantra, na comunidade che... ne la faméia il pupà e la màma parlasse portuguese con i fiói. La nostra, provável che fosse...(la fusse) une dele uniche o la única.* (GII mono Ponto 1).

Trad. Eu aprendi a falar o dialeto *talian* aqui da nossa região, escutando meu pai e minha mãe falando, porque conosco eles não falavam em *talian*. Falavam em português, mas tudo meio misturado com italiano. Mas a maior parte do italiano que eu aprendi foi com os meus amigos de escola, de [...] de trabalhar também na colônia né, se trabalhava cedo, com 7, 8 anos; o primeiro presente que se ganhava era uma enxada de cabo curto. E então. Vivendo, com os amigos, se falava, porque eles falavam com as suas famílias só em italiano. A minha família era, não me lembro de outra, na comunidade que...na família, o pai e a mãe falassem português com os filhos. A nossa, provável que fosse uma das únicas ou a única. (GII mono Ponto 1).

Usando a variedade dialetal aprendida, o informante D repete a afirmação: “([...] *perché com noantri i parlea mia talian. Parlea in português, ma tuto meso misturà con talian.*)” Observe-se, no pequeno trecho de fala em *talian* do informante D, acima, como se realiza e se reproduz o “fantasma da mistura.” Os dicionários indicam, p. ex., os seguintes significados:

Maior parte: *magior*: como mais usado, mas também há registro de *maior* (em HT)¹⁴³; em (AS)¹⁴⁴ não há registro desta palavra. No italiano-padrão *maggiore* (Z).¹⁴⁵

Amighi: em AS encontramos: *amigo*; variação *amico*. Pl. *amighi, amissi*. Em HT encontramos: *amigo, amico*. No italiano-padrão *amico*, pl. *amici*.

Vejamos o que o próprio falante nos diz em outro ponto da entrevista, a respeito desse uso:

Inf. D – Então, o que está acontecendo: na cidade está havendo uma mistura entre o dialeto vêneta com o italiano gramatical, e no interior, hoje, hoje... se aportuguesou bastante o dialeto original. Eu não saberia te dizer, por exemplo, eu falei há pouco, colegas, amigos, né, colegas não existia essa expressão no dialeto, a gente não usava isso, né... e a gente se ouve falar *mei amigui*, no gramatical seria *amici*. (GII mono Ponto 1).

A alternância de códigos é, em suma, uma prática linguística recorrente nas relações familiares. O informante concretiza em sua fala o que conscientemente já percebeu, ou seja, a interferência. Em exemplos como **de comunidade, de pescaria** (em HT encontramos: *comunità, assossiassion, congregassion, socetà*, registra-se a presença do léxico português na fala do *talian*. Em HT a palavra *pescaria* é encontrada como *pescaria* e *ciapada de pessi*. Em AS apenas como *pescada*. No italiano-padrão, *pescà* (Z). Nos próprios dicionários, não há consenso. Vejamos mais exemplos:

Curto: em HT, *curto*; em AS, encontramos *curto* e *corto*. No italiano-padrão, *corto* (Z). Uma palavra que tanto pode pertencer ao léxico do *talian*, quanto do português.

Há situações curiosas de sintaxe de concordância verbal como em: **Lori parlavan onde se** verifica o uso do léxico do italiano com a sintaxe do português. Também no uso do verbo **ser: che fosse**, em vez de *che la fusse*. Aqui ocorre o emprego da sintaxe do português com o verbo também do português. O *che*, igualmente, na oralidade, poderia ser o *que* do português. Além disso, confrontando o português com as variedades dialetais do italiano, é possível

¹⁴³ Tomaremos como referência gramatical do *talian*, o dicionário de Honório Tonial (HT), Dicionário Português *Talian* (1997) e de

¹⁴⁴ Alberto Vitor Stawinski (AS), *Dicionário Vêneta Sul-rio-grandense Português* (1987).

¹⁴⁵ Do italiano-padrão, o dicionário de Zanichelli editore; prima edizione per L'Italia: gennaio, 1996.

verificar que se trata de duas línguas românicas em contato com estruturas semelhantes. E é principalmente na estrutura fônica que ocorrem certos fenômenos, tanto no dialeto italiano, quanto no português.

Concluindo, constata-se a presença do *talian* falado na região “*amighi de scola*”, juntamente com expressões do italiano-padrão “*che ho imparà è stato*”, com expressões do português “*de comunidade, de pescaria*”, além de expressões do italiano-padrão com o português: “*il primo presente*”: (*il primo* = italiano-padrão; *presente* = português e no italiano-padrão = *presente* e *regalo*, sendo este último o mais usado).

A informante C, GII mono, também do ponto 1, traz uma situação que nos revela outra faceta do papel da família na transmissão da língua de origem:

Inf. C – Eu também acho. É questão de uma geração mais. Aqui no urbano quase não tem mais. Eu vou pegá um exemplo dos nono Picolli, que é a região mais rural italiana de Erechim. **Os nonos lá falam ainda muito bem. As filhas e filhos falam com eles também relativamente bem. Mas a gurizada** vem toda com os micro (ônibus) estudá em Erechim, porque escolinhas rurais não têm mais. Então os pais não falam com as criança, dele,s em italiano dialeto, falam em português. Então **eles já não aprenderam. Então eles não vão ensiná para os filhos deles porque eles também não sabem.** Então acho que é a última geração. Eles vêm de micro, aqui não falam e eles não querem nem sabê de falá. Eu tenho isso muito claro (GII mono Ponto.1).

A informante C destaca a introdução de um elemento exógeno ao ambiente familiar e ao meio rural: de um período de relativa densidade e multiplicidade (MILROY, (1987, p. 61) diz que a extrema densidade produz uma homogeneidade de normas e valores) de relações que fixaram e ampliaram a comunicação na língua de origem, ocorre uma quebra de sistema, ou seja, o microônibus como um elemento que possibilita a saída de um mundo existencial para outro e, com isso, a mudança de hábitos, de referências e de linguagem.

O fim da escolinha rural também traz consigo o fim de uma possibilidade de manutenção da língua de origem, já que o professor (normalmente a professora), sendo da comunidade, mantinha seus valores e costumes. Prova é que, da geração dos *nonos*, praticamente monolíngue em italiano, passa-se à geração dos pais, bilíngue ita/ptg para a geração dos filhos, monolíngues, agora, em português. Realiza-se o que Grosjean (1982) e Romaine (1995, p.5) constata na situação de contato entre duas línguas com diferentes funções de uso, onde o contato com a língua majoritária é muito mais intenso. Romaine diz que “*o bilinguismo está a um passo da extinção linguística*¹⁴⁶”. Não é uma regra, mas, em alguns casos, essa afirmação traduz uma realidade, já que, historicamente, o deslocamento de

¹⁴⁶ “*It has often been said that bilingualism is a step along the road to linguistic extinction*”. A mesma situação é vista por Grosjean, (1982).

uma língua em uma comunidade de fala bi(multi)língue tem se caracterizado pela sequência temporal monolinguismo-bilinguismo-monolinguismo: nesse caso, a comunidade ou grupo que um dia foi monolíngue no italiano, tornou-se temporariamente bilíngue através do contato com o português, língua dominante, e caminha para a extinção da língua italiana, tornando-se novamente monolíngue, porém na língua portuguesa. Assim como pode acontecer em um curto espaço de tempo, esse processo de deslocamento linguístico pode durar anos ou séculos, não dependendo de fatores linguísticos, mas extralinguísticos. Há que se questionar, naturalmente, o papel ou a força da atitude dos pais na transmissão da língua. Retomamos a pergunta inicial: “Que atitudes individuais e coletivas estão presentes na fala e no comportamento do descendente italiano em relação à sua língua e à sua cultura de origem?”

Diferente é a situação do entrevistado B, do mesmo grupo GII mono Ponto 1, que teve como primeira língua o italiano, vindo a aprender o português somente na escola. Desses quatro entrevistados, é o que tem a situação mais definida quanto à aquisição da língua materna, ou seja, o *talian* como a língua aprendida sem o contato com o português, pelo menos até os sete ou oito anos de idade. Vejamos como ele se manifesta:

Inf. B – *Mi, mi hò impará o talian con la me faméia, con me pupà, con la me màma e me fradèi. E onde son... nassesto, onde me son... criato, son elevato... fin che non son andato a scola, fin ai sete, oto ani, se se ...parlava con la me faméia, con algun cuzin, algun zio, o zia, solo* (GII mono Ponto.1).

Trad.: Eu aprendi o *talian* com a minha família, com meu pai, com a minha mãe e meus irmãos. E onde nasci, onde me criei...até que não fui à escola, até os 7, 8 anos, se falava com a minha família, com algum primo, algum tio ou tia, só (GII mono Ponto.1).

É importante ressaltar que o informante B, acima, é o que demonstrou, na entrevista, maior desenvoltura no trato com a língua de origem, tanto na pronúncia quanto no desenvolvimento do vocabulário do *talian*. Mesmo assim, o inf. B realiza alguma interferência. O termo *elevato*, encontramos em HT como *slevato* ou *aslevato*, em AS não encontramos registro, e no italiano-padrão de Z como *allevato*. Já o termo *criato* poderia ser do italiano-padrão *creare* com interferência do português.

Ainda no ponto 1, grupo GII bi, o informante A teve o *talian* e o português como línguas maternas, aprendendo as duas simultaneamente:

Inf. A – Minha mãe se manifestava, fundamentalmente, só em italiano e meu pai, fundamentalmente, só em português. Então, eventualmente, se imbricavam as duas (...) e assim foi que se aprendeu as duas, talvez não tão bem como se uma fosse, mas enfim, o meio de intercomunicação, em casa, com a mãe, era italiano, com o pai, em português. E, exatamente, até os 4, 5 anos era só em italiano, praticamente. Isto era em Monte Alegre (GII bi Ponto.1).

O mesmo informante se manifesta também em talian:

Inf. A – *Pra mim... ah...da piccolo, a casa, me màma parlava solo italiano. Papà nò, papà sò portoghese. Allora è stato, una lengua como se paterna fusse. E le due se hà imparato né...sensa far forse, sensa preocu (...) de um lado, ao naturale* (GII bi Ponto.1).

Trad.: Pra mim...ah...de pequeno, em casa, minha mãe falava só em italiano. Papai não, papai só em português. Então foi uma língua como se paterna fosse. E as duas se aprendeu né...sem fazer força, sem preocupação de um lado, ao natural (GII bi Ponto.1).

Embora a relação com o pai fosse apenas em português, a ponto de dizer do português “*Alora è stato una lengua como se paterna fusse,*” a presença italiana foi bem maior no ambiente familiar e mesmo na comunidade, o que fez com que o entrevistado diga que “e assim foi que se aprendeu as duas, talvez não tão bem como se uma fosse”. Ao dizer isto, refere-se à melhor aprendizagem, na época, do italiano do que do português. Este informante pode ter vivido o que, nos estudos de aquisição da linguagem, se conhece por princípio de *Grammont: une persone, une langue*. Pelo princípio, o pai e a mãe, com línguas diferentes, devem usar sempre a mesma língua e apenas uma, na interação com a criança. No caso do informante A, o pai falava o português e a mãe o italiano. No entanto, mesmo falando as duas línguas, com propriedade, a ponto de dizer. “*E le due se hà imparato né...sensa far forse, sensa preocu (...) de um lado, ao naturale...*”, o informante A mantém uma atitude de incredulidade quanto à maneira como adquiriu as duas línguas, demonstrando que talvez falasse melhor se tivesse aprendido apenas uma língua. Esta crença de que a aquisição de duas ou mais línguas, concomitantemente, dificulta e atrapalha o processo de aprendizagem de um modo geral, causando prejuízos ao desenvolvimento cognitivo das crianças foi e é, ainda, muito comum entre pais descendentes de imigrantes bilíngues. Altenhofen (2002) escreve que

são numerosos os comentários colhidos de jovens pais bilíngues, afirmando ensinarem apenas o português aos seus filhos, para que “esses não passem pelos mesmos problemas pelos quais eles passaram na escola (ALTENHOFEN, 2002, p.38).

Embora com a suspeita de que talvez não tenha aprendido bem as duas línguas, dá para perceber, através da fala do informante A do grupo GII bi, uma significativa proficiência no trato com a língua de origem, semelhante à proficiência apresentada pelo informante B do grupo GII mono, ambos do ponto.1, com procedência de área rural e com aquisição do dialeto italiano ainda na infância, seja simultaneamente com o português (Inf. A GII bi), seja apenas no dialeto italiano (Inf. B, GII mono).

O informante B, a seguir, também do grupo GII bi Ponto 1, embora tendo a língua italiana como primeira língua, “fala pouco, porque não tem com quem falar”. A questão da

língua materna passa também pela questão da língua dominante, “a dominância relativa das línguas” (ou configuração de dominância, cf. WEINREICH, 1964, p. 75). O *code-switching* ou *code-mixing* presentes no comportamento bilíngue podem ser considerados como falha ou como fator de *status*, dependendo do grau de articulação com que o indivíduo consegue expressar-se e de sua posição social (LAMBERT, 1972). No caso do informante B, sobressai o fator *status*, já que se alia a posição social ao grau de articulação do *talian* para poder suprir a necessidade de conseguir algo:

Inf. B – *Hò imparà a ascoltar i grandi. Pupà, la màma, la nona, el nono, mi zie. Lora gò imparà ascoltando...Parlo poco perchè non se gà, non se gà...con chi parlare...Magari, quando se và in tela colònia, in tel interior se parla un poco. E quando so ndato a San Valentim lavorare in tela cassa [Caixa] ecoNÔmica, go (...) necessitado parlar novamente il dialeto, se nò non se coneghia mia la simpatia e la confianssa dei coloni pra ciapar sui soldi. Lora, gò imparà novamente parlar italiano, che lori dizea:- “Daghe i soldi che questo è di nostri!” (GII bi Ponto1).*

Trad.: Comecei aprender escutando os grandes. Pai, a mãe, a vó, o vô, meus tios. Então aprendi escutando. Falo pouco porque não se tem com quem falar ... Mas, quando se vai à colônia, no interior, se fala um pouco. E quando fui a São Valentim trabalhar na Caixa Econômica, tive necessidade de falar novamente o dialeto, senão não se conseguia a simpatia e a confiança dos colonos para pegar seu dinheiro. Então comecei novamente a falar italiano, que eles diziam: “Dão o dinheiro que este é dos nossos (GII bi Ponto 1).

Como os informantes A, (GII bi) e B (GII mono) acima, o informante B (GII bi) também adquiriu o dialeto italiano na infância, em área rural. Mais tarde, residindo em Erechim, nosso ponto 1 da pesquisa, o informante já era funcionário da Caixa Econômica Estadual, mas só necessitou falar novamente o *talian* quando foi designado para atuar em São Valentim, uma cidade interiorana e com população majoritária de origem italiana. Observe-se que o informante B realiza sua fala dialetal com apenas uma interferência, que é do italiano-padrão¹⁴⁷, em: “**Hò imparà**” nas demais ocorrências, mantém o “**gò**”, próprio do *talian*.

A inf. C realiza um maior número de interferências, vejamos:

Inf. C – *Mi, quando zèra picòla, gavea la me nona che me piasea TANTo e zèra sempre insieme a éla. Portanto, tela mea fameia, me pare, me mare non parlava (parlavano) mia italiano, ma la me nona la parlava tuto e mi parlava (parlavo) il portoghese, ma éla la dimandava tuto in italiano e mi respondeva (rispondevo) in portoghese. Partanto, ho tanto imparato con éla e hò tanto nostalgia dela per quello, ma mai in me fameia ho parlato italiano, tuto con la me nona. (GII bi Ponto 1).*

Trad.: Eu, quando era pequena, tinha a minha vó que eu gostava TANTo e estava sempre junto à ela. Portanto, na minha família, meu pai, minha mãe não falavam em italiano, mas a minha vó falava tudo e eu falava em português, mas ela perguntava tudo em italiano e eu respondia em português. Portanto, eu aprendi muito com ela e tenho tanta saudade dela por isso, mas nunca em minha família falei italiano, tudo com a minha vó (GII bi Ponto 1).

¹⁴⁷ Alberto Vitor Stawinski 1987, p. X (AS), inclui também *hó* como sendo do dialeto italiano.

Esta informante passou sua infância na cidade e pouco ou nenhum contato teve com o espaço rural, tanto que só ouvia o dialeto italiano pela voz da *nona*. Tem sua descendência italiana através do pai e a descendência alemã através da mãe. Observe-se que a inf. C encontra dificuldades na utilização dos verbos: *non parlava* por *non parlavano*; *mi parlava* por *mi parlavo*; *mi respondeva* por *mi rispondevo*. Também **hò**: do italiano-padrão, em vez de **gò**, mais usado no *talian*. Há, ainda, palavras em português, como **portanto**; em HT *parsiò*, *cong.*, *pérsio*, *alora*, *partanto*, *pertanto*, *paraò*. Em AS não há registro. No italiano-padrão, em Z conj. *dunque*, *quindi*, *pertanto*. Também realiza a contração da preposição de + ela = dela [*dela*] com pronúncia paroxítona, como no português.

À par da questão linguística, sentimentos distintos, de identificação e de afeto, ligam os entrevistados B e C do grupo GII bi acima à aprendizagem e manutenção do *talian*, mas há um elemento comum: A *nona* é o elo com a língua de origem. O inf. B adquiriu a língua de origem com a família e nesta há o *nono* e a *nona*. A inf. C, mesmo respondendo em português, aprendeu o italiano com *Éla* “*ho tanto imparato com éla*,” a saudade é da *nona*, de suas conversas em italiano: “*ho tanto nostalgia dela per quello*.”

A *nona*, como o elemento de ligação com a língua de origem, está presente também na geração mais jovem, GI bi, a geração que, nos três pontos da pesquisa é bilíngue, ou seja, mantém o português e a língua de origem. Pode-se dizer que a figura feminina, representada pelo grupo GII, se destaca como principal veículo de transmissão e manutenção do *talian*, portanto, mais conservadora, independentemente de ponto de pesquisa. Obviamente, há que se assinalar aqui o fato de que, nessa época, a mulher permanecia muito mais tempo no lar e próxima aos filhos e netos, pelas próprias condições de trabalho e de posição social dentro da família. Quando esta conjunção de fatores se alterava, alterava também o resultado:

Inf. A – Mas, em casa, a minha mãe..., isso se passou mais de 10, 15 anos, a minha mãe falava o italiano permanentemente. Ela perdeu a fala, deixou de falá italiano quando veio morar aqui. (aqui é Erechim, ponto 1). Então, ninguém falava, mas a mãe...foi misturando, misturando até que desapareceu (GII bi Ponto 1).

Inf. C – Aprendi com meus avós... Porque na verdade, por que eu aprendi?... Aprendi o pouco que sei? Porque eu ouvia eles falá, falavam no dia-a-dia. Agora, meus filhos, por exemplo. Eu e a, a minha... noiva. Em casa, a gente não fala o italiano, a gente só fala português, normal. Então, se um dia a gente tiver filhos, ele vai conviver conosco aprendendo a falá o português. Se eu quiser que ele aprenda o italiano, e eu quero, porque quanto mais línguas ele tiver, melhor, eu vou mandá ele pra uma escola de italiano gramatical, ele vai aprendê o italiano gramatical. O dialeto? Só se ele tiver a oportunidade de convivê com a minha mãe, o meu pai, de repente entre eles vão falá alguma coisa...mas hoje em dia, as pessoas não ficam mais com a mãe, os pais, vão

para uma casa diferente, não têm mais aquela convivência de um pai e de uma mãe e 10 filhos ao redor. É diferente (GI bi Ponto 1).

A hipótese de que a mulher do grupo GII mantém a língua de origem em maior grau do que o homem parece exercer duas forças contrárias entre si, ou seja, ao mesmo tempo em que a mulher mantém a língua também pode deixar de fazê-lo, enfatizando, desse modo, o papel preponderante do contexto. Sobre as diferenças de manutenção e substituição linguística na dimensão diagenérica, veja-se seção 4.2.1.

4.3.4.3 O papel dos *nonos* – *i noni*

A união da família foi, nos primeiros tempos de colonização e principalmente em regiões mais isoladas, um fator imprescindível de sobrevivência, pois dela dependia a produção na terra e a preservação da cultura, incluindo a língua de intercomunicação. Nas histórias de família de descendentes de italianos, estudadas por GIRON, (2007, p.49), “o trabalho tem mais valor que a religião”. E é justamente o trabalho que ocupava, entre as mulheres ítalo-brasileiras, um tempo muito precioso. Elas acompanhavam os maridos nas lides da roça e, ainda, tinham sob sua responsabilidade as tarefas da casa. Nestas, se incluía a criação e a educação dos filhos.

Para uma melhor compreensão desse contexto, é importante ressaltar que a família italiana é conhecida, tradicionalmente, como uma família numerosa e que, sob o mesmo teto, abrigava avós, pais e filhos. Nesse convívio familiar, os avós ajudam os filhos a criar os netos. Bertonha (2005) escreve que

mesmo entre os descendentes de italianos espalhados pelo mundo, esse traço de valorização da família e da proximidade com ela é uma característica cultural ainda bastante forte [...] dos italianos ou descendentes no Brasil, por exemplo (BERTONHA, 2005, p.254/5).

Das famílias de nossos informantes (em número de 48), apenas duas não são provenientes da antiga região de colonização italiana (RCI). Portanto, os “*nonos*” descritos nos depoimentos da GII, são os descendentes dos imigrantes de 2ª geração, nascidos, na verdade, na RCI onde, certamente, adquiriram a língua de origem como língua dominante. Em muitos casos, eram praticamente monolíngues em *talian*. Tanto é fato que, mesmo os “*nonos*” da GI são mencionados pelos informantes jovens como os que ainda “só falavam o italiano”.

Trata-se, assim, de famílias típicas italianas, nas quais se mantiveram traços culturais como o da convivência familiar entre *i noni* e *i nipoti*, ou seja, entre os avós e os netos.

A presença dos “*nonos*” na transmissão da língua de origem aparece em 100% dos depoimentos dos informantes da GI bi (os mais jovens), independente do ponto pesquisado. Tal é acentuado em depoimentos como os que seguem:

Inf. A – Eu, em virtude de conviver com a minha vó desde criança e a minha vó não sabe falar português, então as primeiras palavras que saíram era sempre em italiano, em virtude né...*tosa, insieme...demo...vassora...i*, então as primeiras palavras eu falava como a minha vó falava, que como eu ficava o dia inteiro com ela (GI bi Ponto 1).

Inf. C - *Mi gò imparà italian con la me NONa, mare de me mare [...] éla parlava TANTo italian con so...fiòle* (GI bi Ponto 1).

Trad.: Eu aprendi italiano com a minha vó, mãe da minha mãe (...) ela falava TANTo italiano com suas... filhas...(GI bi Ponto 1).

Entretanto, na mesma GI, agora nos pontos 3 e 4 da pesquisa (os mais isolados), não só a *nona* aparece como a transmissora da língua, mas também os pais, indicando a permanência da língua em todo contexto familiar, incluindo a 3ª geração, no caso desta pesquisa, a representada pela GII:

Inf. B – *Io ho imparato il italiano perché quando era bambina in contatto con la mia nona che parlava con tutte le persone in italiano. La mia nona la è morta e adesso non parlo niente talian, ma... ho imparato con lei, ascoltando la mia nona parlare con le persone* (GI bi Ponto 3).

Trad. : Eu aprendi o italiano porque quando eu era pequena em contato com a minha *nona* que falava com todas as pessoas em italiano. A minha *nona* já é morta e agora não falo nada em *talian*, mas eu aprendi com ela, escutando minha *nona* falar com as pessoas (GI bi Ponto 3).

Inf. A- *Mi gò imparà parlar talian insieme con me nona, desde picinina, mi... sempre insieme com éla, lora mi gò imparà parlar português, normal, ma talian sempre éla, sol che parlea talian lora mi go imparà fàcile, sempre insieme com éla, assim...sèi ani, por aí, la casa me pare e me mare lu le parla ma no tanto quanto éla, lora mi go imparà insieme com éla* (GI bi Ponto 4).

Trad. : Eu aprendi falar talian junto com minha *nona*, desde pequena, eu sempre junto a ela, então eu aprendi falar português, normal, mas *talian* sempre com ela, que só falava em *talian*, e então eu aprendi fácil, sempre junto a ela, assim, aos 6 anos, por aí...em casa, o pai e a mãe eles falam, mas não tanto quanto ela, então eu aprendi junto com ela (GI bi Ponto 4).

Inf. B – *Mi lora, mi gò imparà de la me nona, principalmente de la me nona, la màma da màma em una caseta separada, da rente, banda del pai, e lora... pai, màma e el nono em tea carossa e mi stea a casa insieme com la nona. Tutti sà parlar talian là casa, nona, nono pai e la màma* (GI bi Ponto 4).

Trad.: Eu então, eu aprendi com a minha *nona*., principalmente da minha *nona*, a mãe da mãe em uma casinha separada, perto, do lado do pai, e então...pai, mãe e o *nono* na carroça e eu ficava em casa, junto com a *nona*. Todos sabem falar talian lê em casa, *nona, nono, pai* e a mãe (GI bi Ponto 4).

Já a aquisição da língua materna pela GII (mais de 50 anos) ocorre de forma distinta no ponto 1 e nos pontos 3 e 4. No ponto 1 da pesquisa, a aquisição ocorre preponderantemente através dos avós. O fator imperativo dessa aquisição vem da necessidade de intercomunicação, ou seja, falar com a avó exigia a aprendizagem da língua da avó, já que esta não sabia falar a outra língua, no caso, o português:

Inf. A – *Mi hò imparà, oidéa con la me nona. La se chiamava Ernesta. Ernesta Roncalio Vibardelli. Non la parlea niente in português* (GI bi Ponto 4).

Trad.: Eu aprendi falar, penso que com minha *nona*. Ela se chamava Ernesta. Ernesta Roncalio Vibardelli. Ela não falava nada em português (GI bi Ponto 4).

Inf. C – Eu sempre gostei gostei...acho que **pelo carinho que eu tinha pela minha vó** e tudo isso... e um ponto importante que eu analiso sempre, é que **mesmo que ela falasse em italiano e nós respondíamos em português, eu nunca mais esqueci!** Mesmo não falando mais e ...por força das circunstâncias até porque ninguém falava, e continuamos até minha avó morrer, muito idosa, ela sempre falando em italiano e nós respondendo em português e **quem conviveu com ela, fala o dialeto** (GII bi Ponto 1).

Inf. C – *Mi capisco tuto, ma parlo poco. ((riu)) Perché, hò imparà quello poco che sò con la me nona e me nono. Perché il mio pupà e la mia màma non parlavan italian, con noantre, sol con el nono e la nona* (GII mono Ponto 1).

Trad.: Eu entendo tudo, mas falo pouco. Porque, eu aprendi o pouco que sei com a minha *nona* e meu *nono*. Porque o meu pai e a minha mãe não falavam italian conosco, só com o *nono* e a *nona* (GII mono Ponto 1).

A informante A, acima, teve como primeira língua o português, mas já aos seis anos inicia o contato com a língua italiana através da convivência com a sua avó, que só falava esta língua. Antes disso, no contato com o “*nono*”, “*ai quatro ani, el me nono, che zéra sempre malà, me insegnà a...a léder, a contar i soldi, a far i trochi, a far compri...mas tudo em português*” (“aos quatro anos, o meu *nono*, que estava sempre doente, me ensinou a ler, a contar o dinheiro, a fazer o troco, a fazer compras...”). É diferente a posição do *nono*. Pelo que surge no decorrer da entrevista com esta informante, é possível perceber que o *nono* não gostava do *talian*. Este comportamento não é isolado, ele transcende em outros depoimentos. Levanta-se a hipótese de que o homem, nesse contexto e nessa geração, tinha mais acesso ao português porque mantinha contato frequente com o mundo externo. Usava seu conhecimento do português como forma/ferramenta para passar sua autoridade e poder masculino. Obviamente, esta hipótese precisaria ser melhor trabalhada e confirmada através de outras pesquisas.

Diferente é a situação nos pontos 3 e 4, onde a preponderância da transmissão é dos pais, indicando a presença mais constante dos mesmos no ambiente do lar e, principalmente, a

manutenção da língua de origem, pelo que se pode deduzir, ocasionada pelo seu papel de única língua de intercomunicação:

Inf. B – *Varda, mi go imparà com me pare e a màma. Perchè, scola... quando che andea a scola, podia falar português e mi non savea... falar português ...tochea star senza parlar* (GII bi Ponto 3).

Trad.: Olha, eu aprendi com meu pai e a mãe. Porque escola...quando se ia à escola, podia falar português e eu não sabia falar português...ficava sem falar (GII bi Ponto 3).

Inf. A – **Ah, è vegnesto de nostri pupà.** *Quando gò cominsià parlar, lori gà insegnà a parlar italian, lori lé parlea italian, non ghèra altra língua, là che noantri gamo imparà parlar italian . Perchè brasilian non le ghèra, non lé ghèra, quem sabe ali...lèra sol italian e là gò imparà a parlar italian* (GII bi Ponto 3).

Trad.: Ah, veio de nossos pais. Quando eu comecei a falar eles ensinaram a falar italian, eles falavam *italian*, não tinha outra língua, lá que nós aprendemos a falar *italian*. Porque brasileiro não tinha, não tinha, quem sabe ali... tinha só *italian* e eu comecei a falar *italian* (GII bi Ponto 3).

Inf. D – *Mi anca, lora, la família mia la era tuti do italiani e sempre me gà insegnà italian, scominsié andar a scola ma non capia mia tuto quel che dizea a scola* (GII bi Ponto 4).

Trad.: Eu também, então, a minha família era toda do italiano e sempre me ensinaram *italian*; comecei a ir à escola mas não entendia tudo o que dizia a escola (GII bi Ponto 4).

No entanto, pelo que se deduz do depoimento do informante C (Ponto 3) abaixo, o fator que determina ou a manutenção do talian ou a sua troca como língua de intercomunicação, pelo português, também tem sua sustentação na existência dos avós e não dos pais. Não existindo mais o elo, motivo de uso da língua de origem no contexto da comunicação familiar, cessa a necessidade de uso desta língua:

Inf. C – Lá em casa foi mais ou menos igual. Até que tinha a minha vó viva, o meu pai, dentro de casa, falava com ela, até porque **ela entendia até mais acho que o italiano do que o português**, falava mais o italiano com ela. A **minha mãe** também, ela **até fala, só que com nós ela procurava falá mais o português**, aí, por causa dela... nós não aprendemos (GI mono Ponto 3).

Volta aqui o papel da mulher na manutenção ou perda da língua de imigração e o fator preponderante do contexto (ver seção anterior), também em nível familiar. Vale para ilustrar e como constatação, o depoimento de um de nossos informantes:

Inf. D – Dificilmente você vai lutá para defendê o seu dialeto, porque não existe nem um espaço que diga que isso é importante! (GII mono Ponto1).

4.3.4.4 Bilinguismo passivo: a meio caminho da perda linguística ou potencial para a revitalização?

Um dos fenômenos muito comuns e recorrentes nos dados é a ocorrência de casos de bilinguismo passivo entre os jovens, que não falam a língua, porém a compreendem. Tal é atestado em uma série de depoimentos, como o do informante B, GI mono Ponto 1:

Inf. B - Uh... uh... eu... eu perdi!!!! Por pura falta de uso mesmo, porque eu aprendi. **Eu entendo, eu compreendo bem, eu leio bem, mas não falo nada e escrevo menos ainda. Por pura falta de uso**, de utilidade, de manuseio com a língua. Uma dívida que eu tenho é esta!

Pesquisadora Você chegou a aprender com os pais?

Inf. B – Sim, cheguei a aprender e mantenho nítida a pronúncia, a fonética, algumas construções sintáticas específicas, enfim eu tenho isso bem claro, mas não reproduzo isso, eu só absorvo (GI mono Ponto 1).

Em muitos casos, a questão do uso e compreensão da língua é vinculada à atuação da escola, essencialmente em português, como afirma o informante A, do mesmo grupo GI mono Ponto 1:

Inf. A – Nunca tinha me questionado com relação a isso. Mas eu acho que é uma questão de hábito da escola, que tu vai perdendo, porque **quando tu é criança tu até ouve, vai ouvindo... vai ouvindo...acho que se fosse até de estudá o italiano a gente tenha mais facilidade de aprendê** em sala de aula do que os outros que não tiveram contato na infância com quem falasse italiano (GI mono Ponto 1).

Inf. D – É lamentável. Eu lamento, porque seria interessante ((forte acento italiano no **te** final de sílaba)) você aprende até pra passá, por exemplo, os meus pais falam e **eu até entendo alguma coisa, mas se eu tivé que falá pros meus filhos eu não vou consegui passa porque eu não conheço a língua...**então...tá deixando um conhecimento né (GI mono Ponto 3).

Inf. B – Porque antigamente, com os meus pais, os meus avós falavam, então avô, pais, conversam, e dentro da minha casa, pai e mãe não se falam, então **a gente não cultivô aquela, aquela idéia do italiano sabe, porque sempre foi falado o português** e se tu vai no final de semana na casa de meu vós ainda tem o italiano, mas entre eles, pais e filho, **até quando eles falam com nós eles falam o português, eles não falam o italiano, acham que a gente não entende**, mas entre eles, eles falam o italiano (GI mono Ponto 4).

Há, nos depoimentos de nossos dois informantes acima, um fato comum. Ele reside na menção à “falta de hábito” ou “falta de uso” pelo pouco ou nenhum incentivo dos pais que, apenas entre si, falavam a língua de origem. São casos de bilinguismo passivo, ou seja, pela simples exposição à língua, ainda hoje lhes é possível um nível elementar de entendimento desta mesma língua.

Identificam-se, nos depoimentos, duas posturas básicas em relação a esse estado de bilinguismo passivo:

a) a ausência da habilidade ativa de uso oral da língua inviabiliza a transmissão intergeracional do *talian*, como destaca o informante D, GI mono Ponto3;

b) o conhecimento mesmo que passivo da língua de imigração ainda assim facilita a sua (re)aprendizagem; é o que ressalta o informante A, GI mono Ponto 1.

Em outras palavras, o bilinguismo passivo pode, a nosso ver, ou sinalizar uma perda linguística do *talian* na próxima geração, ou indicar um ponto de recomeço para ações de revitalização da língua minoritária. Trata-se, pois, de um público com *status* diferenciado. A ele se associa, supostamente, uma identidade ainda presente, com mais intensidade, e o sentimento de um bem cultural perdido ainda constitui-se em fator de busca da língua. Vale acrescentar que não se trata, em hipótese alguma, de monolíngue, pois as habilidades bilíngues receptivas estão presentes e mesmo na produção de enunciados breves em frases de efeito na interação social são possíveis. Não se pode falar aqui em morte da língua, mas redução drástica das chances de continuidade.

Outro aspecto são as razões que levaram ao crescimento do número de bilíngues passivos. Sobretudo o período crítico de pós-proibição, na época da II Guerra Mundial, ao lado da ideologia de língua única na escola (*Portuguese only*), bem como do preconceito linguístico contra a língua minoritária, interferiram negativamente nas decisões dos pais. Como parte desse processo e bilíngüe passiva, me recordo de uma frase que costumava ouvir de meus avós e que só hoje consigo avaliar devidamente:

Non sta assar-la parlar talian, che quando va a Eressim, in scòla, ghe ride drio.

Trad.: Não a deixe falar *talian*, porque quando ela for a Erechim, na escola, vão rir dela.

A literatura existente nos mostra que há muitos diferentes modos e contextos pelos quais as crianças se tornam bilíngues, e não surpreendentemente, muitos diferentes resultados. Alguns pesquisadores¹⁴⁸ têm defendido a separação das duas línguas ou por pessoa (uma pessoa - uma língua – o método de GRAMMONT)¹⁴⁹ ou por contexto (um ambiente – uma língua) como mais desejável modo de condução ao bilinguismo infantil (ROMAINE, 1995, p. 171). Entretanto, não há suficientes evidências para sugerir que outros métodos conduzam a maus resultados, interferências ou substituição total de uma língua ou, ainda, que um

¹⁴⁸ Mackey apresenta in “Fishman, Joshua A – (1972) uma descrição das diferentes formas pelas quais uma criança pode tornar-se bilíngüe e também critérios para identificar o indivíduo bilíngüe.

¹⁴⁹ Grammont’s: método de aquisição do bilinguismo baseado na fórmula “une personne:une langue” M.GRAMMONT. *Observation sur lê langage dès enfants*. Melanges Meillet, Paris, 1902.

bilinguismo dito passivo, não possa ter um resultado positivo na (re)aprendizagem de uma língua supostamente relegada ao esquecimento, como já se salientou antes:

Inf. C – Então, talvez venha o ponto importante **da criança aprendê, né...porque a gente nunca mais esquece, mesmo não falando mais e ...por força das circunstâncias até porque ninguém falava, e continuamos até minha avó morrer, muito idosa, ela sempre falando em italiano e nós respondendo em português e quem conviveu com ela, fala o dialeto (GII bi Ponto 1).**

O testemunho da informante C mostra que mesmo respondendo em português, quando criança, mas ouvindo a avó falar em italiano, “quem conviveu com ela, fala o dialeto.” Tudo indica que o bilinguismo passivo precoce da informante lhe deu condições de, hoje, falar o *talian* (postura b) mencionada acima).

À procura de maior clareza sobre esta questão, e seguindo a mesma ótica de Mackey (1972 p.554), quando afirma ser o bilinguismo não um fenômeno da linguagem, mas de seu uso e que afeta a maioria da população mundial e por isso necessita de mais pesquisas e descrições, realizamos um experimento com bilíngues passivos italiano-português, baseado na compreensão oral de um texto lido em *talian*, em que se buscou testar a hipótese de que o bilinguismo passivo favorece a compreensão e, por conseguinte, a (re)aprendizagem da referida língua (PERTILE, 2008). Os resultados mostraram que a compreensão de texto atingiu um nível médio de 70%, o que confirma a hipótese.

A partir desse experimento e de estudos diversos (MACKEY, 1972; CUMMINS, 1978; ROMAINE, 1995) evidenciam-se os benefícios do bilinguismo como mais positivo do que negativo no desenvolvimento integral da criança. O que muda são os modos e caminhos para a aquisição bilíngue, sobre a qual Grosjean (1996) afirma o seguinte:

Uma criança adquire uma segunda língua tão rapidamente como a perde de novo. Tão logo ela percebe que não necessita mais de uma de suas línguas, a criança deixará de usá-la, **perdendo-se essa língua até a sua completa extinção** (grifo nosso). Isso vale, sobretudo, quando a criança percebe que seus pais são bilíngues e que, portanto, não há motivos para manter sua língua, se eles são os únicos que a falam (GROSJEAN, 1996, p.171).

A questão de necessidade já havia sido mencionada pelos informantes, quando tratamos do papel dos *nonos*. Em certo sentido, a afirmação de Grosjean reflete o lento processo de substituição linguística derivado das mudanças sociais do uso da língua minoritária. Por outro lado é no mínimo questionável, em nível de comunidade de fala, admitir sempre uma “completa extinção”, já que os “vestígios” da língua minoritária permanecem em grau maior ou menor. Em nosso experimento, houve diferentes níveis, entre

30% e 100% de reconhecimento da língua de origem, e, na pesquisa com os informantes, todos se manifestaram como mantenedores de certo grau de entendimento nessa língua. Se estes não são elementos decisórios, também não deixam de conter dados questionadores.

4.3.5 Canais de difusão: o midiático e o semiótico entre o *talian* e o italiano-padrão



Fig. 6 – Presença das variedades dialetais do italiano e do italiano-padrão na mídia.
Fontes: Revista Insieme (Maio 2009). Imagem painel comemorativo. Prospecto promocional festa taliana.

Honório Tonial (2009)¹⁵⁰ escreve, na língua *talian*, um pensamento de um “*vecetochel costumea dir*” (trad.: “de um velhinho que costumava dizer”):

El italiano el sarà la lingua dea economia, dei soldi, dei denari, dele scarsele. El talian véneto la è la lingua dei sentimenti, del laoro e dea preghiera, dea speransa, dei imigranti, de quei che i ga scominsià la construssion de “paesi e cita”.

Trad.: O italiano será a língua da economia, do dinheiro, do poder, da bolsa. O *talian-vêneto* é a língua dos sentimentos, do trabalho e da reza, da esperança, dos imigrantes, daqueles que começaram a construção do “país e cidades”.

Talvez este pensamento traduza, de uma maneira geral, o modo de ver a língua de origem italiana e, conseqüentemente, sua função e uso na sociedade maior (fig. 6). Já vimos que a questão não é assim tão pacífica e nem tão simples. Antes de estabelecer juízos de valor, é preciso entender os espaços que o português e o *talian* ocuparam e ocupam nos meios institucionais e, também e atualmente, o espaço ocupado pelo italiano-padrão.

O italiano-padrão superou os numerosos dialetos que dominavam a península itálica (BERTONHA, 2005, p.240) e impõe-se, hoje, como a língua falada pela grande maioria dos italianos. Em termos de *status* internacional, a língua italiana não tem a mesma aceitação, p.ex. do inglês, do francês ou do espanhol (ver cap. 2, seção 2.3.6), mas, se pensarmos na relação entre pátria de origem *versus* descendentes ítalo-brasileiros, e língua oficial *versus* benefícios advindos de uma possível cidadania italiana, então a aprendizagem do italiano-padrão faz sentido. Não é de se estranhar, portanto, que o italiano-padrão seja a língua escolhida pelos ítalo-brasileiros desejosos de um passaporte que lhes dê acesso e aceitação no primeiro mundo. A informante C, abaixo, traduz em sua fala uma situação característica que mostra o pensamento de inúmeros descendentes falantes do *talian*, frente ao ensino do italiano-padrão e ilustra o que acabamos de expor:

Inf. C – Acho que há um retorno agora, na questão de falar a língua. Desde os anos 90 pra cá, com a globalização, com um fator muito determinante - a questão de que os brasileiros descobriram a dupla cidadania. Descendentes de italiano, no meio urbano, pelo menos. Todo mundo começou a pensá e a achá e a pensá que nós temos que buscar as origens. Ter a cidadania italiana, é, trazia muitas vantagens e a comunidade européia, e vamos estudá lá na Europa e vamos buscá os parente, não sei se alguém tinha idéia de herança ((risos)) sei lá o que, é mas eu senti no grupo de descendentes de italiano que eu frequento, no MFC (Movimento familiar cristão), na prefeitura, afinal na sociedade, todo mundo enlouquecido atrás desta cidadania. Bom, ter cidadania italiana e também não falá nem uma palavra, fica uma coisa horrível, né. Daí todo mundo...-começaram a proliferar os cursos de italiano então já gramatical em diversas instituições do Estado (GII mono Ponto1).

¹⁵⁰ O texto me foi enviado pelo autor, via correio, em maio de 2009, e ainda não se encontra publicado. Tem por título “*Cosa zelo sto talian véneto?*”

É o domínio do italiano-padrão que permite, ao ítalo-brasileiro, receber benefícios culturais, financeiros e sociais, tanto no Brasil, quanto no exterior, advindos desse mercado linguístico. Basta ver o número de associações, sociedades, institutos que atuam na sociedade em torno do italiano-padrão: são 31 em todo Estado e 13 na RCI, sendo que, em algumas, há um desmembramento em grupos culturais de dança, canto e música. A Associação *Massolin di Fiori*, com sede em Porto Alegre, é a única que veicula suas atividades de ensino e difusão da cultura ítalo-brasileira através da língua *talian*.

De outra forma, o Estado, o meio institucional brasileiro, tem na língua portuguesa o seu veículo de transmissão oficial, fazendo com que as demais línguas faladas no Brasil, como o *talian*, percam espaço no terreno midiático e fiquem restritas a uma esfera local ou nem isso (ver cap. 2, seção 2.3.6). Basta lembrar que o uso do *talian*, em material impresso, só ocorre, como coluna semanal, no jornal Correio Riograndense de Caxias do Sul e no Gazeta Regional de Bento Gonçalves. Na região do Alto Uruguai Gaúcho, não há jornais que mantenham colunas na língua *talian*. Entre as revistas, a Revista “*Insieme*” é uma publicação mensal bilíngue, em **italiano** e português, de difusão e promoção da cultura italiana e ítalo-brasileira. No entanto, em seu interior, não há textos em *talian*. Sua circulação é nacional, exclusivamente através de assinaturas e tem como sede a cidade de Curitiba/PR. Em Porto Alegre, a editora Sagra DC Luzzatto é a que publica livros em edições bilíngues *talian*/português e também em *talian*. Pelo inventário do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do *Talian* (GTDL), são em número de 87 (ver tab. 15) as publicações que circulam na língua *talian*, incluindo dicionários, gramáticas, biografias e ficção. Não estão aqui consideradas as publicações sobre a língua, o que certamente seria em número bem mais elevado.

Tabela 15 - Manifestação do *talian* em material impresso na língua: ano-base 2009.

Dicionários e Gramáticas	Obras bilíngues:talian/ptg	Obras no talian	TOTAL
13	32	42	87

Fonte: Pesquisa realizada pelo GTDL do *talian*/Instituto Vêneto/UCS/Caxias do Sul

É, no entanto, o rádio o canal de maior difusão do *talian*, conforme tab. 16, abaixo.

Tabela 16 - Manifestação do talian em rádios e número de difusores: a partir do mapeamento da Associação de Difusores do Talian – ano-base 2009.

Órgãos e Agentes	Número de rádios	Nº de difusores do Talian	Porcentagem (%)	
			Rádios	Difusores
Rio Grande do Sul	38	145	70,37	67,44
Santa Catarina	10	50	18,52	23,25
Paraná	6	20	11,11	9,31
TOTAL	54	215	100	100

Fonte: pesquisa realizada pelo GTDL do talian/Instituto Vêneto/UCS/Caxias do Sul

Como bem demonstra a tab.16, das 54 rádios associadas que transmitem programas na língua *talian*, 38 delas, ou seja, 70,37% localizam-se no Estado do Rio Grande do Sul, mas somente uma na região do Alto Uruguai Gaúcho, rádio Campinas, de Campinas do Sul. Há bem pouco tempo atrás (2006) havia programas em mais três rádios, de Aratiba, Gaurama e Erechim. Em média, os atuais programas têm a duração de uma hora e meia e são transmitidos semanalmente, aos sábados ou domingos. A audiência e área de alcance puderam ser testadas através de uma das metodologias utilizadas pelo GTDL da UCS, no inventário do *talian*. O grupo participou de 15 programas de rádio e realizou uma pesquisa que consistiu na seguinte estratégia: explicava-se o trabalho do inventário da língua e solicitava-se aos ouvintes que ligassem, durante o espaço do programa, para responder algumas perguntas: nome completo; localidade de residência; se era falante do *talian*; número de filhos e, destes, quantos eram falantes do *talian*. Já estão arquivados, em cerca de três meses de trabalho, os dados de 857 entrevistas que, oportunamente, serão devidamente analisadas, podendo propiciar uma estimativa de falantes do *talian* em toda região, bem como um índice de transmissão intergeracional. Já é possível dizer que é significativo o número de entrevistas, tendo em vista o espaço de duração dos programas (1 hora e meia), aliado ao fato da existência de apenas um ou no máximo dois aparelhos de telefone.

Outro canal muito importante de difusão do *talian*, na área em estudo, foi a Igreja Católica. A religião foi, como já assinalamos no cap. 2, o elemento integrador mais importante na formação inicial da sociedade ítalo-brasileira. Segundo Frosi e Mioranza (1975, p.74), a igreja funcionava como “centro sócio-religioso-cultural da comunidade; centro comercial da comunidade e centro de interesses étnico-políticos” (ver cap. 2, seção 2.3.7).

Ao lado e junto à capela, o padre leigo, *el prete laico*, também conhecido como *prete del mato* – padre do mato -, *prete de scapoera* – padre de capoeiras -, *el nostro prete* – o nosso padre -, era a pessoa que presidia as orações e incentivava tudo o que se referia à religião nas sociedades de capelas dos imigrantes italianos (COSTA & BATTISTEL, 1983, p.

622). Essas pessoas procuravam fazer todas as cerimônias que já conheciam na Itália. E, para isso, **a língua de uso comum era ainda a língua de origem**, portanto, as diferentes variedades dialetais do italiano. Com a chegada dos sacerdotes, os padres leigos continuaram a cumprir suas funções, mas tudo sob o mando daqueles.

O padre, ao se estabelecer em uma localidade, logo providenciava a construção de uma igreja maior, da escola, do hospital, do salão e a consequente melhoria de estradas e meios de comunicação. Era fator de progresso. Como vínculo, o padre necessitava de uma linguagem comum a todos, mesmo sendo a maioria deles de origem italiana e com domínio das diferentes variedades, a língua comum foi, inicialmente, a **coiné** de conhecimento geral e, após, o **português, ou *brasilian***, como o chamam os ítalo-brasileiros. A mudança de passagem da língua italiana para o português nas ações diárias e na celebração da missa do latim para o português não foi assim tão tranquila. Costa & Battistel (1983, p.613) registram que as pessoas de mais idade se queixavam dos cantos modernos por serem “ligeiros” e nem sempre entenderem o que significavam, mesmo sendo em português. Eram de uma só voz e, por isso, não tinham beleza e “*no i dize gnente*” – não dizem nada. Ou então: “*No capimo cossa che vol dir*” - não entendemos o que significam.

Nesse sentido, a igreja teve seu papel como “condutora do progresso”. Primeiramente, mantendo a língua de origem através do uso da língua comum (e se isso foi possível em certo período histórico, não foi o suficiente para garantir sua existência como mais uma língua brasileira), a **coiné**, e, após, estabelecendo o uso de outra língua comum, o português. Porém, há que se destacar que a língua em si, como objeto linguístico portador de toda uma cultura, nunca foi prioridade da Igreja Católica, e sim apenas como veículo condutor dos princípios religiosos de cunho católico-cristão. Atualmente, o *talian* é a língua usada nos sermões realizados durante as missas, nas igrejas católicas, somente nos pontos 3 e 4 e por ocasião de datas festivas. No ponto 1, quando há necessidade de uso do italiano, este é feito no italiano-padrão.

Pelo que vimos, a antiga situação de disputa de espaço de poder entre as duas línguas, o *talian* e o português, no início da colonização da região em estudo, não é mais a única. A disputa, hoje, impõe-se também entre o italiano-padrão e o *talian*, decorrente do grau de funcionalidade atribuído a essas línguas, em grande parte, pelos próprios falantes. Vejamos isso através do diálogo abaixo entre dois informantes do ponto 3 de nossa pesquisa:

Inf. C – Olha, eu não entendo, não entendo o Oliver Valente. O Oliver Valente, a língua dele é ((alguém diz: gramatical!)) Gramaticale. Então, o gramatical dela com a nossa, não fecha. ((Alguém repete: “Não fecha”)) Eu vejo ele cantá no coral, ele canta do meu lado eu não topo ele no meu lado

porque ele tem um tratado, a pronúncia dele é diferente. É diferente, é uma cosa. [coisa]..mais... (GII bi Ponto 3).

Inf. A – *Lu parla coretamente* [corretamente] *il italiano*. *La su* pronúncia coreta (correta). A palavra *dificile*, por exemplo, tu vai escreve é *dificile*, mas a pronúncia se diz [dífichile]. O *ce* em italiano é mais duro, quer dizer, não é duro, é até mais suave ele tem um sentido de *tche*. Tantas palavras aí, é por isso que é diferente. Ele que é o professor, ele quer o correto (GII bi Ponto 3).

Inf. C – Correto da parte dele, ma a nossa língua o pessoal daqui já não entende, vão na aula dele e nenhuma topa dele, até a filha do Luis Fontana tava lá também, ma não fecha a língua italiana dele...Jacutinga não fecha com o italiano dele, porque tem poucos com a língua dele aqui. ((houve várias interferências de um e de outro informante durante estas falas; alguns entendendo que o prof. fala diferente porque é o italiano-padrão; outros defendendo a variante dialetal da localidade)) (GII bi Ponto 3).

A língua de imigração, a língua geral, a língua comum à população do ponto 3 é o *talian*. O coral, do qual os informantes fazem parte, é organizado pela prefeitura municipal e mantém, em seu repertório, cantos em *talian* e em italiano-padrão. As diferenças são percebidas, aceitas por uns e repudiadas por outros “porque tem poucos com a língua dele aqui”. No entanto, já se observa, também no ponto 3, que a referência do “falar bem” está voltada ao italiano-padrão, assim como no ponto 1.

Inf. C – De repente, eu tenho um amigo meu, que é de Porto Alegre e ele tem um italiano diferente, ele é professor e tem formação. O italiano que ele aprendeu lá é o da gramática coreta [correta] não é o do dialeto (GI bi Ponto 1).

O informante transmite a impressão de que só há “gramática correta” no italiano-padrão, ou seja, identifica o *talian* como uma língua agramatical, portanto, inferior. Este plano subalterno a que o *talian* é colocado (dado apurado em 90% dos informantes do ponto 1), traz obstáculos à difusão da própria cultura da comunidade de falantes e à própria sobrevivência não só dessa cultura, mas também da própria língua. Tanto é que não se verificam meios impressos, como jornais e revistas, que divulguem o *talian*, no ponto 1.

A “verdadeira cultura” é a transmitida, segundo o informante abaixo, pela “verdadeira língua italiana”:

Inf. B – Acredito até que sim. Em virtude de hoje, até mesmo aqui em Erechim, nós temos uma escola né, a FAINORS, onde as pessoas acabam aprendendo o **verdadeiro italiano** né, a **verdadeira língua italiana**, com a pronúncia correta e tal, que da pronúncia correta pro dialeto tem grande diferença. (GI bi Ponto 1).

Essa impressão ou ponto de vista é recorrente entre os informantes:

Inf. D – A riqueza cultural como forma de se comunicar, a linguagem, ela não está na gramática. Então, se fosse possível né, teria que ver em cada região, aqui no Brasil a grande maioria veio da região do Vêneto, do norte, aí você preserva uma questão cultural, expressões próprias, então eu diria que é o ensino do dialeto, que é um caminho aberto para quem quer, depois, fazê o

gramatical, claro que vai enfrentá problemas, porque se aprendeu a falá português errado, depois pra corrigi nao é fácil, mas vai entendê também o gramatical (GII bi Ponto 1).

Diferente é a percepção dos informantes no ponto 4. Ao se perguntar se “há pessoas que falam melhor o italiano”, a referência é somente ao *talian*. As diferenças são atribuídas às distintas variedades dialetais, e não em comparação ao italiano-padrão.

Inf. B – Tem alguma diferença por causa das origem da do da região da Itália, tem o trevisan, tem o tirolês, tem o vicentino, tem o o o napolitano e então por isso tem a diferença (GII bi Ponto 4).

As pessoas de “mais idade” são os que melhor falam o italiano (entendido como *talian*).

Inf. B - Principalmente as pessoas de mais idade, porque os mais novos não seguem este costume (GI bi Ponto 4).

Inf. A, e C – Os mais velhos falam melhor! (GI mono Ponto 4).

“Falar bem” é sinônimo de falar bem a língua de origem. A referência é somente em relação às variedades dialetais; portanto, os mais velhos falam melhor! A comparação com o italiano-padrão não foi abordada. É neste mesmo ponto 4 que o *talian* está inserido como língua local em suas diferentes manifestações sociais, religiosas e culturais (ver seção 4.3.1). Embora haja o ensino do italiano-padrão nas escolas da rede municipal de ensino, há o cuidado de se fazer uma ponte entre os conhecimentos da língua estrangeira universal e os conhecimentos que só a língua local pode propiciar (conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Ensino).

A par dos canais de difusão, o suporte institucional prevê o amparo legal ao uso da língua, em parte pressionado pela força da comunidade falante.

4.3.6 Suporte institucional ao *talian*

O suporte institucional desempenha papel relevante no “reforçamento” (*reinforcement*) da língua minoritária e minorizada, pois coletiviza seu uso e valor, afetando a visão e imagem da língua, bem como as atitudes dos falantes em torno dessa mesma língua.

Assim, quando analisamos a existência do *talian*, sua forma de difusão ou estagnação no transcorrer da história (ver seção 4.1.1), um fato logo se destaca, independente da dimensão diatópica ou de outros fatores e variáveis intervenientes do eixo social: **o uso da língua restringiu-se ao ambiente familiar** ou de pequenas comunidades e não encontrou

respaldo na mídia e nos meios institucionais. Muito pelo contrário, foi exatamente o poder institucional que relegou a língua de imigração ao *status* de “língua familiar”. É difícil sustentar uma língua, através de gerações, se não há um suporte da sociedade e a linguagem é usada somente dentro do lar (FISHMAN, 2000). Isso afetou, fortemente, o acesso das pessoas ao *talian*, já que cada meio que se utiliza de uma língua permite acesso a experiências naquela língua, acentuando seus *status* (GIBBONS e RAMIREZ, 2004).

A importância do peso de cada meio vai depender, em um alto grau, do número de pessoas que fazem uso dele, como veremos nas seções que se seguem.

4.3.6.1 Presença visual da língua de imigração.

A presença de uma determinada língua em uma localidade pode ser inferida também através dos recursos de visualização dessa língua. Em nosso ponto 1, por exemplo, não há indícios visuais em placas, *outdoors*, cartazes ou outros recursos expostos pela cidade que estejam grafados ou façam referência ao *talian*. O que se constata são nomes de restaurantes com grafia em italiano, como *Buongiovane*. Mesmo o restaurante existente na ex-FRINAPE, atual EXPO, é direcionado ao italiano-padrão, assim como todos os panfletos e propagandas em torno da exposição. O museu histórico da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Erechim, guarda igualmente objetos diversos utilizados pelos imigrantes e descendentes das cinco etnias formadoras da cidade. A mesma universidade nunca propiciou, em seu currículo de Curso de Graduação em Letras, uma habilitação em italiano, mas sim apenas em inglês e em espanhol, línguas de maior procura profissional. O que se observa nos últimos cinco anos, é a procura mais acentuada da habilitação em inglês.

No ponto 4 (cap. 3, pesquisa histórica), já vimos como o poder público municipal busca preservar a cultura italiana, mantendo a Casa de Cultura Italiana, instalada ao lado da prefeitura municipal, o Grupo de Danças Nova Itália e o Coral Italiano São Caetano. Entre as festividades que objetivam a vivência da língua e dos costumes italianos, organiza, juntamente com a comunidade e contando com o apoio da Igreja Católica, a Festa do Padroeiro do Motorista da Igreja São Caetano, a Romaria das Capelinhas, a Festa Italiana, o Festival da Cana de Açúcar, a Festa do Vinho, o Festival Estadual do Leitão Assado e o Festival de Corais Italianos. No setor da gastronomia, destaca-se a família Zortéa, na Linha Cerro do Meio Dia, que construiu o *Recanto Nova Itália*, um restaurante onde é servido café

colonial e *brodo*¹⁵¹. Entretanto, esse registro é feito em português, assim como não há, no pórtico de entrada da cidade ou em outros locais públicos, referências visuais à língua de imigração predominante. Constata-se uma exaltação étnica como forma de aquisição de vantagens financeiras advindas dessa exploração intercultural, que em nada se relaciona com a língua local, efetivamente falada na comunidade. Existe a inclusão social, mas não existe a inclusão linguística.

Pelo histórico do ponto 3, a prefeitura promove festas italianas como a famosa Festa do Porco Desossado, incentiva a realização dos *filós* e mantém o coral de adultos com cantos no italiano-padrão e no dialeto vêneto. Possui, também, o museu do imigrante, uma antiga casa de arquitetura colonial italiana, com utensílios que marcaram os primeiros anos de vida dos imigrantes e ítalo-brasileiros na colônia. No entanto, placas com denominação são grafadas em português, ou seja, a presença da língua, em sua forma oral, não constitui uma razão ou força para seu registro, visibilidade e conseqüente promoção.

Nos três pontos pesquisados, há o *gemellaggio*: tratado de amizade entre duas localidades dos dois países (Brasil e Itália), com o objetivo de estreitar laços econômicos, sociais e culturais. No entanto, em todo esse intercâmbio e instâncias, a referência da língua é o italiano-padrão. Por mais paradoxal que possa parecer, mesmo quando a referência é a língua de imigração, no caso, o *talian*, a grafia é feita no italiano-padrão. Segundo Altenhofen & Oliveira (2009, p.2, no prelo) “[...] o nome confere visibilidade e identidade à língua. Sendo assim, a denominação de uma língua pode promover tanto a sua vida, quanto sua morte”.

4.3.6.2 A língua na administração

Já vimos (seção 4.3.6) que o apoio institucional é fator imprescindível para a manutenção de uma língua na sociedade como um todo. Para Oliveira & Altenhofen (2009, p.19, no prelo) são os órgãos de Estado diretamente envolvidos com a planificação linguística, aqui atingindo todas as instâncias, ministério da cultura, educação, ciência e tecnologia, secretarias estaduais e municipais, que necessitam estar capacitados para fazer frente e gerir as novas demandas da globalização e da inclusão cultural e linguística das comunidades falantes. Na área local, é o município que tem as maiores condições de atuar em prol do uso e manutenção das línguas de seus habitantes, ou seja, na gestão das línguas, como fonte

¹⁵¹ *Brodo*: termo vindo do italiano-padrão (caldo, sopa).

detentora do poder público municipal, e, neste, a atuação de seus gestores é fundamental. Dos gestores administrativos de nossos pontos pesquisados (gestão 2005/2008), encontramos o seguinte quadro (tab. 17) na composição da descendência étnica e manutenção da língua:

Tabela 17 - Pesquisa realizada no ano de 2006, nos 3 pontos das entrevistas (gestão 2005-8).

Grupo dirigente municipal: descendência ítalo-bras. e número de falantes do <i>talian</i>									
GRUPO DIRIGENTE	MUNICÍPIOS - REGIÃO ALTO URUGUAI								
	ERECHIM			JACUTINGA			SEVERIANO		
	Nº T	IB	FT	Nº T	IB	FT	Nº T	IB	FT
Prefeitos e vices	2	2	1	2	2	2	2	2	2
Secretários	10	9	7	9	7	7	9	7	7
Vereadores	10	7	4	4	3	3	5	3	3
TOTAL	22	18	12	15	12	12	16	12	12
%	100,00	81,81	54,54	100,00	80,00	80,00	100,00	75,00	75,00

Nº T = Número Total / IB = Ítalo-Brasileiros / FT = Falantes *Talian*

Esses números demonstram uma clara preponderância de ítalo-brasileiros no quadro dos gestores públicos municipais. Veja-se que nos pontos 3 e 4, o número de prefeitos, vices, vereadores e secretários ítalo-brasileiros (24) é o mesmo número dos que falam o *talian*, ou seja, todos falam a língua de origem (100% de bilinguismo). No ponto 1, a relação cai de 18 descendentes para 12 falantes do *talian*, ou seja, de 100% de falantes nos pontos 3 e 4, para 66,66% no ponto 1, numa clara demonstração de perda linguística do *talian*. Se olharmos para a relação entre a totalidade dos dirigentes e número de falantes do *talian*, o percentual é menor, mesmo assim bastante significativo. Estes dados são indicativos da força demográfica dos ítalo-brasileiros e da manutenção da língua; no entanto, não parecem suficientes para desencadear uma política linguística pública explícita de promoção, reconhecimento e valorização da língua de imigração local. A que se deve isso?

Ainda são muito recentes e pouco conhecidos os trabalhos que tomam a língua, ou as questões da língua, no mesmo patamar que qualquer outra manifestação ou bem cultural, p.ex. como um prédio histórico ou uma festa típica. Pelo que já vimos nas seções anteriores, ações de uma política linguística em torno das línguas de imigração, no caso, do *talian*, ou seja, uma política linguística da municipalidade (se é que existe) são ainda muito minorizadas face aos interesses econômicos e ao *status* do italiano-padrão que prevalecem sobre a questão da manutenção e/ou revitalização da língua de origem local. Na seção abaixo, veremos como a administração pública municipal dá suporte à língua de imigração através do ensino ministrado em suas escolas, uma das poucas ações de promoção e gestão da língua consideradas pelas administrações. Vale lembrar que o repertório de ações dessa natureza

envolveria também, p.ex. questões de legislação, como se fez em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, onde a lei municipal nº 145/2002 cooficializou três línguas indígenas, Nheengatu, Tukano e Baniwa. “O objetivo da nova lei é garantir o direito dos cidadãos indígenas habitantes nesse município de entenderem e se fazerem entender quando em diálogo com os poderes públicos” (OLIVEIRA & ALTENHOFEN, 2009, no prelo).

4.3.6.3 O papel do ensino

Uma das ações, portanto, que algumas municipalidades julgam estar voltadas à promoção de políticas linguísticas públicas é a inclusão do ensino da língua de origem (leia-se ensino do italiano-padrão) no currículo das escolas (caso dos pontos 3 e 4 deste estudo). No entanto, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei nº 9.394/1996, há obrigatoriedade, a partir da 5ª série, do ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna. Assim, estando essas escolas situadas em uma zona de colonização de descendentes de italianos, e ficando a escolha da língua a cargo da comunidade escolar, a inclusão do italiano no currículo é, por assim dizer, o mínimo do mínimo que a municipalidade pode fazer em prol da população falante.

Sabemos que a escola sempre atuou no sentido da substituição da língua que o aluno traz de casa e não da adição, no sentido de que quanto melhor a criança domina o seu primeiro idioma, tanto melhor ela será capaz de dominar outros (hipótese da interdependência das línguas, de CUMMINS & SWAIN, 1986, p. 80). Pelos dados da pesquisa, vimos que foi na e pela escola que a geração GII aprendeu a língua portuguesa: “para se aprender a língua do novo país, era necessário substituir a língua do antigo” (seção 2.3.7). Também vimos que, pela força das circunstâncias, aprendeu a ignorar e até a menosprezar a variedade local do italiano, transmitindo esse sentimento às gerações posteriores:

Inf. C – A gente fala, divulga o dialeto, mas se você tivesse um filho e fosse querê que ele aprendesse italiano, seria o dialeto ou gramatical? Eu acho que **eu queria que ele aprendesse o gramatical, entendeu? O correto mesmo!** Então, o dialeto...acho que a única maneira de aprendê é pela convivência mesmo, ninguém vai estudá o dialeto, a não ser que seja pra alguma pesquisa científica (GI bi Ponto 1).

Entretanto, paralela a essa questão, vem a discussão de como viabilizar a possibilidade do ensino de duas línguas igualmente importantes na vida dos ítalo-brasileiros, ou seja, o *talian* e o italiano-padrão. A situação do *talian* serve como exemplo para uma questão bem mais ampla que é a questão da manutenção da diversidade linguística brasileira, do respeito e

inclusão dos falantes na gestão de suas línguas, e ainda, das exigências linguísticas de um mundo cada vez mais global que impõe o domínio, por exemplo, do inglês e também do espanhol como línguas consideradas universais.

É a escola o primeiro espaço institucional que a criança encontra fora do lar. É nesse espaço, portanto, que ela desenvolve o seu cabedal linguístico materno e aprende ou a valorizá-lo ou a abandoná-lo. É inegável o papel da escola! É também inegável a “necessidade de uma reforma linguística do país que permita uma reação coletiva positiva frente às novas demandas da globalização e da inclusão cultural linguística” (OLIVEIRA, ALTENHOFEN & 2009, no prelo).

Uma conscientização linguística (*language awareness*) poderia orientar a comunidade de falantes de língua de imigração, especificamente em relação ao *talian* e ao italiano-padrão, as línguas em conflito, tendo em vista o espaço e a função a ser ocupada por cada uma delas no currículo escolar. A orientação poderia partir do princípio de que a inclusão do italiano-padrão no currículo possibilita o acesso a bens de natureza universal, como a aprendizagem de uma língua estrangeira de *status* internacional e as consequentes vantagens desse domínio no mercado linguístico. Por outro lado, o domínio da língua de origem, da língua da comunidade local, propicia o conhecimento do indivíduo como parte constitutiva dessa comunidade, como portador de um DNA específico, que tem uma história para contar e para viver, que é sua e única e que, portanto, precisa ter seu espaço garantido, sob pena de se perderem conhecimentos que só através da língua seriam passíveis de transmissão. As duas línguas são igualmente importantes, por diferentes razões, sem avaliações de grau ou *status*, já que não é isso que se põe em questão, até porque estão inclusos aí não só aspectos específicos de conhecimento, aspectos políticos e sociais, mas também sentimentos e atitudes.

Especificamente em relação ao registro no currículo escolar, nossa proposta é que deveria haver a oferta não apenas da disciplina de “língua italiano” estrangeira (no caso do italiano-padrão), mas também de uma disciplina aberta como “língua e cultura local”, que se constituísse em um espaço de reflexão, voz e visibilidade ao que normalmente é relegado a um segundo plano, um campo de silêncio, como acentua Paraíso (1996). O conteúdo das duas disciplinas contemplaria tanto a realidade local, quanto as exigências advindas do contexto mais amplo, eliminando as já tão conhecidas disputas entre aqueles que defendem o ensino da língua padrão em detrimento da manutenção da língua local, como se fosse necessário a eliminação de uma para que a outra sobreviva.

CONCLUSÃO

Ao concluir este estudo resta a expectativa de que a compreensão dos fatores que nortearam a manutenção ou a substituição do *talian* em contato com o português ajude a construir políticas linguísticas mais adequadas ao fomento do bilinguismo e revitalização das línguas de imigração. Ao longo do cap. 4, fomos já abstraindo macrotendências desse processo a partir do que os dados coletados nos quatro pontos da pesquisa – na ordem, Erechim, Getúlio Vargas (embora sem a etapa das entrevistas), Jacutinga e Severiano de Almeida – nos revelavam. Cabe, agora, resumir as principais conclusões que o estudo propiciou, visando jogar mais luz a ações futuras de inventariamento e revitalização do *talian*, assim como de outras línguas de imigração que se encontram em situação semelhante.

Em nível oficial, cabe destacar, no terreno já aplicado, o estabelecimento do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística Nacional (GTDLN), o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), a criação do Livro de Registro das Línguas e a promulgação da Lei nº 13.178 de 10/06/2009 que estabelece o *talian* como integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado; em nível dos falantes, o surgimento de atitudes positivas em relação à língua de origem, como “um fio condutor” (FISHMAN, 1972) a forjar os fatores em direção à sua manutenção/revitalização.

Em suma, pontuar como a identificação e análise dos fatores que contribuíram para o atual grau de manutenção ou perda do *talian* nas diferentes comunidades de pesquisa podem sinalizar para o estudo das demais línguas de imigração faladas no país e para o estabelecimento de uma política local de manutenção/revitalização dessas línguas e, conseqüentemente, para uma política de visibilidade da diversidade linguística brasileira. Em suma, destacamos os seguintes aspectos em relação aos objetivos propostos, no início do estudo:

1. Já foi estabelecido, que o censo de 2010 (IBGE) terá um requisito específico para levantar o número oficial das línguas indígenas faladas em todo país. Um censo possibilita uma análise da situação do país em termos de número de habitantes e línguas faladas, de forma que políticas linguísticas possam ser elaboradas em cima desses índices, visando à manutenção ou não dessas mesmas línguas. No entanto, as línguas de imigração não estão incluídas neste censo. Sem o recenseamento linguístico, não haverá o mapeamento dessas línguas e, conseqüentemente, a identificação do grau de ameaça que paira sobre cada uma, apesar da existência do Inventário Nacional da Diversidade Linguística que objetiva o registro dessas línguas a fim de que elas não se percam inteiramente. Mas isso é apenas o registro. Registra-se, deste modo, diferença de *status* político das línguas no aspecto da diversidade brasileira. E isso tem um peso considerável pelo que se mostrou. Se, de um lado, ainda grande parte da própria administração municipal até fala a língua de imigração local, de outro nunca ou só excepcionalmente se deu conta, em algum momento histórico, de abrir espaço legal e institucional para essa língua, a não ser através da introdução do ensino do italiano (o padrão) ou de alguma festa que rendesse lucros aos cofres públicos. Esta é apenas uma constatação. Pois diferente é um dispositivo constitucional que lhes dê amparo e visibilidade, o que também não é nada sem a luta social para implementá-lo.

2. Ressalte-se, por outro lado, que qualquer iniciativa de promoção da língua através do suporte institucional pode ser ineficaz se não for devidamente conduzida através da família, já que é nesta que se dá efetivamente a transmissão da língua de origem (ver cap. 4, seções 4.2.1; 4.2.2; 4.3.4.2; 4.3.4.3; 4.3.4.4). Comprova-se nos dados a força da família no fomento da língua, e em correlação, pode-se dizer que a força da transmissão familiar impulsiona o poder institucional e que este não existiria sem aquela.

3 No que tange aos fatores histórico-políticos, chama a atenção, em nossos dados, como os efeitos de ações de repressão linguística estatais do passado perduram mesmo depois de revogadas as leis contra os direitos linguísticos dos falantes. Pode-se dizer que a simples revogação não constitui uma reparação do passado. Além disso, parece instaurar-se na comunidade de fala, muitas vezes, um discurso de resignação, que simplesmente explica a perda linguística como resultado natural de uma agressão aos direitos linguísticos dos falantes. Esse quadro mostra acentuadamente para as políticas linguísticas de promoção dessas línguas a importância de despertar a consciência linguística do seu valor e do bilinguismo, como tal, pois não está em jogo apenas o conhecimento específico de uma língua, mas também habilidades cognitivas e sociais no uso de mais de uma língua. Tudo isso

precisa acontecer, vale ressaltar, desprovido dos mitos e ideologias que normalmente acompanham as discussões em torno de línguas minoritárias.

4. No sentido da consciência de continuidade, parece pertinente escolher o grupo social etário entre 25 e 35 anos, isto é, dos pais jovens, como o mais indicado para implementar ações de revitalização da língua minoritária (como o *talian* e o *hunsrückisch*), assim como também dos benefícios da educação bilíngue. Nessa mesma análise, constatou-se na área em estudo, uma mudança para atitudes positivas em relação à língua de imigração, *talian*, nos depoimentos dos jovens da GI. É claro que, como vimos, existe uma diferença entre o que se diz (do discurso politicamente correto) e o que se faz de fato (das práticas linguísticas concretas do dia a dia). Há, porém, aqui uma brecha histórico-social que precisa ser aproveitada, enquanto perdura, nas ações de preservação do *talian*. Ou seja, projetos como o inventário do *talian*, que estamos desenvolvendo no Instituto Vêneto/Universidade de Caxias (UCS), com o apoio do IPHAN, ocorre mais que “em boa hora”!

5. Não foi só a família o núcleo social a fazer uso da língua de imigração. A Igreja Católica, como organismo primeiro e, por certo tempo único, de convívio religioso e social, contribuiu como fator extralinguístico mantenedor e também transformador das línguas de imigração. A língua foi o canal de transmissão dos princípios católico-cristãos e, como tal, deu-se na língua de uso comum, ou seja, primeiramente no *talian* e, após, no português. A Igreja Católica, juntamente com a escola, aceleraram o estabelecimento da língua oficial, o português. Permanece a lacuna para futuros estudos sobre o papel da igreja hoje, se continua nesse papel ou se existem outras instituições que propagam a língua.

6. Em relação às implicações da denominação e existência do *talian* como a língua de imigração italiana mais falada nos quatro pontos da pesquisa, há que se considerar:

a) A percepção dos informantes da geração GII de que no passado se verificavam diferentes variedades dialetais entre os membros das comunidades de imigração italiana, evidenciada na análise qualitativa nos depoimentos dos informantes (ver 4.1), revela uma mudança de um quadro linguístico divergente para uma situação de convergência em torno de uma variedade predominante do *talian*. Em outras palavras, houve perda linguística de variedades dialetais, numericamente menos representativas e, em consequência, difusão de uma variedade com maior número de falantes. O fato de essa constatação ocorrer apenas na percepção dos mais velhos é um indicador de que a substituição linguística de variedades menores pelo *talian* já se encontra praticamente consolidada.

b) A pesquisa levanta a suspeita de que essas famílias de variedades menores, como o cremonês, o bergamasco, o milanês, apesar de terem adquirido o *talian* na GII, tenham sofrido

substituição acelerada na geração seguinte (GI), menos identificada com o *talian*. Os dados levantados são insuficientes para trabalhar melhor essa questão. Em todo caso, trata-se de uma hipótese que foi surgindo com a análise (cf. 4.1.1). Identificam-se, no mínimo, processos de amalgamamento, ou melhor, de nivelamento linguístico (al. *Sprachausgleich*), entre as variedades dialetais em contato.

c) Os dados levantam a identificação da representatividade do *talian* como resultante de uma política linguística externa ao grupo e, por vezes, um tanto estranha, já que muitos falantes se referem à sua variedade como “dialeto vêneto”. Isso deixa claro que as ações de reconhecimento e fomento do *talian*, como as implementadas pelo inventário do *talian*, necessitam dar atenção especial a esta questão, que é, em última instância, o dialeto vêneto-lombardo. Ninguém adere livremente a algo com o qual não se identifica.

d) Do mesmo modo, os dados revelaram que em outras frentes, criaram-se grupos de defesa do italiano-padrão (cap. 4, seção 4.1.2), onde houve o desejo de preservar “o italiano” como algo genérico, sem respeitar as diferenças, mesmo que local-regionais; seria como querer negar as diferenças entre espanhol, português e italiano, por serem semelhantes. Não se trata aqui de contestar a importância do ensino e aprendizagem do italiano-padrão, mas sim de não confundi-lo como ação de “preservação” do italiano como língua de imigração, pois constituem ações bem distintas.

e) O estudo também nos mostra que é preciso ver a língua como um sistema heterogêneo em si (OLIVEIRA & ALTENHOFEN, 2009). Não nos parece produtivo, nem do ponto de vista dos estudos dos contatos linguísticos italiano/português, nem da ótica de uma política linguística para o *talian*, a constituição de uma concepção de língua monolítica, como algo invariável. Ninguém fala o português, o *talian*, “mas todos falamos uma variedade de língua” (ALTENHOFEN, 2008, p. 32) Tal foi comprovado quando se descreveu na seção 4.1.1, os contatos interdialetais, sobretudo de variedades dialetais menores como o cremonês e bergamasco e o dialeto majoritário vêneto. Nesse contexto, o *talian* deve ser visto como um *continuum* que comporta variantes internas, mas que orbita em torno de uma base comum que permite identificá-lo como tal. Situação semelhante ocorre na coine do contato alemão-português, o *Hunsrückisch* riograndense (ver OLIVEIRA & ALTENHOFEN, 2009).

7. Por fim, este estudo analisou o papel dos diferentes fatores relacionados pela literatura (cap. 3, seção 3.5, fig. 3) como determinantes para a manutenção, perda, substituição e morte (linguicídio) de línguas em contato. Neste particular, os dados apontaram como **fatores mais favoráveis à manutenção do *talian***: a transmissão intergeracional, a concentração demográfica do grupo de fala (homogeneidade étnica), o estado de isolamento

das comunidades e as atitudes positivas dos falantes em relação à língua de origem. Por outro lado, se apresentaram como **fatores que aceleram a perda do *talian***, a política de repressão do Estado, o papel da escola como instituição pública vinculadora de um ensino monolingualizador e monovarietal realizado somente através do uso do português, o desprezo ou ausência de suporte institucional e o grau de urbanização aliado a falta de uma conscientização sobre os benefícios do bilinguismo e o uso e manutenção da língua de origem. Evidentemente que esses fatores se apresentam com distintas configurações conforme os pontos pesquisados. Na transmissão linguística intergeracional, p.ex., a variável da “concentração demográfica do grupo de fala imigrante” não foi preponderante para caracterizar o ponto 3 (o de maior população de ítalo-brasileiros) como o de maior grau de manutenção do *talian*, como se esperaria, e sim o ponto 4, onde as atitudes positivas dos falantes em torno da língua mostrou-se mais acentuadamente. Já o ponto 1 (ver cap. 4, tab. 11), com menor concentração demográfica de ítalo-brasileiros (consequentemente com maior heterogeneidade étnica), registra o menor índice de perda intergeracional do *talian*, em comparação aos pontos 3 e 4. Isso nos leva a novamente lembrar da preponderância do contexto, como vimos no cap.2. No entanto, vale reiterar que é indiscutível o papel da família na transmissão da língua. Não há como negar ou ignorar isso nos dados da pesquisa: foi e é a família que ainda mantém a língua de imigração (retomar no cap. 4, a seção 4.3.4: força demográfica da língua: número de falantes e grau de homogeneidade étnica), confirmando o que já vem sendo discutido por pesquisadores da área (FISHMAN, 1967/2006; ROMAINE, 1995).

Não poderíamos deixar de ressaltar, ainda, a importância deste estudo como contribuição para a área de línguas em contato, e, mais especificamente da região do Alto Uruguai Gaúcho, ao lado de estudos como o de Mescka (1983) e Confortin (1998). A linguística contatual pode fornecer subsídios à política linguística, já que fica claro p.ex., através desta pesquisa, o estado atual da língua de imigração. Embora não tenha sido o foco principal propor estratégias de manutenção e revitalização da língua implicada, o que foi visto vale como base para propostas de políticas linguísticas municipais em prol dessas línguas. Nesse sentido, me associo às conclusões finais em defesa do plurilinguismo, que ficaram evidentes no texto de Oliveira & Altenhofen (2009, no prelo), valendo aqui resumi-las brevemente: “A importância de se reconhecer a pluralidade e a interdisciplinaridade como princípios gerais de uma educação de qualidade e de uma democracia cultural que vise ações de conscientização linguística (*language awareness*) para orientar as decisões das comunidades falantes na manutenção e preservação de suas línguas” e, assim, o

reconhecimento do *talian* como um direito linguístico legítimo, próprio das comunidades em estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALERS – *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*. V. 1: Introdução. Org. ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário Silfredo & KOCH, Walter. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002.
- ALLARD, Real & LANDRY, Rodrigue. *Subjective Ethnolinguistic Vitality: A Comparison of Two Measures*. In: *International Journal of Sociology of Language*. 1994. 108, p. 117-144.
- ALTENHOFEN, Cléo V. *A aprendizagem do português em uma comunidade bilingüe do Rio Grande do Sul: um estudo de redes de comunicação em Harmonia*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- _____. *Interfaces entre Dialetoлогия e História*. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). Documentos 2. Projeto Atlas Lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto Editora, 2006. p.159-185.
- _____. *O conceito de língua materna e suas implicações para o bilingüismo (alemão-português)*. In: *Martius-Standen-Jahrbuch*, São Paulo: n. 49, 2002. p. 141-161.
- _____. *A constituição do corpus para um Atlas Lingüístico Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata*. In: *Martins Fontes – Staden-Johrbuch*, São Paulo: n. 51, 2004. p. 135-165.
- _____. *Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilingües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil*. In: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)*, Frankfurt a.M., n. 1(3), 2004. p. 83-93.

- _____. *Áreas lingüísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias lingüísticas do ALERS*. In: VANDRESEN, Paulino. *Variação e mudança no português falado na Região Sul*. Pelotas: 2002. p.115-145.
- _____. *O status de brasilidade das línguas de imigração em contato com o português*. In: Anais do I Fórum Internacional da Diversidade Lingüística: *por uma política para a diversidade lingüística no ensino de línguas*, Porto Alegre: Evangraf/Instituto de Letras (UFRGS), 2008. CD 1
- ALTHENHOFEN, Cléo V.; MARGOTTI, Wessling Felício. *O português de contato e o contato com as línguas de imigração no Brasil*. 2009. [no Prelo]
- APPEL, René & MUYSKEN, Pieter. *Language contact and bilingualism*. London et al.: Arnold, 1992. [1987]
- AZEVEDO, Thales de. *Os Italianos no Rio Grande do Sul*. Cadernos de Pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico: O que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- _____. *Dramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. et al. *Língua Materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.
- BAKER, Colin. *Foundations of bilingual education and bilingualism*. Fourth Edition. Clevedon, England: Multilingual Matters LTD, 2001.
- _____. *Foundations of bilingual education and bilingualism* (3rd edn.). Clevedon: Multilingual Matters, 2001.
- BARNES, John A. *Redes sociais e processo político*. In: *Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos*. FELDMAN-BIANCO (org.). São Paulo: Global Universitário, 1987. p. 159-193.
- BENEDUZI, Luís Fernando. *Nem Jerusalém nem Sodoma: a vivência da religião nas comunidades italianas da serra gaúcha nos inícios do século XX*. In: SULIANI, Antônio (org.). *Etnias & Carisma: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 683-697.
- BENINCÁ, Dirceu. *Severiano de Almeida e sua história*. Passo Fundo: Instituto Social Pe. Berthier, 1990.
- BERNARDI, Aquiles. *Nanetto Pipetta*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul. 7. ed. 1982.
- BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

- BLOM, Jan-Petter & GUMPERZ, John J. *Social meaning*. In: GUMPERZ, John J.; DELL HYNES. *Linguistic Structure: code-switching in Norway. Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972. p. 407-434.
- BORN, Joachim. *Plurilingüismo e bilingüismo na Europa e na América do Sul: a União Européia é um Modelo para o MERCOSUL?* In: ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). *Estudos de Variação Lingüística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p.117-141.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Problemas de comunicação interdialetoal*. Revista Tempo Brasileiro: Sociolinguística e ensino do vernáculo, vol. 78/79, p. 9-32.
- _____. *The urbanization of rural dialect speakers. A sociolinguistic study in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- BORZOMATI, Pietro. *La Parrochia*. In: Isnenghi, Mario. *I luoghi della memória: strutture ed eventi dell'Italia unita*. Roma: Laterza, 1997.
- BUNSE, Heinrich A. W. *Dialetos italianos no Rio Grande do Sul*. Monografias, 01. Instituto de Letras, UFRGS. Porto Alegre: 1975.
- CALVET, Louis-Jean. *Las política lingüísticas*. Versión castellana de Lia Varela. Buenos Aires: EDICIAL S.A, 1997.
- _____. *As políticas lingüísticas*. Prefácio Gilvan Muller de Oliveira; tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
- _____. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.
- CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1996. p. 99-129.
- CARBONI, Florence. *O Mito da Lei do Silêncio*. Revista Espaço Acadêmico, nº 49, jan./2005.[sérieonline] 2005.Utilizada de <http://www.espacoacademico.com.br/049/49carboni.htm> – acesso em 20/06/2005.
- _____. *Eppur si parlano! Etude diachronique d'un cas de contact lingüistique dans le Rio Grande do Sul (Brésil)*.Passo Fundo: UPF, 2002.
- _____. *Introdução à lingüística*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erexim*. Centro de Ensino Superior de Erexim – CESE. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.
- CAVALCANTI, Marilda C. *Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil*. D.E.L.T.A., vol.15, n. especial, 1999. p. 385-417.

- _____. Conferência de abertura na XII JELI: *Políticas lingüísticas no Brasil (Language teaching policies in Brazil: a retrospective analysis)*. Depto. De Letras/ Univ. de São Paulo e APLIESP. (17-05-96)
- CHAMBERS, J.K. & TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. New York: Cambridge University Press, 1980.
- CHOMSKY, Noan. *Linguagem*. In: Enciclopédia Einaudi: Linguagem-Enunciação. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925, volume 1, 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.
- CLYNE, M. *Community languages: The Australian experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- COMMON EUROPEAN. Framework of Referense for Languages. Disponibile su [http://www.coe.int/T/E/Cultural Co-operation/education/Languages/](http://www.coe.int/T/E/Cultural_Co-operation/education/Languages/). Acesso em: 20 julho 2007.
- CONFORTIN, Helena. *A faina lingüística: estudo de comunidades bilíngües italiano-português do Alto Uruguai Gaúcho*. Porto Alegre: Edições EST/URI-Campus de Erechim, 1998.
- CONSTANTINO, N. Santoro de. *O italiano da esquina*. Imigrantes na sociedade portoalegrense. Porto Alegre: EST, 1991.
- CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.
- COSERIU, Eugenio. *La geografia lingüística*. In: *El hombre y su language*. Estudios de teoria y metodología lingüística. Madrid: Gredos, 1964. p. 29-69.
- COSTA, Rovílio; DE BONI, Luís Alberto. *Os Italianos no Rio Grande do Sul*. In: Cinquentenário della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 2v. 1875-1925, 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. p.I-XXII.
- COSTA, Rovílio et al. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. 2. impr. rev. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS), 1986.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.
- CUMMINS, James. *The cognitive development of children in immersion programs*. In: *The Canadian Modern Language Review*, v. 34, n. 5, 1978. p. 855-883.

- CUMMINS, Jim & SWAIN, Merrill. *Bilingualism in education: aspects of theory research and practice*. London; New York: Longman, 1986.
- DE BONI, Luis A. *A presença italiana no Brasil*. II. Porto Alegre: EST; Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- DE BONI, Luis A. *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Porto Alegre: EST/UCS, 1977.
- DORIAN, Nancy C. *Minority and endangered languages*. In: Bhatia, Tej K. & RITCHIE, William C. (eds.). *The handbook of bilingualism*. Malden; Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006. p. 437-459.
- ECKERT, Penelope. *Linguistic variation as social practice: the linguistic construction of identity in Belten High*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2000.
- EDWARDS, John. *Multilingualism*. London and New York: Routledge, 1994.
- EDWARDS, Viv & NEWCOMBE, Lynda. *Back to basics: marketing the benefits of bilingualism to parents*. In: GARCÍA, Ofelia; SKUTNABB-KANGAS, Tove & TORRES-GUZMÁN, Maria E. (Eds.). *Imagining multilingual schools: languages in education and glocalization*. Clevedon et al.: Multilingual Matters, 2006. p. 137-149.
- FASOLD, Ralph. *Sociolinguistics of Language: Introduction to Sociolinguistics*, Volume II. Cambridge, Mass.: Basil Blackwell, 1990.
- FERGUSON, C. *Language in the USA*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. *Método geolingüístico y método sociolingüístico. El factor "sexo" en los atlas*. In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald (Hrsg.). *Neue Wege der romanischen geolinguistik: Akten des symposiums zur Empirischen dialektologie*. (Heidelberg/Mainz, 21 -24.10.1991). Westensee-Verlag Kiel, Alemanha: 1996.
- FISHMAN, Joshua A. *Language Loyalty, Language Planning and Language Revitalization: Recent Writings and Reflections from Joshua A. Fishman/Edited by Nancy H. Hornberger and Martin Pütz*. Clevedon, England: Multilingual Matters LTD, 2006.
- _____. *Language Maintenance and Language Shift as fields of Inquiry*. In *Linguistics*, n 9, 1972. p. 77-133.
- _____. *Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism*. In: *Journal of Social Issues*, n. 23, 1967. p. 29-38.
- _____. *English as an additional language*. In: BRAJ, Kachru (org.). *The other tongue*. Chicago: University of Illinois Press, 1982.
- _____. *English only: its ghosts, myths and dangers*. In: *International Journal of the Sociology of Language* 74, 125-140. The Hague: Mouton de Gruyter, 1988.

- _____. *Language revitalization*. In: GOEBL, Hans. Et al. (eds.) *Contact linguistics: an international handbook of contemporary research*. Handbooks of linguistics and communication science. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1996. p. 902-906.
- _____. *Conference summary*. In: FASE, Willem et al. (Eds.). *Maintenance and loss of minority languages*. Amsterdam: 1992. p. 395-403.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *A diversidade lingüística no Brasil: considerações sobre uma proposta de política*. In: Patrimônio- Revista eletrônica do Iphan. [série online] 2007 Ag [citado 2007 Ag 25]. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=215>.
- FROSI, Vitalina Maria. *A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil*. In: *Nós, os ítalo-gaúchos*. Coord. Mário Maestri. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p.159-167.
- _____. *Os dialetos italianos no Rio Grande do Sul: convivência e mescla lingüística*. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Org.). *Raízes italianas do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- _____. *Proveniência dos imigrantes italianos e suas falas dialetais*. In: *Anais do Seminário Internacional Vêneto/RS: modelos de desenvolvimento comparados (1945-2000)*. ZUGNO, Paulo Luiz; HERÉDIA, Vânia B. M. (Coord.). Caxias do Sul: Educs, 2003.
- _____. *Bilingüismo de português e dialetos italianos: nossa língua, nossa cultura, nossa identidade*. In: *Anais do I Fórum Internacional da Diversidade Lingüística: por uma política para a diversidade lingüística no ensino de línguas*, Porto Alegre: Evangraf/Instituto de Letras (UFRGS), 2008. CD 1
- FROSI, Vitalina; MIORANZA, Cyro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.
- FROSI, Vitalina; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. *Bilingüismo, identidade étnica e atitudes lingüísticas*. In: CHAVES, Flávio Loureiro; BATTISTI, Elisa (org.). *Cultura Regional 2: língua, história, literatura*. Caxias do Sul: Educs, 2006. p. 97-111.
- GAL, Susan. *Variation and Change in Patterns of Speaking: Language Shift in Áustria*. In: SANKOFF, Dart. *Linguistic/Variation models and methods*. New York: Academic Press, 1979. p. 227-238.

- _____. *Language shift*. In: GOEBL, Hans. et al. (eds.). *Contact linguistics: an international handbook of contemporary research*. Handbooks of linguistics and communication science. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1996. p. 586-593.
- GIANNI, Eliana. *Transferências lexicais da língua portuguesa para a fala dialetal italiana em uma comunidade bilingüe do Rio Grande do Sul*. [Dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1997.
- GIBBONS, John and RAMIREZ, Elizabeth. *Maintaining a minority language. A case study of hispanic teenagers*. Clevedon, England: Multilingual Matters LTD, 2004.
- GILES, H; BOURHIS, R. and TAYLOR, D. *Towards a theory of language in ethnic group relations*. In: GILES, H. (ed.). *Language, ethnicity and intergroup relations*. London: Academic Press, 1977.
- GIRON, Loraine Slomp. *Identidade: região e valores*. In: GIRON, Loraine Slomp & RADÜNZ, Roberto. (orgs.) *Imigração e cultura*. Caxias do Sul: EducS, 2007. p. 39-58.
- GRENOBLE, Leonore A.; WHALEY, Lindsay J. *Saving languages*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- GROSJEAN, F. *Life with two languages: an introduction to bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- GUIRARDI, Pedro Garcez. *Notas sobre a literatura da imigração italiana em São Paulo*. In: DAL BÓ, Juventino et al. (orgs.) *Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. p. 307-316.
- HAUGEN, E. *The ecology of language*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1972.
- HILGERT, José Gaston. *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre: materiais para o seu estudo/organizado por José Gaston Hilgert*. Passo Fundo: Ediupf; Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, 1997.
- HOHLFELDT, Antônio. *La letteratura dell'emigrazione di lingua italiana in Brasile*. In: SULIANI, Antônio.(org.) *Etnias & Carisma: poliantéia em homenagem a Róvilio Costa*. Porto Alegre:EDIPUCRS; 2001.
- HYLTENSTAM, Kenneth & STROUD, Christopher. *Language Maintenance*. In: GOEBL, Hans et al. (eds.). *Contact Linguistics: an International Handbook of Contemporary research*. Handbook of Linguistics and Communication science. Berlin: Gruyter, 1996. p. 567-578.
- IOTTI, Luiza Horn. *O Olhar do Poder*. 2. ed. Caxias do Sul: EducS, 2001.

- _____. *Política Imigratória e Diplomacia Italiana*. Cadernos de Pesquisa/Universidade de Caxias do Sul. V.4, n. 8. Caxias do Sul: UCS, 1996.
- KAUFMANN, Göz. *Language maintenance and reversing language shift. Spracherhalt und Umkehr von Sprachwechsel*. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIER, Klaus & TRUDGILL, Peter (eds.). *Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society*. 2 nd complet. rev. and exit. ed. Berlin, New York: de Gruyter, 2006.
- _____. *Atitudes na sociolinguística*. Universidade de São Paulo. 2008. (no Prelo)
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money)*. Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- KLOSS, Heinz. *German-american language maintenance efforts*. In: Fishman, Joshua.A. (ed.) *Language loyalty in the United States*. The Hague: Mouton, 1966. p. 206-252.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LAMBERT, W. E. *A Social Psychology of Bilingualism*. In: PRIDE, B.; HOLMES, Janet (ed.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972. p. 336-349.
- LAMBERT, W. E. et al. *A study of the roles of attitudes and motivation in second language learning*. In: FISHMAN, Joshua A. *Reading in the sociology of language*. The Hague: Mouton, 1972. p. 473-491.
- LUNA, José Marcelo de Freitas. *A política governamental para o ensino de português a imigrantes alemães no Brasil: geradora e distribuidora da experiência da escola teuto-brasileira*. In: Revista ANPOLL, n. 8, p. 59-86, jan/jun. 2000.
- MACKEY, William F. *The Description of Bilingualism*. In: FISHMAN, Joshua A. (ed.). *Reading in the sociology of language*. 3. ed. The Hague: Mouton, 1972. p. 554-584.
- MAESTRI, Mário. *Os Senhores da Serra: a colonização italiana do nordeste do RS 1875 – 1914*. Passo Fundo: ACIRS/UPF, 2000.
- MANFRÓI, Olívio. *Imigração e nacionalismo*. In: DAL BÓ, Juventino et al. (orgs.). *Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana. Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros*, Caxias do Sul, 24 a 27 d abril de 1996. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.
- MARGOTTI, Felício Wessling. *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. [Tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2004.

- McCONVELL, Patrick. *Understanding Language Shift: a Step Towards Language Maintenance*. In: ROMAINE, Susan. *Language in Austrália*. Cambridge, 1991. 143-155.
- MESCKA, Paulo Marçal. *Interferência fonológica do italiano na aprendizagem do português*. [Dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, 1983.
- MEY, Jacob L. *Etnia, identidade e língua*. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 69-88.
- MILROY, Lesley. *Language and social networks*. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell Ltd Publisher, 1987. [1980]
- MORTARA, Giorgio. *Immigration to Brazil: some observations on the linguistic assimilation of immigrants and their descendants in Brazil*. In: *Cultural assimilation of immigrants*. Supplement to Population Studies. London, New York: Cambridge University Press, 1950. p. 39-44.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico*. 2ª ed. In: SILVA, Fábio Lopes de & MOURA, Heronides Maurílio de Melo Moura (orgs.). *O Direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000. p. 83-92
- _____. (org.). *Declaração universal dos direitos lingüísticos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.
- OLIVEIRA, Gilvan Muller de; ALTENHOFEN, Cléo V. *O in vitro e o in vivo na política da diversidade lingüística do Brasil: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade*. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo & RASO, Tommaso (orgs.). *O contato lingüístico e o Brasil*. 2009. [no Prelo]
- OMDAL, Helge. *Attitudes toward spoken and written Norwegian*. In: *International Journal of Sociology of Language* 115. 1995. p. 85-106.
- ORLANDI, Eni P. *Apresentação*. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. *Lutas entre culturas no currículo em ação da formação docente*. In: *Educação e Realidade*. MG, 21(1): 137-157, jan/jun. 1996.

- PERTILE, Marley T. *Bilinguismo passivo: um ponto de recomeço*. In: Imigração e relações interétnicas. DREHER, et al. (orgs.). São Leopoldo: Oikos, 2008. 1 CD ROM. p. 1173-1198.
- PONSO, Leticia Cão. A variação do português em contato com o italiano na comunidade bilíngüe de São Marcos. [Dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2003.
- PORTER, Roy. Introdução ao: *Linguagem, indivíduo e sociedade*. BURKE, Peter e PORTER, Roy (org.); tradução de Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- POZENATO, José Clemente. *Processos culturais. Reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- POZENATO ARTE & CULTURA. *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud – 1875-1925*. 2ª Ed. Porto Alegre, 2000.
- RADTKE, Edgar; THUN, Harald. *Neue Wege der romanischen geolinguistik*. Auten des Symposiums zur empirischen Dialectologie. (Heidelberg/Mainy 2. -24.10.1991) Kiel, Westensee-Verlag, 1996. p. 25-49.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. *Anotações de literatura e de cultura regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.
- _____. *Festa & Identidade: Como se faz a Festa da Uva*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- RIGATUSO, Elizabeth M. *Contribución de la sociolingüística al estudio del problema de la variación lingüística en la Argentina*. In: ZILLES, Ana Maria Stahl. (org.) *Estudos de Variação Lingüística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 229-256.
- ROMAINE, Suzane. *Bilingualism*. Second Edition. Oxford, England: Blackwell, 1995. [1989] _____ . *The Bilingual and Multilingual Community*. In: BHATIA, Tej K. & RITCHIE, William C. (eds.). *The Handbbok of Bilingualism*. Malden; Oxford: Blackwell Publishing Ltda, 2006. p. 385-405.
- SANTOS, Emmanoel dos. *Certo ou Errado? Atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1996.
- SANTOS, Salet Rosa Pezzi dos. *O Radicci no contato italiano-português da região de Caxias do Sul*. (Dissertação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2001.

- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1969. [1916]
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1950.
- SCHNEIDER, Maria Nilse. *Atitudes e concepções lingüísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilíngües alemão-português no Rio Grande do Sul*. 2007. 261f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- SKUTNABB-KANGAS, Tove. *Multilingualism and the education of minority children*. In: SKUTNABB-KANGAS, Tove & CUMMINS, Jin (eds). *Minority Education: from shame to struggle*. Clevedon: Multilingual Matters, 1988. p. 9-44 (Multilingual Matters; 40).
- SKUTNABB-KANGAS, Tove. & PHILLIPSON, Robert. *Linguicide and linguisticism*. In: GOEBL, Hans et al. (eds.) *Contact linguistics: an international handbook of contemporary research*. Berlin: de Gruyter, 1996. p. 667-675.
- SMITH, David M. *Language, speech and ideology: a conceptual framework*. In: SHUY, Roger W; FASOLD, Ralph W. (Ed.). *Language attitudes: current trends and prospects*. Washington: Georgetown University Press, 1973. p. 97-112.
- SMOLE, Kátia Cristina Stocco. *A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sócio-lingüística*. São Paulo: Ática, 1985.
- TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.
- TITONE, Renzo. *Bilinguismo precoce e educazione bilingue*. 2. ed. Roma: Armando, 1993. [1972]
- THUN, Harald. *O Português Americano Fora do Brasil*. In: GÄRTNER, Eberhardt; HUNDT, Christine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 185-227.
- _____. *O comportamento lingüístico dos brasiguaios no Paraguai visto a partir do material do Atlas Lingüístico Guarani-Românico (ALGR)*. In: DIETRICH, Wolf; NOLL, Volker (org.). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Iberoamericana, Vervuert, 2004.

- THUN, Harald; ELIZAINCÍN, Adolfo. *Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay* (ADDU). Parte cartográfica. Tomo I: consonantismo y vocalismo del portugués. Fasc. A. 1. laterales e palatales. Kiel: Westensee-Verl, 2000.
- UNESCO ad hoc Expert Group. *Language Vitality and Endangerment*. (Document submitted to the International Expert Meeting on UNESCO Programme Safeguarding of Endangered Languages. Paris, 10-12 March 2003).
- WEINREICH, Uriel. *Languages in Contact. Findings and Problems*. 3. ed. The Hague, Mouton, 1964. [1953]
- ZANELLA, F. *A mortalidade linguística do dialeto italiano no município de Taió*, Santa Catarina. [Dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1985.

ANEXOS

Questionário-Roteiro para as entrevistas semidirigidas

I – Sobre a língua

1 Como vocês chamam este italiano que se fala aqui?

2 Juízos de valor:O que vocês acham deste italiano?

- legal “meio errado”
 bonito nosso jeito de falar

3 Vocês acham que há pessoas que falam melhor italiano?

4 Percepções variadas:Há pessoas que falam outro italiano diferente deste?

II – Biografias linguísticas e relação dos falantes com as línguas

(A pergunta nº 5, aos bilíngües, será solicitada que seja respondida na língua alóctone).

5 Como é que vocês aprenderam o italiano que vocês falam?

- os pais incentivaram
 aquisição sucessiva
 aquisição simultânea (em casa o italiano e na escola o português)
 no trabalho
 com vizinhos/familiares

(As perguntas nº 6 e 7 serão feitas aos monolíngües)

6 Como é que se deu a situação de vocês não falarem a língua de origem, mesmo com pais que falavam?

7 Lamentam ou não o fato de não falarem a língua de origem, hoje?

8 E como é que aprenderam o português? Com que idade?

9 Vocês fazem (ou fizeram) questão de passar a língua de imigração para seus filhos?

10 Vocês têm orgulho ou vergonha de seu modo de falar?

11 Acham importante falar a língua de origem? Por quê?

- Trabalho/emprego
 Comunicação

III Competência nas línguas

12 Vocês só falam ou também lêem e escrevem?

13 E como é que são os conhecimentos de vocês, em português?

IV A língua de imigração na vida pública

14 Escutam programas de rádio nesta língua de origem falada aqui?

15 Já frequentaram cursos de italiano?

16 Lêem algum material na língua italiana falada aqui?

17 Vocês dão prioridade ao atendimento (médico, dentário, jurídico e serviços) com pessoas que falam a língua de origem?

V Manutenção e perda da língua de origem

Percepção dos falantes sobre a presença da língua alóctone:

18 Tem muita gente que ainda fala a língua de origem italiana aqui? Mais ou menos, quanto por cento?

19 Por quanto tempo vocês acham que ainda se vai falar?

Causas apontadas:

20 Por que vocês acham isso?

- Escola
- Mídia (TV, rádios)
- Pais (atitudes)
- Casamentos mistos
- Amizades
- Proibição do italiano durante a guerra (ditadura de Getúlio Vargas)
- Preconceito

Experiências negativas:

21 Lembram de alguma experiência, de algum caso ruim de proibição ou preconceito contra o italiano?

Medidas de revitalização:

22 O que vocês acham que deveria ser feito para resgatar esta língua?

- Língua italiana nas escolas
- Língua italiana para pessoas da comunidade
- Festas italianas
- Missas em italiano
- Leis
- Programas de rádio
- Jornais, publicações

23 Está sendo feita alguma coisa neste sentido?

VI - Ensino de italiano/língua de origem italiana

24 Vocês sentem vontade de estudar italiano?

Sim Não

Por quê?

25 Na opinião de vocês, o italiano deveria ser ensinado nas escolas?

Sim Não

Por quê?

26 E qual o italiano que vocês acham que deveria ser ensinado?

dialeto falado na região

italiano padrão gramatical

Por quê?

REPRODUÇÃO ORAL:

Solicitar que falem sobre a rotina do dia-a-dia, na respectiva língua de imigração.